#### REVISTA DO

### Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro

#### Expediente

n.3 - 2009 - issn 1983-6031 - publicação anual

Prefeito da Cidade do Rio de Janeiro Eduardo Paes

Secretária Municipal de Cultura Jandira Feghali

Diretora do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro Beatriz Kushnir

Gerência de Pesquisa Sandra Horta

REVISTA DO

## Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro

Editores Beatriz Kushnir Sandra Horta

Coordenação editorial e Revisão Catarina d'Amaral Marcela Miller

Projeto Gráfico www.ideiad.com.br

Conselho Editorial

André Luiz Vieira de Campos (UFF e UERJ)
Angela de Castro Gomes (CPDOC/FGV e UFF)
Ismênia de Lima Martins (UFF)
Ilmar R. de Mattos (PUC/RJ)
James N. Green (Brown University)
José Murilo de Carvalho (UFRJ)
Lená Medeiros de Menezes (UERJ)
Luciano Raposo de Almeida Figueiredo (UFF)
Maria Luiz Tucci Carneiro (USP)
Mary del Priore (USP)

Stella Bresciani (UNICAMP) Paul Knauss (UFF e Arquivo Público do Estado do RJ)

Tania Bessone (UERJ)

#### REVISTA DO

# Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro

n.3, 2009







É com grande entusiasmo que anunciamos o terceiro número da *Revista do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro*. Relançada com a intenção de recuperar o importante veículo de divulgação do seu acervo – que foi a revista publicada pela instituição nas décadas de 1890 e 1950 –, esta nova empreitada vai além dessa vocação inicial. Isto porque, fomenta a pesquisa e a reflexão sobre nossa cidade, demostrando o quão vivo e dinâmico pode ser um arquivo.

As publicações, exposições, palestras e seminários desta casa têm mostrado ao cidadão carioca que um arquivo pode e deve ser muito mais que um local para guarda e conservação de documentos. Temos o privilégio de poder afirmar o Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro como uma instituição de destacada importância na conservação da memória de nossa cidade e no incentivo à reflexão sobre nossa história, nossos problemas, conquistas e desafios.

A Secretaria Municipal de Cultura tem se empenhado para garantir ao AGCRJ as condições que possibilitem à instituição desempenhar com relevo o papel que tem legitimamente avocado para si. Temos o imenso prazer de participar de mais essa realização do AGCRJ, na certeza de termos ainda inúmeros e belíssimos projetos a realizar em proveito desta cidade

Jandira Feghali Secretária Municipal de Cultura da Cidade do Rio de Janeiro

Parece ser voz corrente a expressão que cristaliza e engessa a imagem de ausência de memória nesse país. Assim como muito se constata e lamenta a interrupção de projetos importantes, nas mais diversas áreas, a cada troca de gestão governamental, seja federal, estadual ou municipal. O terceiro número da *Revista do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro* é prova concreta de que somos capazes de ultrapassar essas duas heranças do lado nefasto daquilo que Sérgio Buarque identificou como a "cordialidade brasileira".

À frente do Arquivo Geral da Cidade desde abril de 2005, temos – nós, a equipe de funcionários e servidores – a rara oportunidade de dar continuidade a um trabalho que tem rendido belos frutos a essa instituição. Entre eles, o Portal Augusto Malta (patrocinado pela Lei do ISS), a instalação do Laboratório de Microfilmagem (patrocinado pelo Fundo Setorial de Defesa de Direitos Difusos do Ministério da Justiça), o tratamento da Décima Urbana (patrocinado pelo BNDES), e o tratamento e a microfilmagem das Séries Escravidão e Independência (patrocinados pelo Programa Adai/Ministério da Cultura da Espanha), entre outros.

O Prêmio de Monografia Prof. Afonso Carlos Marques dos Santos e essa Revista, além de dois outros livros no prelo – um que ajuíza os 116 anos do Arquivo como órgão da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, e outro que recupera os 30 anos deste Arquivo no prédio da Amoroso Lima, entrevistando todos os diretores da instituição, entre outros – querem, em última instância, cumprir o nosso papel: possibilitar a análise e a reflexão acerca da trajetória dessa cidade/Capital.

O Prêmio de Monografia, também em sua terceira edição, tem como produto final a publicação de um certame vencedor a cada ano, prestando importante serviço na divulgação de pesquisas de trajetórias do Rio de Janeiro. Além disso, procuramos incentivar os pesquisadores que estudam essa cidade garantindo a publicação das demais monografias agraciadas com o título de menção honrosa da Revista do Arquivo.

A *Revista do Arquivo* abre espaço igualmente para reflexões espontaneamente submetidas por pesquisadores de diferentes áreas – historiadores, geógrafos, antropólogos e jornalistas, entre outros – e a cada número recebemos um volume maior de contribuições para publicação.

Prova que, sim, há o interesse presente de ponderar, questionar e construir narrativas históricas de nossa memória. Gostaria, portanto, de agradecer a todos os pesquisadores que cotejam o acervo custodiado pelo AGCRJ, como também a todos àqueles que nos confiam a tarefa de divulgar os seus trabalhos.

Desejo ao mesmo tempo penhor à atual gestão da Secretaria Municipal de Cultura a oportunidade de levarmos adiante nossos esforços. Esses pretendem garantir ao Arquivo Geral da Cidade a afirmação de sua importância como instituição de preservação desse vasto acervo documental, capaz de estimular o debate e a reflexão. Essa herança aqui depositada e constantemente aumentada, esperamos, ajude a nós, cidadãos cariocas, a conhecer melhor o espaço que ocupamos.

Beatriz Kushnir Diretora do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro

#### Sumário

Entre 'Bernardas'e Revoluções: a Revolta da Cachaça e a historiografia colonial Antonio Filipe Pereira Caetano	11
Relações étnicas no setor de transporte: carregadores, cocheiros e carroceiros no Rio de Janeiro (1824-1870) Paulo Cruz Terra	27
A Câmara Municipal como instituição de controle social: o confronto em torno das esferas pública e privada Lea Maria Carrer lamashita	41
Praia de Copacabana: um ícone carioca Augusto Ivan de Freitas Pinheiro, Iracema Bouzas Pessoa e Eliane Canedo de F. Pinheiro	57
Florestas e ribeiras no Império Português: o caso do Rio de Janeiro Diogo de Carvalho Cabral	77
Um passeio pelas ruas do Rio Antigo: os pioneiros galegos, a Rua da Ajuda e o mercado ambulante Érica Sarmiento da Silva	95
A mediação da história pelo <i>Jornal do Commercio:</i> dois séculos de um monumento ao jornalismo carioca Leticia Cantarela Matheus	109
A <i>Gazeta</i> e os sistemas de comunicação do Rio de Janeiro do início do século XIX Marialva Carlos Barbosa	125
Em defesa da Nação: os membros do IHGB e a busca pela glória e dignidade para o Brasil Rafael Cupello Peixoto	139
O Rio de Janeiro da Primeira República e a imigração portuguesa: panorama histórico Carla Mary S. Oliveira	149
Memórias religiosas no bairro carioca de Santa Teresa loão Marcus F. Assis e Maria Evonilde Chaves	169
Teatro João Caetano conta sua história Arini Fernandes de Souza	181



## Entre 'Bernardas' e Revoluções: a Revolta da Cachaça e a historiografia colonial\*

Antonio Filipe Pereira Caetano Doutor em História Universidade Federal de Alagoas afpereiracaetano@hotmail.com

#### **RESUMO**

Eclodida entre os meses de novembro de 1660 e abril de 1661, a revolta ocorrida na capitania do Rio de Janeiro ficou conhecida como Revolta da Cachaça por exatamente ter sido realizada por produtores deste gênero que se sentiram tolhidos por conta das restrições impostas pela Companhia Geral do Comércio do Brasil, em 1649, dentre outros motivos. Todavia, mesmo o movimento fluminense tendo sido um dos principais responsáveis pela alteração do papel daquela capitania no Império Ultramarino português, as visões historiográficas sobre o episódio oscilam entre reduzi-lo a meras bernardas ou hipertrofiá-lo, dotando-o de perfis revolucionários. Desta feita, o presente artigo pretende analisar o que foi o movimento dos proprietários de terras gonçalenses contra a família Sá através de suas interpretações, buscando entender as motivações dessa dualidade historiográfica.

**Palavras-chaves:** movimentos sociais; América portuguesa; historiografia

#### ABSTRACT

Occurring between November, 1660 and April, 1661, the revolt in the captaincy of Rio de Janeiro known as Revolta da Cachaça precisely by being caused by the producers of 'cachaça' (the Brazilian rum-like spirit), who felt restricted by the impositions of the Companhia Geral do Comércio do Brasil, in 1649, among other reasons. However, although this Fluminense movement was one of the major causes for changing the role of this captaincy of the Portuguese Overseas Empire, the historiographic views of the episode vary between considering it a mere 'Bernarda' or hypertrophying it by providing it a revolutionary status. As such, this article aims to analyse what this Gonçalense land-owners movement against the Sá family truly was, examining these interpretations and seeking to understand the reasons of such historiographic duality.

**Key-words:** social movements; Portuguese America; historiography

Por mais que uma tempestade seja anunciada com alguns minutos de antecedência, nos custa a acreditar que ela realmente desabará! Preferimos acreditar que o vento vai desfazê-la, levar para longe ou simplesmente que não passe de uma escuridão temporária. Acredito que essa mesma sensação tiveram os moradores, e mais ainda, os governantes da capitania do Rio de Janeiro às vésperas da eclosão da Revolta da Cachaça, em 8 de novembro de 1660. Talvez o tumulto tenha sido prenunciado um tempo antes – com demonstrações de insatisfação em relação à gestão de Salvador Correia de Sá e Benavides, com o envio de cartas à Coroa portuguesa expondo as mazelas da Companhia Geral do Comércio do Brasil, e com as tentativas de negociação com o governador interino Thomé Correia de Alvarenga. A população fluminense dormira sob uma região apaziguada e acordara em meio a grupo amotinado.

Durando cinco meses, o movimento fluminense foi resultado de uma situação-limite vivida pelos produtores de cana-de-açúcar, que se viam sufocados pelas restrições econômicas impostas pelo estanco comercial e pelas ações consideradas excessivas de Salvador Correia de Sá e Benavides. Desta maneira, apropriando-se do discurso legitimado pela Restauração Portuguesa de 1640, os súditos fluminenses, encabeçados por aqueles que moravam na Freguesia de São Gonçalo do Amarante, resolveram se impor sobre a capitania expulsando seu governador, toda a família Sá e não atendendo às determinações da Companhia Geral do Comércio do Brasil.

Todavia, mesmo tendo uma repercussão fundamental no contexto econômico e político da história da capitania do Rio de Janeiro, o movimento liderado pelos irmãos Barbalho (Jerônimo Barbalho Bezerra e Agostinho Barbalho Bezerra¹) não possui uma expressão historiográfica, muito menos no senso comum². No entanto, a Revolta da Cachaça pôs fim à existência da Companhia Geral do Comércio do Brasil; afastou o domínio da capitania das mãos dos Sá – que tiveram que reestabelecer alianças matrimoniais para se fazerem presentes no jogo político local; e redefiniu o papel da capitania como uma praça mercantil devido a sua falha e problemática produção açucareira. Sendo assim, o presente artigo pretende explorar as visões historiográficas sobre o movimento, tentando, ao mesmo tempo, demonstrar as características e as principais facetas desse episódio.

Provavelmente, a razão dessa ausência estaria relacionada a pouca discussão da mesma temática no círculo acadêmico. Ocupando uma posição periférica, como todas as contestações que não punham em xeque o domínio da Coroa portuguesa, as revoltas do século XVII, por demonstrarem fidelidade e obediência ao monarca, rompiam com o estereótipo criado pelos historiadores no qual as formas de contestações coloniais visavam derrubar o rei. Passo significativo para romper com a presente visão foi dado em dois importantes textos de Luciano Figueiredo: O Império em Apuros: Notas para o Estudo das Alterações Ultramarinas e das Práticas Políticas no Império Colonial Português e Além dos Súditos: Notas sobre Revoltas e Identidade Colonial na América Portuguesa (in FURTADO,

2001; FIGUEIREDO, 2000, pp. 81-97). Esses dois artigos extrapolam a discussão sobre as formas de resistência na América portuguesa consolidadas na historiografia até a década de 80, ao proporem uma outra interpretação. Enquanto no primeiro texto, Figueiredo se debruçou sobre a análise do ricochete do século XVII, atribuindo às revoltas espalhadas pelo Império Ultramarino Português a conceituação de *revoltas antifiscais*, no segundo trabalho o autor esteve mais preocupado em perceber o momento em que os súditos portugueses na América passaram a desenvolver uma espécie de identidade local, enxergando-se como colonos explorados pelo sistema colonial e passando a desejar o rompimento político com a metrópole portuguesa.

Mesmo como uma discussão inovadora, as propostas de Figueiredo merecem um cuidado especial, principalmente no que tange ao enquadramento dos movimentos seiscentistas como *revoltas antifiscais*. A principal questão remete-se ao fato de que tal visão colocou à margem outros ingredientes impulsionadores destes movimentos. Pensando na lógica de *campo de tensões* onde toda forma de resistência seria resultado de uma quantidade de motivações que se acumulam historicamente (HESPANHA, 1993, p. 88), tornou-se simplificador demais dizer que todas de contestações na época moderna tiveram a finta como a principal razão. Se enxegarmos os tributos como faísca para acender o barril de pólvora, talvez tenhamos uma visão muito mais próxima daquele momento.

No entanto, as elucidações trazidas por Figueiredo, avançam historiograficamente no momento em que voltam no tempo e recuam as contestações até então vistas somente para os séculos XVIII e XIX – como, por exemplo, a Guerra dos Emboabas, a Revolta de Vila Rica, a Inconfidência Mineira, a Conjuração Baiana e a Insurreição Pernambucana (BOXER, 2000; MELLO, 2003; FURTADO, 2002; JANCSÓ, 1996) – para o século XVII. Assim, o autor traz à luz movimentos que tinham uma única intenção: ajustar suas necessidades locais e negociar com a monarquia lusitana a condição de seus súditos. Na prática, o que foi feito corresponde à demonstração que nem sempre os homens que viviam do outro lado do Atlântico se enxergavam como explorados e condenados à prática colonial. Para ele, os súditos locais tinham direitos frente à monarquia, angariados com o processo de conquista do território americano. Tais direitos são acionados e relembrados por estes homens durante todo o século XVII quando as portas de barganha entre o mundo metropolitano e o ultramarino ainda estavam abertas.

Assim, a Revolta da Cachaça pode ser incluída no rol de movimentos que possuem essa característica. De uma maneira bem genérica, podemos dividir em quatro grupos os trabalhos que se arriscaram nas avaliações sobre 1660-1661: aqueles que enxergam o momento como um *apêndice da trajetória da família Sá no Brasil*; outros que apontam como uma *insurreição ou motim*; os que enquadram como uma *revolução*; e por fim os que o descrevem como uma *revolta*. Isto significa dizer que, a maior divergência historiográfica existente sobre a resistência fluminense refere-se, muito mais, à forma de sua conceituação.

Como se sabe, grande parte da construção política e econômica do mundo lusoamericano foi feita pela *família Sá*. Inaugurada com o governador Martim Afonso de Souza, no início da política colonial portuguesa, no século XVII, esta família se espalhou pelo território brasílico em distintos cargos políticos e se tornou um dos principais conquistadores daquele espaço. As expedições denominadas "guarda-costas", a expulsão dos franceses do Rio de Janeiro, dos holandeses em Angola, a fundação da cidade do Rio de Janeiro, foram todos empreendimentos desta família.

Sobre Salvador Correia de Sá e Benavides, podemos dizer que seus antecessores construíram um verdadeiro império na capitania do Rio de Janeiro, transformando essa cidade em uma espécie de reduto dos Sá (BOXER, 1973), tendo, diminuído seu prestígio após os acontecimentos na região fluminense. Tanto que grande parte dos pensadores sobre a Revolta da Cachaça, diante da longevidade desta família no controle daquela capitania, construiu a imagem de movimento atrelado à *história dos Sá no Rio de Janeiro*.

Luis Norton publicou seu trabalho na década de 40, intitulado *A Dinastia dos Sás no Brasil* e afirmava que a família era formada por verdadeiros "varões ilustres", e sua história uma "lição de heróis, epopeia de uma família constituída por homens criadores de nações, obreiros da formação e reintegração cristã do novo império" (1943, p. V). Ainda com tom de exaltação, assim descreveu seu principal personagem:

"(...) Restaurador de Angola, não admiramos apenas o governador do Rio de Janeiro, vencedor dos holandeses na Bahia e em Luanda, o dominador do Rio de Prata e almirante dos mares do sul. Acima de sua glória de conquistador e combatente está a sua obra imperial de administrador e político da Restauração, como reintegrador do Brasil, defensor prático da política atlântica e animador do programa triangular das rotas marítimas que deviam estreitar Portugal do Brasil e o Brasil a Angola. Neste aspecto a sua ação é pouco conhecida" (Idem, p. VIII).

Fazendo uma síntese da vida do governador, Norton, valoriza suas ações colocando praticamente a situação de desenvolvimento econômico, político e de prestígio do Rio de Janeiro em suas atitudes. Se este administrador régio é um "herói", automaticamente a *revolução* de 1660, assim como ele denomina, foi uma injusta conspiração contra a oligarquia construída pelos antepassados de Salvador Correia de Sá. Logo, a reação do governador às atitudes dos *revolucionários* corresponderia a uma *contrarrevolução*.

Outro texto que não foge da tendência de Norton, *Memórias do Descobrimento da Fundação da Cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro* de Antonio Duarte Nunes deixou claro logo em suas primeiras palavras que se debruçaria sobre a família Sá (In RIHGB, Tomo 21, 1858). No que tange ao governador, caracterizou sua gestão como uma inversão na prática colonial da D. Luisa de Gusmão, regente de D. Afonso VI, onde a monarca teria desligado a região sul do Estado do Brasil através da constituição de uma milícia própria de defesa daquela capitania. Para o autor, os méritos foram todos de Salvador de Sá. Porém, o

mais curioso em sua interpretação sobre aquele momento, remete-se as razões do movimento de 1661 a que ele atribui:

"(...) instigados por malévolos que invejavam a glória do Governador Geral do Sul e não podiam sofrer que os Correias de Sás se achassem exercitando os cargos principais da república para que haviam sido nomeados por Sua Majestade. Não se lembrou mais o povo que esta família a quem ele era devedor de tantos e tão grandes benefícios tinha conquistado, fundado, aumentado, defendido e governado, muitas vezes a Capitania do Rio de Janeiro, sempre com aprovação dos soberanos e notória conveniência dos súditos" (Idem, p. 40).

Logo, a revolta era resultado da inveja de famílias do Rio de Janeiro oriundas da disputa de cargos políticos, bem como o autor ressaltou que tais atitudes eram injustas perante o papel de conquista, da fundação, do aumento, da defesa e do governo dos Sá naquela capitania. Podemos perceber que os revoltosos estariam inconformados e indignados diante do autoritarismo e benevolência do governador, reivindicando alterações.

Referendando os dois trabalhos anteriores, a obra de Othon Bastos, *A Cidade dos Sás* voltou-se para o estudo dos principais membros dessa família, destacando suas ações na capitania do Rio de Janeiro (BASTOS, 1960). Também considerando a região como um reduto fechado familiar, Bastos ressaltou que Salvador de Sá foi um dos mais fiéis vassalos da monarquia portuguesa, principalmente depois de 1640, tendo ali realizado festas para aclamar o novo rei, D. João IV, mesmo perpetuando as relações sociais e econômicas com a América hispânica adquirida no momento da União Ibérica. Ao esbarrar, na revolta de 1660, apontou-a como a primeira crítica séria a gestão dos Sá ao longo de anos de administração, mas fruto de um governo acidentado de Salvador de Sá (1660-1661), diferente do que tinha ocorrido em suas outras duas gerências.

Mais preocupados com os Sá do que com a Revolta da Cachaça, esses trabalhos veriam o movimento como algo negativo porque ia contra uma administração tida como memorável, brilhante e importante para a capitania. Muito dessa visão, ainda estava atrelada a uma historiografia tradicional, positivista, produzida e difundida no Brasil pelo IHGB, no qual se valorizava heróis e grandes personagens da elite colonial, neste caso Salvador Correia de Sá e Benavides.

No segundo grupo de visões sobre o movimento, pode-se vislumbrar não mais uma preocupação em associar o conflito à insubordinação "sem razões" dos súditos fluminenses, mas sim sua caracterização como um movimento sem força, corriqueiro, uma simples rebelião, já que a classificavam como um *motim* ou *insurreição*. O primeiro a inaugurar essa tendência foi Francisco Adolfo Varnhagem, em seu clássico trabalho, *História Geral do Brasil (1936)*. Extremamente influenciado pela proposta de leitura e interpretação do Brasil difundida pelo IHGB, o autor considerou o movimento de 1660 uma quase *guerra civil*, cujo principal motivo teria sido a implementação de impostos por Salvador Correia de Sá e

Benavides a contragosto da população. No que tange às questões concernentes à Companhia Geral do Comércio do Brasil, acreditava que foi um elemento para agravar o embate entre os grupos, já que o órgão conseguiu o privilégio e proibiu as atividades comerciais de gêneros essenciais para o dia-a-dia do súdito fluminense, cujos maiores beneficiadores eram os membros da família Sá.

Quando se remeteu ao movimento, Varnhagem ressaltou que os revoltosos foram reconhecidos como fiéis vassalos da Coroa portuguesa, mesmo usurpando o cargo do administrador por ele indicado para o representar em terras ultramarinas. Logo, o autor conseguiu reconhecer os acontecimentos do Rio de Janeiro em benefício do rei, questão pouco aventada pela historiografia subsequente. Inclusive, chegou a apontar que Agostinho Barbalho Bezerra, o governador escolhido pela população durante a revolta, que ganhou como distinção de sua fidelidade a Portugal o direito de administrar a Ilha de Santa Catarina, o governo de Paranaguá e a fiscalização das minas daqueles respectivos distritos (Idem, p. 255).

A interpretação de Varnhagem foi uma visão definitiva para historiografia, mesmo não se tratando de uma obra que privilegiou discutir exclusivamente a Revolta da Cachaça. Quando falamos no caráter peremptório, temos a intenção de apontar que suas impressões deixaram uma marca de longa duração nos trabalhos sobre o movimento posteriores ao seu. Foi o que aconteceu com seu contemporâneo, José Maria da Silva Paranhos. Seu trabalho, *Efemérides Brasileiras*, configurou-se como um apanhado linear de datas e fatos considerados importantes pela história do Brasil, no sentido positivista e característico do século XIX de tentar construir uma memória oficial nacional (PARANHOS,1945). Neste caso, este trabalho tornou-se um bom manual cronológico para a compreensão do cotidiano dos revoltosos fluminenses. Caracterizada como uma *insurreição*, suas linhas fazem uma síntese rápida dos momentos elementares que circunscreveram o conflito, como: a viagem de Salvador de Sá e Benavides; a tomada do governo pelos revoltosos; a reação do governador, e o fim da insurreição. Sendo assim, o autor, no que tange à revolta, não conseguiu dar conta de todo o conflito, muito mais se pautando na elaboração de um esboço de interpretação do que em um estudo aprofundado sobre aquele episódio.

Outra obra que também se debruçou sobre este formato de conceituação é *Aparências do Rio de Janeiro*, de Gastão Cruls (1965). O autor, preocupado em entender a história fluminense, reservou um capítulo para discussão sobre as lutas e motins no século XVII, no qual incluiu nosso objeto de estudo. Com um texto bastante sintético, Cruls elaborou uma divisão destes momentos em lutas externas e lutas internas. Concernente ao primeiro, destacou a constituição da França Antártica e a construção da cidade do Rio de Janeiro, a retomada de Angola por Salvador Correia de Sá e Benavides, e a expulsão dos holandeses após tentativas frustradas de contato com a localidade. No que se refere às lutas internas, enfatizou a pendenga religiosa que envolvia os jesuítas e os moradores da cidade, os protestos

populares contra as fintas, bem como as críticas desencadeadas contra a Companhia Geral do Comércio. Assim, sobre a revolta, o autor acreditou que duas motivações tenham gerado o impasse: o imposto e a companhia de comércio. Tais problemas tiveram uma conseqüência drástica para a família Sá, pois Cruls também assinalou que a *insurreição de 1660* poria fim ao domínio desta família naquela localidade.

Em uma síntese geral, podemos acreditar que esses autores que consideram o conflito como uma insurreição, um motim ou uma forma de luta, preocupavam-se em não listar os feitos dos Sá nas regiões fluminenses, por isso, já viam a revolta como algo legítimo e válido para a solução dos problemas coloniais dos súditos fluminenses. Logo, o que eles demonstravam é que os homens que viviam no Rio de Janeiro tinham direitos legítimos em suas manifestações contra a administração dos Sá, principalmente depois de iniciaram uma política de aplicação de impostos sem consulta popular. Aqui, a Revolta da Cachaça saía da condição de humilhação contra uma família construtora do espaço fluminense para um reparo de uma situação desconfortável para os homens fluminenses.

Parece que o resgate positivo feito por esses últimos autores levou a historiografia sobre o movimento a uma situação corriqueira a quase todas as análises sobre uma forma de resistência colonial: a sua supervalorização. Assim, o conceito de insurreição, motim e luta passou a ser substituído automaticamente por *revolução*. O mesmo Luis Norton que apontava o movimento contra a família Sá como injusto, talvez tenha sido o primeiro a enxergá-lo em proporções hipertrofiadas, a partir do momento em que o remetia a uma *revolução contra o bem-estar do governo de Salvador de Sá* e a reação do governador como uma *contrarrevolução* sobre os amotinados.

Seguindo esta tendência, Nelson Costa, em uma obra comemorativa do aniversário da cidade do Rio de Janeiro, analisou os quatro primeiros séculos de sua história (COSTA, 1965). Nela, o autor não se prendeu aos fatos cronológicos, apresentando uma visão geral e conjuntural de cada centúria. Logo, para ele, o conflito também se desenhou como uma revolução, à qual ele chama de *bernarda*. Dessa maneira, Costa, o tempo inteiro oscilou na utilização dos conceitos de revolução e bernarda como sinônimos, esquecendo que este último remete-se muito mais a ideia de uma revolta do que revolução. Assim, existe uma certa contradição em sua argumentação, já que são nomeações distintas para o mesmo conflito.

Sobre as motivações que teriam levado à explosão do episódio, menciona:

"a situação econômica da Capitania, a animosidade dos moradores contra os Sás, velhos aliados dos jesuítas que se opunham à escravidão indígena dos silvícolas, pelos colonizadores entre o governador Sá e Benavides e a Câmara" (Idem, p. 36).

Interessante é notar, que Costa, ressaltou o problema da questão indígena local diante do seu controle pelos missionários, apontando como a política de alianças entre o

administrador e os religiosos, na visão dos moradores, prejudicaria suas atividades. Aqui, então, percebe-se o retorno à justificativa da má vontade dos colonos frente à dinastia dos Sá no Rio de Janeiro. Todavia, agora a questão passava pela não permissão da escravidão dos índios por parte dos representantes de Inácio de Loyola. Remontando a 1640, Costa deu ênfase à relação entre o Rio do Janeiro e a Vila de São Paulo, destacando as consequências muito mais graves para a segunda localidade (MONTEIRO, 2003).

Obra essencial para o estudo não só da Revolta da Cachaça como da história do Rio de Janeiro colonial, o trabalho memorialista de Vilvado Coaracy, *O Rio de Janeiro no Século XVII*, se debruçou especificamente sobre o Seiscentos, deixando pistas importantes para as lacunas documentais e historiográficas daquele período (COARACY, 1965). No entanto, a falta de rigor acadêmico, a inexistência da clareza de suas referências bibliográficas e documentais, e a completa ausência de um suporte teórico e conceitual, deu ao trabalho muito mais a visão de um ensaio do que uma obra histórica. Porém, não deve ser olhado como dispensável para a compreensão da história do Rio de Janeiro.

Dos trabalhos da primeira metade do século XX é o que mais se aprofundou nos meandros do conflito, desde a transferência de Salvador Correia de Sá e Benavides para a vila de São Paulo até os castigos e absolvições dos revoltosos. Ao construir sua argumentação sobre o episódio, Coaracy caracterizou 1660 como uma *verdadeira revolução*, destacando que pela primeira vez na América portuguesa a população havia deposto o seu governador a partir do surgimento do sentimento de *ânsia de autonomia local*, equívoco historiográfico se olharmos para história do governo-geral colonial e para a discussão sobre as ideias nativistas.

Outro clássico sobre a região fluminense no Seiscentos é Salvador de Sá e a Luta pelo Brasil e Angola, de Charles Boxer (1973). Valendo-se de um recorte temático e temporal mais específico, o autor estudou a vida do controverso governador do Rio de Janeiro, dando ênfase a suas administrações e ações naquela localidade. Utilizando trechos de fontes primárias (cartas, autos e alvarás), Boxer analisou também toda a trajetória da Revolta da Cachaça. Para ele, a principal razão que levou aos proprietários de terra fluminense a se rebelarem foi à aplicação do imposto predial<sup>3</sup>, chegando a destacar a existência de reações distintas ao movimento na sede do governo-geral e nas cortes portuguesas. Boxer, também preocupado com o complexo ultramarino português, foi o primeiro a ressaltar a existência de conflitos de natureza semelhantes espalhados pelos domínios lusitanos no mundo moderno, como, por exemplo, os casos da deposição de Mascarenhas Homem no Ceilão (1646) e a usurpação do governo do Conde de Óbitos, Vice-rei da Índia, em 1653. Porém, em termos comparativos, valorizou aquele que ocorreu no Rio de Janeiro em detrimento dos demais, pois suas repercussões foram mais longe, ilustrando a afirmativa com o afastamento dos Sá da administração da capitania do Rio de Janeiro. Além disso, afirma que "o movimento do Rio não foi uma insurreição violenta da multidão, e tampouco o trabalho de uma pequena facção; mas sim um movimento revolucionário de caráter popular, no exato sentido da palavra" (Idem, p. 340).

Diante deste quadro, chegamos a uma questão: por que não podemos considerar o conflito ocorrido no Rio de Janeiro de 1660-1661 como uma revolução? Segundo Reinhart Koselleck um conceito é o reflexo de um contexto, que, consequentemente, é extremamente ligado a questões históricas (KOSELLECK, 1993). Assim, todo conceito torna-se indicador, o que significa dizer que ele reflete a realidade histórica. Neste sentido, ao considerarmos a Revolta da Cachaça como uma revolução seria essencial a delimitação de seu significado na Época Moderna. Trabalhos sobre a cultura política do Antigo Regime, como aqueles elaborados por Quentin Skinner e Antonio Manuel Hespanha, demonstram que "revolução" na época moderna tinha o sentido de restauração e não de alteração total da sociedade, conforme a tendência que fora inaugurada com as revoluções francesa e russa já no mundo contemporâneo (SKINNER, 1996).

No momento em que estes autores associavam o episódio ao conceito de revolução seria fundamental a discussão deste significado de restauração, sem o qual automaticamente o leitor os remeteria às revoluções capitalistas e socialistas do mundo contemporâneo. E arriscamos dizer que as interpretações destes autores estavam muito mais voltadas para compressão do conceito de revolução como uma mudança ampla do que como restauração, o que se torna um equívoco ainda maior já que não percebemos alterações significativas no Rio de Janeiro após a eclosão da revolta. Em termos de mudanças na região fluminense, podemos destacar que o movimento de 1660 dotou os súditos locais como aqueles que tinham direitos e que usariam o recurso da resistência para fazer valer seus desejos. Neste sentido, o conflito tornou-se exemplar para entender os mecanismos e contradições do exercício de poder do Estado português e sua atuação nos domínios coloniais e, em contrapartida, demonstrou as necessidades dos homens ultramarinos em seu cotidiano. Por conta disso, os trabalhos que veem o movimento de 1660 como uma *revolta* não só se aproximam da proposta de interpretação aqui objetivada, como também, dariam melhor conta do entendimento desta realidade.

Dentre esses autores, cabe iniciarmos por aqueles que fazem menções em seu trabalho sobre a revolta, mas não sistematizam visões pormenorizadas sobre 1660. Apesar de compartilhar desta conceituação, Alberto Lamego Filho em *Terra Goytacá à Luz de Documentos Inéditos* não faz um estudo detalhado sobre a revolta (1945). O autor se debruçou em um breve levantamento da vida de Salvador Correia de Sá e Benavides, desembocando nas raízes motivacionais do conflito. Análise que faz utilizando-se de uma documentação primária nunca vista em outros trabalhos. Neste mesmo sentido, encontram-se as linhas de Alexandre Passos, que tem o mérito de justificar as atitudes de administrador fluminense:

"O General Salvador Correia de Sá e Benavides era apenas um produto da época em que viveu. Neto de um sobrinho de Mem de Sá, primo de Estácio, era natural herdasse, ao

lado dos bens materiais e honrarias, a prosápia, enquanto encontrava as melhores oportunidades para desempenhar altos cargos. Tinha o fraco de querer açambarcar muitas terras, como na questão de São Salvador dos Campos de Goytacazes, garantindo o futuro dos seus descendentes, da mesma forma que duas gerações garantiram o seu". (Passos, 1962, p. 181).

Interessante notar que Passos constrói a personalidade de Salvador de Sá a partir de sua família, demonstrando que a hereditariedade não foi só de bens e títulos, como também de caráter. Mesmo não utilizando o conceito de tirano, o autor reforçou o autoritarismo do governador em suas ações heroicas, traçando esse perfil como algo comum para a época colonial.

Outro trabalho que também mencionou a existência do conflito, mas não se preocupou em aprofundá-lo foi obra coletânea *História Geral da Civilização Brasileira*, em tomo organizado por Sérgio Buarque de Holanda. Este texto teve por objetivo analisar de forma generalizante a história do Brasil, mas mesmo assim deu atenção à existência do conflito no contexto posterior a União Ibérica (1580-1640), como uma espécie de conseqüência ou reflexo do término do domínio hispânico sobre a coroa lusitana (HOLANDA, 2003). No caso de Monsenhor Pizarro & Araújo e Adolfo Taunay, o primeiro utilizou um conjunto documental interessante (ARAÚJO, 1921) enquanto o segundo valorizou mais a relação entre São Paulo e Rio de Janeiro (TAUNAY, 1926), porém ambos deixariam as fontes falarem por si só, pouco estabelecendo intervenções ou emitindo opiniões sobre a revolta.

Trabalhos com a visão do movimento de 1660 como uma revolta tem uma elaboração maior com José Vieira Fazenda em *Antiqualhas e Memórias do Rio de Janeiro*. Privilegiando um estudo conjuntural, deu-se uma atenção especial aos seus elementos motivadores, sendo o pioneiro na construção da ideia de que a revolta fluminense desperta em seus moradores a concepção de grupo coeso e balizado em seus direitos (FAZENDA, 1921). Mas foi contraditório, quando enfatizou que a coesão não durou muito tempo, pois *depois o povo continuou como besta de carga, a suportar subsídios, impostos, fintas, contribuições, et relíquia, mas nunca se lembrou de fazer bernardas* (Idem, p. 33). Elemento curioso das linhas de Fazenda remete-se ao fato de que o trabalho foi escrito no mês de aniversário de 244 anos da revolta. Talvez devido a isso, o autor tenha usado um tom crítico, desolador e triste para mencionar a ausência de ideais mais libertadores e ímpetos exaltados para resistir aos desajustes dos tempos modernos.

Interpretação interessante encontra-se em Rodrigo Bentes Monteiro (2003). No seu *O Rei no Espelho*, estudou os mecanismos de construção da imagem régia nos súditos distantes, principalmente após a restauração portuguesa, onde houve uma maior necessidade de imposição de autoridade. Um dos caminhos trilhados pelo autor para compreender a relação entre os súditos e os monarcas foi a revolta, demonstrando a personificação de que as formas de resistência simbolizavam a grandiosidade das regiões ultramarinas. Para

Monteiro, as rebeliões, representariam para o rei a *natureza do seu poder*. Nesse sentido, o autor privilegiou duas revoltas: o conflito dos mascates do século XVIII, na capitania de Pernambuco; e a Guerra dos Emboabas, em São Paulo, no início da mesma centúria. A Revolta da Cachaça foi lançada em discussão no momento em que o historiador interpretou a aclamação de Amador Bueno na vila de São Paulo, em 1640, no lugar de D. João IV. A comparação foi feita porque envolvia o mesmo governador, já que as localidades estavam interligadas administrativamente<sup>4</sup>.

O autor acreditou que ambos os movimentos explicitavam a tentativa de conciliação e negociação entre o poder local com os interesses dos súditos ultramarinos, tendo como mediador o monarca. O governador e os súditos tinham interesses distintos, assim, esses conflitos desencadeavam resistências ao longo do período colonial. Entretanto, Monteiro encontrou divergências entre elas: as tensões no Rio de Janeiro revelariam problemas econômico-sociais, enquanto o caso paulista voltou-se para uma questão político-religiosa. Logo, a aclamação de Amador Bueno seria a demonstração de que a imagem do rei, recém restaurado, necessitava ainda ser construída em seus domínios americanos<sup>5</sup>.

No sentido inverso encontra-se o texto de Ciro Flamarion Cardoso e Paulo Henrique sobre o Rio de Janeiro. Ao tratar do movimento de 1660, os autores acrescentam uma discussão importante: o conceito de popular. Enquanto os demais trabalhos até aqui apontados denominavam o mesmo como movimento popular, Cardoso & Henrique delimitaram o termo popular para o século XVII como sinônimo de homem bom, ressaltando a origem dos irmãos Barbalho, descendentes de famílias abastadas que chegaram a administrar a capitania fluminense (CARDOSO & HENRIQUE, 1992).

O primeiro trabalho exclusivamente sobre a *Revolta da Cachaça* foi uma monografia de Graduação escrita por Júlio César Mendonça Gralha. Baseado no trabalho de Alexander Macfarlane, *Cultura do Capitalismo*, Mendonça apontou a sociedade colonial consciente do projeto mercantilista do Estado português, já que historicamente desenvolveu uma intensa relação entre os grupos nobres e os mercantis. Por conta disso, o movimento é colocado como popular, autônomo e liberal, despertando o medo real e concreto da perda de controle da Coroa portuguesa daquela localidade. Além disso, o papel da Igreja também pode ser avaliado no conflito, revelando sua aproximação com setores mais progressistas do que tradicionais (Gralha, 1993).

Preocupando-se com a questão econômica, Gralha construiu toda a argumentação do movimento para tentar demonstrar a hipótese que após a Revolta da Cachaça os grupos mercantis ascenderam à política fluminense, deixando de lado os setores agrários voltados para economia açucareira. A escala mercantil mencionada pelo autor, refere-se à tomada da legislação e da coerção da cidade, rompendo com a conceituação de fidelidade atribuída à região após 1640, quando realizaram festas para aclamar a ascensão de D. João IV. Acredito que a monografia deste autor tenha inspirado a primeira dissertação de mestrado sobre o

movimento: *Política Econômica no Rio de Janeiro Seiscentista: Salvador de Sá e a Bernada de 1660-1661* de Miguel Arcanjo de Souza (1994). Este historiador também pretendeu discutir exclusivamente a revolta, descortinando as relações entre a política e economia, observou as administrações de Salvador de Sá e teceu uma espécie de tipologia dos funcionários da burocracia real portuguesa que, como ele, extrapolara no exercício de suas funções (SOUZA, 1994, p. 4).

Assim, Souza nomeia o movimento como elitista porque tinha os grandes proprietários de terra do Rio de Janeiro como seus principais líderes e condutores. Suas motivações foram geradas por crises econômicas e financeiras enraizadas no mercantilismo lusitano aplicado em seus domínios ultramarinos, até porque a prática agrícola, industrial e mercantil portuguesa fora impulsionada por inadequações do exercício impróprio do sistema imposto por Portugal com os interesses locais. Logo, o conflito de interesses entre os grupos locais e as políticas implementadas pelo administrador régio na América tornaram-se incompatíveis, culminando na associação entre a câmara e a elite agrária para a derrubada do governador (Idem, p. 31).

Miguel Arcanjo de Souza deu destaque interessante à discussão sobre a questão municipal, ressaltando o espaço como o local de freio dos excessos cometidos pelos proprietários de terra ou daqueles que visavam minar os ditames régios. Mas foi exatamente usando as câmaras que os revoltosos conseguiram a ascensão do movimento, tendo um papel decisivo na tessitura da resistência. Inclusive, o espaço legislativo não apoiou a aplicação do imposto por Salvador Correia de Sá e Benavides, levando ao rompimento das relações com o administrador régio. A situação do conflito foi responsável por desenhar outras formas de contato entre os governadores do Rio de Janeiro e os membros do legislativo local.

Privilegiando a história local, Salvador Mata e Silva & Evadyr Molina em *São Gonçalo no Século XVII* inseriu o conflito no contexto da história deste município, justamente por que seu líder, Jerônimo Barbalho Bezerra, além de outros envolvidos, eram homens que possuíam terras na freguesia de São Gonçalo do Amarante (SILVA & MOLINA, 1997). Com uma escrita voltada para a valorização do local, os autores analisaram a transferência da Igreja matriz de São Sebastião (do morro do Castelo) para Igreja São José como uma das razões que levaram a eclosão da revolta, pois os moradores não aceitavam fazer um imenso deslocamento para exercer sua religiosidade. Tal causa não foi encontrada em nenhum outro autor, muito menos em documentos primários da revolta, que voltavam muito mais sua discussão para a questão do imposto predial e/ou restrições da Companhia Geral do Comércio do Brasil.

Fazendo uma tentativa de interpretação da leitura de Mata e Silva & Molina, podemos apontar como hipótese de que a atribuição do problema eclesiástico como elemento também responsável pela revolta revelou um problema tipicamente gonçalense, o que fez com que os autores ressaltassem o conflito como genuinamente local, principalmente porque seus líderes tinham conexões com aquela região. Essa visão precisa ser relativizada, já que apesar

de ter se originado na freguesia de São Gonçalo, o acontecimento de 1660 foi reflexo de um problema generalizado na capitania do Rio de Janeiro, tanto que um olhar mais cuidadoso na listagem de exigências dos revoltosos no momento em que assumiam a administração percebe como o movimento visava dar atenção às várias áreas daquela sociedade.

Todavia, é inegável o papel desta freguesia na construção, elaboração e desenvolvimento do conflito. Em um outro trabalho, tentei resgatar o papel de São Gonçalo na Revolta da Cachaça, sobretudo porque a freguesia havia se tornado, no século XVII, uma das mais importantes na conjuntura econômica da capitania do Rio de Janeiro (CAETANO, 2009). Especializada na produção dos gêneros açucareiros e em seus derivados, localizada na banda oriental da baía da Guanabara, a localidade não possuía privilégios políticos que acompanhavam seu desempenho econômico, por isso, usou o mecanismo da resistência para ampliar sua participação política na câmara e extinguir a proibição da produção de seu principal produto: a cachaça. A ideia não era somente mostrar o destaque gonçalense, mas também valorizar a localidade na conjuntura das conexões do Império ultramarino português. Além disso, tinha-se a intenção de enquadrar a Revolta da Cachaça no conjunto de movimentos sociais do século XVII, o que demonstrava a existência de conexões políticas, econômicas e ideológicas do Rio de Janeiro com o resto do império ultramarino português. Tal hipótese fora justificada através da discussão da linguagem política utilizada pelos amotinados no momento que escreviam ao rei e derrubavam o governador, utilizando discursos totalmente influenciados pela nova cultura política instaurada com a restauração portuguesa.

Muito desta discussão me foi apresentada não só pelo trabalho de *Portugal na Época da Restauração*, de Eduardo de Oliveira França (1997), com uma visão mais romântica da reconquista portuguesa; como também pelo conjunto da obra de Luciano Raposo de Almeida Figueiredo (1996; 2000; 2001; 2002). Através das informações de Charles Boxer do ricochete do século XVII, Figueiredo aprofundou tais discussões trazendo à luz movimentos como os da Bahia, Pernambuco, Rio de Janeiro e Ceilão. Neste caso, o movimento dos irmãos Barbalho no Rio de Janeiro teria como função primordial à superação de impostos e fintas instaurados na localidade por Salvador Correia de Sá e Benavides. Porém, mesmo sendo inegável o papel desempenhado pelo fisco para a composição das motivações que levariam a eclosão de revolta, acreditamos ser reducionista e aprisionador demais etiquetá-la com o presente rótulo. Olhar dessa forma, não abre brecha para entender as necessidades, por exemplo, da Freguesia São Gonçalo do Amarante ou descortinar a tessitura das relações políticas, sociais e de *status* estabelecidos pelo Antigo Regime e aplicados no mundo ibero-americano.

Repudiando o conceito de revoltas nativistas, Figueiredo esboçou uma importante discussão sobre identidade colonial, apontando que as formas de resistência de súditos ultramarinos seria um viés interessante para detectar a formação de identidades regionais, locais e específicas das capitanias ultramarinas. Além disso, considerou o homem colonial do século XVII ainda se vendo como um português, um súdito da coroa que exigia direitos a

partir do cumprimento dos seus deveres de respeito à autoridade, soberania e superioridade do monarca lusitano. Mas, destacou que sua alteração como papel de colono, em condições de exploração na lógica mercantilista, era acionada quando se acirrava a disputa na Europa pela hegemonia no continente, o que levou a falência do sistema mercantilista.

Por fim, o historiador também tem um importante papel ao burilar a conceituação de tirania e mau governo para os movimentos do século XVII. Usando das discussões neotomistas e de sua apropriação pela restauração portuguesa, o mesmo demonstrou como os súditos portugueses usavam e abusavam destes recursos do direito adaptando-os a lógica local, onde as vítimas seriam os governadores e não os monarcas. Neste caso, Figueiredo desenvolveu a sua maior contribuição dando um lugar oposto aos movimentos do século XVII para a historiografia, demonstrando que tais conflitos visavam beneficiar o monarca e não questionar suas atitudes enquanto soberano. Assim, o ricochete do Seiscentos era em prol do rei, discussão velada e sufocada por grande parte dos historiadores que buscavam as raízes da nacionalidade brasileira nos movimentos sociais ou aqueles que insistiam em revelar prematuras ânsias de liberdade nos domínios lusitanos na América. Voltando à Revolta da Cachaça, o historiador também nos arrolou uma quantidade inédita de documentos sobre o episódio, principalmente aqueles dos arquivos europeus, dentre eles Portugal, prática nunca vista em trabalhos anteriores. Mesmo não sendo um estudo exclusivo sobre o movimento, já que trabalha com Minas Gerais e Bahia, sua tese de doutorado é essencial não só para a compreensão do conflito no Rio de Janeiro, como também da lógica de funcionamento da engrenagem do mundo político colonial.

Logo, esperemos que com essa longa, morosa, mas importante discussão historiográfica sobre estes movimentos sirva para, em primeiro lugar, demonstrar que a produção histórica seguiu caminhos diversos no momento em que olhara esta manifestação; em segundo lugar, destacar que, como alguns que cometem o erro de demonstrar a ausência de trabalhos sobre essas revoltas, os mesmos existem, ainda que estejam dentro de obras que visem entender a história da localidade e não das revoltas; e, por fim, expor também de forma aleatória e introdutória, de que maneira tais obras se aproximam e/ou se afastam da proposta aqui pretendida de uma visão diferenciada daquele movimento. Considerada revolta, motim, bernarda, revolução ou insurreição, o movimento fluminense de 1660 demonstra uma insatisfação de grupos produtores locais que se viram vilipendiados pelas ações restritivas impostas por um governo que eles acreditavam que era para manter a paz e a ordem. Neste caso, além de ser uma tentativa de barganha e ajustes das dificuldades coloniais, a Revolta da Cachaça pode e deve ser entendida como um esforço destes súditos se fazerem presentes no projeto colonial açucareiro da coroa portuguesa para o Seiscentos, o que automaticamente lhes proporcionara maiores ganhos políticos. Logo, se a tempestade desabou é importante colher os frutos maléficos e benéficos da enxugada e, no caso de 1660-1661 podemos dizer que os efeitos foram positivos, porém, isso é uma outra história.

#### Notas

- \* Artigo baseado na dissertação: CAETANO, Antonio Filipe Pereira. Entre a Sombra e o Sol: a Revolta da Cachaça, a Freguesia de São Gonçalo do Amarante e a Crise Política Fluminense. Dissertação de Mestrado - UFF, Niterói, 2003, que recebeu menção honrosa no concurso de monografia Afonso Carlos Marques dos Santos/ 2008 (Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro).
- O primeiro é considerado o "cabeça do motim", não sendo a toa que foi perseguido e enforcado no final do episódio como todo "mártir" dessa natureza; o segundo foi forçado a fazer parte do mesmo devido ao entendimento de sua representação de pertencimento a uma elite agrária local adequada para gerir a capitania, sendo então aquele que governará a capitania durante a eclosão da revolta.
- <sup>2</sup> Neste caso, estamos entendo aqui o senso comum como livros didáticos e os grandes manuais de História do Brasil.

- <sup>3</sup> O imposto predial era cobrado sobre as casas que os proprietários de terras e outros moradores da cidade, no qual os preços variavam conforme o tamanho e localização do imóvel. Convertendo para atualidade, o imposto predial corresponde ao IPTU.
- <sup>4</sup> Cabe mencionar que sobre a Aclamação de Amador Bueno em São Paulo, Luis Felipe de Alencastro não concorda com a visão de Rodrigo Monteiro, mostrando-o muito mais como uma construção paulista do que como um fato que tenha efetivamente acontecido, principalmente por conta da ausência de documentos. Para isso, conferir Alencastro, 2001. Inclusive, recentemente, as duas visões foram colocadas lado-a-lado em artigos da Revista da Biblioteca Nacional, Ano 2, Número 14, Novembro, 2006: Rodrigo Bentes Monteiro, *O rei de São Paulo*, pp. 37-40; e Luis Felipe Alencastro, *Um Cheiro de Mistificação*, pp. 40-41.

#### Bibliografia

ARAÚJO, José de Souza Azevedo Pizarro e. *Memórias do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 10 Volumes, 1945.

BASTOS, Othon. A Cidade dos Sás. Rio de Janeiro: Departamento Editorial do Centro Carioca, 1960.

BOXER, Charles R. Salvador de Sá e a Luta pelo Brasil e Angola, 1602-1686. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1973.

\_\_\_\_\_\_. Idade do Ouro no Brasil: Dores de Crescimento de uma Sociedade Colonial. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000.

CAETANO, Antonio Filipe Pereira. Entre a Sombra e o Sol – A Revolta da Cachaça e a Crise Política Fluminense (Capitania do Rio de Janeiro, 1640-1167). Maceió: QGráfica Editora, 2009.

CARDOSO, Ciro Flamarion & HENRIQUE, Paulo. Río de Janeiro. Madrid: Editora Mapfre, 1992.

COARACY, Vivaldo. O Rio de Janeiro do Século XVII. Rio de Janeiro: José Olympio, 1965.

COSTA, Nelson. O Rio de Janeiro Através dos Séculos: A História da Cidade em seu IV Centenário. Rio de Janeiro: Edições Cruzeiro, 1965.

CRULS, Gastão. Aparências do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: José Olympio, 1965.

DARTON, Robert. "História da Leitura" In: Peter Burke (Org.) *A Escrita da História: Novas Perspectivas*. São Paulo: Unesp Editora, 1992.

FAZENDA, José Vieira. *Antiqualhas e Memórias do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 4 Volumes, 1921.

FIGUEIREDO, Luciano Raposo de Almeida "Além dos Súditos: Notas sobre Revoltas e Identidade Colonial na América Portuguesa" In: *Revista Tempo*. Rio de Janeiro: 7 Letras, Volume 5, N.º 10, Dezembro 2000, pp. 81-97.

\_\_\_\_\_\_. "O Equilíbrio Distante: o Leviatã dos 7 Mares e as Agruras da Fazenda Real na Província Fluminense, Séculos XVII e XVIII." Mimeo, 2002 (no prelo).

\_\_\_\_\_\_\_. "O Império em Apuros: Notas para o Estudo das Alterações Ultramarinas e das Práticas Políticas no Império Colonial Português" In: Júnia Ferreira Furtado (Org.) Diálogos Oceânico: Minas Gerais e as Novas Abordagens para uma História do Império Ultramarino Português. Minas Gerais: Humanitas/EDUFMG, 2001.

\_\_\_\_\_\_. Revoltas, Fiscalidade e Identidade Colonial na América: Rio de Janeiro, Bahia e Minas Gerais (1640-1769). Tese (Doutorado em História), Departamento de História, Universidade de São Paulo, 1996.

FURTADO, João Pinto. *O Manto de Penélope: História, Mito e Memória da Inconfidência Mineira de 1788-89.* São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

GRALHA, Júlio César Mendonça. *A Revolta da Muy Leal Cidade do Rio de Janeiro contra Salvador Correia de Sá e Benavides (Novembro de 1660 a Abril de 1661): Uma Tentativa de Análise da Sociedade Carioca do Século XVII.* Monografia (Graduação em História), Universidade Estadual do Rio de Janeiro, 1993.

HESPANHA, Antonio Manuel. "Revoltas e Revoluções: a Resistência das Elites Provinciais" In: *Análise Social*. Volume XXVIII (120), 1993, p. 88.

HOLANDA, Sérgio Buarque de (Dir.) *História Geral da Civilização Brasileira*. São Paulo: Bertrand Brasil, 2003, Tomo I – Época Colonial, Volume II – Administração, Economia e Sociedade.

JANCSÓ, István. *Na Bahia, Contra o Império: História do Ensaio da Sedição de 1798*. São Paulo: Hucitec, 1996.

KOSSELECK, Reinhart. "Uma História dos Conceitos: Problemas Teóricos e Práticos" In: *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, Volume 5, nº. 10, 1993.

LAMEGO FILHO, Alberto R.. *Terra Goytacá à Luz de Documentos Inéditos*. Paris: L'Edition d'Arte, 2 Volumes, 1945.

MELLO, Evaldo Cabral de. *A Fronda dos Mazombos: Nobres Contra Mascates, Pernambuco, 1666-1715.* São Paulo: Editora 34, 2003.

MONTEIRO, Rodrigo Bentes Monteiro. O Rei no Espelho. São Paulo: Edusp/Hucitec, 2003.

NORTON, Luis. *Dinastia dos Sás no Brasil (1558-1662)*. Lisboa: Agência Geral das Colônias, 1943, Nota Preliminar, p. V.

NUNES, Antonio Duarte. "Memórias do Descobrimento de Fundação da Cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro" In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Tomo 21, 1858.

PARANHOS, José Maria da Silva (Barão do Rio Branco). *Efemérides Brasileiras*. Rio de Janeiro: Ministério das Relações Exteriores. 1945.

PASSOS, Alexandre, O Rio de Janeiro no Tempo do Onca, Rio de Janeiro: Livraria São José, 1962, p. 181.

SILVA, Salvador Mata e & MOLINA, Evadyr. São Goncalo no Século XVII. São Goncalo: MEMOR, 1997.

SKINNER, Quentin, Os Fundamentos do Pensamento Político, São Paulo: Companhias das Letras, 2003.

SOUZA, Miguel Arcanjo de. *Política e Economia no Rio de Janeiro Seiscentista: Salvador de Sá e a Bernarda de 1660-1661*. Dissertação (Mestrado em História), Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1994.

TAUNAY, Adolfo. *História Seiscentista da Vila de São Paulo*. São Paulo: Typografia Ideal, 4 Volumes, 1926-1929.

VARNHAGEM, Francisco Adolfo. História Geral do Brasil. São Paulo: Melhoramentos, 3 Volumes, 1936.

# Relações étnicas no setor de transporte: carregadores, cocheiros e carroceiros no Rio de Janeiro (1824-1870) <sup>1</sup>

Paulo Cruz Terra

Doutorando em História Social no Programa de Pós-Graduação
em História da Universidade Federal Fluminense

#### **RESUMO**

O presente artigo parte da constatação de que conviviam no setor de transporte no Rio de Janeiro, ao longo do século XIX, trabalhadores escravizados e livres, em sua maioria africanos e portugueses. Busco, então, entender quais as possíveis referências sobre transporte terrestre trazidas de suas terras de origem, e como essas informações foram reescritas no contexto brasileiro. Além disso, pretendo analisar quais as relações de conflitos e solidariedades tecidas entre os diferentes trabalhadores, e como foram reconstruídas as identidades étnicas.

**Palavras-chave:** identidades étnicas; Rio de Janeiro; transporte

#### ABSTRACT

The present article starts from the verification that enslaved and free people, in the majority Africans and Portuguese, worked together on the transport sector, during the 19th century. It intends to discover which were the possible references about transport brought from their origin lands, and how this information was rewrite in the Brazilian context. Besides, it analyzes which were the relations of conflict and fellowship between the different workers and how the ethnic identities were rebuild.

**Key-words:** ethnic identities; Rio de Janeiro; transportation

n.3, 2009, p.27-40

Rio de Janeiro do século XIX é considerado um palco privilegiado para a análise das relações étnicas. A historiografia, por sua vez, geralmente tratou a questão das identidades étnicas relacionadas somente com a população africana da cidade. No entanto, apesar de possuir um enorme contingente de africanos, a cidade ganhou grande uma diversificação na sua população ainda na primeira metade do século. Gladys Sabina Ribeiro, por exemplo, propôs que não só o número no Rio de Janeiro, nesse período, foi bem maior do que estimado, como também constituiu um dos elementos cruciais do mercado de trabalho. Ribeiro propôs que, em 1834, os cinco mil portugueses representavam 21,51% dos trabalhadores livres adultos da Corte (RIBEIRO, 2002, p.148). O mercado de trabalho surge, então, como espaço importante para a análise não só das relações étnicas estabelecidas pela população africana no Rio de Janeiro, como também para as relações estabelecidas entre outros grupos que ganhavam vulto.

O setor de transporte de mercadorias e pessoas pelas ruas da cidade, por sua vez, foi visto pelos estudos como sendo praticamente monopolizado pelos carregadores negros, em sua maioria escravos ao ganho e africanos. Contudo, Ana da Silva Moura afirmou que os cocheiros e carroceiros teriam substituído os carregadores negros a partir de 1850, sem enfrentarem nenhuma concorrência significativa. Se antes o transporte de cargas era feito por cativos, a partir desse período ele passou a ser monopolizado pela mão-de-obra livre, primeiramente constituída por imigrantes portugueses e depois pelos trabalhadores nacionais (MOURA, 1988).

Apesar de questionar a afirmação de Moura de que a introdução dos cocheiros tenha se dado sem nenhum conflito, a indicação de trabalhadores livres, e entre eles muitos imigrantes brancos, fez com que eu refletisse sobre a caracterização do setor de transporte como formado exclusivamente por carregadores negros. Surgem, portanto, alguns questionamentos: Como se deu a convivência entre trabalhadores negros e brancos, em sua maioria africanos e portugueses, no setor de transporte entre 1824 e 1870? Quais as relações de conflitos e solidariedades tecidas, e como foram reconstruídas as identidades étnicas? Ao longo do presente artigo, tento responder essas questões.

#### Identidades dos trabalhadores

Tendo em vista que o Rio de Janeiro no século XIX era uma cidade escravista, uma primeira diferenciação entre os trabalhadores se dava entre os escravos e os livres. A tabela 1 apresenta a participação dos trabalhadores escravizados, libertos e livres no setor de transporte, segundo a documentação pesquisada. Para o período de 1824 a 1850, têm-se que 152 eram escravizados, três libertos, e 304 livres. Chama a atenção justamente o grande número de livres. Eles representavam 66,2% do total de trabalhadores, superando assim os escravizados (33,1%) e libertos (0,7%). Para o período de 1851-1870, os trabalhadores livres deixaram de ser maioria, embora ainda possuíssem um percentual considerável (30,4%).

Os escravizados, no entanto, tornaram-se a maior parte (68,6%), e os libertos mantiveram um padrão (1,0%).

Os dados demográficos demonstram que a população total do Rio cresceu pouco entre os censos de 1849 e 1872: de 266.466 para 274.972 habitantes. A maior mudança, no entanto, deu-se em relação à população escrava. Se em 1849 havia 110.602 cativos na Corte (41,5% da população total), em 1872 foram computados 48.939, representando apenas 17,8% dos habitantes do município (CHALHOUB, 1990, p.199).

Comparando os dados demográficos com os da tabela 1 vê-se que para a primeira metade do século XIX, quando o número de cativos do Rio de Janeiro chega a seu auge, os percentuais de escravos encontrados entre a população total desta cidade (41,5%) e entre os trabalhadores do setor de transporte (33,1%) não representou uma mudança muito gritante. Porém, ocorreu uma inversão em relação à segunda metade do século. Enquanto a população cativa da Corte regrediu vertiginosamente, passando a representar somente 17,8% dos habitantes, os escravizados tornaram-se maioria entre os trabalhadores do setor de transporte (68,6%).

Tabela 1: Trabalhadores do setor de transporte no Rio de Janeiro (1824-1870)

Período	Escravizados	%	Libertos	%	Livres	%
1824-1850	152	33,1	3	0,7	304	66,2
1851-1870	2766	68,6	36	1,0	1229	30,4

Fonte: AGCRJ- Códices 66.1.44 a 6.1.47, 39.1.30, 57.1.17, 57.4.10, 57.4.13, 57.4.4, 57.4.15, 57.4.18, 57.4.20; Luiz Carlos Soares. "Os escravos de ganho no Rio de Janeiro do século XIX". *Revista Brasileira de História*, 16 (Mar/ ago.1998). Marco Zero/ ANPUH. p.116; APERJ, Casa de Detenção, 01, 03 a 07.

Essa mudança provavelmente não ocorreu por uma maior entrada de cativos nesse setor, e sim por limitações das fontes. A documentação encontrada em relação à primeira metade do século XIX era muito reduzida. Tendo em vista a dimensão alcançada pela população cativa no final desse período, chegando o Rio a ser a cidade com maior número de escravos nas Américas por volta de 1850, a proporção de escravos ao ganho empregados no transporte deve ter sido muito maior.

As principais divisões dos escravizados no Rio, no século XIX, de acordo com Mary Karasch, estavam no lugar de nascimento, África ou Brasil. Em relação à primeira metade do século XIX, foi possível verificar que entre os ganhadores 2,51% eram crioulos, isto é, nascidos no Brasil, 70,85% eram africanos, e 26,64% não tiveram a nacionalidade declarada. O percentual de africanos não difere muito do presente no Censo de 1849, já que 33,1% eram brasileiros e 66,9% eram africanos, levando-se em conta somente a população negra (KARASCH, 2000, p.112).

Os africanos continuaram sendo maioria entre os escravos ao ganho na segunda metade do século XIX, 76,53% contra 15,97% brasileiros, e 5.5% não tiveram suas origens

n.3, 2009, p.27-40

especificadas (SOARES, 1998, p. 114-116). E entre os libertos presentes na documentação a distribuição foi praticamente a mesma. Sendo que africanos perfizeram 77%, os brasileiros 17% e os sem identificação 6%. Os únicos libertos que Luiz Carlos Soares mencionou ter encontrado em sua pesquisa, foram os que colocaram seus cativos ao ganho. É interessante perceber que os oito eram africanos, sete de nação mina (cinco homens e duas mulheres) e um de nação mina-nagô (homem) (SOARES, 1998, pp.128-129). Esses dados vão de encontro às pesquisas sobre alforrias no Rio de Janeiro, que apontaram justamente que os africanos eram maioria entre os alforriados.

Entre os escravizados encontram-se alguns identificados, por exemplo, como João Benguela ou José Mina (AGCRJ, Códice 6.1.44). "Benguela" e "mina" são termos de identificação genéricos, também conhecidos como "nações", criados no contexto do tráfico Atlântico, que poderiam denotar portos de exportação, vastas regiões geográficas, o estado ao qual estavam subjugados antes da travessia transatlântica, a língua que falavam ou, ainda, grupos étnicos particulares (ASSUNÇÃO, 2003, p.161). Segundo Mariza de Carvalho Soares, as "nações" redefiniam as fronteiras entre os grupos étnicos através da formação de unidades mais inclusivas, as quais ela denominou de "grupos de procedência". Quando instalados no Novo Mundo, os cativos se agrupavam em torno das ditas "nações". E, se essas eram inicialmente uma identidade atribuída, acabavam sendo incorporadas pelos grupos e "servindo, de forma alternativa ou combinada, como ponto de partida para o reforço de antigas fronteiras étnicas ou para o estabelecimento de novas configurações identitárias" (SOARES, 2002, p.60). Por mais que esses termos sejam imprecisos, eles apontam para as principais regiões exportadoras de escravizados da África.

Para a primeira metade do século, os dados que pesquisei apontam o Centro-Oeste Africano (60.3%) e a África Oriental (20.6%) como terra natal provável da maioria dos africanos envolvidos no transporte no Rio, os da África Ocidental computavam apenas 10.9%. Com relação à segunda metade, 44,4% dos cativos era proveniente do Centro-Oeste Africano, 23,5% da África Ocidental, 13% da África Oriental, enquanto 19,1% dos africanos eram de nações desconhecidas (SOARES, 1998, pp.115-116). Apesar das diferenças entre os percentuais relativos à África Ocidental e Oriental, os dados apontam o Centro-Oeste como principal região de onde vinham os escravos que trabalhavam ao ganho na cidade do Rio de Janeiro no século XIX.

Os dados das licenças se assemelham aos encontrados para a cidade. Karasch apontou que antes de 1811, 96,2% dos escravos do Rio vieram do Centro-Oeste Africano. Embora o número tenha diminuído após isso, nunca caiu para menos de 66%. Em nenhum período os escravos provenientes da África Ocidental chegaram perto de um quarto do tráfico para o Rio, pois menos de 2% eram importados diretamente dessa região. A porcentagem mais alta (6% a 7%) de africanos ocidentais na cidade reflete o tráfico entre a Bahia e Rio, principalmente depois de 1835. A importância crescente da África Oriental na cidade reflete-

se na porcentagem do número de escravos vindos dessa região, entre 16,8% e 26,4% dependendo do período (KARASCH, 2000, p.50).

Apesar de não constituírem a maioria entre os africanos alforriados, no período de 1790 a 1864, os minas representaram a maior parte dos libertos entre os trabalhadores do transporte. Segundo Sheila Faria, os minas, no Rio de Janeiro, criaram uma organização, baseada na tradição, muito poderosa e que perdurou por décadas. Eles teriam formado uma "elite", capaz "de articulações específicas para se libertar do cativeiro, enriquecer e se tornar visíveis aos olhos da sociedade escravista do Brasil" (FARIA, 2004, p.137). Existem indícios de que os minas tenham dominado o carregamento de café e formado uma caixa de resgate que a cada ano alforriava alguns de seus membros. Não parece ser, portanto, mera coincidência que eles tenham conseguido ser majoritários entre os alforriados do setor de transporte.

Dessa forma, os escravos e libertos ao ganho, e entre eles uma grande massa de carregadores, que circulavam pelas ruas da cidade eram em sua maioria africanos, tanto na primeira quanto na segunda metade do século XIX. No entanto, apesar de os africanos serem muitos, o mercado de trabalho ao ganho carioca, e mais especificamente o setor de transporte, ganhava cores diferentes ao longo do século. O português Antonio Jose Lameira, por exemplo, morador na Praça da Aclamação nº49, apresentou, em 30 de abril de 1846, um pedido de licença para uma carroça (AGCRJ, Códice 57.4.10). Manoel Ribeiro, também português, requisitou igual solicitação em primeiro de março de 1847 (AGCRJ, Códice 57.1.17). Assim como eles, outros 171 portugueses enviaram pedidos de licenças para seus veículos na primeira metade do século. Dessa forma, os trabalhadores lusos representaram 56,2% de todos os trabalhadores livres do período no setor de transporte.

Embora o número de imigrantes portugueses que entraram na cidade do Rio de Janeiro a partir de 1850 ter aumentado consideravelmente, o percentual deles decaiu entre os trabalhadores do setor de transporte. Eles passaram a representar 20,1% do total de trabalhadores livres, mas é bem provável que estivessem em um número muito maior. Entre os trabalhadores livres da Casa de Detenção identificados como cocheiros e carroceiros, por exemplo, os lusos perfizeram 75%, no período de 1860 a 1870.

A documentação da Casa de Detenção permite traçar um perfil dos imigrantes portugueses envolvidos no transporte. As regiões de onde vinham se assemelham com as encontradas para a população lusa na cidade, sendo a maior parcela originária do Norte (principalmente Porto), e um contingente considerável dos Açores. O carroceiro Antonio Caetano, por exemplo, nasceu na Ilha de São Miguel (Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro [APERJ], Casa de Detenção, 05). A diferença é que entre os cocheiros e carroceiros presos não apareceu nenhum vindo de Lisboa, apesar deles representarem 26% dos imigrantes.

Porém, os portugueses não eram os únicos estrangeiros presentes entre os trabalhadores livres envolvidos no transporte. Depois dos lusos, os estrangeiros com maior

n.3, 2009, p.27-40

representatividade eram os espanhóis, seguidos pelos italianos, alemães, franceses, ingleses e suecos. No entanto, além de europeus envolvidos, foi possível encontrar também americanos, argentinos e uruguaios.

Os brasileiros correspondiam a 24,3% na primeira e 5,3% na segunda metade do século XIX. O percentual diminuiu bastante, mas é bem provável que grande parte dos brasileiros estivesse incluída entre aqueles sem identificação, principalmente no que concerne à segunda metade do século XIX. Entre os 20 brasileiros identificados como cocheiros e carroceiros, detidos na Casa de Detenção, dez eram pardos, cinco pretos, dois brancos, um moreno e dois sem identificação. Isso indica que os brasileiros livres presentes não eram necessariamente brancos, pelo contrário, já que a maior parte era de pardos.

Os que não tiveram a nacionalidade declarada foram 16,5% na primeira e 72,7% na segunda metade do século. Moura notou que a partir de 1853 o item nacionalidade só era especificado se o requerente fosse estrangeiro. A conclusão da autora é de que os que não tiveram a nacionalidade declarada eram brasileiros, sendo assim a participação da mão-de-obra livre nacional teria se tornado predominante na segunda metade do século (MOURA, 1988, p.40).

No entanto, eu percebi que a nacionalidade deixou de ser anotada principalmente a partir de 1862, que não por coincidência foi o ano dos relatórios dos fiscais de freguesia a que tive acesso, sendo que o dado da nacionalidade não apareceu em nenhum deles. Analisando os nomes dos requerentes presentes nos relatórios e que também realizaram pedidos em outros anos, verifiquei que vários deles eram portugueses, o que fez pensar que os estrangeiros não necessariamente tiveram uma participação muito menor na segunda do que na primeira metade do século, mas de que o dado da nacionalidade deixou de ser marcado nas licenças.

De qualquer forma, foi possível constatar que o setor de transporte no Rio de Janeiro, entre 1824 e 1870, era formado principalmente por estrangeiros, já que os africanos eram maioria entre os escravizados e libertos, enquanto os portugueses eram majoritários entre os trabalhadores livres com a nacionalidade declarada. Procurei, então, entender quais as informações sobre o transporte terrestre trazidas por eles e as possíveis relações com o setor de transporte carioca.

#### Transporte em Portugal e na África

Portugal foi descrito pela bibliografia como um país, ao longo do século XVIII e no início do XIX, em que a carência de estradas era gritante, sendo os meios de transporte terrestres restritos, morosos e incômodos. Em meados do século XVIII, continuava a viajarse como nas épocas anteriores. Embora algumas pessoas levassem as cargas sobre o próprio corpo, o uso de animais – principalmente mulas, cavalos e bois – foi generalizado no transporte de pessoas e cargas (MATOS, 1980, p.358).

Diversos veículos presentes no Rio de Janeiro no século XIX eram os mesmos que os imigrantes portugueses conheciam em suas terras. Os que eram oriundos do campo conheciam as carroças e carros de bois – principais veículos do meio rural português – e possivelmente as liteiras e as redes. Os imigrantes vindos das cidades, ou aqueles que já haviam estado nelas, conheciam as diferentes carruagens, sendo a sege a mais comum, e também o serviço de aluguel de veículos. Segundo Artur Teodoro Matos:

"Embora se desconheça a data do estabelecimento dos carros de aluguer em Lisboa, o facto de um edital de 8 de novembro de 1766 regular tal prática leva a recuar para a época anterior a sua criação. É na centúria seguinte que vários editais da Câmara Municipal regulamentam o seu trânsito, quer fixando os preços e estipulando as obrigações dos bolieiros, quer demarcando os locais onde era permitido fazer praça ou mesmo impondo sentidos de percurso em determinadas ruas" (Matos, 1980, p.395).

Chama atenção que o esquema de fiscalização e regulamentação implementado pela Câmera Municipal de Lisboa, citado na passagem acima, não diferia muito das medidas feitas pela Câmara do Rio de Janeiro.

Se em Portugal os animais e veículos eram utilizados no transporte de pessoas e mercadoria, os carregadores ocupavam esse lugar nas regiões africanas que mais mandavam escravos para o Brasil. Enquanto no Rio de Janeiro os carregadores foram descritos como essenciais no transporte de mercadorias e pessoas dentro do espaço urbano, no contexto africano a importância desses trabalhadores estava justamente relacionada ao transporte de mercadorias no comércio entre as vilas e as cidades.

Através da bibliografia pesquisada, foi possível encontrar dados, que, embora ainda sejam escassos e fragmentados, permitem verificar que os carregadores tinham um papel crucial no transporte de mercadorias dentro das caravanas de comércio. A importância desses carregadores no caso de Angola, por exemplo, não estava ligada somente ao fato dos rios da região não serem navegáveis, mas, como mostrou o *Almanak Statistico da Província d'Angola e suas Dependências para o ano de 1852*, também não eram utilizados animais de carga para o transporte:

"A indústria comercial, que é indubitavelmente de grande importância nestes reinos, cujo tráfego está inteiramente dependente do comércio interno, e este de boas vias de comunicação, e do estabelecimento de feiras em lugares fixos e dias determinados, sem cujo concurso a riqueza produtiva do interior se torna nula para o desenvolvimento da indústria comercial. Já se vê pois que falamos da falta de estradas e de animais próprios conduzirem por elas os gêneros de exportação, e os de consumo do país, aos mercados de Luanda e Benguela.

Quase todos os caminhos por onde tem que transitar os habitantes desta vasta região (falamos dos pretos carregadores) são escabrosos, serros, despenhadeiros, e as vezes matas

n.3, 2009, p.27-40

impenetráveis, cujos pretos suprem aqui a falta de animais de carga, sistema inumano que deve merecer a solicitude do nosso governo, substituindo-os por caravanas de camelos e de hois cavalos".

Os carregadores eram geralmente recrutados entre os escravos ou a partir de acordos com chefes africanos locais, que cediam a mão-de-obra. O pagamento pelo serviço ocorria em menor escala, embora estivesse previsto na legislação, como no caso de Angola. A principal diferença em relação ao Brasil, é que lá percebe-se a utilização de mulheres para o carregamento de mercadorias, como ocorria na África Oriental e na Yorubalândia.

É interessante ressaltar o fato de existirem redes e liteiras para o transporte de pessoas na região do Congo-Angola, e que elas eram carregadas da mesma forma que no Brasil, isto é, suas extremidades eram presas em uma vara que era colocada nos ombros dos carregadores. Esse tipo de transporte aparece nas imagens consultadas, sendo utilizado tanto por europeus quanto por africanos. O que interessa aqui é que esses mesmos meios encontravam-se também no Rio de Janeiro no século XIX, o que permitiria que os negros empregados em seu carregamento já os tivessem conhecido anteriormente, e provavelmente também as táticas para melhor transportá-los.

Provavelmente os carregadores do Rio também faziam uso de experiências em suas terras de origem quando negociavam os preços das tarefas a serem realizadas, decidiam o tamanho da turma dependendo da quantidade do volume e dos pesos das cargas, ou a compartilharem uma visão do que era o serviço justo. Algumas dessas atitudes foram encontradas, por exemplo, no relato da expedição a África Oriental organizada por Dr. Lacerda e Almeida, em 1798. Ele afirmou que quando estava a esperar parte do grupo de carregadores que se atrasara, foi informado por um tenente que eles tinham ficado num recanto distante, "não querendo adiantar-se nem recolher ceder às instâncias dos oficiais e soldados que os acompanhavam, vendo-se obrigados a ceder e calar porque os cafres já tinham pegado nos arcos e nas flechas, armas que jamais largam de si, por mais carregados que estejam" (LACERDA, 1989: 92). Já no dia 17, Dr. Lacerda e Almeida expôs que "todos os cafres se juntaram e disseram que neste dia queriam ficar nessa povoação" (LACERDA, 1989, p.95).

Os carregadores africanos no Rio de Janeiro poderiam ainda ter usado sua experiência anterior quando se reuniam para comprar a liberdade. Segundo o depoimento de J. B. Moore, ao *Select Comittee on the slave trade*, os carregadores minas de café do Rio de Janeiro adiantavam dinheiro para a alforria um dos outros, sendo reembolsados por prestações mensais (Cf. CUNHA, 1985, p.34). Charles Ribeyrolles, por sua vez, afirmou que negros minas da cidade formavam uma corporação entre si, e que sustentavam uma caixa de resgate que a cada ano alforriava e remitia alguns às terras africanas (RYBEYROLLES, 1975, pp.208-209).

Caixas de poupança semelhantes a essas também existiam na região da África Ocidental, de onde vinham os escravos chamados minas no Rio de Janeiro. Lá, elas eram chamadas de

osusu entre os Esan, e de esusu na Yorubalândia. O componente principal delas era que cada membro tinha objetivos econômicos específicos que pretendiam atingir. Ao reunirem-se, eles juntavam capital para que cada um pudesse começar seus projetos (OGBOMO, 1995, p.17).

A música também estava fortemente associada ao trabalho de quase todos os tipos de carregadores do Rio na primeira metade do século XIX. Ela pode ser vista como mais uma forma que os africanos utilizaram para reinscreverem seus conhecimentos, sob o jugo da escravidão, no processo de trabalho do transporte no Rio de Janeiro no século XIX. As músicas entoadas pelos carregadores negros do Rio possuem muitas semelhanças com outras canções de trabalho cantadas por trabalhadores negros de outras partes do Mundo Atlântico. Semelhanças como o fato de fazerem parte do processo de trabalho em si, seja dando-lhe ritmo ou fazendo com que ele passasse mais rápido, ou ainda na forma como eles cantavam essas canções, a "chamada e resposta", além de empregarem constantemente a improvisação.

Essas são apenas algumas indicações de possíveis relações entre a experiência dos carregadores negros no Rio de Janeiro e as vivenciadas por eles nas terras africanas. Não quero com isso, buscar correlações diretas, pois, como alertou Mariza Soares, "o historiador das Américas está lidando com indivíduos e segmentos de grupos africanos que encontraram na reorganização étnica uma alternativa para enfrentar o cativeiro" (SOARES, 2002, p.59). É necessário, portanto, estar atento para o fato de que as configurações das identidades étnicas estão atreladas a fatores como o contexto político, a localidade, entre outros.

#### Relações étnicas no setor de transporte

Mary Karasch afirmou que "os senhores aproveitaram a tradição do ofício de carregador na África e os extraordinários poderes de resistência que certos africanos desenvolviam" (KARASCH, 2000, p.549). Ela baseou essa informação no relato de Joachim John Monteiro, que teria viajado, em Angola, em rede com pouca bagagem, por uma distância de cerca de 200km, em apenas quatro dias com oito carregadores que, sem mostrar cansaço, dançaram várias noites.

O aproveitamento no Rio de Janeiro da tradição africana de utilizar carregadores cativos parece bem claro a partir das evidências de que eles eram numerosos na cidade. Poderia se pensar que seu uso disseminado se deu por que até a metade do século XIX eram poucos os veículos e animais de montaria. Por outro lado, os senhores teriam se oposto à introdução de novos meios de transporte, como os veículos, por que perderiam a renda que ganhavam em cima dos seus escravos carregadores colocados ao ganho (DEBRET, 1989, p.234; KARASCH, 1975, pp.377-378).

No entanto, não só os senhores cariocas parecem ter auferido vantagens do ofício dos carregadores. Se nas regiões africanas analisadas o carregamento era tido como uma função odiada, por causa do valor coercitivo que representava, ele tornou-se uma das opções mais

n.3, 2009, p.27-40

prestigiadas entre os cativos africanos quando reinscrito no contexto urbano do Rio de Janeiro no século XIX. Tendo em vista que a maioria dos homens empregados nessa atividade trabalhava aqui como escravos ao ganho, o carregamento propiciou que eles pudessem passar mais tempo longe dos senhores – embora as forças policiais sempre reafirmassem sua condição de cativos – e até mesmo se organizassem para a compra da liberdade.

Com relação aos cocheiros e carroceiros, não parece ser mera coincidência ter encontrado um grande número de portugueses nesse ofício. Mesmo que não tivessem trabalhado especificamente no setor de transporte, os imigrantes lusos conheciam veículos como seges e carroças, pois a utilização deles era altamente disseminada em seu país. A estrutura de fiscalização e regulamentação do serviço de transporte encontrada aqui era muito semelhante a das cidades portuguesas.

Dessa forma, tradições de transporte africanas e portuguesas se encontraram no Rio de Janeiro do século XIX. Foi possível constatar algumas continuidades, no sentido de que os africanos constituíram a maioria entre os carregadores no Rio, e os portugueses estavam em grande quantidade entre os cocheiros e carroceiros. Contudo, essas tradições ganharam novos sentidos na medida em que o setor de transporte se tornou um campo de conflito numa cidade em que cresciam as disputas pelo mercado de trabalho ao longo do século. A entrada cada vez maior de imigrantes portugueses na cidade do Rio de Janeiro, e a diminuição da população cativa, fez com que ficasse mais acirrada a disputa nesse mercado ao longo da segunda metade do XIX.

Sendo assim, o fato de os portugueses terem entrado no crescente serviço de transporte com veículos foi com certeza pautada na experiência em sua terra de origem. Mas quando essa tradição foi reinscrita no contexto carioca significou a possibilidade de distinção em relação aos carregadores, cuja figura estava altamente atrelada ao trabalhador cativo, além da reserva de uma parcela de um mercado de trabalho cada vez mais competitivo.

Foi possível perceber uma hierarquização no setor de transporte, como Ribeiro afirmou ter encontrado de forma mais geral para o mercado de trabalho carioca na primeira metade do século. Segundo essa autora, os portugueses teriam reservado para si as melhores oportunidades, marginalizando os escravizados e libertos. No caso específico do transporte, o que diferenciava e hierarquizava era a forma de conduzir as pessoas e objetos.

O fardo de se conduzir mercadorias nos ombros ou sob as cabeças era com certeza maior do que transportá-las em veículos. Além disso, a figura do carregadores estava altamente atrelada ao trabalhador cativo. Com o crescimento da cidade, e o aumento das redes de comércio e transporte de pessoas, observou-se no decorrer do século XIX a introdução de um número cada vez maior de carros. Os trabalhadores livres, entre os quais um contingente expressivo de imigrantes portugueses, reservaram para si essa parcela do setor do transporte, representando a maioria dos condutores de veículos como, as carroças. O transporte manual de cargas e pessoas, por sua vez, estava a cargo principalmente dos

escravizados e libertos, os carregadores, formados em sua maioria por africanos. Na segunda metade do século, os carregadores negros tiveram no porto a possibilidade de manterem uma reserva em um mercado de trabalho que se tornava cada vez mais competitivo com a entrada intensiva de imigrantes. Segundo Maria Cecília Velasco e Cruz, os negros continuaram sendo, na segunda metade do XIX e início do XX, maioria entre a mão-de-obra do porto (CRUZ, 2000, p.274).

É importante ressaltar que os trabalhadores livres eram maioria entre os cocheiros e carroceiros, mas não os únicos. Existem evidências de escravizados entre esses trabalhadores. Nas posturas municipais, editadas em 1853, relativas a essa ocupação, estava prevista a participação de cativos, já que foi indicado que quando os infratores fossem escravos seria "substituída a pena de prisão simples pela de 15 dias com trabalho na Casa de Correção" (AGCRJ, Códice 57.4.3). Em 11 de fevereiro de 1833, por sua vez, Manoel José Mendes pretendia "propor a ensinar escravos tanto seus como alheios a boliar" (AGCRJ, Códice 6.1.43). Contudo, a participação de escravizados foi pequena se comparada com a dos livres, que representavam 95,4% dos cocheiros e carroceiros. O mesmo ocorria entre os carregadores, já que entre eles poderíamos encontrar o português Antonio Pedro de Mattos, por exemplo, que era carregador de caixa, branco, 23 anos, e foi preso em 20 de dezembro de 1870 por ser considerado vagabundo (APERJ, Casa de Detenção, 07). No entanto, o percentual de livres (1,1%) nessa função é muito menor do que o de escravizados (98,9%).

Esses diversos trabalhadores tinham que disputar o transporte de mercadorias e pessoas pelas ruas do Rio de Janeiro no século XIX, fazendo com que conflitos fossem deflagrados. Segundo Mary Karasch, quando os comerciantes passaram a utilizar cavalos e carroças no lugar de carregadores escravos, os cativos protestaram a mudança na medida em que isso significava a perda da posição favorita deles enquanto negros ao ganho. A mudança também poderia significar sua venda para a zona rural, o que diminuiria a oportunidade de comprarem a própria liberdade, além da perda de certa liberdade de movimento vivenciada na zona urbana (KARASCH, 1975, pp.377-378).

As disputas ocorriam não só entre os carregadores e os cocheiros, mas, às vezes, entre os próprios carregadores. No dia 03 de maio de 1872, por exemplo, o *Jornal do Commercio* noticiava:

"Há dias os pretos ganhadores da praça das marinhas, que tem por costume carregar para terra a carne seca trazida de bordo dos navios em canoas e lanchas, exigiram aumento de 20 rs. [vinte réis] no preço por que faziam aquele serviço. Não querendo sujeitar-se a tal exigência, os donos da carne seca resolveram chamar trabalhadores brancos que incumbiram de fazer aquela descarga. Ontem [02/05/1872], ao meiodia, quando se fazia a descarga na praça das Marinha, os pretos, em numero de 50, armados de cacetes, e um deles com uma foice, assaltaram os trabalhadores ocupados naquele serviço, que eram cerca de 12. Travou-se luta renhida, sendo alguns dos trabalhadores" atirados ao mar (Jornal do Commercio, 03/05/1872).

n.3, 2009, p.27-40

O trecho acima expôs conflitos entre carregadores brancos e negros pelos postos de trabalho, o que confere também um caráter racial à disputa. Este periódico não identificou se os brancos contratados eram imigrantes portugueses. Mas, de qualquer forma, ocorreu uma situação análoga à afirmação de Luiz Felipe Alencastro, no sentido de que a introdução de trabalhadores brancos fez com que se diminuísse a remuneração dos serviços antes executados pelos escravos ao ganho (ALENCASTRO, 1988, p.43). Por outro lado, embora no *Jornal do Commercio* não haja indicação se os negros presentes eram cativos ou libertos, o *Diário do Rio de Janeiro* afirmou que o ocorrido havia sido uma "parede à moda da Costa da Mina" (Cf. CRUZ, 2000, p.269). Se a informação do periódico estiver correta, os minas continuaram marcando presença no trabalho portuário na década de 1870. E, além disso, esse conflito revela um grau elevado de união e organização dos carregadores negros, maioria entre essa parcela do setor de transporte.

Embora palco de contendas, o serviço de transporte também foi um espaço de construção de redes de solidariedade. Era muito comum encontrar grupos de cocheiros e carroceiros portugueses que habitavam em um mesmo endereço. José Luis Machado e Antonio Silveira dos Santos, por exemplo, moravam, em 1848, na Rua da Ajuda n. 205, freguesia de São José (AGCRJ- Códice 57.4.13). No dia 27 de novembro de 1860, os carroceiros João Jacintho, Francisco Ignacio Morgado, Joaquim Mendes Godinho, Manoel Botelho e Manoel Pereira foram presos pelo subdelegado de Santana por serem suspeitos. Apesar dos sobrenomes não indicarem um grau de parentesco, todos os cinco moravam na Rua de São Pedro n.º4 (APERJ, Casa de Detenção, 4).

Esse foi um padrão encontrado também entre os portugueses identificados como ganhadores. Antonio Bernardo, Antonio Ferreira, Manoel José da Silva e José de Pinho moravam, em 1867, na Rua Fresca n.º9 (AGCRJ, Códice 44.1.27). Não foi possível identificar se os endereços indicados eram uma só residência, ou se tratavam de cortiços ou casa de cômodos. De qualquer forma, esse dado permite vislumbrar imigrantes que desempenhavam uma mesma função coabitando num mesmo endereço. Isto possibilitou um estreitamento dos laços de solidariedade que auxiliavam a superar as dificuldades do dia-a-dia.

Os espaços de convivência e solidariedade podem ter sido mais amplos e agregado um maior número de pessoas, como no caso da Sociedade União Beneficente e Protetora dos Cocheiros, em que os imigrantes portugueses foram tidos como maioria entre os membros. Esta associação foi criada em 17 de abril de 1881, e constava no seu estatuto a função de "socorrer os associados e suas famílias" (Estatuto da Sociedade União Beneficente e Protetora dos Cocheiros. *Diário Oficial*, novembro 1906.). Assim como outras associações de cunho mutualista, ela era voltada para o auxílio de seus associados em caso de doença, invalidez, desemprego, etc.

Os escravos carregadores, entre eles os muitos africanos, também construíram suas próprias redes de solidariedade. Novamente encontramos o padrão de organização em

grupos, só que no caso específico dos carregadores eles estavam atrelados diretamente ao processo de trabalho. As narrativas dos viajantes permitem encontrar uma forma coletiva de trabalho estruturada pelos próprios carregadores. Os membros dos grupos, sempre com um líder escolhido entre eles, negociavam as tarefas a realizar, decidiam o tamanho da turma dependendo da quantidade do volume e dos pesos das cargas, e, em alguns casos, uniam-se para compra da liberdade. Vê-se assim, possibilidades de existência totalmente diferentes das expostas por Marilene Silva. Ao invés da "divisão do seu grupo pela rivalidade da conquista diária que garantia o seu sustento" (SILVA, 1998, p.121), o trabalho surge como um espaço privilegiado para união e construção de laços de solidariedade entre os carregadores.

O setor de transporte foi, portanto, um espaço em que trabalhadores, em sua maioria africanos e portugueses, puderam criar e recriar suas identidades. Essas identidades eram reconfiguradas não só de acordo com os conflitos presentes no processo de trabalho, mas também com as solidariedades surgidas.

#### Nota

<sup>1</sup> Artigo baseado na dissertação: TERRA, Paulo Cruz. *Tudo que transporta e carrega é negro?* Carregadores, cocheiros e carroceiros no Rio de Janeiro (1824-1870). Dissertação de mestrado -

UFF, Niterói, 2007, que recebeu menção honrosa no concurso de monografia *Afonso Carlos Marques dos Santos*/ 2008 (Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro).

### Bibliografia

ALGRANTI, Leila Mezan. *O feitor ausente – estudo sobre a escravidão urbana no Rio de Janeiro.* Petrópolis: Vozes, 1988.

ALENCASTRO, Luiz Felipe de. "Proletários e escravos: imigrantes portugueses e cativos africanos no Rio de Janeiro, 1850-1872". *Novos Estudos*, n.21, jul. 1988.

ASSUNÇÃO, Mathias Röhrig. "From slave to popular culture: the formation of afro-brazilian art forms in nineteenth-century Bahia and Rio de Janeiro". *Ibero Americana*, v. III, n.12, 2003.

BATALHA, Claudio H. M. "Sociedades de trabalhadores no Rio de Janeiro do século XIX: algumas reflexões em torno da formação da classe operária". *Cadernos AEL*, v.6, n.10/11, 1999.

BARTH, Fredrik. "Grupos étnicos e suas fronteiras" in: Philippe Poutignat e Jocelyne Sreiff-Fenart. *Teorias da etnicidade*. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998.

CHALHOUB, Sidney. Visões da liberdade: uma historia das ultimas décadas da escravidão na corte. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CRUZ, Maria Cecília Velasco e. "Tradições negras na formação de um sindicato: sociedade de Resistência dos trabalhadores em trapiche e café, Rio de Janeiro, 1905-1930." *Afro-Ásia*, n. 24, 2000.

CUNHA, Manuela Carneiro da. Negros estrangeiros. São Paulo: Brasiliense, 1985.

DEBRET, Jean-Baptiste. Viagem Pitoresca e Histórica ao Brasil. Belo Horizonte: Itatiaia/ São Paulo: Edusp, 1989, 3v.

ELTIS, David; RICHARDSON, David. "The structure of the Transatlantic Slave Trade, 1595-1867'. (unpublished paper presented to the Social Science History Meeting, 1995). *Apud:* MORGAN, Philip D. "The cultural implications of the Atlantic Slave Trade: African Regional Origins, Americans Destinations and New World Developments". *Slavery and Abolition*, v.18, n. 1, 1997.

n.3, 2009, p.27-40

FARIA, Sheila Siqueira de Castro. Sinhás pretas, damas mercadoras. As pretas minas nas cidades do Rio de Janeiro e de São João Del Rey (1700-1850). Tese apresentada ao Concurso para Professor Titular de História do Brasil da Universidade Federal Fluminense – UFF. Niterói. 2004.

FARIAS, Juliana Barreto Farias; GOMES, Flávio dos Santos e SOARES, Carlos Eugênio Líbano. *No labirinto das nações. Africanos e identidades no Rio de Janeiro, século XIX.* Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005.

FLORENTINO, Manolo Garcia. *Em costas negras: uma história do tráfico Atlântico de escravos entre a África e o Rio de Janeiro (séculos XVIII e XIX)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1995.

GOLDMACHER, Marcela. "Movimento operário: aspirações e lutas. Rio de Janeiro (1890-1906)". in: Marcelo Badaró Mattos (org.). *Trabalhadores em greve, polícia em guarda: greves e repressão policial na formação da classe trabalhadora carioca*. Rio de Janeiro: Bom Texto/ Faperj, 2004.

\_\_\_\_\_. Movimento operário: aspirações e lutas. Rio de Janeiro, 1890-1813. Dissertação de mestrado - UFF, Niterói, 2005.

JONES, Siân. The archeology of ethnicity. Constructing idenities in the past. London: Routledge, 1997.

KARASCH, Mary C. "From porterage to proprietorship: african ocupations in Rio de Janeiro 1808-1850". In: S. L. Engerman e E. D. Genovese. Race and slavery in the Western Hemisphere: quantitative studies. Princeton: Princeton University, 1975.

\_\_\_\_\_\_. A vida dos escravos no Rio de Janeiro (1808-1850). São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

LACERDA E ALMEIDA, Francisco José de. "Instruções e diário da viagem que fez pelo interior de áfrica o governador, que foi, dos rios de Sena, o Dr. Francisco José de Lacerda e Almeida, em 1798". in: Textos para a história da África Austral (século XVIII). Lisboa: Alfa, 1989.

LOVEJOY, Paul E. "Ethnic designations of the slave trade and the reconstruction of the history of trans-Atlantic slavery". *In:* LOVEJOY, Paul; TROTMAN, David D. (ed.). *Trans-Atlantic dimensions of ethnicity in the african diaspora*. London, New York: Continuum, 2003.

MATOS, Artur Teodoro. *Transportes e comunicações em Portugal, Açores e Madeira (1750-1850)*. Ponta Delgada: Universidade dos Açores, 1980.

MATTOS, Marcelo Badaró. Experiências comuns. Escravizados e livres na formação da classe trabalhadora carioca. Niterói: Mimeo, Tese apresentada ao Concurso para Professor Titular de História do Brasil da Universidade Federal Fluminense, 2004.

FERREIRA, Roquinaldo A. *Dos sertões ao Atlântico: Tráfico ilegal de escravos e comercio lícito em Angola, 1830-1860.* Dissertação de mestrado, UFRJ, 1997.

MOURA, Ana Maria da Silva. *Cocheiros e carroceiros: homens livres no Rio de senhores e escravos.* São Paulo: Hucitec, 1988.

NEVES, Eduardo Neves Moreira. "As associações criadas pelos portugueses no Rio de Janeiro e futuro das comunidades portuguesas". Publicado no *site*: <a href="http://www.euacontacto.com/opiniao/index.asp?chave=artigo&NewsID=7567">http://www.euacontacto.com/opiniao/index.asp?chave=artigo&NewsID=7567</a>, em 25/07/2006.

OGBOMO, Onaiwu W. "Esan women traders na precolonial economic power". *In:* HOUSSE-MIDAMBA, Bessie; EKECHI, Felix K. (ed.). *African market and economic power. The role of women in African economic development.* Westport: Greenwood Press, 1995.

RIBEIRO, Gladys Sabina. A liberdade em construção: identidade nacional e conflitos antilusitanos no Primeiro Reinado. Rio de Janeiro: Faperj/ Relume Dumará, 2002.

RIBEYROLLES, Charles. Brasil Pitoresco. Belo Horizonte, São Paulo: Itatiaia, EDUSP, 1975.

SILVA, Marilene Rosa Nogueira da. *Negro na rua: a nova face da escravidão*. São Paulo: Hucitec; Brasília: CNPq, 1998.

SOARES, Luiz Carlos. "Os escravos de ganho no Rio de Janeiro do século XIX". Revista Brasileira de História, n. 16. mar., ago.1988.

SOARES, Mariza de Carvalho. "O Império de Santo Eslebão na cidade do Rio de Janeiro, no século XVIII". *Topoi, n.*4, 2002.

VITORINO, Artur Jose Renda. *Cercamento a brasileira: conformação do mercado de trabalho livre da corte das décadas de 1850 a 1880.* Tese de doutorado – Unicamp, Campinas, 2002.

# A Câmara Municipal como instituição de controle social: o confronto em torno das esferas pública e privada\*

Lea Maria Carrer lamashita (Doutoranda/Universidade de Brasília; leacarrer@yahoo.com.br)

#### **RESUMO**

Este trabalho analisa o projeto modernizador na cidade do Rio de Janeiro, na primeira metade do século XIX. Historiciza a construção do aparato jurídico e institucional criados para a efetivação do projeto, priorizando a análise das Posturas Municipais da cidade e a ação política dos grupos populares, explicitadas nas resistências e agenciamentos junto às autoridades para defesa dos seus interesses.

**Palavras-Chaves:** Projeto Moderno, Câmara Municipal, esfera pública, esfera privada

#### ABSTRACT

This paper analyses the project for modernization of the city of Rio de Janeiro in the first half of the 19th century. Therein, it analyses the establishment of the legal and institutional systems created to put this project into effect, by analyzing at the city's Municipal laws and the political action of popular groups, which were clearly demonstrated by the opposition and strategies with which they confronted the authorities in defense of their interests.

**Key-words:** Modern project, Municipal Council, public and private spheres

n.3, 2009, p.41-56

o estudo que faz sobre a lei na obra *Senhores e Caçadores*, Edward Thompson destaca que nem tudo o que está vinculado a ela subsume-se nos aparatos institucionais (THOMPSON,1987). Para além do seu aspecto institucional, a lei também pode ser vista como regras e sanções específicas que mantém uma relação ativa, tensa e definida com as normas sociais. Segundo o referido autor:

"(...)A retórica e as regras de uma sociedade são muito mais que meras imposturas... As regras e categorias jurídicas penetram em todos os níveis da sociedade, efetuam definições verticais e horizontais dos direitos e status dos homens e contribuem para a auto definição ou senso de identidade dos homens como tal, a lei não foi apenas imposta de cima sobre os homens: tem sido um meio onde outros conflitos sociais têm-se travado.(...)" (Thompson, 1987, p.358)

A partir dessa ideia de "meio onde outros conflitos sociais têm-se travado" de "campo de conflito", Thompson desenvolve em obra posterior o entendimento do costume como interface da lei, "pois podemos considerá-lo (o costume) como práxis e igualmente como lei. A sua fonte é a praxis". (THOMPSON, 1988, p.86)

Diante da proposta do presente artigo – analisar o papel da Câmara Municipal no projeto modernizador da cidade do Rio de Janeiro, no processo de ordenamento social no Primeiro Reinado, tendo por referências o aparato legal e institucional e a sua aplicabilidade – voltamos nossa atenção para a dimensão da lei de que nos fala Thompson, a de um "meio", de um "campo de conflito", dos embates entre diferentes grupos ligados por uma complexa rede de interdependência e/ou confrontados por diferentes interesses e valores.

Sob tal perspectiva é que percebemos os conflitos sociais ocorridos na cidade do Rio de Janeiro, durante a implantação do projeto modernizador, no Primeiro Reinado. São conflitos que explicitam a referida dimensão da lei, pois, ali, naquele momento de organização do Estado pós-independência, de estruturação de suas bases jurídico-institucionais, de seu esforço quanto ao ordenamento do corpo social, a lei que embasa e "costura" toda essa atividade foi um "meio onde outros conflitos sociais" foram travados. Com efeito, as queixas/confrontos explicitam-se de um lado e de outro, entre Estado e Sociedade, entre e inter classes e grupos, ante a reconfiguração de funções, papéis, atribuições, competências dos poderes público e privado, estabelecida pelos aparatos legal e institucional. Eles explicitam-se inclusive na própria constituição do arcabouço jurídico, nos avanços e recuos de sua construção e implementação, onde podemos observar a práxis da vida social sendo objeto de regulamentação legal, ora assumida, ora alterada, ora confrontada.

Esse arcabouço jurídico no Brasil, esse esforço jusnaturalista moderno está presente na Constituição de 1824, no Código Criminal de 1830 e no Código de Processo Penal de 1832. São dispositivos que compreendem uma primeira estruturação da base legal e a tentativa de regulamentação das relações entre os cidadãos do Império, procurando definir,

dentro de uma lei informada por princípios liberais, as garantias básicas dos direitos de propriedade e de igualdade jurídica.

Desta forma, o aparato jurídico foi um dos dispositivos legais e institucionais criados e operacionalizados para assegurar a manutenção da escravidão, o controle sobre essa, bem como sobre a sociedade, particularmente sobre os setores populares, sobre as classes pobres. No funcionamento desse aparato buscou-se enquadrar as práticas de controle e vigilância, já seguidas muitas vezes pelas autoridades, sob a chancela da lei. Contraditoriamente à sua base liberal, nossa legislação revela um hibridismo, já que resultado da fusão de elementos modernos com aqueles de uma cultura do Antigo Regime, além do que, tanto permitia diferenciadas aplicações da lei, já que interpretada segundo a posição de classe de indivíduo que a transgredia, como também a possibilidade de que aqueles oriundos das camadas pobres da sociedade interpelassem a lei na defesa dos seus interesses. (SILVA, 2004, p.97)

São, portanto, disposições legais sintonizadas com uma sociedade vincada pelas hierarquizações de classe, raça e gênero e assentadas no trabalho escravo. A lei deveria assegurar esses aspectos, eixos do ordenamento e das relações sociais. Espelha essa sociedade assentada na concentração de renda, no trabalho escravo, na desigualdade de gênero e na divisão de classe.

O Código do Processo, promulgado em 1832, incorporou referências liberais, como o relevo dado à publicidade dos atos judiciais, ao *habeas corpus*. Destaca-se ainda a democrática instituição do Tribunal do Júri (Pellegrino, 1979, p.298) e a especificação do processo para apresentação de queixa conforme determina a Constituição de 1824, em seu Art. 179, Item XXX:

"(...) Todo o cidadão poderá apresentar por escrito ao Poder Legislativo e ao Executivo reclamações, queixas ou petições e até expor qualquer infração da Constituição, requerendo perante a competente autoridade a efetiva responsabilidade dos infratores. (...)"

Seguindo essa orientação liberal e democratizante, o Código do Processo Criminal, de 1832, prescrevia:

"Art. 150 (...) Todo cidadão póde denunciar ou queixar-se perante a autoridade competente de qualquer empregado publico, por crimes de responsabilidade, no prazo de tres annos, para que ex-officio se proceda ou se mande proceder contra os mesmos na fórma da Lei. (...)"

"Art. 73(...)sendo o offendido pessoa miserável, que, pelas circumstancias em que se achar, não possa perseguir o offensor, o promotor publico deve, ou qualquer do povo póde intentar a queixa e prosseguir nos termos ulteriores do processo(...)"<sup>2</sup>

Nesse mapeamento do arcabouço jurídico sobre o qual se assentaram as relações sociais praticadas nos espaços públicos e privados da sociedade carioca do Primeiro Reinado,

n.3, 2009, p.41-56

não pode ser desconsiderado o Código de Posturas Municipais da Cidade do Rio de Janeiro. Isto porque, o projeto político de instauração da Monarquia – de construção do Estado Moderno, que inclui ações civilizadoras e disciplinadoras de forma a efetivar o ordenamento social, segundo a lógica racionalista da modernidade. Com efeito, o projeto de civilizar e disciplinar, bem como a implantação de ações nesse sentido, explicitam-se não apenas nas leis maiores e gerais, como na Constituição de 1824, como também nas leis locais, que tratavam das prescrições quanto à normalização das condutas cotidianas da população.

As Posturas, decretadas pela Câmara Municipal, são leis específicas, prescrições normatizadoras das condutas sociais, ordenadoras das relações sociais e do espaço urbano, e que traduzem os objetivos do projeto disciplinador e civilizador, caro às elites dirigentes. Embora já existissem no Período Colonial, as do século XIX traduziam explícita e organicamente o projeto moderno de intervenção e controle da sociedade, organizada, nesse momento sob novas bases, associadas às antigas. Dentre essas, a incorporação do saber médico que, ao lado do jurídico, compreendem referências básicas para o ordenamento pretendido, para o estabelecimento de regras e procedimentos indispensáveis ao exercício do controle social.

Observamos assim que, por trás de toda a legislação, mesmo nas "leis menores", estava inserido o modelo normativo de conduta, sintonizado com o padrão de civilização do projeto modernizador e disciplinador. Projeto, esse, de construção da nação brasileira à imagem das elites, destituída de tudo que lembrasse o atraso do passado colonial, sobretudo a rudeza da população pobre e mestiça, e que baseava-se na cultura europeia, particularmente em sua face sanitária e higienista.

# A Câmara Municipal como instituição de controle social

Além da construção de uma legislação moderna, embora vincada por traços da tradição Antigo Regime, o projeto modernizador contemplou a remodelagem das instituições públicas de controle social, visando garantir o enquadramento dos indivíduos no novo padrão de civilização de conduta. Dentre estas instituições, destaca-se a Câmara Municipal da cidade do Rio de Janeiro, cujas ações foram significativas nesse momento em que se buscava o ordenamento do corpo social segundo a lógica moderna, isto é, enquadrando o "mundo da desordem" no "mundo da ordem", da conduta ordeira e disciplinada, no "mundo do trabalho", sob a ótica capitalista e burguesa.

Podemos analisar ação da Câmara Municipal com vistas ao controle da ordem pública pela proposição e aprovação das Posturas Municipais. Com o cumprimento desta atribuição, a instituição participava do projeto ordenador do Governo Imperial, ao mesmo tempo em que era a instância legítima para receber queixas e representações dos populares contra as ações das autoridades. Criavam-se, assim, espaços para negociação e adequações que atenuavam as tensões geradas pelos embates entre os múltiplos interesses sociais envolvidos.

Antes de tratarmos da atuação da Câmara Municipal segundo a legislação liberal, queremos destacar sua importância e autonomia que possuía no período colonial. O historiador Noronha Santos nos fala inclusive do quanto era usual os vereadores encaminharem representações ao rei, solicitando-lhe intervenção real para assegurar garantias e observância dos privilégios concedidos. (SANTOS, 1981, p.238)

Pela carta especial de 14/3/1757, foi concedido à Câmara o título de "Senado da Câmara", ampliando suas atribuições nos despachos. Conforme Noronha Santos, quando da chegada da família real ao Rio de Janeiro é que começa o verdadeiro esplendor do Senado da Câmara (como era chamado a Câmara de Vereadores), que mereceu os maiores favores da rainha, pelos serviços que prestou, abrindo ruas novas e concedendo licença para edificações. Assim é que, em 1818, foi concedido o tratamento de "Senhoria" e outros títulos aos seus membros. Em 1821, o príncipe Dom Pedro determinou que nos ofícios se desse ao Senado (aos vereadores) o tratamento de "Ilustríssima", em atenção aos bons serviços prestados à cidade. (SANTOS, 1981, p.241)

Porém, pela Lei de 1º de Outubro de 1828, a organização municipal do Rio de Janeiro foi completamente reestruturada, divididos os termos das províncias em distritos e criadas as municipalidades de todas as comarcas. O Senado da Câmara foi extinto e criada em seu lugar a Câmara Municipal; os vereadores ficaram com atribuições limitadas, eram eleitos por quatro anos, não recebiam remuneração alguma dos cofres públicos e eram passíveis de penas pelos delitos que praticassem contra a fazenda municipal. (SANTOS, 1981, p.246)

Foram grandes as mudanças advindas com a organização jurídico-institucional do Primeiro Reinado, se considerarmos que nas Câmaras Coloniais, sob as Ordenações Filipinas, inexistia uma perspectiva racionalizadora quanto ao seu funcionamento, de modo a integrar as diversas atividades atingidas por seu raio de ação, ao mesmo tempo em que as circunscrevia e as enquadrava. A ação da Câmara no período colonial apresentava-se desarticulada e fragmentária, não orientada para um controle centralizador e articulado da cidade, como foi a sua atuação no século XIX. (MACHADO, 1978, p.46)

A Lei de 1828 concedeu à municipalidade do Rio de Janeiro as atribuições de governo local, sua jurisdição abrangia a instrução pública, higiene, posturas, obras, cadeias, foros dos terrenos e marinhas, de sesmarias, mas ficou subordinada ao Ministério do Império, com os seus atos administrativos submetidos à aprovação do respectivo ministro.

A Câmara Municipal propunha e aprovava as Posturas Municipais, leis específicas para a regulamentação das condutas sociais, do uso do espaço urbano, das relações de trabalho, da comercialização de produtos, da fabricação de artigos, da construção de prédios e praças, além de zelar pelo cumprimento daquelas, através de diligências e averiguações. Para tais atividades, contava com diversos fiscais de freguesia que, além de prestarem serviço junto à Câmara, auxiliavam a polícia em seu trabalho de controle e manutenção da ordem pública.

n.3, 2009, p.41-56

O trabalho empreendido pelos fiscais de freguesia constitui um dos pontos chaves para a compreensão da política de controle social. Nomeados pelos vereadores e auxiliados pelos soldados do corpo permanente, que eram convocados sempre que se apresentasse necessária a realização de patrulhas e diligências, todo o trabalho dos fiscais girava em torno da vigilância estrita sobre a população. Incumbidos da tarefa de identificar as pessoas, os lugares e tudo que neles se passavam, os fiscais eram como os olhos da Câmara, aos quais nada poderia escapar. Acostumados a permanecer longos anos no cargo, eram eles os responsáveis por detectar as ações desenvolvidas pela população no sentido de tentar enganar a agências do poder ou burlar suas determinações. (SOUZA, 2002, p.70)

Se atentamos para as nuanças em torno da atuação da instituição "Câmara Municipal", ainda no período colonial, é porque tal historicização nos aponta para a gênese da formação da cultura política dos "localismos" de que nos fala Sérgio Buarque em *Raízes do Brasil*, baseada no particularismo, patrimonialismo, e personalismo.(HOLANDA, 1995)

Com efeito, a análise das fontes revela as contradições e ambiguidades presentes no processo de instalação do Estado Nacional, no que concerne à tentativa de construção das esferas pública e privada, e, particularmente, em torno da autonomia e limitações das atribuições da Câmara Municipal. Grande parte das representações dos populares trata-se de queixas contra as autoridades da Câmara, cujas atitudes estavam em confronto com a legislação liberal vigente, ou solicitações das autoridades quanto à permanência de antigos privilégios coloniais. Ao contrário do definido em lei, permanecia ainda uma cultura em que as instâncias pública/privada não estavam separadas, distintas, mas imbricadas e, em algumas situações, até mesmo invertidas, isso é, o poder privado exercendo atribuições da competência do público, como segurança, abastecimento e justiça.(NOVAIS, 1997, p.16)

Na maioria das fontes pesquisadas, constituídas por queixas e representações, ao mesmo tempo que se reivindica igualdade de tratamento para os cidadãos, que se faça valer a mesma lei para todos, que cessem as prerrogativas daqueles que resistem a respeitar a justiça dos "novos tempos", e tratam as "coisas públicas" como direitos privados, apela-se para a permanência de privilégios oriundos das concessões do período colonial.

Trata-se, sem dúvida, de tradição cultural que deixou as marcas desse impasse, contornado, mas não resolvido, pelo "paternalismo, que podia minorar sofrimentos individuais, mas não podia construir uma autêntica comunidade e muito menos uma cidadania ativa". (CARVALHO, 2002, p.51) Como destacou Sérgio Buarque, operar a centralização do poder significava o enfrentamento dos aspectos patrimoniais em si, ou seja, a indistinção entre administração e a política, entre o particular e o público, da visão de gestão política como questão particular, nas quais as funções e benefícios relacionavam-se a direitos pessoais dos funcionários. (HOLANDA, 1967, p.19)

O confronto entre interesses privados e o poder público adquire maior visibilidade ante o projeto modernizador e centralizador da Monarquia e parece ter sido traço comum

no Brasil Monárquico, em razão da cultura política de inversão de exercício pelo poder privado de competências do poder público, haja vista os obstáculos postos ao governo pelos interesses privados.

Essa interferência atravessa o ordenamento da cidade do Rio de Janeiro, expressa nas queixas e representações da população ao Imperador, bem como na ação dos fiscais, delegados e juízes que atuavam em tese, em nome do poder público. As representações expressam não só uma oposição, um enfrentamento quanto à modernização, haja vista o tom de indignação dos reclamantes quanto à atitude das autoridades administrativas, judiciárias e policiais que, segundo aquelas fontes, ora não cumprem a lei com impessoalidade, são arbitrárias e violentas, ora são um exemplo do não cumprimento da lei. No conjunto de fontes consideradas na pesquisa ficam evidentes as dificuldades do Governo Imperial em implantar sob os princípios liberais, o ordenamento racional, e impessoal do corpo social. As dificuldades evidenciam-se não só em relação aos definidos como "desordeiros e incivilizados" como também àquelas autoridades que de longa data estavam acostumadas a agir com pessoalidade, clientelismo e nepotismo, muitas vezes, considerando-se eles mesmos acima da lei que deviam fazer cumprir. Afinal, na tradição da cultura política colonial, a lei e o direito compreendiam a ideia de tratamentos diferenciados segundo a posição social dos sujeitos envolvidos.

Ressalta-se, ainda, mais um complicador que era justamente a ingerência do Imperador, nos casos de litígios e queixas, entre interesses privados e o poder público. Como representante máximo desse poder, e pairando acima dele, graças ao poder moderador, poder-se-ia dizer que o Imperador era o expoente máximo do referido impasse, das ambiguidades que atravessavam o projeto político modernizador da sociedade brasileira organizada sob um governo monárquico centralizado, pois investida na racionalidade do funcionamento da administração pública, na impessoalidade de leis gerais e comum a todos, sem contudo, abrir mão da política de privilégios e concessões de sua função como "árbitro" paternalista da nação. Entende-se, assim, porque muitas das representações de vendeiros de líquidos e secos chegavam até a Mesa do Desembargo do Paço para consulta ou definição por meio de comissão de médicos, técnicos e farmacêuticos do Imperador, ou, então, eram objeto de apreciação do próprio físico-mor do Império que dava ciência à sua majestade das ocorrências do comércio. Não por acaso, a ocorrência de uma grande quantidade de representações dos súditos diretamente ao Imperador, que como imagem simbólica de um pêndulo, mediava os conflitos entre partes, entre súditos e Estado.

Assim, por exemplo, na representação de 6/5/1825 endereçada ao Imperador, o físicomor informa que os vendeiros de líquidos não renovaram suas licenças anuais sob alegação de desconhecimento dos prazos. Tal falta, como prescrito, implicava o pagamento da multa referente a não renovação e à retirada de nova licença. Assim, em 7/5/1825, é publicada uma Portaria da Secretaria de Estado dos Negócios de Justiça, ou seja, diretamente do poder central, relativa a tal comércio:

n.3, 2009, p.41-56

"(...) Sua Majestade o Imperador, sendo-lhe prezente o officio a Sua Augusta presença, o Conselheiro Físico-mor Império, Manda para a Secretaria de Estado dos Negócios de Justiça, declarando-lhe, que no prezente ano pode passar as licenças aos vendeiros de líquidos, não obstante estas já aberta a correição daquelle juizo e não as terem eles solicitado em tempo competente, observando por nos anos subsequentes em tudo a ley, para que o mesmo físico-mor fará afichar Editaes na forma do regimento, afim dos transgressores não allegarem ignorância (...) Palácio do Rio de Janeiro, 7/5/1825. José Veríssimo dos Santos".<sup>3</sup>

Essa interferência direta do Imperador na administração municipal, no encaminhamento de queixas e representações reforçava as contradições e ambiguidades entre poderes e competências pública e privada. Isso porque tal interferência, legitimada constitucionalmente pelo poder moderador que lhe foi conferida, respondia pela deslegitimação do poder público, provinciais e locais, que o próprio projeto modernizador queria fortalecer. Assim é que, na página 6 do mesmo documento (2343), o escrivão endereça ao Imperador informações sobre a representação dos vendeiros de líquidos e secos que chegara até a Mesa do Desembargo do Paço, contra o Conselheiro Físico-mor do Império, Sr. Manoel de Paula. Tal informação é complementada pela representação constituída de 16 páginas e 73 assinaturas dos recorrentes. Os queixosos alegam estarem fatigados por sofrerem arbitrariedades e pressões e que, para se verem livres de tal flagelo,

"(...) desejam encontrar no infatigavel zelo do bem público, nato da Paternal Clemencia com que Vossa Majestade Imperial rege os seus súditos aquelle efficas antidoto que tão imperiosamente exige os males e vexações que os supplicantes soffrem da fisicatura mor esperando que Vossa Majestade Imperial seja servido dignar-se ter em consideração as suas humildes súplicas.(...)"

O motivo da queixa são os abusos, arbitrariedades e o peso das condenações por "pretextos quiméricos com a cassa de licenças ou esta intempestiva salubridade dos gêneros ou materiais de vasos que os contenham" (os queixosos se referem às exigências sanitárias dos higienistas da época), ou ainda o propósito da Fisicatura-mor e de seus delegados em locupletarem-se. O pior, segundo os requerentes, residia nos impasses estabelecidos: ou se paga uma autuação de 14\$800 réis, ou, no caso de demora de pagamento, encaminha-se o requerimento para ser submetido a uma longa sentença na qual eram compelidos a pagar 30 mil réis das custas do processo, ou, no caso do "infeliz" recorrer e pedir absolvição, o físico-mor o absolve, mas o condena a pagar as custas do processo, o que equiparava ou excedia a multa ordinária de 14\$800 réis.

Os requerentes alegam ainda que os abusos desse ramo da administração pública são costumeiros, daí pungentes súplicas terem sido levadas à presença do "Augusto Pai de Vossa Majestade Imperial". Estiveram desde então, momentaneamente, livres destas "sanguessugas, e que agora parecem surgir sequiozos da sua apathia para saturar sua

ansiedade e cubiça". Finalmente, os queixosos concluem a representação com a observação: "Que se poderá presumir nos lugares remotos aonde essas autoridades não encontram de prompto diques e barreiras ao seu despótico procedimento!"

O encaminhamento do processo é feito com a característica já assinalada da interferência do Imperador, que determina, por meio da Portaria da Secretaria de Negócios e Justiça, Palácio do Rio de Janeiro, de 15/06/1825, que o físico-mor se explique a respeito das referidas representações. Estas, incluíam várias pessoas estabelecidas na Corte com lojas de "secos e molhados", estabelecimentos comerciais que vendiam mercadorias, tanto do tipo secos como líquida, que reclamavam formalmente ao Imperador contra as arbitrariedades e pressões praticadas por delegados e comissários do mesmo e solicitavam providências do "Augusto Pai".<sup>5</sup>

As resistências das autoridades públicas, como os vereadores das Câmaras Municipais em atender às reivindicações dos indivíduos/grupos que se sentiam lesados com aquelas prescrições "localistas" derivava tanto de uma tradição em que as Câmaras tinham efetivo poder de legislar e zelar pela administração, abastecimento público da cidade - poder que estava sendo comprometido com a ingerência do poder central em suas competências como da resistência em romper com suas práticas clientelísticas e pessoais que as diretrizes de uma administração impessoal e moderna enfrentavam. Tal foi a situação que envolveu João Pires da Silva em relação ao monopólio da cachaça na Vila de São Salvador dos Campos de Goytacazes. Utilizando-se de recursos legais, reivindicou o cumprimento da Constituição em vigor, por entendê-la acima das leis menores, locais, e enviou uma Representação à Câmara do Senado do Rio de Janeiro, em 3/05/1834, queixando-se das Posturas Municipais de sua Vila. Estas Posturas acabavam de ser enviadas pela Vila de Campos à Câmara do Rio de Janeiro para aprovação, apesar de estarem vigorando desde 11/12/1832, e estarem sendo motivo de muitas demandas. Argumentando estarem as mesmas em oposição à Constituição e também à lei de 1° de outubro de 1828, o requerente anexa à representação a cópia das Posturas que contesta, e outros vários documentos "para que sirvam de reflexão aos senhores da Camara do Senado".

Observa-se que o cerne de sua reclamação residia justamente no fato de a Câmara Municipal de sua Vila reservar para si o monopólio da cachaça, alegando que os rendimentos com o comércio desta bebida faziam falta ao município; ou seja, a queixa é de que a Câmara proibia a venda de aguardente a miudo sem licença do administrador competente ou que só concedia a quem ela resolvesse conceder a graça, na velha prática clientelística. A alguns não concedia a licença "de jeito nenhum". E mais, cobrava pela licença, o que era inconstitucional.

De fato, no Título V- "Do Comércio", da referida Postura, há a proibição explícita de " abrir loja, de qualquer gênero, em que se vendam ao público gêneros por miúdo, sem obter prévia licença, pelas quais se pagariam hum mil reis". A pena de multa era de seis mil reis." O requerente argumenta a favor de seu pleito, reportando, à Constituição de 1824, pois

n.3, 2009, p.41-56

"(...) se no § 24 do Art. 179 da Constituição Política do Império obriga-se a conceder licença para todos, para que pedi-la? E que pela Ley de 1 de outubro de 1828 no Titulo 3º das Posturas Policiaes, Art. 66 § 9º manda tirar licença para matar e esquartejar rezes e não para comerciar, inclusive no § 10 diz que não poderão por restrição alguma a ampla liberdade que compete aos donos dos gêneros (...)"

Os comerciantes alegam que tal atitude é vergonhosa pois, além de ser inconstitucional, não é de direito da Câmara. Trata-se de visível oposição às competências das Câmaras, redutos de poder local, que aqueles recusam-se a submeter, não obstante aquelas teriam sido também incorporadas no projeto modernizador, como uma das instituições integrantes da administração imperial, responsáveis pela internalização das prescrições legais e decorrente controle social. Não resta dúvida quanto às dificuldades daquelas Câmaras na elaboração e operacionalização de uma administração pautada em princípios gerais e impessoais constantes do projeto moderno, frente aos interesses localistas e localizados. Assim, o documento mostra a atuação de grupos/indivíduos questionando como as posturas municipais, leis menores, poderiam prevalecer sobre a Constituição e a Lei Imperial de 1828, leis maiores. Em panfleto divulgando à população, sob o título *Monopólio da Cachaça na Vila de São Salvador dos Campos*, os reclamantes tornam pública a decisão da Câmara contrária aos seus interesses, em visível extrapolação de suas atribuições:

"(...) A Camara Municipal tratou o negócio como cauza lembrada por Taberneiros, e não quiz tomar conhecimento... agora os leitores decidirão quaes são os amigos do município, se os Taberneiros que apontão a maneira legal de não se diminuírem os rendimentos, ou a Camara que quer conservar hum, que, por ser debaixo de monopólio está sujeito a ser abolido (...)"

Outro cidadão da mesma Vila, Manoel da Silva Santos, tendo sido autuado pelo fiscal da Câmara por vender aguardente sem licença, recorreu ao Tribunal Supremo de Justiça, ganhou a causa e a fez publicar sob o título *Monopolio da Caxaça*, para conhecimento de todos na vila:

"(...) o fiscal da Camara Municipal desta Villa, fazendo-me auto de infração por vender agoa-ardente sem licença da mesma, obrigou-me adeffender por os meios legaes que as Leys em vigor concedem a todos, e sendo condemnado no juizo de paz, uzei do recurso de revista para o Tribunal Suppremo da Justiça, de que obtive sentença ao meu favor. Como cidadão Brazileiro, natural desta Villa, querendo que a Constituição que nos rege não seja letra morta, fasso publicar a dita Sentença e mais decisoens para conhecimento dos interessados. Campos, 23/janeiro/1834.

### SENTENÇA DO TRIBUNAL SUPPREMO DA JUSTIÇA

"Vistos, expostos, e rellatados na fórma da Ley os prezentes auctos de revista de crime, em que he recorrente Manoel da Silva Santos, e recorrido o procurador da Camara

municipal da Villa de S. Salvador dos Campos, concedem a revista pedida, pela nullidade manifesta com que foi condemnado o recorrente por efeito de uma Postura municipal estabellecida por arbítrio da Camara..., aqual postura allem de in-Constitucional por se-opôr directamente ao Art. 179, § 1, 11 e 24 da Constituição Política deste Império... **excedendo a mesma** Camara suas atribuições com manifesto desprezo da ley de 1 de outubro de 1828, Art. 66 § 10, que expressamente lhe prohibe opor outras restrições a ampla liberdade do commercio fóra das declaradas na mesma Ley, que muito devia ter em vista. Menos póde aproveitar ao cargo em questão a posse immemorial de que o recorrido lançou mão por que além de caducar quando existisse esse suposto direito em virtude do Art. 90 da mesma Ley de 1 de outubro de 1828, acresce também não ter semelhante posse todos os requisitos legaes para vigorar como Ley obrigatória, embora tenha havido aquiecença ao ónus de se tirar Licença dos contratadores na firma da illegal postura, pois que disto não póde deduzir obrigações para o recorrente, e muito menos para os juizes, que só devem attender à ley, e por ella sómente proferir em juizo, sem que por fórma alguma possão justificar com a bôa proveitoza aplicação para obras públicas dos rendimentos da Camara, a illegalidades deles. Acresce ao que expendido fica a notoria injustiça em se compellir o recorrente a hum ónus, e athe a huma imposição pecuniária e penal em Ley anterior que a estabelecesse e qualificasse na fórma do Codigo Criminal, abusos estes sempre cohibidos, e que a legislação municipal moderna tem procurado evitar em favor do commercio que se não opoem aos costumes publicos, á segurança e saude dos póvos, sendo na verdade trasido forçadamente e fora do objeto em questão tudo quanto se lembra o recorrido....

Concedem por tanto a revista pedida, remetão-se os prezentes auctos para a Relação desta provincia para a competente revisão e julgamento. Rio, 22 de fevereiro de 1833. Visconde de Congonhas do Campo, Presidente Machado de Miranda, Fragozo, Veiga, Costa Aguiar, Cirne, Cruz, Nabuco, Aragão, Duque Estrada, Pedra, Queiróz, Doutor Figueiredo, Albuquerque.'8 (grifo nosso)

O documento acima é de grande interesse no sentido de revelar a tensão que presidia o processo de modernização da sociedade e de estabelecimento das competências entre o poder público e o privado que se expressa nos confrontos entre os poderes locais e central, entre os proprietários e comerciantes e a ação da Câmara Municipal que os representava, entre os costumes e a legislação, entre tradição e modernidade. No caso em questão, foi o procurador da Câmara da Vila de Campos que alegou "posse imemorial" do direito de cobrar pelas licenças, e não os queixosos, cidadãos que buscavam legitimar, pelo costume, suas práticas usuais.

A referida publicação de Manoel da Silva Santos inclui ainda duas Portarias. Uma, na qual a Regência, em nome do Imperador, manda, pela Secretaria de Estado dos Negócios do Império, remeter à Câmara Municipal da Vila de Campos o julgamento da representação de Antonio José de Sousa, na qual este recorre ao Tribunal Supremo de Justiça contra os

n.3, 2009, p.41-56 51

abusos praticados pela Câmara em sustentar o monopólio da cachaça. Aquele Tribunal julga procedente a ação e condena a Câmara, advertindo-a de " que não deverá fazer cobrar se não aqquelles impostos, que foram fundados em Ley"- *Palácio do Rio de Janeiro*, 5/11/1833-. A outra portaria refere-se ao Parecer da Comissão de Impostos que determina que

"(...) cesse o abuzo da cobrança de tributos em 15/04/1833. Que esta Portaria foi mandada registar pela Camara da Villa de Campos em sessão de 11/05/1833, e não obstante tudo isto continuou no mesmo abuzo de cobrar os impostos nas licenças estabelecidas por Posturas, até 10/02/1834, dia em que cessou, em consequencia de huma Representação de Antonio Rodrigues Pereira(...)" 9

A produção e a circulação destas representações, sentenças e decisões judiciais remetemnos à avaliação de Sérgio Buarque de que os cidadãos não confiavam na Câmara, mas sim na pessoa do Imperador (HOLANDA, 1977, p.66), evidenciando assim, resquícios da tradição da cultura ibérica, como já assinalado quando nos reportamos a esta por José Murilo de Carvalho. A confiança no Imperador inscreve-se, portanto, na cultura do paternalismo, pois, onde não se assegurava o exercício de uma cidadania ativa, restava o tratamento benevolente por parte do rei.

As frequentes evidências de atos de desonestidade de funcionários da própria Câmara decerto eram motivo para que a população não confiasse naqueles e nem naquela, haja vista o teor do requerimento encaminhado por Joaquim Rodrigues Taboas e outros comerciantes de carne de porco da cidade ao Imperador. Neste, eles solicitavam à "S.A.R." providências contra as injustas perseguições que lhes fazia o Senado da Cidade, acusando este de desprezar as leis e de praticar monopólio da carne de porco. O Senado então, em sessão de 17/04/1822 responde a S. A. R. defendendo-se das acusações e pedindo o castigo real para "aqueles infamantes":

"(...) Joaquim Rodrigues Taboas e outros, marchantes de carne de porco, representão a V.A.R. no requerimento junto, que este Senado da Câmara os vexa em desprezo das Leis, e produzem para prova dos factos; 1° a condenação, e prizão que o juiz Almotacé Antônio Luiz P. da Cunha, ordenou contra o 1° supplicante, e outro por serem encon-trados a vender carne de cabra e cabrito por carneiro; 2° hum monopólio de carne de porco, que projecta fazer Manoel Joaquim do Carmo de mãos dadas com o Presidente deste Senado da Câmara; pedem providências contra este monopólio; ordena V. A R. que informemos sobre este objeto. "A simples leitura do requerimento evidencia que os supplicantes tem por único fim appresentar um libelo famoso contra com os membros deste Senado... o 1° fato ainda que abusivo, nada depõe contra nós... senão por um espírito de macular a nossa conducta na presença de V.A R. O 2° motivo de queixa nunca existio essa malignnidade do imposto que dictou o requerimento dos supplicantes podia inventar tão injuriosa calumnia mas o desenvolvimento de ideias liberaes que este Senado tem appresentado ao público derriba esta impostura... Sirva de prova a extinção da Renda do Ver, flagelo do

povo, e capa de ladrões. Sirva igualmente de prova a extinção do contracto das carnes de vaca e a quase liberdade absoluta a que a venda destas hoje se acha elevada com proveito, e satisfação do público...e quem possui as ideias liberais acima ditas, e perde estes interesses, que os seus antecessores receberão em boa fé, não he de crer que quizesse çujar o nome com monopólio de carne de porco... A vista do exposto parece que a denodada malícia dos supplicantes deve merecer justiça e V.A R., hum castigo exemplar, para que a nimguém seja lícito levar impunemente a presença Augusta de V.A.R., requerimentos absoutamente falsos, e que só tem por fim macular a conducta sempre pura de Authoridades, que com este Senado, tanto se disvelão em promover a felicidade do povo (...)" 10

O caso prossegue, com as partes se acusando mutuamente, uma vez que os suplicantes novamente escreveram ao Imperador, informando-o de que, diante da ordem real de mandar o Senado suspender provisoriamente todas as medidas adotadas contra os suplicantes, dentre aquelas, a de abrir as suas casas comerciais, até então fechadas por ordem do mesmo Senado, resultou uma torrente de perseguições. Afirmam os representantes: " real senhor, se por um lado derramou um bálsamo sobre a queixa dos supplicantes, levantou um tropel de inimigos, que raivosos e desesperados por verem desmascarada a sua ambição,... tomam da máscara da virtude... animados em extremado desejo de vingança". Trata-se de demanda em que é visível a disputa, a correlação de forças entre interesses particulares e voluntarismo da Câmara que, ciosa por manter seu poder, acata a decisão do Imperador, mas o confronta com as perseguições aos reclamantes. Tão ciosa ela estava que, sem recusar a cumprir a decisão imperial, acatou a decisão, mas expõe seu confronto, suas diferenças com o poder central. Nesse confronto, as ações de ambas as partes são mais visíveis no sentido de se tratar ou não de um interesse apenas localizado ou se é mais amplo, de uma correlação de forças entre Câmaras e os cidadãos. Assim, no caso da queixa de Bernardo José Corrêa contra o juiz almotacé Antônio Luiz Pereira da Cunha, que o mandara prender por motivos particulares, explicita-se tal motivo, já que não é possível comprovar a ação da autoridade com intuito de vingança. Diante da queixa, o Imperador mandou que os fatos fossem apurados, e recebeu o esclarecimento do averiguador, Antônio Lopes Calheiros Menezes e outros, em 14/08/1820, afirmando ser verdade a ocorrência da prisão e que

"(...) esta teve mesmo o cunho de uma vingança particular do que o zelo e bôa ordem de serviço pois o almotacé estava na semana de jurisdição sobre o curral (local de matança de gado) e mesmo assim mandou efetuar a prisão fora dessa jurisdição (o que é proibido) e solicitou a uma autoridade superior, que a prisão fosse declarada em nome de V. Majestade... agindo sobre hum mizerável vendeiro... até que ele recorresse a indefectível justiça e natural clemência de V. Majestade... o suplicante está nas condições de obter a graça que suplica. (...)" 11

Também, em março de 1822, outros cidadãos queixaram-se legalmente contra o mesmo juiz almotacé, acusando-o de arbitrariedades, enriquecimento ilícito e desvio de documentos

n.3, 2009, p.41-56

em processo judicial. Na queixa, Antonio Manuel Ferreira Sampaio e outros pedem a demissão do juiz Almotacé Antonio Luis Pereira da Cunha, reconduzido ilegalmente ao cargo:

"(...) Dizem os cidadãos de Corte que a vendo assinado Huma representação pela qual pediam a pronta demissão do Juiz Almotacé Antonio Luis Pereira da Cunha, em princípio de junho passado ao Senado da Câmara desta Corte virão desprezados as illudidas suas súplicas ... souberam que na verdade fora mandada ao Desembargo do Paço já contra o que se havia requerido comjustos motivos depois souberão os suplicantes que nunca ali apareceram, antes que estivera empoder do dito juiz (talvez ainda ali se demore) daquelle faz publica escandalosamente alarde, athe ameaçando os cidadãos assinados nellas. Os suplicantes querendo fazer chegar as suas vozes, e rogativas a V.A.R dirigirão outra Representação a Junta Provisória pedindo que lhe alcançasse a prompta demissão daquelle reconduzido juiz Almotacé queixando-se do desprezo que havi-ão sofrido do Senado da Camara, que talvez para favorecer assim já escandaloza recondução, patrocina aquelle mao juiz, com oppresção dos povos, de quem parece tirar toda a sua subsistencia, isto não ter bens patrimoniais, nem lucrativo emprego para mautenção da pompa em que vive (...)" 12

Se na queixa acima as arbitrariedades da autoridade municipal foram o desvio de documentos e as ameaças a cidadãos, noutros casos há a denúncia de violência física praticada por alguma autoridade. Como a contida na representação de 6/11/1823, na qual o cidadão Davi Pamplona Corte Real dirige-se à Comissão de Justiça Civil e Criminal da Assembleia Geral Constituinte e Legislativa, para denunciar os espancamentos e insultos que sofrera por parte do sargento-mor José Joaquim Lapa e do capitão Zeferino Pimentel Moreira Freire, em sua botica no Largo da Carioca, exigindo providências. O parecer da Comissão de Legislação foi de que o caso competia à justiça comum.<sup>13</sup>

Também os moradores da Freguesia do Irajá solicitaram a demissão do fiscal Manoel Souza e Castro, em 15/05/1839, alegando práticas de desonestidade, prevaricação e por agir o próprio fiscal contra as prescrições da Postura Municipal, justamente ele, uma das autoridades que deveria zelar pelo seu cumprimento.

"(...)Dizem os moradores da Freguesia do Irajá abaixo assinados que achando-se a mesma em estado de agitação cauzada pelo Fiscal actual Manoel Vianna de Souza e Castro, pelo motivo de ter na tarde do dia 3 para o 4 do corrente celebrado na sua taberna huma Orgia com a população que pôde ajuntar um triumpho da absolvição que obteve no jury, os gritos tomultuozos de Vivas e Morras, o estrondo de foguetes e outros fogos de artifício que por toda a noite atirou em menoscabo das posturas municipais, e em perigo iminente de arderem as mesmas cazas de palha de Famílias pobres da sua vizinhança poz a todos os habitantes na maior consternação por parecer que da venda ou taberna do Fiscal hia surgir alguma Revolução. Nos dias seguintes quasi todos os Inspectores da Freguesia de Quarteirão derão a sua demissão porque as Auctoridades da Freguesia havião perdido a força moral. O Juiz de Paz não pôde proceder contra

semelhante tomulto, e ainda não achou pessôas que servissem extraordinariamente de Inspectores porque todas se terem escuzado. Esta Freguesia está ao desamparo, os ladrões infestão as estradas das fazendas como aconteceu a da Nazareth que foi attacada duas vezes. Os salteadores vão tão bem apparecendo tal como hum celebre Hespanhol Navalhada e o bem conhecido Antônio Pedrada de Jacarépagua, ambos fugidos das cadeias de Santa Bárbara... Por tanto os Supps vem requerer a V.V.SS. ... destituição do actual Fiscal Manoel Vianna de Souza e Castro, o qual se acha desmascarado e convencido, de crimes torpes como sejão a embriaguês, a dezonestidade pública, a prevaricação.(...)" <sup>14</sup> Seguem-se ao final do documento, 38 assinaturas dos moradores.

Tal requerimento aponta para algumas práticas significativas da cultura política e administrativa do período. Uma delas, a da ação coletiva de um grupo de cidadãos formulando denúncias e exigindo providências do governo, ou seja, colocando em prática o que lhes assegurava a lei. Outra, a de própria atuação dos cidadãos no controle social, que inclui a vigilância destes sobre o desempenho do serviço público. Além destas, também o da costumeira interpelação direta ao Imperador para que este usasse de seu poder e autoridade para solucionar uma questão local, uma vez que a trama de interesses localizados inviabilizava qualquer solução por parte das autoridades no nível do poder municipal ou provincial. Finalmente, o exercício do cargo público como se fosse um atributo particular, privado, haja vista as arbitrariedades, desonestidades e falta de decoro presidindo a atuação de quadros da burocracia, certamente porque cientes de que seus atos não seriam objeto de ação judicial e muito menos que seus privilégios fossem cortados.

Desse desempenho dos funcionários da Câmara, ou de algum deles, resulta a desmoralização e a desconfiança da sociedade nestes funcionários. O fiscal Manoel Vianna de Souza é exemplar no sentido de que, ao invés de zelar pelo cumprimento das Posturas Municipais, ele era um dos que transgredia suas prescrições, expondo ao risco a vida de várias pessoas, e apenas para comemorar sua absolvição de um processo em que era o réu. A desmoralização foi tanta que quase todos os inspetores de quarteirão pediram demissão, numa demonstração de que não compartilhavam com tal conduta.

Deparamos com petições fundamentadas na defesa do bem público, na aplicação impessoal da Lei, ora detratando autoridades governamentais pelo descaso no cumprimento da lei, ora acusando o poder privado de poderosos proprietários e altos funcionários da administração imperial pelo uso particular do poder público e pelo egoísmo e a ganância dos novos tempos.

Se em algumas queixas, requerimentos e petições pesquisados observa-se o apelo à tradição, ao costume praticado, aos benefícios usufruídos de longa data, como argumentos de convencimento, ao caráter paternal e à generosidade do rei, igualmente é visível nessas representações dos populares, o apelo ao árbitro maior da nação, quanto à sua mediação para o cumprimento da Constituição Liberal, pelo atendimento aos seus princípios liberais, ao direito de cidadania, enfim pelas demandas da sociedade conforme regulamentação da lei.

n.3, 2009, p.41-56 55

### Notas

- \* Artigo baseado na dissertação: IAMASHITA, Léa Maria Carrer . Ordem no mundo da 'desordem': o projeto modernizador e o cotidiano popular (Rio de Janeiro, 1822-1840). Dissertação de Mestrado - UNB, Brasília, 2005, que recebeu menção honrosa no concurso de monografia Afonso Carlos Marques dos Santos/ 2008 (Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro).
- <sup>1</sup> Constituição de 1824, *Constituições Brasileiras:* 1824, v. 1. Octaciano Nogueira.Brasília: Senado Federal e Ministério da Ciência e Tecnologia, Centro de Estudos Estratégicos, 2001.
- <sup>2</sup>Código do Processo Criminal de Primeira Instância do Império do Brasil, de 1832, Rio de Janeiro, Laemmert, 1860. Coleção de Obras Raras, Biblioteca do Supremo Tribunal Federal, Brasília-DF, Cód: 0048130.
- <sup>3</sup> Série **Documentos do Império**, anos 1820 a 1826, cód. 2343, Arquivo do Senado Federal, Brasília-DF.
- 4 Idem.
- 5 Idem.

- 6 Idem.
- <sup>7</sup> Idem.
- Série Documentos do Império, ano1834, cód. 4868, Arquivo do Senado Federal, Brasília-DF.
- <sup>9</sup> Idem.
- Biblioteca Nacional-Seção de Manuscritos,
   Anais da Biblioteca Nacional , vol. 104, doc. Il-34, 25, 3, n° 522, Rio de Janeiro, 17-abril-1822.
- <sup>11</sup>Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro -Queixa de Bernardo José Corrêa contra o almotacé Antônio Luiz Pereira da Cunha, 14agosto-1820, Cód: 48-4-80.
- Biblioteca Nacional Seção de Manuscritos,
   Anais da Biblioteca Nacional , vol. 104, doc II 34, 25, 18. Rio de Janeiro, março, 1822.
- <sup>13</sup> Biblioteca Nacional Anais da Biblioteca Nacional , vol. 104, doc. II - 31, 5, 27, n° <sup>5</sup> 2, 3, 5, 06/11/1823.
- Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro-CÓD.: 49-1-8, folha 53, Queixa dos moradores da Freguesia do Irajá ao Presidente e Vereadores da Câmara Municipal do Rio de Janeiro e ao Juiz de Paz, em 15 de maio de 1839, solicitando a destituição do Fiscal de sua freguesia.

## Bibliografia

CARVALHO, José Murilo de. *Cidadania no Brasil*: o longo caminho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

HOLANDA, Sérgio Buarque. "A Herança Colonial – Sua desagregação". In: HOLANDA, Sérgio Buarque (org.), *História Geral da Civilização Brasileira*: O Brasil Monárquico. São Paulo: Difel, 1967, Tomo II, v. 1.

\_\_\_\_\_. Do Império à República. In: *História Geral da Civilização Brasileira*. São Paulo: Difel, 1977, tomo II, v. 5, p.66.

. Raízes do Brasil, São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

IAMASHITA, Léa Maria Carrer. "Ordem" no mundo da "desordem": o projeto modernizador e o cotidiano popular (Rio de Janeiro 1822-1840), 2005, 142 f. Dissertação (Mestrado em História Social)- Universidade de Brasília.

MACHADO, Roberto. Danação da Norma; medicina social e constituição da psiquiatria no Brasil. Rio de Janeiro: Graal, 1978.

NOVAIS Fernando. "Cotidiano e Vida Privada na América Portuguesa" In; NOVAIS, Fernando A.(dir.) e SOUZA, Laura de Mello (org.). *História da Vida Privada no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

PELLEGRINO, Laércio. Doutrina Criminal. Revista dos Tribunais, ano 68, outubro/1979, v. 528, pp. 293-302.

SANTOS, Noronha. Crônicas da Cidade do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro; Padrão: INELIVRO, 1981, v. 1.

SILVA, Mozart Linhares da. O Código Criminal de 1830 e as ideias que não estão fora do lugar. In: CANCELLI, Elisabeth (org.). *Histórias de Violência, Crime e Lei no Brasil.* Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2004.

SOUZA, Juliana Teixeira. *Cessem as apostas*: normatização e controle social no Rio de Janeiro do Período Imperial através de um estudo sobre os jogos de azar (1841-1856), 2002, 120 f. Dissertação ( Mestrado em História Social)- UFRJ, Rio de Janeiro.

THOMPSON, Edward Palmer. *Senhores e Caçadores*: a origem da lei negra. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

\_\_\_\_\_\_. Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

# Praia de Copacabana: um ícone carioca

Augusto Ivan de Freitas Pinheiro, Arquiteto e Urbanista, Professor de Urbanismo da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da PUC-RJ.

Eliane Canedo de Freitas Pinheiro, Arquiteta e Urbanista.

Iracema Bouzas Pessoa, Economista.

#### **RESUMO**

Este artigo é resultado de um trabalho realizado no ano 2000 com vistas à sua apresentação num seminário internacional sobre cidades costeiras realizado em Biarritz, na França. Por motivo de força maior não pode ser apresentado no evento e permaneceu inédito desde então. Dada a singularidade do tema - a praia de Copacabana como ícone da cidade e ao mesmo tempo como espaço de trabalho e renda para uma imensa quantidade de trabalhadores - julgamos que, embora defasado no tempo no que se refere aos dados coletados, o artigo poderia se constituir numa importante reflexão sobre a carga simbólica de determinados espaços urbanos e a apropriação destes mesmos espaços como lócus econômico por uma grande parcela da população das cidades.

**Palavras-chave:** urbanização; praia, Copacabana

#### **ABSTRACT**

This article provides the necessary information for a analysis of the he symbology involving certain urban areas, as well as the appropriation of these same areas as important economic loci for a great parcel of urban population.

Key-words: urbanization, beach Copacabana

n.3, 2009, p.7-24 57

## Introdução

o sobrevoar a cidade o observador verá, do alto, uma extensa malha urbanizada cortada ao meio por um maciço montanhoso, coberto por densa floresta tropical. Abaixo de seus pés ela se desenvolve, seguindo duas vertentes. A primeira, ao Norte, uma grande planície ocupada, que, colada a várias cidades vizinhas da região metropolitana alcança os contrafortes da Serra do Mar. A segunda, ao Sul, compreende uma estreita faixa de terra urbanizada entre o maciço central e o Oceano Atlântico, cuja orla é emoldurada por costões rochosos, restingas, lagoas e uma sucessão de praias, ora longas, ora curtas, cobertas por areia fina e branca. Este é o Rio de Janeiro.

Ao se aproximar do solo, uma, dentre as muitas praias, chama a atenção pela massa compacta de edifícios e pelo desenho caprichoso da curva de sua costa. Este é o bairro de Copacabana.

Em terra, caminhando pelas calçadas à beira-mar, a visão do observador será capturada, de um lado, pela visão imponente dos prédios da orla, que formam uma longa e alta muralha, e do outro, pela bela e ampla praia em frente. Um primeiro pensamento ocorre: que esplêndido lugar para se morar, tendo à frente a paisagem do horizonte infinito do Oceano Atlântico.

Com um pouco mais de atenção, entretanto, o olhar é imediatamente atraído pela intensa movimentação de pessoas indo e vindo da praia, aproveitando o sol quente tropical e as águas frias do mar. Outro pensamento vem à baila: que belo lugar para desfrutar da natureza.

Alguém mais curioso, porém, notará um movimentar contínuo, laborioso e frenético de pessoas que certamente não vivem ali e nem estão no local para se divertir. São carregadores entregando mercadorias, funcionários de hotel recebendo ou despachando hóspedes, garçons apressados servindo as mesas ao ar livre dos restaurantes, frentistas de postos de gasolina abastecendo veículos, balconistas dos quiosques à beira-mar atendendo seus clientes, pescadores chegando em suas embarcações, vendedores ambulantes apregoando suas mercadorias, professores de ginástica e instrutores de esportes com suas turmas de alunos, policiais e guardas municipais circulando, catadores recolhendo latas deixadas na areia, funcionários da limpeza urbana trabalhando nas ruas e na praia, escultores de areia, salva-vidas atentos, pequenos aviões e dirigíveis sobrevoando a praia e exibindo faixas de publicidade, enfim, uma pequena multidão que se mistura com as pessoas caminhando ou correndo nas calçadas junto ao mar, freqüentadores sentados nas mesas dos bares e quiosques. Este exército de trabalhadores em permanente movimento dá a impressão de que a metade das pessoas que ali estão ganham a vida em função da praia.

Um lugar muito especial que se confunde com a imagem da própria cidade, orgulho dos cariocas, portadora de uma carga simbólica notável, mas que também é uma construção social responsável hoje pela sobrevivência de milhares de pessoas e um espaço econômico fundamental para o Rio de Janeiro: a praia de Copacabana.

Esta é a praia que se pretende apresentar. Ela certamente se assemelha a outras orlas do mundo que, por sua história, estimulam a reflexão sobre o papel vital de seus espaços. São praias que, além de oferecerem o espetáculo de sua beleza natural, cumprem uma função preponderante e participam ativamente do desenvolvimento social, econômico e cultural das cidades costeiras. São, portanto, lugares exemplares e merecedores de um olhar atento, pois além de serem parte privilegiada do meio-ambiente natural, são também uma construção humana rica e complexa, fundamental para a vida urbana.

## O nascimento de um Mito

Praia mais famosa do Brasil, internacionalmente conhecida, imortalizada nas telas do cinema e na musica popular brasileira, Copacabana tornou-se, em pouco mais de meio século, um símbolo cuja imagem é indissociável do Rio de Janeiro, assim como o Pão de Açúcar e o Cristo Redentor. E isto não é pouco em se tratando de uma cidade cuja morfologia natural é plena de referências fortes: a Floresta da Tijuca, as lagoas e a sucessão de 85,4 kilômetros de praias, urbanas ou quase intocadas.

O local, entretanto, demorou a ser integrado ao processo de urbanização da cidade, iniciado com a fundação da vila de São Sebastião do Rio de Janeiro, em 1565, pelos colonizadores portugueses, sessenta e três anos após o sítio ser descoberto. Até quase o final do século XIX, Copacabana permaneceu distante e quase vazia, apesar de o Rio, na época já contar com aproximadamente 600.000 habitantes. Separado da área urbanizada por uma cordilheira montanhosa, o local era naquela ocasião apenas mar, areia e vegetação nativa.

A primeira ocupação de que se tem notícia foi a da construção, em 1770, na altura da Pedra do Arpoador, de uma pequena capela que abrigava uma imagem da Virgem Maria, trazida por mercadores de prata do vilarejo de Copacabana (Mirante do Azul, em linguagem quíchua) situado nas margens do lago Titicaca, na Bolívia. A imagem, batizada de Nossa Senhora de Copacabana, foi colocada inicialmente em uma igreja do centro do Rio, de onde posteriormente desapareceu. Reencontrada na praia por pescadores, foi instalada na igrejinha e acabou dando nome de Copacabana ao local.

Ao longo de praticamente todo o século dezenove, além da igreja, a área possuía apenas raros casebres de escravos e pescadores e algumas casas de repouso. Seu acesso, difícil devido às montanhas, era feito apenas através da então longínqua praia de Ipanema e por um íngreme caminho a ser percorrido somente a pé, no morro da Babilônia, que conduzia ao forte do Leme.

Pressionada pelo crescimento do bairro vizinho de Botafogo e pela fama do poder curativo de suas águas, a região ganhou seu primeiro acesso urbanizado em 1855. Partindo de Botafogo, já bastante ocupado, foi aberta uma ladeira ligando aquele local à planície de Copacabana, para que nela transitassem, conforme relata Brasil Gerson, em *História das* 

n.3, 2009, p.7-24 59

Ruas do Rio, "cavaleiros e carros, tornando mais fácil o uso dos banhos às famílias que na estação calmosa freqüentavam uma das mais limpas e aprazíveis praias da capital"

Copacabana transformou-se rapidamente em local de piqueniques para as famílias mais abastadas da cidade. Entretanto as primeiras casas só viriam a ser construídas depois de 1870, resultante de um processo pioneiro de loteamento na cidade de então. Diferente dos outros assentamentos mais antigos,

"Copacabana já nasceu com a configuração de um bairro. Em menos de trinta anos já estava ocupada e dotada de todos os serviços urbanos, (...) fruto de empreendimento imobiliário de cunho capitalista, onde rapidamente foi absorvido tudo o que havia de novidade, fosse nas formas arquitetônicas, nos materiais de construção ou nos hábitos e costumes." (História dos Bairros-Copacabana)

Os bondes chegaram em 1892, mas foi somente em 1906 que, já movidos a eletricidade, eles cruzariam, de ponta a ponta sua principal avenida, chamada Nossa Senhora de Copacabana. Ligado a Botafogo através do Túnel Velho, aberto à mesma época, o bairro prosperou, chegando a 1930 totalmente loteado. Afirmava-se então como um dos mais atraentes da cidade e, certamente, o mais moderno.

A população também aumentava, em 1920 chegava a quase 18.000 pessoas, e palacetes proliferavam ao longo da avenida litorânea. Modernizada e protegida por um cais de pedras, construído entre 1913 e 1920, a Avenida Atlântica trouxe para o local a atmosfera e os estilos dos balneários mediterrâneos europeus. Já popularizada, a prática dos banhos de mar logo se tornaria moda no Rio de Janeiro.

# Hotel Copacabana Palace: arauto do prestígio

A inauguração do hotel Copacabana Palace, na Avenida Atlântica, em 1923, foi um marco na cidade. Projeto do arquiteto francês Joseph Gire em estilo neoclássico importado da Riviera Francesa, o famoso hotel trouxe para o bairro o prestígio definitivo. Ao longo de sua trajetória ele se tornaria o símbolo de Copacabana, e o cartão de visitas de um Brasil requintado e cosmopolita. Hospedando membros das realezas européias, chefes de estado estrangeiros e artistas famosos do *show-business*, o hotel promoveria nas suas imediações o surgimento dos edifícios de apartamentos mais altos, elegantes e ricos do Rio de Janeiro, dando origem à verticalização e à valorização imobiliária do bairro. A partir daí Copacabana passaria a ser local de moradia, principalmente em sua faixa litorânea, da elite milionária do Rio.

Posteriormente outros hotéis viriam se juntar ao Copacabana Palace, totalizando os atuais 17, com cerca de 3.500 quartos, todos dotados de boa infra-estrutura. Aliás, em geral, os hotéis do Rio desfrutam de boa reputação. Em pesquisa datada de 1999, coordenada pela University of Michigan Business School, o nível de satisfação com os hotéis da cidade alcançou a média de 72% entre turistas e homens de negócios para os hotéis de 4 a 5 estrelas e 65%, os de 1 a 3 estrelas (a média nos USA é de 72%). Os níveis de reclamações são baixos, de 10 a 13%

(média americana 22%) e a intenção de retorno ficou em torno de 70%. As taxas de ocupação dos hotéis da orla são altas chegando, na época do Réveillon, a 93,0%. Este, por sua vez, se tornou, há algumas décadas, a segunda maior festa do Rio, perdendo apenas para o Carnaval.

As comemorações da passagem do ano vêm atraindo um público cada vez maior desde que os hotéis da orla passaram a patrocinar a queima de fogos na passagem do ano, investindo vultosos recursos nas comemorações.

Apesar do surgimento dos novos hotéis, o Copacabana Palace ainda é a referência mais forte da orla oceânica, conferindo, até hoje, prestígio e valor aos edifícios residenciais na sua vizinhança.

### 1930 - 1960: os anos dourados

O Hotel Copacabana Palace foi o sinal definitivo para o bairro se desenvolver e se tornar, em pouco tempo, o Eldorado do Rio. Em 1933, a região já contava com setenta edificações com mais de quatro pavimentos, sendo que sete deles acima de dez andares. A rápida expansão, nos anos de 1940 e 1950, logo a tornaria alvo do mais intenso crescimento imobiliário que a cidade experimentou, tendo como principal atração a aura de modernidade e o *glamour* de um espaço sofisticado, altamente valorizado e potencializado pela imprensa, pela música e pelo cinema. Seu território era enaltecido pela presença da praia, pela notoriedade de seus moradores, decantados nas colunas sociais dos jornais e revistas, e pela vitalidade de sua vida noturna. Juntamente com Carmen Miranda, a praia de Copacabana ganharia fama internacional, simbolizando um país exótico, mas sofisticado, distante, mas cosmopolita.

Surgia ali um Rio diferente para o qual todo o Brasil olhava orgulhoso, como a promessa de um novo tempo e como uma nova civilização, alegre e moderna. As vias de comunicação internas eram cada vez mais conectadas aos bairros vizinhos, como o grande corte no morro do Cantagalo, de 1938, ligando Copacabana à Lagoa Rodrigo de Freitas, e a duplicação do Túnel Novo em 1949, que facilitaria ainda mais o acesso a Botafogo e ao Centro da cidade.

Entre 1940 e 1950 a população do bairro aumentaria em 74,35%, saltando de 74.133 para 129.249 habitantes. Atraídos pela fama do bairro e pela mística que se criou em torno dele, os investidores passaram a comprar as antigas propriedades no interior da região para ali construírem novos prédios habitacionais e espaços comerciais.

Da noite para o dia as antigas casas eram demolidas dando lugar a edificações altas, de até doze pavimentos. As novas construções abrigavam não apenas moradores de alto poder aquisitivo. Nos eixos de maior movimento, menos atraentes para as residências da elite, foram surgindo apartamentos menores, muitos deles com dois a quatro cômodos, atraindo uma população de renda mais baixa. Nestes eixos foi-se instalando o comércio do bairro, gerando um dos mais dinâmicos pólos comerciais do Rio de Janeiro, até há poucos anos o segundo no ranking da cidade.

n.3, 2009, p.7-24

No final da década de 1950, Copacabana já havia se tornado um local cada vez mais complexo e denso, com uma cordilheira de edifícios altos, ruas cortadas por tráfego intenso e um comércio fervilhante que se misturava com pequenas indústrias de confecção. Apenas em 1956 estavam sendo construídos ali 225 novos prédios. Por suas ruas circulava gente de todos os tipos, desde moradores das mais diferentes classes sociais até uma expressiva população flutuante que, atraída pela fama do bairro, ali acorria para desfrutar de seu sofisticado comércio, dos serviços de alta qualidade e das inúmeras oportunidades de lazer e diversão que o local ofertava.

A eles se agregavam os turistas que, fascinados pela mística da bela praia, vinham se hospedar nos inúmeros hotéis que se espalhavam por toda a região, principalmente na orla marítima. Copacabana afirmava-se como o lugar da moda na cidade, suplantando o Centro, que iniciara então um período de lenta decadência. Proliferaram as butiques de luxo, lojas de departamentos, cinemas, teatros, restaurantes requintados, boates, casas de shows e novos hotéis, impregnando o bairro de uma atmosfera alegre, sofisticada e moderna.

## Anos 70 a 90: enfrentando a competição de outros bairros

A história da expansão urbana do Rio de Janeiro seguiu um modelo no qual, a partir do núcleo original situado onde é atualmente a área Central, as classes de renda mais alta operavam como vetores pioneiros da ocupação progressiva das fronteiras junto à orla marítima, enquanto as classes mais pobres se assentavam nas regiões periféricas cada vez mais distantes do mar. Durante muito tempo assim também se comportaram os investimentos públicos: mais intensos nas regiões ricas e mais tênues nos locais mais pobres. Em comum as duas fronteiras de expansão mostram hoje um distanciamento cada vez maior do Centro, e são tanto mais ricas ou mais pobres quanto mais se aproximam ou se afastam do mar. O resultado é uma ocupação maciça e muitas vezes predatória dos espaços conquistados pela urbanização que, uma vez exauridos, forçam a abertura de novas fronteiras.

O ciclo de expansão urbana das zonas ricas também se apresenta com uma característica bastante singular: a cada movimento das elites, que tendem a valorizar imediatamente o espaço urbano por elas ocupado, acompanha uma rápida apropriação das áreas vizinhas, ainda vazias ou potencialmente adensáveis, pela classe média. Em seguida chegam os mais pobres, que vão se assentando como podem nas franjas dessas mesmas áreas, em terrenos públicos ou onde a legislação da cidade não permite ocupação formal, geralmente áreas de encostas ou pantanosas, gerando o fenômeno conhecido como favelas.

As favelas de Copacabana surgiram por volta dos anos quarenta, encarapitadas nos morros, para suprir a demanda, cada vez mais crescente, por mão-de-obra barata para a construção civil, serviços domésticos e comerciais. Dados de 1991, mostravam que as quatro favelas do bairro, abrigavam 7.472 moradores, representando 0,8% do total dos habitantes

em favelas no Rio. Curiosamente apresentavam uma população praticamente estável entre 1980 e 1991 e uma densidade bruta pouco mais alta que a do resto do bairro: 345,56 hab/ha.

Copacabana talvez tenha sido um dos exemplos mais significativos do modelo de crescimento da malha urbana do Rio de Janeiro. Durante a década de 1970, já com 239.256 moradores, e dotada de dois novos túneis, ligando eixos internos do próprio bairro, Copacabana se confrontaria com o início de uma nova mudança de rumos no processo de expansão da cidade, que viria a afetar fortemente sua imagem. Avançando sobre as praias vizinhas, e depois em direção às terras ainda vazias a oeste, as classes mais ricas começariam a buscar novas fronteiras para ocupar, evitando os conflitos que, naquele momento, atingiam o bairro: o adensamento das construções, o crescimento populacional, o tráfego congestionado, o barulho, a carência de estacionamento e, principalmente, a não-exclusividade do convívio social.

Surgiram novas opções, novos bairros, novos valores a atrair as elites. Com elas migrariam de Copacabana os estabelecimentos mais sofisticados, os serviços modernos, os centros de entretenimento e a moda. Inicialmente estas atividades deslocaram-se para as áreas contíguas de Ipanema e Leblon e, em seguida e muito velozmente, para São Conrado e Barra de Tijuca, na direção oeste. Proliferaram nesses locais os condomínios residenciais, os shopping-centers, e as vias de alta velocidade, conferindo-lhes maior competitividade, comparativamente a Copacabana e a outras áreas mais densas da cidade, em termos de conforto, segurança e estacionamentos.

Para a chamada Princesinha do Mar este deslocamento causou danos e seu impacto logo se faria notar no comércio, no envelhecimento da população e das edificações, e na perda de posição relativa do bairro frente à dinâmica e ao prestígio que as novas áreas de expansão, mais modernas, vieram a adquirir. Em 1996, segundo dados do IBGE, 30% dos moradores de Copacabana tinham entre cinqüenta e sessenta anos, e 16,7% acima de sessenta. A maioria era composta de mulheres, 58,2%, taxa bastante elevada se comparada à média do Rio que era de 52,2%.

Seus cerca de 1.800 edifícios totalizavam 7.4 milhões de metros quadrados construídos (segundo lugar no Rio de Janeiro), sendo 80% com idade superior a 30 anos. Considerando que praticamente todo o espaço disponível se encontrava edificado, e com taxas de ocupação bastante altas (cerca de 80% da área do lote e 12 pavimentos de altura, em sua maioria), pode-se afirmar que Copacabana já não possuía, nas décadas finais do século XX, espaços vazios renováveis.

Tudo isto foi ocorrendo num bairro relativamente exíguo e denso, com 546,5 ha, representando cerca de 0,4% da superfície da cidade, e que possuía, em 1996, uma população de 168.836 hab, contra aproximadamente 5,5 milhões na cidade e cerca de 12 milhões na região metropolitana. Vale à pena ressaltar que entre 1970 e 1996 o bairro havia perdido cerca de 29% de sua população residente, embora isto não diferisse muito de outros bairros, também mais antigos, que apresentavam taxas semelhantes.

n.3, 2009, p.7-24

Mesmo perdendo população Copacabana possuía, em 1996, uma das mais altas densidades do Rio de Janeiro, com aproximadamente 307 hab/ha. Paradoxalmente o bairro apresentava, no mesmo período, um alto nível de conforto residencial, com uma área média de 84m2 por domicílio, sendo que 56,2% dos 65.340 domicílios registrados possuíam até 2 moradores. Por outro lado estes mesmos dados mostravam os reflexos do envelhecimento da população: o encolhimento das famílias locais.

O relativo enfraquecimento da região, entretanto, não afetou dramaticamente o mercado imobiliário local. O bairro, segundo dados de 1996 era ainda bastante dinâmico, apresentando uma das mais altas taxas de imóveis de aluguel do Rio: 32,6% contra 24,7% do geral da cidade. Os números da arrecadação do Imposto Predial e Territorial Urbano eram também expressivos, representando 15,08% do total no Rio e ocupando o terceiro lugar no ranking da cidade.

Provavelmente o bairro deve à sua praia este eterno poder de sedução que impede o avanço das forças da desvalorização, pois sua orla marítima permanece, ainda, como um dos espaços mais significativos da cidade e, certamente, como uma das imagens mais representativas do Rio. É como se suas águas, morada de Iemanjá, rainha do mar, continuassem cumprindo o papel de proteger aquele território sagrado.

De fato a grande festa anual do Réveillon no Rio, tem seu ponto alto na praia de Copacabana. Iniciada praticamente ali como culto religioso àquela divindade da religião afro-brasileira, a comemoração passou a ter, cada vez mais, um papel de destaque na vida cultural do cidade. Todo final de ano milhões de pessoas transformam a praia de Copacabana num espetáculo grandioso. Tomada pelos fogos, pela música, pelos ritos religiosos e por uma multidão vestida de branco, a noite do Réveillon recupera, anualmente para toda a cidade, a mesma magia e o poder restaurador daquele espaço que tanto tem encantado cariocas e estrangeiros há mais de meio século.

## O aterro da orla marítima

O adensamento populacional e das construções no bairro atingiram seu ápice nos anos setenta. Se por um lado houve perda de posição relativa, como local de moradia privilegiada das classes de renda mais altas da cidade, por outro ganhou dinamismo, como um complexo espaço comercial e de trabalho, o que acarretaria modificações profundas, principalmente na sua orla marítima, que seria aterrada no início daquela década.

Até então a largura da área urbanizada entre os prédios e a areia da praia era de apenas 21 metros, distribuídos entre as pistas de veículos e as duas calçadas, junto aos prédios e à praia. O novo aterro apresentava, como justificativas principais a proteção definitiva da orla contra as ressacas violentas e freqüentes, a necessidade de aumentar a fluidez do tráfego de veículos e a oferta de novas vagas de estacionamento.

Com o aterro, a faixa urbanizada entre os edifícios e a areia passaria para os 73 metros atuais e a faixa de areia para uma largura média de 80 metros. As pistas de veículos foram duplicadas e a orla da Avenida Atlântica passaria a ser trafegada nos dois sentidos, em regime de mão dupla, integrando-se ao extenso anel viário litorâneo que hoje se estende do Recreio dos Bandeirantes ao centro da cidade por cerca de 40km.

Suas famosas calçadas, pavimentadas em pedras portuguesas formando desenhos de ondas, foram substituídas por outras do mesmo material, projetadas pelo paisagista Roberto Burle-Marx. Elas se constituem em um extraordinário mural horizontal, formado por desenhos de cores e formas variadas, de 4,2km de extensão, e distribuídos em duas amplas calçadas cuja largura somada chega 35 metros de largura. Os lendários desenhos de ondas (na realidade inspirados naqueles criados em 1849 para a praça do Rossio em Lisboa, e lá chamadas de Grande Mar), foram transferidos para o passeio junto à areia, continuando como marcos da praia de Copacabana.

O paisagismo foi enriquecido com o plantio de árvores e coqueiros nas calçadas e formando pequenos oásis na faixa de areia. A orla foi também dotada de um interceptor oceânico destinado a captar as redes de esgotamento sanitário do bairro, que, através de uma estação elevatória construída na mesma ocasião, lançava a carga coletada em alto mar.

## Praia de Copacabana: o novo milênio

As modificações na orla marítima, entretanto, não cessariam com o aterro da praia. No final dos anos oitenta, as calçadas junto à praia ganharam 64 novos quiosques padronizados de alimentação. Substituindo as antigas barracas improvisadas de vendedores ambulantes por modelos mais adequados, os quiosques prestam melhor atendimento, hoje, aos freqüentadores, principalmente nos finais de semana, quando a área recebe milhares de pessoas. Nessa mesma época foi implantada, junto à calçada da orla uma ciclovia, cuja extensão da praia do Leblon ao Centro, chega a 20km.

Foi ainda na década de oitenta que a praia de Copacabana viu consolidar uma nova tendência de hábitos que já vinha se insinuando. Sua praia não seria mais, apenas um local de lazer contemplativo, para onde a população viria se estender ao sol e mergulhar nas águas frias do Oceano Atlântico. Novas atividades se incorporariam ao já extenso leque de opções que a praia oferecia.

Foram se alinhando, lado a lado, práticas esportivas, eventos culturais, espaços de caminhadas, ciclovia, equipamentos de ginástica, novos locais de encontros e pistas de veículos interditadas ao trânsito e voltadas unicamente ao lazer nos fins de semana e feriados, trazendo para a praia um movimento quase frenético. E não apenas nos horários do sol. As noites, com a areia da praia iluminada até a água, passaram a ser mais uma das inúmeras atrações da orla, principalmente para as atividades esportivas e eventos culturais.

n.3, 2009, p.7-24

## As praias do Rio: muito além de um balneário

As praias do Rio nunca foram apenas locais de banho de mar. Por se desenvolverem ao longo da malha urbanizada, e se localizarem numa cidade dotada de forte vocação para a cultura e a diversão, é nelas que a população se encontra para conversar, namorar, combinar novos programas e se divertir. As praias do Rio são uma espécie de grande praça da cidade, cartões de visitas da metrópole.

O carioca vê suas praias como a extensão de suas moradias e para elas afluem todos os dias, com uma intimidade absolutamente familiar. Não é possível pensar o Rio de Janeiro sem praia. Talvez, nos finais de semana, o primeiro pensamento que ocorra ao carioca seja: será que vai dar praia? Não importa. Com ou sem sol, centenas de milhares de moradores se dirigirão religiosamente ao mar todas as manhãs.

Pesquisa recente realizada entre os freqüentadores das praias da cidade, para a empresa Orla Rio, mostraram que 52% são do sexo masculino, jovens (64% entre 15 e 34 anos) e com grau de instrução elevado (39% com educação superior). O nível de renda dos usuários é relativamente alto: 68% pertencem às classes média e alta, e metade das pessoas chega às praias a pé ou de bicicleta, sendo portanto moradores das vizinhanças.

A freqüência de uso da praia é alta: 35% vão ali de três a sete dias da semana, e mais da metade dos freqüentadores (52%) estão ali para praticar esportes, enquanto 40% para nadar e tomar sol. Portanto o sol é bom, mas não é fundamental para os praianos cariocas. Se ele não aparecer no céu sempre se poderá praticar, ou simplesmente assistir, os mais diferentes esportes: futebol, vôlei, cooper, frescobol, vôos de asas delta, caminhadas, corridas, entre muitos outros que existem e ainda inúmeros que vêm sendo criados ano a ano. Além do mais, há espaços para passeios de bicicleta, corridas de patins, locais especiais para juntar os bebês a passear. Tudo é motivo para ir à praia, e entre outros também pegar sol e mergulhar no mar.

Por estarem tanto tempo expostos a ela, em jornadas mínimas de duas horas, mas que podem se alongar até seis horas, há necessidade de os freqüentadores se abastecerem de bebidas e alimentação. No início levavam eles mesmos os seus farnéis. Pouco a pouco, porém, foram se liberando de todo o peso extra além do próprio corpo, simplificando tudo, até as roupas. Hoje basta um biquini ou um calção. Todo o resto é excesso. Daí terem proliferado nas praias as barracas de comidas e bebidas ligeiras, os vendedores de biscoitos, de adereços artesanais, os complementos de roupas de banho (a praia também é o lugar de lançamentos da moda), de protetores solares, de água de coco, de refrigerantes e da inseparável cerveja, pois além do mar os cariocas adoram cerveja gelada

Com tal perfil, as praias se transformaram lentamente em lugares urbanos com as mesmas necessidades de serviços, comuns a quaisquer outras áreas. E foi em Copacabana que eles surgiram, ao longo de seus famosos seis postos de salvamento que servem de referência para tudo no bairro, inclusive para identificar o status social dos moradores.

Lugar do encontro foi ali, também, que apareceram os primeiros esportes praianos que, por sua vez, acabaram por originar times organizados de futebol e vôlei de areia, grupos de ginástica coletiva, de yoga, tai-chi-chuan e muitos outros. Esta nova vocação da praia acabou também por atrair as empresas que viram naquele espaço a possibilidade de veicular suas marcas, principalmente aquelas voltadas ao esporte, às bebidas ligeiras e aos eventos culturais.

Com uma população flutuante de banhistas e freqüentadores que pode atingir de 80.000 a 100.000 pessoas nos finais de semana de verão, e beneficiada pelo tráfego de passagem que chega a 62.000 veículos por dia, a praia se tornou um excelente negócio, não apenas para a circulação de mercadorias, mas também para as empresas interessadas em divulgar seus produtos e marcas.

Surgiram então os promotores de eventos. Em 1999, a praia de Copacabana abrigou 38 eventos esportivos gratuitos que empregaram alguns milhares de pessoas, e foram assistidos sempre por um grande público. Tais atividades, estimuladas pela Prefeitura, mostraram ser um ótimo veículo de marketing obtendo grande retorno de mídia. Por este motivo passaram a ser patrocinadas por marcas de produtos esportivos, de bebidas, jornais e empresas de telecomunicações, somando-se a outros promovidos diretamente por órgãos governamentais ou os que continuaram a ocorrer espontaneamente.

Mas a praia é também palco de inúmeros outros acontecimentos ligados à saúde, à cultura e mesmo políticos. Nela proliferam escolinhas de futebol e de natação, muitas vezes promovidas por antigos astros do esportes e destinadas ao treinamento de futuros jogadores, principalmente meninos de famílias mais pobres; grupos de ginástica de terceira idade, campanhas de prevenção de doenças cardíacas, e de moléstias transmissíveis, campanhas educativas, manifestações políticas, lançamentos de festivais de cinema com exibições ao ar livre, desfiles de bandas carnavalescas e uma série de outros eventos.

Graças à sua bela praia, o bairro de Copacabana é ainda o que mais atrai os turistas brasileiros e estrangeiros. Seus hotéis, no verão de 2000, chegaram a praticamente 100% de ocupação e, sem medo de errar poder-se-ia afirmar que, dos cerca de dois milhões de turistas que vieram ao Rio, em 1999, cada um deles esteve, em algum momento de sua estadia na cidade, percorrendo um bom trecho da caprichosa curva da Avenida Atlântica.

# Copacabana: quanto vale uma praia?

A orla de Copacabana estende-se por 4,2 km, tendo nas pontas o Morro do Leme e o Forte de Copacabana. A área poderia ser dividida em dois segmentos paralelos. Um deles compreende a Avenida Atlântica, faixa urbanizada com cerca de 80 metros de largura e onde se desenvolvem as calçadas, as pistas de veículos e a ciclovia. O outro é a praia de Copacabana, propriamente dita, também com largura média de 80 metros de areia.

Ao longo da Avenida alinham-se 174 prédios, sendo 5 casas, 17 hotéis e 152 edifícios residenciais. Três destas casas são utilizadas para atividades comerciais. Alguns edifícios

n.3, 2009, p.7-24

residenciais possuem algumas poucas lojas e dezenas de bares e restaurantes no pavimento térreo. Estes últimos totalizam trinta estabelecimentos. A altura predominante das edificações é de 12 andares, sendo que alguns hotéis alcançam mais de 30 pavimentos, devido a uma legislação para o local que prevê o incentivo à sua construção na orla marítima da cidade. Na Avenida desembocam 32 ruas transversais e duas praças. Nas extremidades situam-se duas fortalezas militares e um clube. A profundidade média das edificações da orla é de aproximadamente 20 metros.

A aparência das construções varia de acordo com a data de sua construção. Ali convivem, em grande harmonia arquitetônica, desde fachadas de composição clássica tardia, tipo Luis XVI, passando por aquelas de forte influência Art-Déco e de estilo internacional, modernista, chegando até a arquitetura pós-moderna. A impressão geral é a de uma grande muralha contínua, interrompida apenas pelas ruas transversais à orla, pelas raríssimas casas e, pelas praças, ainda menos freqüentes.

Apesar do aparente peso das construções, o aspecto da Avenida é bastante suavizado pela simplicidade das linhas arquitetônicas e pela incidência expressiva, nas fachadas, das cores em tons pastéis, com predominância do bege claro. Apesar de estarem presentes nas janelas, é raro que as superfícies de vidro cubram toda uma fachada, mesmo aquelas construídas na década de 1970. Da unidade do conjunto sobressai-se apenas o edifício do Hotel Copacabana Palace que ocupa praticamente um quarteirão inteiro.

O cuidado com as edificações, muito bem conservadas, com as áreas públicas, bem mantidas, e o crescente aumento do fluxo de turistas no Rio de Janeiro (734.000 em 1998 e 2.000.000 em 1999), que têm em Copacabana sua Meca, sugerem, num primeiro olhar, que a praia é um espaço exclusivo de moradia e lazer na cidade.

Entretanto aparências e valores à parte, basta uma simples passagem pela orla, para se verificar que ela apresenta uma gama de situações complexas, que ultrapassam a simples constatação de que é um lugar privilegiado de moradia. Ao observador atento, o que mais impressiona é o movimento laborioso das pessoas que repartem o local em atividades de lazer e trabalho. Portanto, o que aparenta ser apenas um belo espaço para diversão e para a saúde do corpo, é também um parceiro importante da economia da cidade, tal a movimentação de trabalho ali existente .

Aquela paisagem exuberante feita de sol, céu, areia e mar salta aos olhos na realidade como uma extraordinária construção social que resultou de quase cem anos de transformações. Este foi o período que levou a antiga e bucólica praia dos pescadores à efervescência de um moderno e intenso espaço urbano rico e variado, portador de múltiplas possibilidades de fruição.

A praia de Copacabana é hoje, portanto, não apenas um sítio estratégico para a imagem da cidade, e um dos ícones mais importantes da história do Rio. Ela é, sem qualquer dúvida, uma fonte geradora de recursos, um espaço produtivo importante e um celeiro de

oportunidades, essenciais para uma enorme parcela da população e para a própria vitalidade da metrópole. A compreensão deste fenômeno poderá abrir grandes possibilidades de reflexão sobre o espaço e sua contribuição para a economia urbana. A orla marítima de Copacabana, origem do desenvolvimento do bairro no início do século XX, e responsável pela mística que em torno dele se instalou nos meados do século, poderá ser, no alvorecer do novo milênio, a chave para o seu rejuvenescimento.

## A economia da praia: agregando valores

Ao analisar a praia de Copacabana, uma das constatações que ocorrem é a da capacidade de renovação de seus espaços. De fato, a orla de tempos em tempos sofre uma mutação física que a coloca sempre num cenário de transformações. É esta capacidade de mudanças que afasta da praia a ameaça da obsolescência, ao contrário do restante do bairro. Se observarmos que, enquanto nas ruas internas houve uma gradual perda de vitalidade e nenhuma nova variável mais dinâmica foi introduzida, na orla deu-se o contrário.

Ali, equipamentos melhores foram instalados para atender ao público, tais como quiosques mais modernos nas calçadas junto ao mar, dotados de mesas e cadeiras ao ar livre; eventos esportivos e culturais que atraíram novos usuários, principalmente jovens, para as areias da praia; novas modalidades de segurança, como os guardas da areia; o Réveillon se firmou como um grande evento turístico; as pistas de tráfego foram interrompidas parcialmente nos finais de semana para o lazer da população e o velho Forte de Copacabana foi aberto à visitação. Tudo isto tem contribuído para a vitalidade do local e para a criação de uma economia rica em matizes, diversificada, complexa e extremamente dinâmica.

No início dos anos 2000, a Prefeitura implantou o projeto RIOMAR, destinado a requalificar os espaços públicos da faixa litorânea. Na praia de Copacabana foi mudado por completo o sistema e o *design* da rede de iluminação pública. Além disso, todos os bares e restaurantes da orla já substituíram o antigo e decadente mobiliário das calçadas por novos *ombrelones*, mesas e cadeiras padronizados. As barracas de bebidas anteriormente existentes na areia, extremamente desorganizadas e de péssimo aspecto, passaram a funcionar em tendas também padronizadas e licenciadas. Pouco a pouco a praia vai adquirindo uma nova aparência, mais compatível com sua importância.

Na passagem para o novo milênio, a praia de Copacabana movimentava cerca de seis mil postos de trabalho diretos e aproximadamente vinte e dois mil indiretos, responsáveis pela manutenção de cerca de cem mil pessoas. A movimentação de recursos financeiros na orla, em 1999, chegou a cerca de R\$ 226.000.000,00. Destes, R\$3.500.000,00 representavam os gastos públicos com a manutenção da área. Estes números envolviam principalmente a atividade hoteleira, maior responsável pela geração de renda na orla promovendo 50% dos empregos diretos e 54% dos indiretos do local, e movimentando um faturamento bruto anual que correspondia a cerca de 63% do total gerado pela economia da praia.

n.3, 2009, p.7-24

Só para se ter uma idéia comparativa do significado dos recursos financeiros movimentados em 1999 na praia de Copacabana, eles ultrapassavam em mais de 10% o orçamento anual de um dos maiores municípios da Região Metropolitana do Rio de Janeiro. De fato a cidade de Nova Iguaçu, com aproximadamente 800.000 habitantes, e renda relativamente baixa, tinha uma previsão orçamentária para o ano 2.000 em torno de R\$ 200.000.000,000.

Por outro lado, os dados da Avenida Atlântica poderiam ser confrontados com os do maior shopping-center do Rio de Janeiro, e entre os maiores do Brasil, situado na mais dinâmica e rica fronteira de expansão da cidade, Barra da Tijuca. O Barra Shopping, com uma área bruta locável 64.487m2 (ocupação de 96,3%) distribuída por 540 lojas e 46 quiosques e dotado de 8.000 vagas de estacionamentos, produz 8.000 empregos diretos que geravam, no ano 2000, um faturamento bruto anual de R\$ 387.000.000,00.

Os números coletados para a praia de Copacabana resultaram do somatório de uma série de atividades econômicas desenvolvidas em sua orla litorânea. Eles foram levantados junto a órgãos públicos e privados e, também, diretamente nas fontes. Pretendia-se, com isto, estabelecer um painel mais amplo possível do significado econômico daquele espaço, quantificando o número de postos de trabalho ali gerados, o volume financeiro movimentado anualmente e, ainda, uma estimativa do valor do parque imobiliário privado ali construído.

O objetivo principal era saber quanto "valia" a praia e estimular um maior aprofundamento sobre o assunto no futuro. O que aqui está, portanto, deve ser visto como o princípio de uma reflexão, um movimento inicial, para se verificar a possibilidade de se medir o valor de um espaço urbano. Para efeito de demonstração os quantitativos apurados serão apresentados a seguir, separadamente, por tipo de atividade, a saber: as ligadas ao setor privado formal, as vinculadas ao setor informal e, finalmente, aquelas relacionadas ao setor público. Um quadro síntese complementa e detalha um pouco mais o assunto.

# 1 - Quanto gera o setor privado?

Este setor é o grande responsável pela movimentação de emprego e renda na orla. Igualmente é o que mais facilmente se pode quantificar, visto que é constituído por atividades econômicas formais, organizadas em torno de órgãos representativos e fiscalizadas por instituições públicas, através de licenciamentos e impostos. Na orla de Copacabana, o setor está representado pelas atividades hoteleira, de vendas de combustível, bares e restaurantes, quiosques de alimentação, vendas de pescados e empresas promotoras de eventos.

Atividade hoteleira – Os hotéis da orla, 17 no total, são responsáveis pela maior movimentação, tanto financeira quanto de geração de postos de trabalho. A indústria hoteleira é altamente empregadora produzindo, segundo o sindicato do setor, 4 empregos indiretos por cada emprego direto gerado pela atividade. No caso da orla de Copacabana os hotéis empregavam, no ano 2000, diretamente 3.000 pessoas, sendo responsáveis pela

criação e/ou manutenção de 12.000 indiretos e pela movimentação de um faturamento bruto anual de R\$ 143.000.000,00.

Venda de combustíveis – Embora não seja uma atividade típica de orla marítima, os postos de gasolina se beneficiam da movimentação de veículos no local. Em 2000, cerca de 62.000 por dia os veículos que se utilizavam das vias de trânsito da praia como caminho preferencial para atravessar o bairro. Além da maior fluidez os motoristas ainda têm como atrativo a beleza da paisagem, tão cara aos cariocas. Os quatro postos de gasolina da orla movimentaram no ano 2000 R\$ 13.104.000,00, empregando diretamente 60 pessoas e gerando mais 120 postos de trabalho.

Bares e restaurantes – Os bares e restaurantes são seguramente uma das atividades mais importantes para a economia da Avenida Atlântica. Além disto, com suas mesas e cadeiras ao ar livre, tornadas possíveis após o alargamento das calçadas junto aos prédios nos anos setenta, eles garantem uma grande movimentação de pessoas e se constituem numa presença alegre e animada no cenário da praia durante todo o dia. Segundo informações do sindicato da categoria, no ano 2000 os 30 bares e restaurantes da avenida litorânea, produziram um faturamento bruto anual de cerca de R\$ 21.550.000,00 e foram responsáveis pelo emprego direto de 1.020 pessoas e, ainda por cerca de 8.000 indiretos.

**Quiosques de alimentação** – Os quiosques da calçada da praia, num total de 64, são uma atração extra. Desde que apareceram, em 1992, foram imediatamente "adotados" pelos cariocas. Servindo comida ligeira e bebidas os quiosques proliferaram por toda a orla litorânea revigorando, inclusive, o uso noturno dos locais onde se instalaram.

Dotados de mesas e cadeiras ao ar livre, os quiosques de Copacabana geram 128 postos de trabalho diretos e cerca de 250 indiretos. Seu faturamento anual ficava em torno de R\$ 14.000.000,00 no ano 2000. Recentemente a empresa Orla Rio vem instalando novos modelos de quiosques para substituir os antigos, dotando as áreas de melhor infra-estrutura e propondo a geração de cerca de 580 empregos contra os 128 postos de trabalho atuais. No ano 2000 os investimentos nos 35km de orla, onde existem 310 quiosques no total, aí incluídos os de Copacabana, eram estimados em R\$ 85.000.000,00.

Colônia de pescadores – A colônia, situada numa das extremidades da praia, constituise de uma peixaria com 11 empregados e uma pequena bancada de venda direta de pescados feita pelos donos dos barcos que ali trabalham trazendo os produtos de suas pescarias em alto mar. Os 16 barcos existentes, mobilizam 64 pescadores e ajudantes. Somando as duas atividades comerciais, a colônia faturava, segundo dados de 2000, em torno de R\$ 450.000,00. Pode-se afirmar, sem medo de errar, que os pescadores de Copacabana são os únicos personagens que ali permaneceram desde a origem da ocupação, no século XVII. A imagem dos barcos, no atual Posto 6, não deve diferir muito da visão primitiva: grupos de homens tecendo e reparando redes de pesca, bancas de venda de pescados, arrastão na praia e o alegre alvoroço que se eleva quando as embarcações atingem, voltando do mar, a arrebentação.

n.3, 2009, p.7-24

Atividades esportivas – Principais promotoras de eventos da praia, as empresas de publicidade, em conjunto com a Secretaria Municipal de Esportes e Lazer, realizaram, em 1999, 38 competições esportivas. Estes eventos empregaram 3.905 pessoas, o que resultou numa média anual de 325 postos de trabalho. O público envolvido foi de cerca de 75.000 espectadores e o volume de recursos empregados foi de aproximadamente R\$ 1.900.000,00. Neste segmento a Prefeitura arrecadou, à guisa de taxa de publicidade em área pública, cerca de R\$ 512.000,00 em 1999, que se agregou aos R\$ 23.800,00 recolhidos como pagamento de publicidade fixa no comércio da orla.

Ao lado das atividades anteriormente relacionadas, há uma profusão de pequenos empreendimentos que, se somados, agregariam relativo valor aos já existentes. Dentre eles destacam-se as escolinhas de futebol, de botinhos (natação), de volley e os grupos de ginástica. Na sua maioria são organizadas por profissionais de esportes e de educação física, que quase sempre recebem pagamento por seus serviços. Não foi possível entretanto quantificar estes números. Sabe-se que alguns deles chegam a juntar, nos meses de férias de verão, cerca de 300 crianças, como a Escolinha do Júnior (grátis) dirigida por um ex-astro do futebol brasileiro, ou 200 crianças, como é o caso da escola de Botinhos, onde os salva-vidas ensinam natação.

**Réveillon** – A grande festa anual das praias do Rio tem seu ápice na queima de fogos na orla de Copacabana. Na passagem para o ano 2000, estimou-se que o público presente na Avenida Atlântica chegou a três milhões de pessoas. O espetáculo da queima de fogos e shows de música é inteiramente financiado pela rede hoteleira da orla. O volume de investimentos atingiu cerca de R\$ 870.000,00.

## 2 - Quanto movimenta o comércio informal?

A atividade informal, embora difícil de quantificar, tem um peso relativamente grande na economia brasileira em geral. O comércio ambulante é o segmento emergente deste setor que mais aparece nas ruas das cidades. De uma maneira geral o comércio ambulante tem sido combatido nas ruas do Rio, à exceção de alguns locais onde são tolerados e licenciados. A praia é um destes lugares. Ali eles armam suas barracas, carregam suas sacolas de mercadorias ou exibem seus produtos de formas muitas vezes criativas. Segundo dados da Coordenação de Licenciamento e Fiscalização da Prefeitura, setor responsável controle das atividades econômicas, no ano 2000 a praia tinha cerca de 720 pessoas licenciadas para exercerem esta atividade, distribuídas por 200 barracas de bebidas na praia, 2 feiras de artesanato nas calçadas, além de carrinhos de venda de sorvete. Este comércio gerava cerca de 1.500 postos de trabalho indiretos e movimentava um volume anual de recursos brutos que chegam a somar R\$11.569.537,00.

A mesma Coordenação estimava ainda uma média de 200 ambulantes não-licenciados por dia, circulando pela praia nas mais diferentes atividades. Nos finais de semana de verão este número poderia crescer para entre 400 e 500 por dia. Por se tratar de atividade com

pouca ou nenhuma organização, torna-se difícil quantificar ou qualificar este tipo de comércio. De uma maneira geral ele é composto basicamente de vendedores de biscoitos e bebidas leves e implementos de praia (roupas, óleos, chapéus, óculos). Porém a atividade oscila entre adolescentes que fazem esculturas de areia e ganham apenas para se alimentar, até um fabricante de redes de vôlei que trabalha na praia há 30 anos e ganhava, no ano 2000, até R\$240,00 por dia vendendo suas redes. Mas há ainda catadores de latas que vendem seus produtos para indústrias de reciclagem, vendedores de bijuterias, de sanduíches naturais e até ciganas. Estima-se que este ramo do comércio informal poderia gerar no ano 2000 até R\$4.800.000,00.

### 3 - Quanto vale o parque imobiliário privado?

Ao dar entrada na terceira geração de prédios na orla, a praia de Copacabana permanece como a grande parceira da agregação de valor imobiliário. Morar na Avenida Atlântica é sinal, ainda, de status social elevado. De fato o valor médio do metro quadrado dos imóveis da orla, no ano 2000, girava em torno de R\$ 2.500,00 e o preço de certos apartamentos poderia alcançar cifras acima de R\$1.500.000,00, embora a variação mais comum estivesse entre R\$ 400.000,00 e R\$ 1.000.000,00, para apartamentos de quatro quartos, dependendo da localização na orla, da altura do pavimento onde se encontra instalado e, obviamente, do maior ou menor luxo nos acabamentos. Segundo dados da Secretaria Municipal de Fazenda, os 174 prédios da orla possuíam uma área construída de 753.383m2, distribuídos enre 3.657 unidades residenciais e 255 comerciais. Considerando o valor médio do metro quadrado na área, o valor do parque imobiliário privado na orla da praia poderia ser estimado em cerca de 1.9 bilhões de Reais.

## 4 - Quanto a praia gera de imposto predial e território urbano?

O IPTU é um imposto municipal que, na orla de Copacabana atingiu, no ano 2000 o valor de R\$ 9.597.490,33. Este imposto diz respeito aos 174 prédios existentes na área, aí incluídas as unidades residenciais e comerciais. No ano 2000 os imóveis comerciais totalizavam 6,5% das unidades existentes, representavam 25% da área construída e recolhiam 37,2% do imposto predial incidente sobre os prédios da orla. Em contrapartida os governos municipal e estadual investiram cerca de R\$ 2.600.000,00 em segurança no local (só em salários) e R\$ 963.217,68 na manutenção das áreas públicas (limpeza e conservação de ruas e calçadas).

#### Conclusão

Os números levantados, embora não sejam resultantes de uma pesquisa científica, dão uma idéia aproximada da importância da praia de Copacabana para a economia da cidade, e servem para mostrar qual a sua contribuição para a dinâmica urbana, traduzida em recursos arrecadados ou gerados, e principalmente, no volume expressivo de pessoas que

dela dependem. Considerando o índice de 3,5 como o número de dependentes para cada posto de trabalho gerado na cidade, poder-se-ia inferir que cerca de cem mil pessoas no Rio de Janeiro têm na orla de Copacabana a sua fonte de sobrevivência.

Dada sua trajetória na história urbana do Rio é obviamente inegável o poder simbólico da praia de Copacabana. Mas não menos importante é o seu significado econômico para a vida da metrópole, já que ela tem mostrado ser uma parceira fundamental para o desenvolvimento da cidade. O que se procurou mostrar aqui foi o quanto a bela praia significa para o Rio de Janeiro.

É claro que tal poder de atração traz também problemas, e eles estão expostos na paisagem da orla. São prostitutas que se oferecem para turistas estrangeiros em busca de prazeres fugazes; grupos de miseráveis que vêm ali seu Eldorado, fazendo da praia moradia; praticantes

Atividades	Órgãos gestores	Empregos diretos n. de pessoas	Empresgos indiretos n. de pessoas
Segurança	Guarda Municipal	154	0
	Polícia Militar	227	0
	Corpo de Bombeiros	20	0
Quiosques de alimentação	Orla Rio	128	256
Banheiros públicos	Agência de Publicidade	12	0
Feira artesanato	Cooperativa	260	520
Limpeza	Cia. de Limpeza Urbana	60	0
lluminação	Empresa Iluminação Pública	-	0
Conservação	Coord. Geral Conservação	18	0
Venda de combustíveis	BR Distribuidora	60	120
Hotéis	Setor privado	3.000	12.000
Bares e restaurantes	Setor privado	1.020	8.160
Barracas licenciadas/Praia	Comércio ambulante	400	800
Pesca	Cooperativa Pescadores	75	0
Esportes	Empresas Publicidade	325	0
Recolhimento de tributes Imposto Predial anual	Secretaria Municipal de Fazenda	0	0
Feira do Lido	Cooperativa	61	122
Ambulantes em geral	Comércio informal	200	400
Révéillon	Hotéis da Orla	-	
Publicidade	Empresas Publicidade	0	0
TOTAIS	6.020	22.378	106.941

Obs. Dados levantados no ano 2000 em diversas fontes

de pequenos assaltos à espreita dos incautos; despejos criminosos de esgotos a poluir as águas do oceano Atlântico e moradores que reclamam disso tudo, da movimentação incessante e dos incômodos trazidos pelo uso excessivo dos espaços da praia.

Nenhum destes problemas é estranho às grandes cidades do mundo mas, nos países menos desenvolvidos, como o Brasil, eles assumem proporções mais dramáticas, principalmente pelos contrastes que fazem conviver, lado a lado, riqueza e pobreza, vantagens e problemas, conforto e transtornos. Nada, entretanto, que encubra o poder de sedução da praia de Copacabana, e nem a vitalidade econômica de seus espaços. São raras as grandes cidades do mundo que podem ostentar uma tal convivência do homem com a natureza, como o Rio de Janeiro é capaz.

Dependentes n. de pessoas	Faturamento anual R\$	Gasto anual R\$	Observações
589	0	1.108.800,00	gastos apenas com salários
794	0	1.362.000,00	
70	0	120.000,00	
1.344	14.208.000,00	0	total quiosques: 64
42	21.600,00	0	total banheiros públicos: 06
2.730	4.368.000,00	0	total de pontos: 260 fat.médio: r\$70,00/dia
210	515.318,49	867.217,68	total de lixo coletado
	0		investimento e manutenção da iluminação pública
63	0	96.000,00	consertos de calçadas e ruas
630	13.104.000,00	0	total de postos: 04
60.000	143.000.000,00	0	total: 17 hotéis 3.500 quartos
32.130	21.550.000,00	0	total: 30 (excluídos hotéis)
4.200	7.200.000,00	0	total de barracas: 200
262	448.800,00	0	64 pescadores: 16 barcos com 4 pessoas Renda: R\$28.800,00/ano Loja: 11 empreg. 72 ton./ano R\$420.000,00/ano
1.137	0	1.900.000,00	total de eventos: 38 custo médio: R\$50.000,00 total contratados/ano: 3.905
0	9.082.172,04	0	total de prédios residenciais: 151 total de aptos.: 3.657 área média aptos.: 154,00m <sup>2</sup> total de moradores (estimado): 26.000
640	1.537.200,00	0	Faturamento médio/dia/expositor: R\$70,00
2.100	4.800.000,00	0	400 a 600 ambulantes em dias movimentados
	0	870.000,00	Eventos promovidos pelos hotéis da orla
0	536.331,00	0	Taxa de publicidade recolhida pela Prefeitura
220.371.421,53	6.324.017,68		

É importante, ao se discutir o futuro das áreas costeiras e sua contribuição para o desenvolvimento, lembrar que as praias urbanas são organismos frágeis que precisam ser protegidos da ação predatória da ocupação e do descaso dos homens. Elas necessitam cuidados, certamente, não apenas por suas indiscutíveis qualidades e belezas naturais, por seu peso simbólico, ou por suas propriedades terapêuticas, mas também, como se procurou mostrar aqui, por seu inegável desempenho como um valiosíssimo patrimônio natural e cultural e um poderoso aliado econômico das cidades.

As praias, através das suas águas, são a célula mater da natureza, pré-existiram à vida humana, criaram as condições para que ela surgisse e sobrevivesse, e continuam cumprindo e reciclando o seu papel vital, adaptando-se às transformações e oferecendo novas oportunidades para o desenvolvimento e para a geração de riquezas. Este é o seu desafio: alimentar a vida, seduzir, produzir beleza, criar imagens, permanecer, servir de referência, surpreender, mudar, sustentar.

Copacabana tem desempenhado este papel e, muito mais, ao acumular prestígio ao longo da história do Rio, vem, generosamente, devolvendo à cidade que a elevou à categoria de ícone, uma boa parcela da riqueza que ali se acumulou, desde que o primeiro colonizador avistou, do alto das montanhas que a protegiam, a suave curva de sua encantadora orla.

#### Nota

socialmente homogênea, e apresentam muitos pontos comuns, entre eles a famosa praia. Ambos os bairros também se inserem numa mesma Região Administrativa, a V RA, cujos dados estatísticos englobam os dois locais como um só espaco censitário.

Na realidade, a região aqui tratada resulta da junção de dois bairros limítrofes, o de Copacabana propriamente dito e o do Leme. Ao nos referirmos a eles, optamos por chamálos genericamente Copacabana, pois ambos constituem uma malha urbana contínua, física e

# Florestas e Ribeiras no Império Português: o caso do Rio de Janeiro<sup>1</sup>

Diogo de Carvalho Cabral Geógrafo, Mestre em História Social e Doutorando em Geografia pelo PPGG/UFRJ. diogocabral@superig.com.br

#### **RESUMO**

A indústria de construção naval não poderia deixar de se constituir como uma atividade basilar na constituição do primeiro grande império ultramarino moderno - o português. Neste artigo, aborda-se, em primeiro lugar, o desenvolvimento do sistema técnico-tecnológico de construção naval lusitano e seu posterior processo de transferência para o Brasil, algo que não ocorreu sem conflitos político-econômicos. Em seguida, examina-se a conjuntura desse setor econômico na cidade do Rio de Janeiro do final do século XVIII e início do XIX, dando-se ênfase ao Arsenal de Marinha, instrumento par excellence da administração luso-brasileira na produção e manutenção de sua frota.

**Palavras-chave:** indústria naval, Império Português, Brasil, Rio de Janeiro colonial tardio

#### ABSTRACT

Shipbuilding industry could not be helped to constitute as an essential activity in the first great modern ultramarine empire – the Portuguese. This paper approaches, in the first place, the development of Lusitanian shipbuilding technical-technological system and its subsequent transference process to Brazil – not without many political-economic conflicts. In the following, it examines this economic sector's conjuncture in Rio de Janeiro city in late eighteenth century and beginning of the next, paying main attention to the Navy Arsenal, the central tool of the Luso-Brazilian administration in producing and maintaining its fleet.

**Key-words:** shipbuilding, Portuguese Empire, Brazil, late-colonial Rio de Janeiro

Ι

omo pressuposto para a configuração de sua teoria do "sistema atlântico português" – uma nova abordagem dos fatores determinantes da economia colonial –, João Fragoso e Manolo Florentino acentuam o papel da expansão ultramarina como precondição para a reiteração de uma estrutura social radicalmente arcaica – que "chegava a diferir até mesmo dos padrões clássicos que marcavam as sociedades do Antigo Regime" –, com uma aristocracia e um clero inchados sugando um setor campesino atrofiado tecnológica e demograficamente. Este é, segundo os autores, o contexto que nos permitiria entender o expansionismo luso a partir da alta Idade Média:

"Em face do perigo representado por uma fidalguia ociosa – o que aumentava as tensões internas e levava a incursões aventureiras no país vizinho, à revelia do rei –, D. João I optou por Ceuta. A expedição de 1415 representava a possibilidade de direcionar para o Marrocos a aristocracia em crise, garantindo assim a estabilidade social interna e postergando os problemas com Castela. Mais do que isto, esta expedição foi levada a cabo em nome da monarquia, o que reforçava a autoridade de El Rey. Começava a desenharse uma política para a qual a expansão para além-mar surgia como possibilidade de fortalecer o Estado e afirmar a nova dinastia.

O reino percebia-se como uma ilha, cuja condição de sobrevivência, em função de sua debilidade no tabuleiro político e econômico europeu, dependia da neutralidade, virando as costas para a Europa e voltando-se para o oceano [...]" (Fragoso e Florentino, 2001, pp.43-4, grifo nosso).

Decerto que os autores querem descrever, nesta passagem, um processo geopolítico e econômico; mas há que atentar – como o fez Fernand Braudel há mais de sessenta anos – para o fato de que todas as estratégias e movimentos sociais, sobretudo na longa duração, encontram seu lastro fundamental no firme terreno na materialidade ecológica. E o que, em termos ecológicos, significa "voltar-se para o oceano" senão voltar-se, concomitantemente, para as florestas? De acordo com Miller (2000a), o navio de madeira foi a mais elevada expressão da cultura material do período moderno, bem como a grande ferramenta de expansão, dominação e comercialização europeus. Embora as embarcações fabricadas com fibra lenhosa não fossem, em absoluto, uma novidade, a evolução da técnica e da tecnologia náuticas – atuando num mecanismo de retro-alimentação positiva junto à expansão qualitativa e quantitativa das trocas comerciais no âmbito de uma economia-mundo embrionária – modelou um cenário geopolítico no qual gestão do comércio externo e gestão florestal entrelaçavam-se até o último nó. São os navios de madeira que, pelos fins do medievo, lançam os portugueses na epopeia das conquistas ultramarinas, fincando as bases da formação do que viria a ser o primeiro grande império colonial moderno.

Considerando-se que a navegação marítima (transoceânica e de cabotagem) e fluvial desempenhou, então, desde o começo, papel de relevo singular na formação histórica do

Brasil, deparamos com um fenômeno historiográfico que qualifiquei, em outro lugar, de "ubiqüidade invisível" (CABRAL, 2007).¹ Ao abrir o quarto capítulo de sua tese, Rodrigues (2000) pede ao leitor que imagine uma cena do tráfico de escravos. Como se trata de um estudo sobre a sociabilidade cotidiana das viagens dos navios negreiros entre o Brasil e Angola, o autor pretende chamar a atenção para a importância de se considerar a historicidade do espaço físico onde eram amontoados os cativos – o porão dos navios, a "representação do tráfico por excelência". Um mesmo exercício imaginativo pode ser feito aqui, mas com um propósito um tanto diferente: comprovar que esse vastíssimo fornecimento de africanos – que representavam não somente um fluxo criativo de mão-deobra, mas também de genótipo e cultura – não poderia ter existido sem que houvesse um material que, jogado à água, flutuasse; os mais de setecentos mil negros que desembarcaram no Rio de Janeiro entre 1790 e 1830 (FLORENTINO, 1995) não o teriam feito sem a madeira que os fazia deslizar sobre as agruras do Atlântico.

Isto posto, o propósito deste artigo é examinar a dinâmica de longa duração da indústria naval luso-brasileira, trazendo à ribalta o papel central do manejo florestal e do abastecimento madeireiro. Especial ênfase dar-se-á ao desenvolvimento do sistema técnico-tecnológico lusitano e seu processo de transferência para o Brasil, que não ocorreu sem conflitos político-econômicos. Em seguida, examina-se a conjuntura desse setor econômico na cidade do Rio de Janeiro do final do século XVIII e início do XIX, dando-se ênfase ao Arsenal Real de Marinha, instrumento *par excellence* da administração luso-brasileira na produção e manutenção de sua frota.

#### II

Muito devido ao intenso intercâmbio cultural que se deu na relação de amor e ódio com os muçulmanos, ao longo de quase oito séculos de ocupação da península, Portugal era, nos séculos XV e XVI, a nação europeia mais avançada no ramo da indústria náutica. É de autoria de um português, o padre dominicano Fernando de Oliveira, a primeira obra escrita em todo o mundo sobre essa matéria, o *Livro da Fábrica das Naus*, de 1575. Outro grande ícone português das artes náuticas foi Juan B. Lavanha, cujos estudos atingiram o ápice no começo do século XVII, com a publicação da *Arquitectura Naval* (Marcos, 1988). Os portugueses construíam os melhores navios da época, tendo, inclusive, como se sabe, desenvolvido um tipo novo, as caravelas, navios de alto bordo, ágeis e robustos, especiais para viagens oceânicas, com as quais levaram avante sua expansão ultramarina. Foram também os introdutores de diversos aperfeiçoamentos e melhorias na arte da construção naval como, por exemplo, o método de lançamento das embarcações pela popa, sistema ainda hoje quase invariavelmente adotado (AZEVEDO, 1997).

Eram os carvalhos do sul e, principalmente os pinheiros, que abasteciam as antigas tercenas lisboetas. Num raio de cem quilômetros ao redor da capital, estendiam-se pinhais

- sendo o mais famoso e importante deles o de Leiria - cujas árvores podiam ser transportadas facilmente por via fluvial. Elas eram desembarcadas nos areais da foz da Ribeira Velha, posteriormente Terreiro do Paço. As tulhas encontravam-se instaladas no terreno compreendido entre o atual edifício da Câmara Municipal e o arco da Rua Augusta. Só mais tarde seriam elas transferidas para a Ribeira das Naus, quando foi levantado o Paço Real, no sobredito Terreiro (Ibidem).

A ribeira de Lisboa era, sem dúvida, o arsenal que funcionava mais ativamente, embora houvesse estaleiros de significativo porte em outros pontos do império marítimo português. Em ordem decrescente de importância, devem-se mencionar os do Algarve – o que se explica facilmente, não só pela sua posição geográfica, mas igualmente por ter sido o local escolhido pelo infante D. Henrique para ponto de partida de suas expedições marítimas –, o do Porto e o de Cesimbra. Nos domínios de ultramar, destacavam-se, nos séculos XVI e XVII, os estaleiros indianos de Goa e Cochim, localizados na Costa do Malabar (VITERBO, 1988).

Outrossim, o comércio de madeiras navais desenvolvia-se no interior do *mare lusitanum* desde fins do século XV. Poder-se-ia mesmo tentar traçar uma "geografia da madeira no império português", empreitada proposta por Mauro (1989) e que, acredito, deve ser levada à frente pelos historiadores econômicos e ambientais. Russel-Wood (1998) apresenta, logo no começo de seu *A World on the Move*, um mapa no geral bastante aproveitável, mas que peca, principalmente, por não incorporar as preciosas informações de Garcia de Orta, cartografadas já há longo tempo pelo geógrafo histórico Oliveira (1975). No presente texto, limito-me a expandir apenas um pouco o quadro fornecido por Mauro e Russel-Wood, valendo-me de uma bibliografia mais ampla e/ou recente (Figura 1).

Tudo começou, seguindo a cronologia do processo expansionista, com as chamadas "ilhas adjacentes" - Madeira e Açores -, que muito cedo começaram a contribuir com os seus loureiros, as suas tílias, os seus azevinhos, os seus paus-ferro, as suas vinhas, os seus paus- de-aderno, as suas estevas e os seus cedros (MAURO, 1989; RUSSEL-WOOD, 1998.). Em meados dos seiscentos, a madeira aparecia como item importante nas transações que interconectavam o Índico português, da África Oriental a Macau e Timor. Ao lado do marfim, do ouro em pó, do ébano e dos cativos, as madeiras duras do litoral moçambicano eram trocadas pelos têxteis, pelas pérolas e por outros produtos provenientes da praça de Goa. Os governadores das fortalezas portuguesas da costa ocidental indiana, como Baçaim e Damão, conseguiam altas margens de lucro usufruindo tudo o que podiam dos privilégios institucionais que lhes eram concedidos - eles detinham o monopólio do corte e da venda da madeira local -, vendendo grossas quantidades de lenho a preços exorbitantes à sua própria Coroa (BOXER, 1977). Variedades de sândalo e canafístula ocorrentes nas matas tropicais do sudeste asiático (Tenasserim e Sião) eram mercadorias bastante valorizadas, assim como as de Macau, a partir de onde eram comerciadas, via Macassar, para as ilhas da Pequena Sonda; nas palavras de um missionário jesuíta português que viajou por esta carreira em 1658, "o comércio da madeira de sândalo é tão considerável que, com pouco capital, se podem fazer muito maiores lucros" (BOXER, 1982). Em finais do século XVI, essa espécie de madeira também começaria a ser explorada nas ilhas de Solor e Timor (DIFFIE e WINIUS, 1993).

As florestas brasileiras, ecologicamente bastante assemelhadas àquelas das costas índicas, eram mais atraentes do ponto de vista logístico: as condições de navegação no Atlântico faziam preferir as madeiras do Brasil às da África Oriental e da Ásia, bem como a distância competia contra a Guiné; até o terceiro quartel do século XVIII, o preço das madeiras brasileiras permanecia consideravelmente baixo no âmbito mais geral do império português (HUTTER, 1986). Essas madeiras serviam, muitas vezes, de lastro para completar a carga principal – composta de açúcar, couro e tabaco – das embarcações que entravam nos portos reinóis. Na década de 1650, tal prática seria sancionada como obrigatória por ordem real (LAPA, 1968; MAURO, 1989).

A maior parte das madeiras de construção naval, fossem elas provenientes das matas reinóis ou das ultramarinas, era dirigida para a ribeira lisboeta. As matas metropolitanas eram supervisionadas pelo Monteiro-Mor², cargo normalmente entregue a nobres de elevada estirpe – e que viria, a partir do século XVI, trasladar-se, com diversas idiossincrasias, para o restante do império, inclusive para o Brasil, como veremos adiante. O Monteiro-Mor tinha como delegados auxiliares, nas diferentes Matas Reais, os Monteiros a Cavalo e os Moços de Monte. Existia, nesse sentido, toda uma estrutura burocrática dependente do

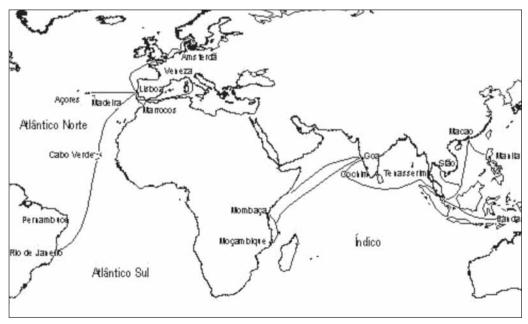


Figura 1. Circulação da madeira no império português (c.1450 - c.1750).

Conselho da Coroa que zelava pela conservação e exploração dos recursos florestais imperiais. O Conselho da Coroa autorizava os cortes no Pinhal do Rei mediante lista prévia e cuidadosamente elaborada pelo Mestre Carpinteiro da Ribeira das Naus, a qual era entregue ao Monteiro-Mor (AZEVEDO, 1997).

As árvores cortadas eram depositadas no Porto da Pederneira, por ser o mais próximo; mais tarde, passaram a ser transportadas para S. Martinho do Porto e daí, para o Tejo, por via marítima. O Porto da Pederneira situava-se a um quilômetro ao sul de Nazaré, destacando-se não somente como entreposto das madeiras vindas de Leiria, mas igualmente como estaleiro. Seu período de maior atividade ocorreu entre os reinados de D. Afonso V (1446 – 1481) e D. Manuel I (1495 – 1521), período durante o qual se incrementaram os trabalhos feitos na Ribeira das Naus (AZEVEDO, 1997).

Se a concessão de madeiras para a construção naval era gratuita desde os tempos de D. Fernando (1367 – 1383), a partir do governo de Filipe II passou a ser obrigatória a apresentação de documentos justificativos do corte. Isto afirmava a tradição hispânica de uma legislação fortemente protetora das florestas, embora quase sempre desrespeitada – um problema que Filipe III tentou contornar com um projeto de modernização da indústria naval, nos primeiros anos do século XVII (MARCOS,1988). A intervenção estatal mantevese ainda nos reinados de D. João IV (1640 – 1656) e D. João V (1706 – 1750). No reinado de D. José I (1750 – 1777), o Marquês de Pombal estabeleceu um minucioso regimento para o Guarda-Mor do Pinhal, para todos os oficiais a ele subordinados – escrivão dos pinhais, meirinho, fiscais, guardas menores e couteiros – e ainda para o superintendente da Fábrica de Madeira da Marinha (AZEVEDO, 1997).

Observa-se, desde meados do século XVI, um lento e progressivo desinteresse pelo outrora glorioso Pinhal de Leiria. Parte da explicação reside na grande quantidade e variedade das madeiras brasileiras que ora em diante começavam a ser experimentadas e, aos poucos, enviadas para Portugal (LAPA,1968; BOXER, 1977; TELLES, 2001). Ao galgar importância na pauta de importações, começaram a aparecer os efeitos, na balança comercial, dos pesados fretes e direitos que pesavam sobre a madeira brasileira entrante na metrópole. Este quadro viria a mudar mais substancialmente apenas a partir de 1755, quando foram estendidos aos comerciantes portugueses que traziam madeiras do Estado do Brasil para o reino os privilégios alfandegários de que já se favorecia a Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão – uma medida decorrente do terremoto que destruiu boa parte de Lisboa em novembro daquele ano (BN, Obras Raras, 088,04,15, n.64).

Ainda uma vez, cedo se aperceberam alguns atores ligados ao processo de colonização das vantagens que teriam em trasladar para o Brasil sua indústria marítima, beneficiando as madeiras *in loco*, sem a necessidade de fazê-las atravessar o Atlântico. No capítulo sexto de sua *História do Brasil*, tratante das "Árvores agrestes do Brasil", a primeira coisa que Frei Vicente do Salvador faz notar é que:

"Há no Brasil grandíssimas matas de árvores agrestes, cedros, carvalhos, vinháticos, angelins e outras não conhecidas em Espanha, de madeiras fortíssimas pera se poderem fazer delas fortíssimos galeõese, o que mais é, que da casca de algumas se tira a estopa pera se calafetarem e fazerem cordas para enxárcia e amarras, do que tudo se aproveitam os que querem cá fazer navios, e se poderá aproveitar el-rei se cá os mandara fazer" (Salvador, 1982, p. 64).

Esse argumento, contudo, não era aceito em todos os círculos, gerando uma não curta polêmica acerca dos prós e contras do implante de estaleiros na colônia, contenda na qual tomaram parte memorialistas, técnicos e autoridades diversas. As pressões contrárias à iniciativa nasciam do cotejo com as vantagens que os outros arsenais do império - tanto metropolitanos quanto ultramarinos, mas sobretudo os primeiros - ofereciam em relação aos brasileiros<sup>3</sup>, bem como do conflito com os interesses latifundiaristas representados pela agroindústria do açúcar; como se verá mais detalhadamente adiante, os plantadores e senhores de engenho opunham-se a que seus meios de produção (escravaria, animais de tração e matas) fossem utilizados pela Coroa sem o que eles consideravam uma remuneração adequada. Entre as opiniões desfavoráveis que pesaram na controvérsia, conta-se a do Padre Fernão Cardim, exarada em 1618. Outro que se posicionou contra o traslado da arte náutica foi Ambrosio Fernandes Brandão, o suposto autor dos célebres Diálogos das Grandezas do Brasil; consultado sobre a matéria, em 1607, pelo Veador da Fazenda Real, ele respondeu "que não havia modo como se pudessem alevantar neste Estado embarcações de importância, porquanto as madeiras estavam já mui desviadas, pelos engenhos haverem consumido as de perto, e que assim custaria muita despesa o acarretá-las à borda d'água [...]". Fernandes Brandão aludia, contudo, não à colônia como um todo, mas especificamente às capitanias de Pernambuco, Paraíba e Tamaracá, tanto que, em 1618, vemo-lo mudar de opinião: alegava agora que, em razão do então recente povoamento do Maranhão e do Pará, havia a possibilidade da exploração barata de uma grande quantidade de madeiras existentes nas margens do rio Amazonas, por conta do que recomendava à Coroa que mandasse construir embarcações naquela área (LAPA, 1973; BOXER, 1977; HUTTER, 1986).

Independentemente dessa querela – que viria a prolongar-se até ao século XVIII –, certo é que, desde o século XVI, o Brasil tornar-se-ia ponto de apoio para os comboios portugueses no que diz respeito aos reparos. Era prática recorrente a parada dos navios no litoral brasileiro quando saíam da Europa em direção ao Rio da Prata ou ao Estreito de Magalhães ou nas respectivas rotas em sentido inverso. Tanto na ida como na volta, fazia-se necessário tocar a terra, antes ou depois de atravessar o Atlântico, para renovar as provisões e consertar as embarcações, cujos cascos de madeira sofriam os efeitos do calor equatorial e dos embates do mar (HUTTER, 1986).

Embora não haja acordo na historiografia sobre o começo da atividade de construção naval na colônia, sabe-se que, desde os primeiros anos após 1500, portugueses instalados

no litoral fabricavam pequenas embarcações para o trânsito costeiro. Essas primeiras embarcações eram, contudo, cópias aperfeiçoadas e ampliadas dos exemplares que os nativos estavam acostumados a fabricar (canoas, saveiros, lanchas e jangadas). Um marco do verdadeiro traslado da indústria marítima é a vinda de Martim Afonso de Sousa que, entre maio e agosto de 1531, erigiu uma casa-forte e um pequeno estaleiro na Praia da Saudade (onde seria, atualmente, a Avenida Pasteur, na Urca) que logo viria a construir dois bergantins, as primeiras embarcações tipicamente portuguesas (TELLES, 2001). Arrimado nisto, Maia (1981) afirma que a construção naval neo-europeia, no Brasil, teve início na Baía de Guanabara, uma hipótese que ganha muita substancialidade com os achados de Fernandes (2008), apresentados mais à frente.

Em 1555, D. João III determinou que o governador-geral Duarte Coelho aparelhasse todos os navios que fossem necessários à defesa da costa brasileira. Foi, entretanto, apenas na segunda metade da década de 1660 que se iniciou a instalação de estaleiros de maior porte, capacitados não somente ao reparo, mas também à fabricação das embarcações. Em 1666, mandou-se construir, no Rio de Janeiro, uma fábrica de fragatas de guerra, dando-se para suas despesas, 15.000 cruzados anuais (Lisboa, 1967, tomo II). Por volta de 1668 foi montado um estaleiro no Maranhão, construindo-se aí um patacho e uma fragata. Esses esforços para o desenvolvimento da indústria naval brasileira recrudesceriam durante o fim do século XVII e por todo o seguinte (LIMA, 1961; BOXER, 1977; HUTTER, 1994; PEREIRA, 1994).

No âmbito da orientação política adotada pela administração portuguesa para as suas colônias – e nisto, o caso da Ásia em muito se assemelha ao do Brasil – a construção naval representava um setor de vital importância para o Estado, uma vez que, tanto no que concerne aos navios mercantes quanto aos de guerra, a Coroa não podia alijar-se da sua fabricação. Foram estendidos à colônia os mesmos incentivos e privilégios que vigoravam na metrópole para quem construísse navios acima de 140 tonéis, além da preferência nas cargas para as embarcações aqui fabricadas. Outros incentivos à construção naval faziam parte do *Regimento* de Tomé de Souza (TELLES,2001).<sup>4</sup>

#### III

Os historiadores são unânimes ao apontarem a construção naval como a atividade "industrial" mais importante do complexo econômico luso-brasileiro. "A carpintaria naval teve grande importância em nosso país", afirmou Gama (1994). Segundo Cardoso (1985), "[o]s estaleiros de construção naval eram as empresas manufatureiras maiores e mais complexas do Brasil colonial". Dada a atrofia generalizada do setor manufatureiro, a construção naval surgia na paisagem econômica do período como a "exceção mais significativa", no dizer de Brown (1994); para Mauro (1983), ela "aparecia como uma verdadeira afronta ao princípio do monopólio industrial da metrópole". Brito (1937) chegou

mesmo a afirmar que a construção de barcos era "a única e verdadeira indústria fabril da Colônia". Exagero ou não, verdade econômica é que a construção naval era uma genuína "empresa de base", conforme classificou Amaral Lapa, estimulando a manifestação de razoável número de atividades ancilares, mobilizando grandes quantidades de recursos, requisitando e concentrando considerável mão-de-obra, tanto braçal quanto qualificada (Lapa, 1973).

Embora tenham sido a Bahia e o Pará os mais importantes centros de construção naval da colônia, o Rio de Janeiro também teve a sua relevância nesse ramo de produção. Do ponto de vista da ancianidade, pelo menos, a indústria naval carioca leva a palma sobre todas as demais. Há muitas e diferentes tipos de evidências que mostram que a primeira feitoria portuguesa em solo brasílico foi erigida na Ilha do Gato, atual Ilha do Governador. Extensa, abundantemente dotada de florestas e água potável, a ilha era um sítio privilegiado para abrigar os trabalhos de corte, transporte e embarque do pau-brasil – trabalhos estes grandemente auxiliados pelos indígenas maracajás. Como corolário, tal base de operações madeireiras precisava assegurar também os procedimentos de reparo e carenagem das embarcações que realizavam a carreira. Escavações arqueológicas confirmam, pela análise dos materiais encontrados na Ilha, tais atividades de carpintaria naval (FERNANDES, 2008).

Na expedição enviada, em 1648, para a reconquista de Angola, comanda por Salvador Corrêa de Sá, participaram muitos navios construídos na capitania fluminense. Há muitas chances dessas embarcações terem sido construídas na Ilha Grande, sítio favorecido pela enorme disponibilidade de madeira, onde chegou a se cogitar a instalação de uma ribeira permanente – embora não sem peleja, como de resto sempre acontecia quando se ideava a construção naval em territórios de além-mar.<sup>5</sup>

A ordem para a criação da ribeira só viria, contudo, pela carta régia de dois de janeiro de 1666, a qual se mandava criar uma Fábrica de Fragatas em local a ser definido pelo diretor Sebastião Lamberto (LISBOA, 1967, tomo II). Fiava-se a empreitada nas matas da Ilha Grande, vestida "de o gênero de madeiras apreciáveis, com facilidade de transporte por água, para se levantar e construir os navios da Coroa" (LISBOA, 1967 tomo II, p.149). Foi escolhida a Ponta do Galeão, na atual Ilha do Governador, provavelmente pela sua posição geográfica, mais próxima da cidade, o que facilitava sua defesa. Esse estaleiro construiu navios de porte, dentre os quais a fragata *Madre de Deus*, a nau *Capitânia Real* e, principalmente, a famosa nau *Padre Eterno*, descrita, à época, como a maior maravilha do oceano (TELLES, 2001).

Outra fase na produção naval do Rio de Janeiro começa quando tem início a estabelecimento do Arsenal de Marinha, durante o vice-reinado do Conde da Cunha, em 1763 (LIMA, 1961). A conjuntura geopolítica, à época, era conformada, em larga medida, pelas disputas ibéricas na região platina. O perigo encontrava-se vizinho, sendo representado pelas pretensões revanchistas dos ministros e generais espanhóis, confiantes que estavam na possibilidade de estenderem seus domínios americanos sobre os territórios do Brasil

meridional. A marinha portuguesa, em plena decadência e abandono desde a expulsão dos holandeses, em 16546, e desnecessária que era diante da garantia de proteção assegurada pela frota inglesa – senhora absoluta dos mares depois da estrondosa vitória na Guerra dos Sete Anos –, tentou timidamente reerguer-se, retomando a construção de embarcações próprias e diminuindo a dependência em relação à antiga aliança com os ingleses, ela mesma posta sob suspeita nos anos 1760.

Nascendo, em largo grau, da firme iniciativa do tenente-general João Henrique Bohm – oficial enviado pela Corte, juntamente com três regimentos de infantaria, para organizar as forças de defesa da capital (DRUMMOND, s/d) –, o Arsenal de Marinha do Rio de Janeiro foi instalado ao pé do Morro de São Bento, entre este e o mar. A madeira necessária ao empreendimento foi, em parte, doada pelos anacoretas beneditinos e, em parte, encomendada às "pessoas que assistem no termo de Macacu, e costumam fazer negócio em madeiras", segundo relatou o Conde da Cunha, em dezembro de 1763. Todavia, com o andar da obra, viu-se que era necessário utilizar troncos de grande comprimento, exigência que os fornecedores privados se mostraram incapazes de atender, obrigando o vice-rei a enviar carpinteiros e oficiais militares para extraírem das matas do vale do Macacu a madeira requisitada (CAVALCANTI, 2004).

A área ocupada pelo Arsenal foi ampliando-se aos poucos, embora se mantendo espremida entre o mar e o morro. Em 1808, comprou-se o terreno do atual prédio Almirante Tamandaré (1º Distrito Naval); em 1825, incorporou-se o antigo Armazém do Sal (prédio onde hoje se encontra o Comando do 1º Distrito Naval, próximo à Praça Mauá); e, em várias ocasiões, foi ganho terreno graças aos desmontes no sopé do morro. O Arsenal possuía também alguns armazéns e depósitos na Ilha das Cobras, onde havia uma máquina de carenagem e onde também, a partir de 1824, começou-se a construir um dique seco escavado na rocha, para reparo dos navios (TELLES, 2001).

Em 1808, o Arsenal possuía oficinas de ferraria, tanoaria, casa do breu (calafates) e os telheiros da ribeira, onde se executavam propriamente os trabalhos de arquitetura naval. O complexo dispunha de duas carreiras de construção: a "Ribeira Velha" e uma outra equipada com guincho para içar as embarcações. Além disso, possuía trapiches, depósitos e residências de empregados. O incremento do aparato de construção naval pós-1808 fazia parte de um esforço mais amplo no sentido de recrudescer as atividades marítimas na nova sede da monarquia portuguesa (Rodrigues, op. cit.). Ainda em 1808, foi instalada uma fábrica de lonas e de cabos, anexa ao Arsenal, em um prédio da rua do Valongo, mas de dimensões tão exíguas que parte do trabalho era feita em pleno logradouro. Entre 1810 e 1822, foram criadas as oficinas de funileiros, vidraceiros, canteiros, pintores, bandeireiros, polieiros e a casa das velas; ao cabo desse período, a oficina de ferreiros compreendia também as atividades de limadores, fundidores e caldeireiros de cobre. Em 1819, foi construída uma segunda carreira de construção, a "Ribeira Nova" (TELLES,2001).

A primeira embarcação construída no referido arsenal foi a nau *São Sebastião*. Sua carreira de construção, situada próxima à ladeira que conduz ao mosteiro, era inclinada em relação à costa para que o navio, ao ser lançado ao mar, não corresse o risco de colidir com a Ilha das Cobras, à frente. A fabricação iniciou-se em 1764 e findou em fevereiro de 1767. Tinha 59,6 metros de quilha, 15,5 metros de boca e 13 metros de pontal, pesando cerca de 1.400 toneladas; seu custo final foi de 50 contos de réis, fora as madeiras e os fretes pagos pelos monges de São Bento. Como novidade, guardava uma distância de 2,55 metros entre as cobertas, muito grande e inusitada para a época. Seus mastros eram de pinho do Paraná, então empregado pela primeira vez. O cadaste era constituído de uma enorme peça inteiriça de cedro, o que causou grande admiração a alguns visitantes estrangeiros, dentre eles John Byron (FRANÇA, 1999).

Ao contrário do que encontramos na historiografia (e.g., GREENHALGH, 1951), a nau São Sebastião não parece ter sido filha única. Na virada do século XVIII, reanimaram-se, consideravelmente, os trabalhos no arsenal carioca. Nesses anos, achavam-se em fabricação, na Real Ribeira, as naus Conde Henrique e Medusa, a fragata Amazona, o bergantim Voador, três barca artilheiras e um barco de cabotagem concebido especificamente para trazer as madeiras da Barra de Campos até a capital. Contudo, essas embarcações demoravam-se muito no estaleiro. Esbarrava-se no crônico problema do suprimento dos materiais de construção, notadamente madeira. Em carta de dois de julho de 1800, o Intendente da Marinha reportava ao Vice-Rei que, para a conclusão da terceira barca, faltavam-lhe certas peças de madeira que, pela sua qualidade, não as havia no mercado para comprar. Em fevereiro daquele mesmo ano, o Intendente já havia abastecido a ribeira de cavernas, braços e segundos braços, além de outras peças muito importantes, por meio do embargado de uma sumaca proveniente de Alagoas, carregada de madeiras navais. Além da enorme extensão da hinterlândia madeireira carioca (um alcance de mercado alimentado, notemos bem, pelo setor privado), esse evento demonstra a escassez de florestas idôneas nas proximidades do Rio – ou, o que dá no mesmo, nos altíssimos preços praticados nas circunvizinhanças da cidade. Para se ter uma ideia, no demonstrativo de despesas da ribeira relativo ao mês de maio de 1799, encontra-se registrada a compra de uma única curva<sup>7</sup> por 32\$000 réis (AN, Vice-Reinado, caixa 498, pct.01) uma quantia suficiente para se alugar um armazém litorâneo por um ano ou abastecer uma adega com 500 litros de vinho (um produto importado, lembremos).

Além dos altos custos que pesavam sobre a economia madeireira colonial (competição com a agricultura pela biomassa florestal, exigüidade de animais de carga, precariedade das vias terrestres) e dos maus resultados das políticas monopsônicas da Coroa em relação a algumas espécies (as chamadas "madeiras-de-lei")<sup>8</sup>, havia o problema da adaptação da ecologia neotropical à cultura material moderno-europeia. Os artífices luso-brasileiros tinham muita dificuldade em encontrar lenhos nativos aptos ao emprego em algumas funções náuticas cruciais. O exemplo mais emblemático é o mastro. Realizadas somente no

final dos setecentos, as experiências com a espécie atlântica considerada mais promissora (a *Araucaria angustifolia*) foram, em grande medida, decepcionantes; embora alta, retilínea e relativamente leve, essa espécie de pinho não continha as resinas comuns às suas congêneres bálticas, o que diminuía drasticamente sua durabilidade (MILLER, 2000a). Não era raro, então, que os estaleiros cariocas fossem obrigados a recorrer aos suprimentos norte-europeus. Em julho de 1797, por exemplo, o Conde de Resende ordenou ao Arsenal de Marinha que se abastecesse com os carregamentos de um navio dinamarquês que arribara no porto carioca; entre outros materiais, foram comprados três mastros de pinho, pagando-se 100\$000 réis a unidade (AN, Vice-Reinado, caixa 498, pct. 01, no 2).

Este estado de coisas era acompanhado com crescente preocupação por parte das autoridades coloniais. Para o Juiz de Fora Balthazar da Silva Lisboa, tratava-se nada menos do que o "mais importante ramo da indústria, defesa e segurança pública", o qual havia sido francamente desprezado pelos vice-reis de até então, "ficando exposto o grande Império do Brasil aos projetos dos infames invasores que tanto tem destruído pela pirataria a Marinha Mercantil" (LISBOA, 1967, tomo I, pp.401-2). O segundo lustro da década de 1790 assistiria a uma série de ordens emitidas por D. Rodrigo de Souza Coutinho, Ministro da Marinha e Domínios Ultramarinos, destinadas a preservar as madeiras prestimosas à construção naval. Entre 1795 e 1799, Souza Coutinho instituiu medidas mais específicas e rígidas no sentido de preservar as madeiras-de-lei, tão importantes para a Real Armada portuguesa. Dentre elas, estava a criação do cargo de "juiz conservador das matas" (um congênere do já mencionado Monteiro-Mor), oficial encarregado da fiscalização, regulamentação e autorização do corte da referidas madeiras.

Os juízes conservadores das matas não eram, em realidade, nem juízes nem muito menos "conservacionistas" – na acepção moderna da palavra –, estando mais próximos de prossecutores e, acima de tudo, supervisores das operações de derrubada feitas em nome do rei nos domínios ultramarinos. No Brasil, este cargo consignava responsabilidades semelhantes ao seu congênere metropolitano, se bem que um tanto maiores, em razão mesmo das imensas dimensões territoriais sob sua jurisdição (MILLER, 2000a). Outra diferença diz respeito ao caráter bastante informal que o cargo adquiriu ao atravessar o Atlântico; note-se que este posto não é encontrado na abrangente lista oferecida por Salgado (1985). Em primeiro lugar, os juizes conservadores não eram remunerados por suas tarefas – pelo menos, não pela Coroa. Longe de regulamentações e trâmites formais, tratava-se muito mais de um "posto-apêndice", algo mesmo como um título honorífico dado àqueles indivíduos já investidos nalgum cargo jurídico ou administrativo (como, por exemplo, juizes de fora ou ouvidores) com notório saber em ciências naturais e informados sobre o problema da degradação florestal.

Esta caracterização é bem ilustrada pelo caso do juiz conservador do Rio de Janeiro, Diogo de Toledo Lara Ordonhez. Ele já ocupava o cargo de Intendente Geral do Ouro quando, em agosto de 1798, foi nomeado Juiz Conservador das Matas pelo ministro Souza Coutinho (AN, cód.67, v.23). Dois anos mais tarde, em ofício ao mesmo ministro, Ordonhez declarava não possuir documento legal que comprovasse sua investidura no posto, como também não conhecer suas atribuições:

"Exponho [...] a Vossa Excelência que fazendo-me Vossa Excelência a honra de dizer em Lisboa que o Príncipe Regente nosso Senhor me havia feito a mercê do emprego de Juiz Conservador das Matas desta capitania, sobre o que vinham as competentes ordens ao Vice-Rei na mesma ocasião, estou até agora sem legítimo título que autorize o mesmo emprego, cujas verdadeiras obrigações ignoro por falta de Instruções ou Regimento" (AHU, Avulsos, caixa 185, doc. 84).<sup>10</sup>

A julgar pelas parcas notícias que encontramos no registro documental, o juiz parece não ter sido muito atuante. É provável que isto tenha estado ligado ao ceticismo do então vice-rei D. Fernando José de Portugal, que pensava que os afazeres de Ordonhez como Intendente Geral do Ouro não lhe dariam folga necessária para as tarefas ligadas à fiscalização e administração florestal; preferia o vice-rei, então, confiar na cláusula contida nas cartas de sesmarias (referente à proibição do corte dos paus reais) a ser forcejada pelos Ouvidores das Comarcas e pelos Coronéis de Milícias dos distritos (DH, v.4 – 4, 1928). Isto pode ter anulado, na prática, a função de juiz conservador no Rio de Janeiro. A única atividade conhecida de Ordonhez na área florestal ocorreu logo depois de sua chegada à capital, quando se embrenhou nas matas dos sertões norte-orientais do recôncavo com o Intendente da Marinha, José Caetano de Lima, para examinar os cortes navais instalados em Itaboraí e Santo Antônio de Sá; desta inspeção resultou um longo e pormenorizado relatório, o qual foi expedido para Lisboa nos primeiros dias do mês de agosto de 1800 (AN, cód.67, v.26). <sup>11</sup>

Depois disso, poucas notícias encontramos sobre suas atividades florestais. Na mesma carta (referida cima) em que se queixa a Souza Coutinho da lascidão institucional de seu cargo, Ordonhez clama por medidas que proibissem os incêndios nas matas virgens, "destrutivos e bárbaros meios para se fazerem plantações". Reportava ainda que investigara sobre a reprodução das perobas e que, ao contrário do comumente se lhe dizia, aquelas árvores davam sementes ("vagens") – e que poderiam, portanto, ser plantadas. Mandara, então, ao administrador dos cortes de Itaboraí que se colhessem as sementes e as deitassem à terra. Por último, dizia que faria a mesma inquirição a respeito do tapinhoã, nas florestas de Marapicu (no Maciço do Mendanha), as quais visitaria em breve.

Sabe-se que, em 1814, Ordonhez exercia o cargo de Conselheiro da Fazenda, ainda no Rio de Janeiro (COSTA E SILVA, 1990). Nesse sentido, é bem provável que ele tenha se mantido, pelo menos formalmente, no cargo de juiz conservador das matas até o fim de sua vida (1826), dado que a função de fiscalização e supervisão das reservas florestais somente saiu da alçada do Conselho Fazendário em 1827 (DEAN, 1996).

#### IV

À exceção do pau-brasil, a exploração das madeiras da floresta brasileira não seguiu o processo tradicional da concessão de poderes e privilégios a empreendedores particulares em troca da assunção, por parte destes, dos riscos e investimentos iniciais – concessões essas que se iam restringindo à medida que aumentavam os índices de rentabilidade dos negócios (SALGADO, 1985). Desde o começo da colonização, a Coroa encarou a matéria como um assunto que tocava a manutenção da sua soberania, reservando para si a tarefa de gerenciar esse naipe de recursos. De fato, conforme aponta Grove (1990), as preocupações dos Estados coloniais de longo prazo em relação aos problemas de suprimento de recursos ambientais tendia, na maioria das vezes, a entrar em desacordo com os interesses imediatistas dos comerciantes e demais agentes capitalistas. Quase não há indícios de que empresas privadas tenham entrado no comércio internacional de fibra lenhosa.

Desde o pitoresco e emblemático momento em que os marinheiros da esquadra cabralina confeccionaram a tosca cruz de madeira sob a qual se ritualizou a pretensão de controle sobre o novo território, as políticas de Portugal em relação às florestas brasileiras foram, estruturalmente, na direção da conservação das espécies vegetais úteis ao aumento do poder imperial. Para um país cuja história de exaustão florestal começara ainda no século XIV (DEVY-VARETA, 1985), o achado de uma terra que, ao estender-se-lhe o olhar em horizonte "não se podia ver senão arvoredos", apresentava-se como uma renovação súbita e milagrosa das reservas não só de "terra virgem", mas também de madeira – e, subsequentemente, também das possibilidades de manutenção e até mesmo de extensão do seu poderio naval.

Nas últimas três décadas de domínio luso, num contexto de decadência imperial e crise financeira pós-ciclo da mineração, tentou-se arrochar o pacto colonial. Isto se expressou, no plano da política florestal, pela (tentativa de) monopolização régia de todas as matas à borda do mar e de todos os rios navegáveis (1797). Este movimento estava intimamente ligado ao conhecido processo de "modernização" ilustrada do aparato estatal português, no bojo do qual ainda figurava como central o ideário mercantilista. Neste sentido, a recuperação da frota mercante e de guerra, destroçada e abandonada desde fins do século XVII, era uma tarefa crucial. Nada mais natural, então, do que um esforço de reavivamento de um antigo pólo de construção naval da colônia – o Rio de Janeiro –, ainda mais naquele momento em que havia se tornado capital do vice-reinado. Contudo, os altos custos da economia florestal, o insuficiente conhecimento das potencialidades econômicas da flora fluminense e as ineficiências político-organizativas impunham sérios obstáculos a esse projeto.

#### Notas

- A ideia de "ubiquidade invisível" refere-se ao fato da madeira ter sido um dado tão imiscuído na experiência diária dos indivíduos, nas sociedades pré-industriais, que a sua importância tendia a não ser explicitada pelos coevos passando, inclusive, até há bem pouco tempo, desapercebida pelos próprios historiadores.
- <sup>2</sup> O nome advém da palavra "monte", que era usada para designar florestas, como ainda hoje se faz na península ibérica.
- Vale lembrar, ainda, que essa dúvida reproduzia-se quase sempre em todos os casos em que se vislumbrava a possibilidade de construção de navios no ultramar. Assim o foi na Índia. Embora a experiência houvesse mostrado que as embarcações lá fabricadas fossem de fato mais resistentes, elas nem sempre eram, contudo, mais baratas do que aquelas gestadas na Europa, principalmente por causa do já mencionado encarecimento das matériasprimas (leia-se madeira) gerado pelo monopólio da sua produção e comercialização pelos capitães das fortalezas. Foi por essas e outras que a maioria dos navios portugueses utilizados na carreira da Índia, ao longo do século XVII, continuou a ser produzida em Lisboa (cf. Boxer, 1977).
- <sup>4</sup> Para uma apreciação da representatividade do setor privado na indústria de construção naval, ver o artigo de Miller (2000b).
- Afora alguns pontos "menores", como a falta de fortificações na Ilha Grande, a contenda girava em torno dos custos que tal empreendimento requereria. Os missivistas a favor chamavam atenção, principalmente, para o barateamento proporcionado pela abundância de madeiras cuja durabilidade era reconhecidamente muito superior àquelas tradicionalmente usadas nos estaleiros reinóis. Os missivistas contra argumentavam, por sua vez, ressaltando os encarecimentos advindos da falta de infra-estrutura in loco, pois se tratava

de um ermo florestal muito distante da cidade (cf. Rau e Silva, 1955).

- <sup>6</sup> A derrocada começaria durante as duas primeiras décadas da união das coroas ibéricas. Os muitos resultados adversos acumulados por Filipe II em sua guerra contra a Inglaterra levaram à quase completa aniquilação da armada luso-hispânica. A situação viria a piorar ainda mais no século XVII, especialmente ao longo da guerra contra os holandeses; somente nos anos 1647 e 1648, mais de 80 por cento da armada lusa foi capturada (Mauro, 1987).
- "Curvas" eram as peças arqueadas componentes do costado do navio. Porquanto se precisava de muitas delas, pode-se imaginar o custo total da "carcaça" do navio.
- Essas espécies de madeira de maior valor para a indústria naval deveriam ser vendidas exclusivamente aos estaleiros reais a preços fixados pela Coroa. A natureza da instituição que promulgava sua interdição aos agentes particulares, embora seja um tópico recente na historiografia, já gerou debate. Ver, a esse respeito, Miller (2000a) e Cabral e Cesco (2007).
- O estudo de Palacios (2004) desenha um cenário no qual o juiz conservador de Alagoas, José de Mendonça Mattos Moreira, tinha "fácil trânsito nos círculos de empresários madeireiros". Nesse sentido, é sumamente plausível que as pressões que davam forma às iniciativas do governador da capitania para expulsar os pequenos agricultores das matas ricas em madeiras nobres e que eram encaminhadas por Mattos Moreira fossem "incentivadas" monetariamente pelos maiores interessados, isto é, os madeireiros.
- Documentação fotocopiada gentilmente cedida pelo professor Mauricio Abreu (Departamento de Geografia/UFRJ).
- <sup>11</sup> Para uma análise pormenorizada desta documentação, ver o capítulo 2 de Cabral (2007).

#### Bibliografia

AZEVEDO, O.V. A floresta e o domínio do mar. Lisboa: Academia de Marinha, 1997.

BOXER, C.R. O império marítimo português, 1415-1825. Lisboa: Edições 70, 1977.

\_\_\_\_\_. A Índia portuguesa em meados do século XVII. Lisboa: Edições 70, 1982.

BRITO, L. *Pontos de partida para a história econômica do Brasil*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Cia. Ed. Nacional, 1937

BROWN, L.V. "Manufacturas". In: SILVA, Maria Beatriz N. da (org.). Dicionário da história da colonização portuguesa no Brasil. Lisboa: Verbo, 1994, pp. 508-13.

CABRAL, D.C. Homens e árvores no ecúmeno colonial: uma história ambiental da indústria madeireira na bacia do rio Macacu, Rio de Janeiro, 1763-1825. Dissertação (Mestrado em História Social). Rio de Janeiro: IFCS/UFRJ, 2007.

CABRAL, D.C.; CESCO, S. "Árvores do Rei, floresta do povo: a instituição das 'madeiras-de-lei' no Rio de Janeiro e na Ilha de Santa Catarina (Brasil) no final do período colonial". *Luso-Brazilian Review*, v.44 (2), 2007, pp. 50-86.

CARDOSO, C.F.S. O trabalho na América Latina colonial. São Paulo: Ática, 1985.

CAVALCANTI, N. *O Rio de Janeiro setecentista*: a vida e a construção da cidade da invasão francesa até a chegada da corte. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2004.

COSTA E SILVA, P.P. *Diogo de Toledo Lara Ordonhez*: salvamento de sua memória e obra. Cuiabá: Policromos, 1990.

DEAN, W. *A ferro e fogo*: a história e a destruição da Mata Atlântica brasileira. São Paulo: Cia. das Letras, 1996.

DEVY-VARETA, N. "Para uma geografia histórica da floresta portuguesa: as matas medievais e a 'coutada velha' do rei". Revista da Faculdade de Letras – Geografia, série v.I, 1985, pp. 47-67.

DIAS, M.O.S. "Aspectos da ilustração no Brasil". Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, v.278, 1969, pp. 105-70.

DIFFIE, B.W.; WINIUS, G.D. A fundação do império português, 1415-1580. v.II. Lisboa: Vega, 1993.

DRUMMOND, V. *Rio de Janeiro capital do Brasil, v.1 (1763-1822)*. Rio de Janeiro: Estado da Guanabara/Secretaria-Geral de Educação e Cultura, s/d.

FERNANDES, F.L. "A feitoria portuguesa do Rio de Janeiro". História (São Paulo), v.27 (1), 2008, pp. 155-94

FLORENTINO, M.G. *Em costas negras*: uma história do tráfico Atlântico de escravos entre a África e o Rio de Janeiro (séculos XVIII e XIX). Rio de Janeiro: Arguivo Nacional, 1995.

FRAGOSO, J.; FLORENTINO, M. *O arcaísmo como projeto*: mercado atlântico, sociedade agrária e elite mercantil em uma economia colonial tardia: Rio de Janeiro, c.1790-c.1840. 4ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 2001.

FRANÇA, J.M.C. *Visões do Rio de Janeiro colonial*: antologia de textos (1531-1800). Rio de Janeiro: EdUERJ, 1999

GAMA, R. "História da técnica no Brasil colonial". In: VARGAS, M. (org.). *História da técnica e da tecnologia no Brasil*. São Paulo: Ed. UNESP, 1994, pp. 49-66.

GREENHALGH, J. O Arsenal de Marinha do Rio de Janeiro na História (1763-1822). Rio de Janeiro: Editora A Noite, 1951.

GROVE, R.H. "Colonial conservation, ecological hegemony and popular resistance: towards a global synthesis". In: MACKENZIE, J. (ed.). *Imperialism and the natural world*. Manchester: Manchester University Press, 1990, pp. 15-50.

HUTTER, L.M. "A madeira do Brasil na construção e reparos de embarcações". Revista do Instituto de Estudos Brasileiros, v.26, 1986, pp. 47-64.

. "Construção naval". In: SILVA, op. cit., pp. 208-9.

LAPA, J.R.A. A Bahia e a carreira da Índia. São Paulo: Editora Nacional, 1968.

. Economia colonial. São Paulo: Perspectiva, 1973.

LIMA, H. F. Formação industrial do Brasil. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1961.

LISBOA, B.S. *Anais do Rio de Janeiro*. tomos 1 e 4. Rio de Janeiro: Ed. Leitura, 1967.

MAIA, J.P. *Quatro séculos de lutas na baía do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Serviço de Documentação Geral da Marinha, 1981.

MARCOS, J.V. "La pretendida reforma naval de Felipe III: La política de protección de bosques, saca y elaboración de maderas para la construcción naval". *Revista da Universidade de Coimbra*, v.XXXIV, 1988, pp. 121-36.

MAURO, F. "Pode-se falar de uma indústria brasileira na época colonial?", Estudos Econômicos, vol.13 (no. esp.), 1983, pp. 733-44.

\_\_\_\_\_. "Political and Economic Structures of Empire". In: BETHELL, L. (ed.). *Colonial Brazil.* Cambridge: Cambridge University Press, 1987, pp. 39-66.

. Portugal, o Brasil e o Atlântico (1570-1670). Lisboa: Editorial Estampa, 1989.

MILLER, S.W. *Fruitless trees*: Portuguese conservation and Brazil's colonial timber. Stanford: Stanford University Press, 2000a.

\_\_\_\_\_. "Merchant shipbuilding in late-colonial Brazil: The evidence for a substantial private industry", *Colonial Latin American Historical Review*, v.9, 2000b, pp. 101-35.

OLIVEIRA, J.M.P. "As rotas comerciais nos 'Colóquios dos Simples' de Garcia de Orta". In: *Trabalhos de geografia e história*. Coimbra: Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra, 1975, pp. 175-92.

PÁDUA, J.A. *Um sopro de destruição*: pensamento político e crítica ambiental no Brasil escravista (1786-1888). 2ª ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2004.

PALACIOS, G. *Campesinato e escravidão no Brasil*: agricultores livres e pobres na Capitania Geral de Pernambuco (1700-1817). Brasília-DF: Ed. da Universidade de Brasília. 2004.

PEREIRA, P. "Engenharia militar". In: VARGAS, op. cit., pp. 163-78.

RAU, V.; SILVA, M.F.G. da. (eds.). *Os manuscritos do Arquivo da Casa de Cadaval respeitantes ao Brasil.* v.1. Coimbra: Acta Universitatis Conimbrigensis, 1955.

RODRIGUES, J. *De costa a costa*: escravos e tripulantes no trafico negreiro (Angola – Rio de Janeiro, 1780-1860). Tese (Doutorado em História Social). Campinas-SP: UNICAMP, 2000.

RUSSEL-WOOD, A.J.R. *A world on the move*: The Portuguese empire, 1415-1808. Baltimore: The Johns Hopkins University Press, 1998.

SALGADO, G. (coord.). *Fiscais e meirinhos*: a administração no Brasil colonial. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1985.

SALVADOR, F.V. História do Brasil: 1500-1627. 7ª ed. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia, 1982.

TELLES, P.C.S. História da construção naval no Brasil. Rio de Janeiro: LAMN, FEMAR, 2001.

VITERBO, F.M.S. *Trabalhos náuticos dos portugueses nos séculos XVI e XVII*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1988.

Qq

# Um passeio pelas ruas do Rio Antigo: os pioneiros galegos, a Rua da Ajuda e o mercado ambulante

Érica Sarmiento da Silva

Jornalista e Doutora em História pela Universidade de Santiago de Compostela

(Espanha). Arquivo Nacional/UERJ.

domecelle@hotmail.com

#### **RESUMO**

Na segunda metade do século XIX, os imigrantes galegos compartilhavam junto a portugueses, italianos e africanos os logradouros cariocas e o mercado ambulante. Uma rua em especial, a extinta Rua da Ajuda, localizada na freguesia de São José, foi o início do fenômeno imigratório galego na cidade do Rio. Nessa localidade, através do cruzamento de fontes espanholas e brasileiras, como os livros dos ganhadores livres do AGCRJ, constatamos a presença dos pioneiros e de uma sólida cadeia migratória que se prolongou até as primeiras décadas do século XX.

Palavras-chaves: Imigração, galegos, ambulantes

#### ABSTRACT

In the second half of the 19th century, Galician immigrants shared the public areas and the peddling in Rio de Janeiro with the Portuguese, Italians and Africans. A specific street - the extinct Rua da Ajuda - located in the borough of São José, saw the beginning of the Galician immigration phenomenon in the city of Rio. In this town, through the crossing of Spanish and Brazilian sources, like the register books of the 'ganhadores livres', or freemen peddlers, of the AGCRJ, we note the presence of the pioneers and of a solid migratory chain that was extended up to the first decades of the century XX.

Key-words: Immigration, galicians, peddlers

n.3, 2009, p.95-108

### Os pioneiros da ajuda

Rua da Ajuda existiu até a construção da Avenida Rio Branco, em 1905. Entretanto, quando se iniciou a "revolução urbanística" do Rio de Janeiro, com o prefeito Pereira Passos (1902-1906) ela já não se chamava da Ajuda, mas sim Rua Chile. Suas imediações ficaram reduzidas ao que atualmente corresponde à Avenida Rio Branco e à Rua São José. As áreas atualmente ocupadas pela Cinelândia abrigavam, então, o Seminário São José, do lado do demolido Morro do Castelo, e o Convento das freiras da Ajuda.

"A Rua da Ajuda propriamente dita nasceu sob a influência da ermida existente antes do convento, à maneira de um caminho que até ela conduzisse os primitivos cariocas. Dela, por sua vez, saíam outros para o Morro de Santa Teresa, para Botafogo através da antiga Praia das Areias da Espanha (atual Praia da Lapa), na Lapa, e para os lados da Lagoa de Sentinela, um pouco acima do Campo de Sant'Ana, mais ou menos onde morria o Caminho de Mata-Cavalos, agora Rua do Riachuelo". (Gerson, 2000:95)

Uma área perto do cais do porto, que seria uma rua a mais das muitas localizadas no Centro do Rio de Janeiro se não fosse por que aí, nesse espaço que já não existe, encontrássemos vários imigrantes galegos no século XIX. Coincidência ou não, as ruas e bairros próximos à Ajuda, foram também, ao longo século passado, residência de muitos galegos. Podemos citar várias dela, como a Rua São José, a Lapa (Rua dos Arcos), Lavradio, Riachuelo, etc. Era como se a "mancha" da imigração fosse se estendendo ao redor dessa parte oeste do centro da cidade, conhecidas como freguesias de São José e de Santo Antônio. A Rua da Ajuda e seus arredores reuniram galegos de diversas províncias, num período em que a imigração ainda não era massiva. Os pioneiros encontraram nesse espaço carioca o reduto que necessitavam para iniciarem e consolidarem as suas redes familiares na segunda metade do século XIX. Terceiro grupo imigratório de maior importância numérica no Rio de Janeiro, os galegos construíram uma sólida imigração compartilhando espaços sociais e profissionais com outros grupos de estrangeiros e participando no processo de modernização carioca.

Com o intuito de reconstruir essa imigração pelas ruas do Rio de Janeiro, unimos diversas fontes, umas recolhidas na sociedade de origem – a Galiza – e outras no Rio de Janeiro, reagrupando as pequenas histórias que se formaram na comunidade galega do século XIX. Partindo da explicação de que os protagonistas atuam nos processos históricos e que não foram simplesmente personagens anônimos e estatísticos, fruto unicamente de fatores econômicos, pudemos analisar as suas estratégias de sobrevivência, através de indivíduos ou grupos que colaboraram social, profissional e economicamente para a construção de um espaço social onde interatuavam vizinhos, patrícios e familiares.

Uma das fontes históricas que contribuíram para os estudos da comunidade galega foram os livros de ganhadores-livres do século XIX, localizadas no Arquivo Geral da Cidade

do Rio de Janeiro. Os dados extraídos dos ganhadores livres, juntamente com outros arquivos, como o Hospital Espanhol do Rio de Janeiro, foram documentos responsáveis pela distribuição dos galegos pelos logradouros cariocas. Uma dessas ruas é a já mencionada Rua da Ajuda, foco importante no estudo da imigração espanhola, já que concentrou um significativo número de galegos no século XIX. Qualquer documentação histórica que anteceda o período da chamada imigração massiva (1890-1930), e que apresente dados pessoais do imigrante (nome, endereço, nacionalidade) é um excelente instrumento de pesquisa para o reconhecimento dos pioneiros. Cruzando fontes da sociedade de origem e de recepção, e resgatando a história desses pioneiros, é possível não só construir histórias individuais, mas também buscar as origens do fenômeno imigratório e sua posterior inserção na sociedade de acolhida.

Os ganhadores-livres também chamados de carregadores ou ambulantes, que estiveram a partir da década de 50 do século XIX, vendendo suas mercadorias pelas ruas e fazendo parte do mercado informal carioca, dispõem de uma documentação que nos ofereceu dados sobre os estrangeiros que pediam licenças nos livros de registros da prefeitura do Rio de Janeiro. Entre esses imigrantes, analisando os registros de licenças entre os anos de 1879 e 1885, encontramos 37 espanhóis, 172 portugueses e 54 italianos. A lista dos ganhadores livres traz a nacionalidade do ambulante, o seu nome completo, o endereço e também o nome e endereço do fiador correspondente. Apesar de não conter o lugar de origem e outros dados de mais interesse para o estudo da comunidade galega, não desprezamos essa fonte histórica, porque nos ajudou a localizar os espanhóis, as ruas onde viviam na década de 60 e 70 do século XIX, além de visualizar também os bairros dos portugueses e italianos. É um dado de grande utilidade para qualquer estudo vinculado à imigração, principalmente se utilizado com outras documentações como as listas de censo do lugar de origem do imigrante ou as listas de sócios de Associações Estrangeiras.

"O comércio ambulante estendia-se por todas as ruas e caminhos da cidade, exercidas desde os aguadeiros até os mascates que vagavam pelos logradouros com suas malas repletas de quinquilharias e gritos escandalosos característicos". (Lucas Parga, 1996, pp.16-17)

Dessa forma, conhecemos algo mais dos espanhóis ou dos galegos, que junto com portugueses e italianos "ganhavam as ruas" do Rio, carregando ou vendendo mercadorias num setor que antes era monopolizado pelos escravos. Desde o início do século, no porto do Rio de Janeiro, muitos "trabalhadores avulsos" eram empregados nas atividades de manuseio e transporte de carga, especialmente os escravos de ganho que percorriam o espaço urbano da Corte. Os africanos juntaram "vintém a vintém", alugando seu trabalho como empregados domésticos, artesãos, amas-de-leite, cozinheiras, carpinteiros ou sapateiros, carregando café no porto, ou vendendo água, comidas ou doces no mercado e

n.3, 2009, p.95-108

nas ruas da cidade. Assim que trabalhar ao ganho era, entre as décadas de 1850 e 1870, um ofício de africanos (FARIAS, 2004, p.17).

Esse tipo de trabalho, realizado em grande parte pelos negros, era considerado um ofício desprezado pelos brasileiros, já que os trabalhadores braçais, carregando mercadorias às costas, não eram bem vistos, nem valorizados, apesar de serem indispensáveis numa sociedade que se expandia rapidamente e não contava com meios de transporte que não fossem as carroças ou a força humana. Referimo-nos a um mercado de trabalho mobilizado pelos africanos e que aos poucos ia sendo redefinido pelos novos imigrantes que chegavam e ofereciam sua força de trabalho nas mais diversas ocupações. Isso significava também um redimensionamento do espaço urbano carioca, que incluía portugueses, italianos e espanhóis nos logradouros centrais do Rio de Janeiro. Um cenário contrário aos discursos comuns da época, que estavam a favor de uma imigração branca que representava o progresso e que deveria ocupar postos de trabalho de muito maior prestígio e visibilidade social. Os "europeus civilizados" se misturavam com os africanos e disputavam um setor do mercado de trabalho que era visto como uma decadência social.

Tabela 1. Nacionalidade dos Ganhadores Livres de Rio de Janeiro: 1837-1887

Nacionalidade	Ganhadores	%
Africanos	116	28,4%
Brasileiros	28	6,8%
Espanhóis	37	9%
Italianos	54	13,2%
Paraguaio	1	0,2%
Portugueses	172	42,1%
Total	408	100%

Fonte: Elaboração própria a partir dos livros de ganhadores livres

Se a imigração galega se concentrava majoritariamente no ramo da hotelaria, uma parcela deles, por menor que fosse, se dedicava ao comércio ambulante. Para pedir uma licença era necessário um fiador que se responsabilizasse pelo ambulante, e isso requeria uma dose de conhecimento com pessoas ilustres ou negociantes que quisessem manter sob a sua tutela um estrangeiro. O fiador devia ser um profissional respeitado e com boa condição financeira, que confirmasse a boa conduta do trabalhador e que garantisse o pago das despesas que pudessem surgir, caso fossem encontrados em situação irregular ou sem a licença devida. Era necessário fazer um pedido por escrito à Câmara Municipal, no qual seria identificado o proprietário ou seu procurador legal, juntamente com o seu endereço.

Um dos fiadores era o galego, nascido na província de A Coruña, chamado Anselmo José Barbeito. A primeira fonte que nos ofereceu informação sobre esse imigrante foram os

livros de matrícula de sócios do Hospital Espanhol do Rio de Janeiro, do período de 1859 a 1930. Recolhemos os dados pessoais e descobrimos as seguintes informações sobre Anselmo Barbeito: nasceu na paróquia de Mallón, município de Santa Comba (A Coruña), 35 anos, profissão do comércio e filho de Angel e Francisca. O endereço que aparecia na matrícula era a Rua da Ajuda, número 82. O sócio que o indicou para que entrasse no Hospital Espanhol<sup>2</sup> era Manuel Currais Barbeito, um parente mais jovem, oriundo da mesma localidade e morador da mesma Rua da Ajuda.

Anselmo José Barbeito não era um simples comerciante que chegou na imigração massiva. Já estava no Rio de Janeiro antes de 1871, tinha uma rede de padarias e também uma rede de parentela. Duas décadas mais tarde, pesquisando nos arquivos espanhóis, mais especificamente nos arquivos dos cartórios galegos³ do ano de 1893, constatamos que Anselmo Barbeito continuava no Rio de Janeiro e tinha construído uma cadeia migratória, baseada na inserção profissional dos patrícios. A escritura do imigrante Manoel Riveiro Pose, um lavrador de 20 anos e que desde os 15 estava no Rio de Janeiro, confirma a hipótese. Manoel, que trabalhou quatro anos nas padarias de Anselmo Barbeito, no Rio de Janeiro, confiou ao seu patrão a quantidade de 1500 pesetas, uma pequena fortuna na época, para que pudesse retirá-la em uma entidade bancária carioca. O dinheiro, economizado nos anos que trabalhou como padeiro, continuava guardado longe da sua terra natal, apesar de Manoel haver retornado. Nas entrelinhas do documento, observamos a relação de interdependência entre o imigrante recém-chegado, o galego jovem e inexperiente, e o pioneiro: tanto para conseguir o emprego como para zelar pelas suas economias, Manoel Riveiro Pose contou com o apoio de um patrício já estabelecido no Rio de Janeiro.

Continuamos com a pista de Anselmo José Barbeito, percorrendo arquivos de um lado e de outro, na Galícia e no Rio de Janeiro, e nos perguntamos: desde quando esse galego deixou de ser um empregado para ter o seu próprio estabelecimento? Pela documentação encontrada na Galícia, tudo levava a crer que foi na década de 90 do século XIX, mas analisando os pedidos de licença para os ambulantes, encontramos, em 1879, o seguinte texto:

"Francisco Marinho, súdito espanhol, morador a Ladeira do Seminário, nº 45, freguesia de São José quer licença para andar ao ganho. Apresenta para seu fiador ao Sr. Anselmo José Barbeito, morador à Rua da Ajuda, 197 e estabelecido com padaria"<sup>4</sup>.

Assim, não só as padarias já funcionavam desde a década de 70 do século XIX, como também as cadeias migratórias em torno desse imigrante eram mais antigas do que, em princípio, podíamos supor. É possível que a mercadoria que vendia Francisco Marinho pelas ruas da cidade fosse da padaria de Anselmo Barbeito. Não podemos negar essa possibilidade, já que desde a década de 60 do mesmo século, encontramos em outra documentação – os livros de **Escravos ao Ganho** – espanhóis com sobrenomes de origem galega, mandando seus escravos e também homens livres carregar cestas de pão com produtos do seu estabelecimento.

n.3, 2009, p.95-108

"Gabriel Manera, espanhol, com padaria na rua do Catete, nº 126, pede 5 licenças para mandar vender pelas ruas da cidade pão e biscoito por pessoas livres e por seus escravos"<sup>5</sup>.

Excepcionalmente, na década de 60, quando os escravos representavam massivamente a mão-de-obra ambulante, esses estrangeiros já utilizavam homens livres, que podiam ser brasileiros ou imigrantes europeus, como constatamos em fontes de períodos posteriores, como os livros de ganhadores livres. A diferença entre as duas fontes é que nos ganhadores livres nem sempre o fiador era necessariamente o patrão do ambulante.

Voltando ao caso do espanhol Francisco Marinho, percebemos que a sua residência não é na Rua da Ajuda, mas numa das ruas próximas, onde também viviam muitos espanhóis e portugueses. A Ladeira do Seminário, juntamente com a Chácara da Floresta, Morro do Castelo, Ladeira do Castelo e a Rua da Ajuda, fazia parte da chamada Freguesia de São José, onde estava a maioria dos ambulantes espanhóis e portugueses.

Tabela 2. Freguesia dos ganhadores livres do Rio de Janeiro (1837-1887)

Freguesias	Ambulantes espanhóis	Ambulantes portugueses
Candelária	1	5
Espírito Santo	0	4
Sacramento	7	33
Santa Rita	2	15
Santana	1	6
Santo Antonio	8	19
São José	18	76
Total	37	158

Fonte: Elaboração própria a partir dos livros de ganhadores livres. AGCRJ

No começo do século XX, quando o maior contingente imigratório desembarcou no Rio de Janeiro, as freguesias de São José e Santo Antonio continuaram concentrando grande parte do coletivo. Antes disso, entre os anos de 1860 a 1890, a extinta Rua da Ajuda e suas redondezas serviram de morada para aqueles pioneiros, que trabalhavam como ambulantes, artesãos, comerciantes ou empregados de comércio. Uma demonstração de uma cadeia familiar que perdurou até a demolição da rua, no começo do século passado. Essa rede social não se baseava somente em laços familiares ou de vizinhança, estendia-se para muitos municípios galegos, reunindo patrícios das mais diversas profissões, não somente aqueles que se dedicavam ao trabalho nas padarias.

Nas licenças dos ganhadores livres, no ano em que mais se inscreveram espanhóis, em 1879, na Rua da Ajuda, aparecem dois casos de patrícios, ambulantes, vivendo no mesmo número: os irmãos Manoel e João Antonio Peres Fernandes, no número 51, apresentando

o mesmo fiador; e os espanhóis Antonio G. Fernandes e Raimundo Boterres, vivendo no número 69. A Rua da Ajuda também abrigou 16% dos portugueses ambulantes que viviam na freguesia de São José, todos residindo entre os números 51 e 67. Na Ladeira do Seminário, uma rua vizinha, sucede algo similar, mas dessa vez com a residência de nº 45. Aí aparecem 4 dos 6 espanhóis que viviam nessa rua e 6 portugueses, todos vivendo no número 45.

Portugueses e espanhóis/galegos ambulantes se concentravam majoritariamente na mesma freguesia central da cidade. As ruas e números das moradias corroboram com essa afirmação, unindo esses dois grupos de estrangeiros, que compartilhavam, muitas vezes, as mesmas casas e fiadores. Por exemplo, o fiador, dono de um quiosque no Largo da Carioca (freguesia de Santo Antonio), chamado Domingos da Silva Manahú, cuja nacionalidade não foi revelada pelo documento, tinha dois ambulantes espanhóis e um português sob a sua responsabilidade. Os espanhóis viviam na Rua da Ajuda, 59 e na Ladeira do Seminário, 41 e o português, na Ladeira do Seminário, 45. Compartilhavam dessa maneira, residência, ofício e fiador. Já os imigrantes italianos, não viviam nas mesmas ruas, nem nas mesmas freguesias; só encontramos 1 ambulante dessa nacionalidade na Rua da Ajuda e 5 italianos vivendo na Freguesia de São José. Os italianos estavam concentrados majoritariamente na freguesia de Santana e eram conhecidos pelas suas atividades como ambulantes e jornaleiros (vendedor de jornais). No ano de 1890, das 67.385 pessoas que viviam na Freguesia de Santana, 4.844 eram italianas e 12.315 eram portuguesas (VELASCO e CRUZ: 2000, p.276). Podemos comprovar essa informação a partir dos ambulantes italianos que recolhemos no arquivo dos ganhadores livres: 57% deles viviam na Freguesia de Santana, espalhados pela Ladeira do Barroso, Rua da América e do Areal e pelo Morro do Pinto. Uma cadeia migratória importante se havia constituído na Ladeira do Barroso, em 1879, nº 81, com 9 italianos ambulantes, cujo fiador era o mesmo negociante, chamado Antonio de Souza Teixeira, que tinha a casa e o negócio no mesmo número 816. Pelo sobrenome, podia ser brasileiro ou português. Era uma freguesia com um mercado de trabalho diversificado e dinâmico, com muitos estabelecimentos comerciais, armazéns de secos e molhados, botequins e restaurantes. Os espaços centrais do Rio de Janeiro estavam divididos entre portugueses, espanhóis e italianos, os estrangeiros que predominavam no cenário da imigração carioca.

Mas, de que forma podemos constatar que a maioria desses espanhóis ambulantes, encontrados nas listas dos ganhadores livres, eram originários da Galiza? Na realidade, quanto aos ambulantes, só existem suposições, mas as matrículas do Hospital Espanhol confirmam a hipótese de que aí, na Rua da Ajuda, havia um importante coletivo galego na segunda metade do século XIX, entre ambulantes, donos de padarias, artesãos, comerciantes e outros ofícios. Nada menos que 75 galegos moraram nessa rua entre os anos de 1871 e 1917 e 25 deles foram recomendados para serem sócios do Hospital Espanhol por Anselmo Barbeito.

n.3, 2009, p.95-108

Dos galegos que viviam na Rua da Ajuda, nada menos que 17 sócios do Hospital Espanhol estavam no número 197, entre os anos de 1877 e 1890, e oito deles, no mesmo período, dividiam casa ou trabalho, no número 82. Havia uma rede que ia além dos laços familiares e que se estendia a outros municípios galegos. Os que viviam no número 197 e 82 eram, em sua maioria, do município de Santa Comba, ou da província de A Coruña e da província de Pontevedra. Uma cadeia familiar que girava em torno da concentração espacial (determinadas ruas), da inserção profissional e do apoio dos mais ilustres aos mais carentes ou aos recém-chegados, como no caso dos fiadores dos ambulantes ou das indicações para os novos sócios no Hospital Espanhol.

Tabela 3. Províncias dos moradores da Rua da Ajuda (1871-1917)

Província	N° de moradores
A Coruña	23 (31%)
Lugo	1 (1,3%)
Ourense	7 (9,3%)
Pontevedra	45 (60%)
Total	75 (100%)

Fonte: Elaboração própria através das matrículas dos sócios do Hospital Espanhol.

Na pequena Galiza que se formava no Rio de Janeiro, os laços horizontais e verticais reproduziam as formas de associação e solidariedade entre os imigrantes. Uma solidariedade, que como em todas as relações sociais, se movia através de hierarquias. Não era uma cópia da sociedade de origem, mas uma nova estrutura que se formava em outro país, com um processo de adaptação e respeito às instituições e à forma de vida dos brasileiros. Havia duas hierarquias: a que se formava dentro das redes étnicas e aquela que já estava estabelecida na sociedade carioca. Um círculo dentro de outro, mas intercomunicados por sistemas de valores distintos que se confrontavam ou caminhavam paralelamente na cotidianidade das ruas do Rio. Nesse encontro de diferentes culturas, também aparecia a nova condição da sociedade brasileira, que entrava num sistema de trabalho livre assalariado, com a ética capitalista caminhando junto com os comportamentos paternalistas da mentalidade tradicional. As relações se definiam entre os galegos e, consequentemente, entre estes e os demais grupos da sociedade brasileira:

"La etnicidad no es solo ni principalmente una invención simbólica sino una relación social concreta, y en ese sentido probablemente el espacio social originario intenta reproducirse en el nuevo tejido social, pero, en cuanto también una invención o construcción innovativa en los contenidos, puede redefinir en el sentido de la identidad

y por ende los límites espaciales (en tanto que lugar de pertenencia) de quién es o quién no es un compaisano en la nueva sociedad." (Devoto, 1991:330)

Os imigrantes mais ilustres, uma vez conseguida a ascensão econômica, buscavam o reconhecimento social. Esse segundo passo na escala da imigração – o apoio dos nacionais – era importante para dar continuação aos projetos profissionais, ao passo que convertia a imagem do imigrante pobre e invisível à de um estrangeiro que conseguira satisfazer os discursos de uma elite convencida da importância do europeu na modernização do país. Dessa forma, os novos imigrantes tinham que passar não só pelos obstáculos apresentados pelos próprios patrícios, como também pela aprovação das normas sociais do país de acolhida. De ambulante a negociante, de vendedor de pão a dono de padaria, era um salto demasiado grande que nem todos conseguiam alcançar.

As cadeias migratórias eram um apoio inicial e não uma forma fácil de iniciar a vida. Entre os imigrantes algumas regras de convivência e de trabalho estavam subentendidas e rompê-las significava destruir as dificuldades e o esforço com que construíram sua fortuna os mais favorecidos pelo fenômeno da imigração. Havia que subir degraus como todos aqueles que chegaram ao topo. As posições econômicas e sociais alcançadas pelos mediadores eram um exemplo a seguir e não facilidades e preferências regaladas.

Os pioneiros "reconstruíam sua Galiza" no Rio de Janeiro, não só pela solidariedade com os paisanos, mas porque já estavam estabelecidos para escolher sua mão-de-obra e (por que não?) utilizar essa força de trabalho, misturando doses de apoio afetivo e moral, para seu próprio benefício. Beneficiavam-se das cadeias migratórias, da chegada dos jovens imigrantes e do método de contrato pessoal, característico do setor terciário, onde a dependência do empregado em relação ao patrão era quase total, num contexto parafamiliar de obrigações pessoais e profissionais. Alejandro Vázquez (1999, p. 675-676) afirma que o método de contratação pessoal foi uma característica da imigração galega (os chamados "patrícios" no Brasil). A remuneração era fixada pelo patrão e a partir dos seus critérios pessoais podia variar desde a avaliação da capacidade do trabalhador até os vínculos de parentesco existentes entre eles. Todos os gastos do imigrante eram controlados e limitados pelo seu patrão e o empregado só podia retirar suas economias no caso de visitas eventuais a Galiza, de demissão ou na compra do seu próprio negócio.

Segundo Devoto, sobre as posições de mediação exercidas pelos imigrantes, elas

"son ejercidas, especialmente, por aquellos que se encuentran en un punto de mucho tránsito en el flujo social. El tipo de mediación que ejercen (...), deriva de su colocación en el espacio y ésta, a su vez, no sólo del lugar de residencia sino del tipo de actividad que desempeñan. Su situación ocupacional, tanto como su actividad institucional, son relevantes en este punto" (Devoto, 2003: 351).

Em Buenos Aires, por exemplo, o surgimento de um tecido associativo local de âmbito galego esteve condicionado, entre outros fatores, pelo aparecimento de uma elite dentro da

n.3, 2009, p.95-108

coletividade galega interessada na promoção e manutenção das formas associativas como parte do seu *capital simbólico* dentro da própria comunidade galega e espanhola emigrada, tanto na sociedade receptora como na de origem. Os incentivos das sociedades de instrução dessa cidade argentina, segundo Núnez Seixas (1999, p.369), consistiam, sobretudo, em fortalecer o capital simbólico dos diretores com o objetivo de participar na vida social argentina e também possibilitar o acesso às posições de poder dentro da própria comunidade imigrante galega (e o conjunto da espanhola).

A preferência étnica nas redes sociais não era de uso exclusivo dos galegos no Rio de Janeiro. No ramo do pequeno comércio e da hotelaria, disputado por portugueses e galegos, a figura do adolescente caixeiro, do norte português, explorado e amparado pelo seu "paipatrão" foi ressaltada em diversos estudos históricos. Como nos confirma Chagas Menezes (1998:118):

"Tanto para portugueses como para brasileiros, a vida de comerciante começava como aprendiz de caixeiro, caixeiro de balcão, Guarda livros, e finalmente, um convite para se tornar um novo sócio depois de anos de árdua poupança individual. Mas, segundo a preferência do final do século passado (século XIX) e devido ao predomínio português no pequeno comércio, podemos afirmar que a caixeirada era recrutada entre menores portugueses, que já vinham com endereço certo".

Nas pequenas sociedades comerciais formadas no começo do século XX também eram valorizados os laços de parentesco e as nacionalidades que mantinham uma tradição em determinados ramos ganhava até mesmo a confiança dos brasileiros. Chagas de Menezes (1998:83-84) comenta que

"na hora de comporem o capital social de um novo estabelecimento, os laços de parentesco, étnicos e lingüísticos, se manifestavam com muita força. Os portugueses preferiam se associar a outros portugueses; na impossibilidade disto ocorrer, os brasileiros eram os preferidos. Num último caso, se recorria às outras nacionalidades. O mesmo ocorria com os brasileiros(...) na hora de compor um contrato social misto, tanto os brasileiros como os de outras nacionalidades preferiam os portugueses devido a suas influências e prestígio no pequeno comércio carioca".

Os espaços de solidariedade entre os imigrantes eram um instrumento de defesa num mercado de trabalho competitivo e instável como o Rio de Janeiro, além de impedir a divisão do grupo. Conquistar uma fatia de um ramo do mercado significava, como foi para os portugueses, monopolizar um determinado setor da economia. O caso dos imigrantes lusos da Ponta D'Areia, bairro do município de Niterói, Rio de Janeiro, exemplifica essa afirmação. Entre 1900 e 1950, os que deixaram Portugal para instalar-se nesse bairro, investiram em imóveis e comércio, até o ponto em que todas as hospedarias da Ponta D'Areia eram deles e o bairro passou a ser denominado Portugal Pequeno (Moura Nogueira,

1998:165). Assim também ocorreu com os africanos, escravos ou libertos, que, a meados do século XIX, já constituíam uma fração de classe específica e claramente delineada na força de trabalho empregada no sistema portuário, trabalhando como carregadores de café. No caso dos negros, a criação de laços identitários e de redes de relações sociais os uniu frente ao sonho da liberdade. A organização em torno a um mesmo ofício, seja como trabalhadores do porto ou como ambulantes, era uma forma de conseguir comprar as cartas de alforria. Graças a sua aglomeração e monopólio no mercado de ganho nas ruas do Rio de Janeiro, os africanos ocidentais, conhecidos como negros minas, conseguiram acumular suficientes recursos no "mercado da liberdade". A maior comprovação está no fato de que entre 1840 e 1864, "os minas perfaziam, proporcionalmente, um grupo de alforriados duas a três vezes superior a sua participação na escravaria africana no Rio de Janeiro" (FARIAS, 2004: 28).

O "mercado da liberdade" não era somente dos africanos, também para os imigrantes europeus conquistar o espaço habitacional e o mercado carioca era o início da "compra da liberdade". Conseguir uma oportunidade em setores que já estavam ocupados por negros e portugueses foi uma meta alcançada pelos galegos pioneiros, os que viviam na Rua da Ajuda, por exemplo, os donos de padarias e pequenos comércios. Esta mobilidade social ascendente era uma realidade, principalmente para os galegos que iniciavam sua vida profissional como dependentes de comércio. Segundo Núnez Seixas (1994, p.308), o imigrante descobre um mundo urbano e de serviços, onde existe uma possibilidade de ascender social e economicamente através de determinados setores como, por exemplo, o comércio. A adaptação às condições do novo país e as oportunidades que se apresentaram fizeram com que os galegos buscassem ferramentas que se ajustassem à nova realidade profissional, como a alfabetização e conhecimentos práticos de contabilidade:

"esta toma de consciência es la que lleva al emigrante gallego en las dos primeras décadas del XX a fundar sociedades comarcales en las que, aparte de los fines de ayuda mutua y recreo, aparecerá uno más definido: la instrucción" (Núnez Seixas, 1994:308).

Esses pioneiros aproveitaram as mudanças que sucederam no Rio de Janeiro, quando a economia, a partir de 1850, sofre câmbios irreversíveis. O declínio da produção de café no Vale do Paraíba e a consequente transferência dos capitais antes investidos no decadente sistema escravista e agrário passam a outros setores da economia do mercado interno, favorecendo, dessa maneira, a economia urbana. Eles puderam aproveitar as suas qualidades profissionais para utilizá-las nos espaços vazios do mercado de trabalho carioca, pouco desenvolvido e carente de mão-de-obra, como os setores terciários e secundários.

Os locais de moradia eram próximos ou inclusive no mesmo lugar de trabalho. Encontrar um alojamento acessível aos salários da época era tarefa das mais difíceis. Por isso, predominavam nos espaços centrais da cidade, as estalagens, os cortiços e as casas de cômodos, onde se amontoavam famílias, estrangeiros, vários indivíduos em um mesmo

n.3, 2009, p.95-108

quarto, compartindo alojamento e asseio, em precárias condições de higiene. Por exemplo, na época da administração do prefeito Pereira Passos (1902-1906) um quarto numa casa de cômodos custava no mínimo 20\$ (réis), enquanto que um pedreiro ganhava uma diária de 7\$ a 9\$, um carpinteiro, de 8\$ a 10\$, um canteiro, de 9\$ a 12\$, um servente, de 3\$ a 4\$ e trabalhadores diversos, de 3\$ a 5\$ (CARVALHO, 1995, p.136). Para poder economizar algo, o imigrante não tinha outra alternativa que viver nas estalagens e cortiços das freguesias centrais ou no fundo das pequenas fábricas ou oficinas onde trabalham. Como afirma Carvalho (1995, p.137) sobre as classes menos favorecidas:

"As classes pobres concentravam-se nessas freguesias mais centrais onde, de início, se localizava todo o comércio da cidade em conseqüência da proximidade do porto e, já, nas últimas décadas do século XIX, pelo estabelecimento, também nessa área, da indústria manufatureira."

Uma das grandes estalagens do século XIX, demolida em 1922, foi a Chácara da Floresta. As estalagens apresentavam um pátio, área ou corredor, com quartos divididos em sala ou alcova, cozinha interna ou externa e com lavanderias e aparelhos sanitários comuns nos pátios. A entrada da Chácara da Floresta ficava na Rua da Ajuda. Quando começaram as reformas urbanísticas e de modernização do centro do Rio de Janeiro, em 1902, a maioria das habitações populares foi demolida porque era considerada prejudicial à saúde pública, um foco de infecções que ameaçava a higiene e a imagem da cidade. As áreas centrais foram valorizadas, com elas, surgiu a especulação imobiliária, encarecendo as habitações populares.

"Saneava-se a cidade, mas deixava-se uma numerosa população pobre em condições precárias de vida, pois não havendo a substituição desses cortiços por moradias baratas em número suficiente, as populações de baixa renda ou se mudavam para os subúrbios distantes, ou se amontoavam nos prédios restantes na área central da cidade." (Carvalho, 1995, 135)

De fato, a freguesia de São José, onde moravam muitos dos nossos imigrantes no século XIX, era a que, segundo os estudos de higiene do Rio de Janeiro, contava com 1201 quartos ou casinhas e 74 estalagens (CARVALHO, 1995). As freguesias mais centrais, ocupadas desde o início do século pelas atividades comerciais, artesanais e manufatureiras, eram as que concentravam um maior contingente populacional residente em cortiços ou estalagens. Os galegos não fugiram à regra e viveram nas estalagens e cortiços do centro do Rio de Janeiro, como no caso dos ambulantes que residiam na Rua da Ajuda, na Chácara da Floresta. Como afirmou um galego que emigrou na década de 50, mas cujo pai já havia estado no Rio de Janeiro desde o começo do século:

"Tinha galego por todos os lados, mas onde tinha mais era na parte central do Rio, na parte mais humilde. Era residencial o centro. Qualquer casa velha virava uma hotelaria. Os empregados do porto, os estivadores e do comércio que não tinham família ou moravam muito longe ou viviam na hotelaria. Era coisa de 1 cruzeiro. Era cabeça-deporco mesmo. A partir da década de 50 começou a virar hotel. Os bares eram também no centro<sup>»7</sup>.

Os endereços recolhidos tanto no arquivo dos ganhadores livres como no Hospital Espanhol mostram que os imigrantes viviam juntos e que, ao longo das décadas, as novas gerações que chegavam continuavam morando nos mesmos números que seus antecessores. A Rua da Ajuda, depois da reformas do começo do século passado, deixa de fazer parte do espaço habitacional dos galegos. Eles vão se deslocando para os subúrbios e principalmente pelas freguesias de Santo Antonio, Santa Rita e pela Lapa. A aglomeração dos galegos em torno de uma mesma rua, bairro ou inclusive casa, mostra a importância das cadeias migratórias como um mecanismo de auxílio que substitui a falta de amparo do Governo do país de acolhida com as classes menos favorecidas.

Devido às condições de vida que levavam, compartilhando quartos em cortiços, estalagens ou pensões, a mobilidade espacial era algo frequente. As vivendas coletivas serviam para abrigar os recém-chegados que não podiam pagar algo melhor. Na cidade de São Paulo, a instabilidade da vida urbana e a reconstituição das relações ao ritmo das especulações imobiliárias também fez parte do cotidiano da comunidade galega:

"Además de acomodarse en habitaciones y tener ocupaciones nómadas, los inmigrantes estaban marcados por la reapropiación de espacios residuales adaptados para viviendas colectivas que pudiesen alojar poblaciones recién llegadas, y por el ir y venir por los más variados caminos, circulando en todos los barrios de la ciudad en función de sus actividades de carreteros y recolectores de restos de materiales de chatarra[...]. Estas condiciones refuerzan la perspectiva de creación de modos de vida efímeros, en un continuo rehacerse". (Antonacci, 2002:25)

As redes de solidariedade cobriam necessidades tão básicas como a de oferecer um quarto a um patrício recém-chegado, numa sociedade onde as condições de alojamento eram caras e insuficientes. A imigração vai caminhando segundo as exigências da cidade, mas mesmo assim, a área central não deixou de ser o lugar de moradia mais importante até o final da primeira imigração massiva, já que aí estavam as oportunidades de trabalho no comércio e nas pequenas indústrias e uma rede já consolidada pelos primeiros galegos desde o século XIX.

n.3, 2009, p.95-108

#### **Notas**

- <sup>1</sup> Os dados dos africanos e dos brasileiros foram oferecidos por Juliana Barreto Farias, com a sua dissertação de mestrado *Entre identidades e diásporas: Negros minas no Rio de Janeiro (1870-1930)*). Dissertação de mestrado apresentada ao programa de pós-graduação em Historia Comparada da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2004.
- <sup>2</sup> Para ingressar no Hospital Espanhol era necessária a recomendação de um sócio.
- <sup>3</sup> Arquivo Histórico da Universidade de Santiago de Compostela. Protocolo dos instrumentos públicos, ano de 1871

- <sup>4</sup> AGCRJ. Códice 44 -1-49, ganhadores livres, agosto de 1879, p.125.
- <sup>5</sup> AGCRJ. Códice 6-1-52, escravos ao ganho 1860-1861, p.23.
- <sup>6</sup> ACGRJ. Ganhadores Livres, 1879-1885.
- <sup>7</sup> Entrevista a Manuel Mouro Costa, de Santa Comba (A Coruña), no mês de novembro de 2003, no bairro do Flamengo.

#### Bibliografia

BRASIL GERSON. Histórias das Ruas do Rio. 5ª ed., Rio de Janeiro: Lacerda, 2000.

CARVALHO, Lia Aquino. *Habitações populares*. Rio de Janeiro: Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural da Secretaria Municipal de Cultura, 1995.

CRUZ, Maria Cecília. "Tradições negras na formação de um sindicato: Sociedade de Resistência dos Trabalhadores em Trapiche e Café, RJ,1905-1930". *Afro-Ásia*, Salvador/CEAO, UFBA, 2000, pp.243-290.

DEVOTO, Fernando. Historia de la inmigración en la Argentina. Buenos Aires: Editorial Sudamericana, 2003.

\_\_\_\_\_\_. "Algo más sobre las cadenas migratorias de los italianos a la Argentina". Estudios Migratórios Latinoamericano, n° 19, p.323-343, dez., 1991.

FARIAS, Juliana Barreto. Entre identidades e diásporas: Negros minas no Rio de Janeiro (1870-1930). Dissertação de mestrado apresentada ao programa de pós-graduação em Historia Comparada da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2004.

MENEZES, Wagner Chagas de. "Costurando retalhos": configuração e cotidiano do pequeno comércio do espaço central da Cidade do Rio de Janeiro, 1899-1903. Dissertação de mestrado apresentada ao programa de pós-graduação em Historia da Universidade Federal Fluminense, Niterói, 1998.

NOGUEIRA, Ana Moura. *Como nossos pais: uma história da memória da imigração portuguesa em Niterói (1900-1950)*. Dissertação de mestrado apresentada ao programa de pós-graduação em Historia da Universidade Federal Fluminense, Niterói, 1998.

NÚÑEZ SEIXAS, Xosé Manuel. "A parroquia de além mar: Algunhas notas sobre o asociacionismo local galego en Bos Aires (1904-1936)". In: Cagio, Pilar ed., *Galicia nos contextos históricos*. Santiago de Compostela: Universidade de Santiago de Compostela, *Semata*, nº11, 1999, p.345-379.

\_\_\_\_\_. "Las remesas invisibles. Algunas notas sobre la influencia socio-política de la emigración transoceánica en Galicia (1890-1930)". *Estudios migratorios latinoamericano*, n° 27, pp.301-346, ag. , 1994.

PARGA, Eduardo Antonio Lucas. Entre fazendas, secos e molhados- o pequeno comércio na cidadE do Rio de Janeiro (1850-1875). Dissertação de mestrado apresentada ao programa de pós-graduação em Historia da Universidade Federal Fluminense, Niterói, 1996.

VÁZQUEZ, Alejandro González. *La emigración gallega a América, 1830-1930*. Tese de doutorado apresentada na Faculdade de Economia, Universidade de Santiago de Compostela, 1999.

# A mediação da história pelo Jornal do Commercio: dois séculos de um monumento ao jornalismo carioca

Leticia Cantarela Matheus Doutoranda em Comunicação pela Universidade Federal Fluminense Bolsista Nota 10 da Faperj leticia\_matheus@yahoo.com.br

#### **RESUMO**

Este artigo analisa as edições comemorativas de cem e 180 anos do Jornal do Commercio sob a ótica das estratégias narrativas para a articulação de idéias de passado e história. Procura-se perceber como o jornal interpretou sua inserção no processo histórico do jornalismo brasileiro bem como quais as funções da comemoração para um periódico. A análise se encaixa numa pesquisa mais ampla sobre os trabalhos de temporalização do cotidiano exercidos por meio do jornalismo.

**Palavras-chave:** História do jornalismo, narrativa, temporalidade

#### ABSTRACT

This article analizes two Jornal do
Commercio's especial issues that celebrate its
100th and 180th anniversaries. It concerns to
some narrative strategies used by the
newspaper to emplot ideas of past and history.
We tried to perceive how the newspaper
interpreted its own insertion in the process of
Brazilian journalism history as well as the
functions of commemorative acts for a daily
newspaper. This research belongs to a broader
investigation on temporalization works made
through journalism in daily life.

**Key-words:** Journalism history, narrative, temporality

Este artigo traz interpretações parciais acerca de uma investigação sobre a contribuição do jornalismo para a percepção do tempo no espaço social do Rio de Janeiro. Entre esses trabalhos, destacamos as comemorações midiáticas, pelas quais os jornais contam sua história e a história das práticas jornalísticas. Para este artigo, foram selecionadas as edições de aniversário de cem (1927) e 180 anos (2007) do *Jornal do Commercio*, segundo diário mais antigo em circulação no Brasil (perdendo apenas para o *Diário de Pernambuco*, de 1825), e mais antigo do Rio. Para que serve, para esse periódico e o jornalismo em geral, o uso do passado apresentado na forma comemorativa? Que idéia de história é articulada nessas edições?

A comemoração consistiria na consagração de uma interpretação sobre o passado, de forma ritualística, e que procura dar conta da atualização de uma tradição. Siqueira (1994) relata o caráter legitimador que se opera no gesto comemorativo como esforço de fundação de um passado com sentido de tradição. A autora analisa a ação dos principais periódicos de oposição à Monarquia no processo de legitimação da República, ao sacralizarem o 15 de novembro no primeiro ano pós- Proclamação. Ao mesmo tempo, esses jornais se reposicionam como jornais "de situação".

Siqueira (*ibidem*) se interessa pelas comemorações midiáticas na medida em que os jornais constituem lugares de memória, contribuindo para a consolidação do novo regime. Para ela, "através do discurso comemorativo, (...) a imprensa ascende à mais alta função da memória: dar sentido ao devir, como fator de coesão e de organização do todo social." E continua: "A rememoração histórica realizada pela imprensa não oferece apenas uma visão do passado. Pelo que lembra e pelo que esquece, oferece, também, uma compreensão do presente, uma ordem que se quer preservar no futuro." (*op. cit.*, p. 2) Ou seja, para os jornais, a comemoração seria uma oportunidade de potencializar seu poder de atualização de memória social e de seu próprio valor.

As edições comemorativas de *O Paiz*, a *Gazeta de Notícias* e da *Revista Illustrada* funcionaram como propaganda do novo regime. Nelas, procurou-se "recriar o imaginário coletivo dentro de um sentido cívico republicano, numa ação pedagógica que se traduziu na produção de novos símbolos, tais como a bandeira, o hino, os monumentos e o calendário das festas oficiais." (SIQUEIRA, *op. cit.*, p. 3)

A autora percebe nessas narrativas que o leitor de 1890 devia ter a sensação de estar vivendo um momento realmente novo. De certa forma, também os jornalistas e o público atualizaram uma consciência sobre o que é jornalismo ao entrarem em contato com essas edições especiais. Portanto, mais do que esperar que a "midiografia" configurada nessas edições corresponda ou não à "historiografia" crítica, deve-se enxergá-la como fruto de um esforço efetivo de reflexão dos jornalistas acerca de seus fazeres e o compartilhamento disso com um público mais amplo, numa tentativa de ser reconhecido. (BOURDIEU, 2008)

Nessas oportunidades, os jornais procuraram oferecer inteligibilidade ao devir histórico e sobretudo a sua inserção nesse processo. No caso das edições do *Jornal do Commercio*, interessa-nos a função da comemoração para a legitimação da inscrição desse jornal como lugar de fala relevante, isto é, para a legitimação de seu poder de representar o mundo.

Ao considerar as comemorações jornalísticas na sua dimensão ritualística, enxerga-se nelas oportunidade de pensar o jornalismo. Esse ritual teria uma função legitimadora, na medida em que constitui a performance de um grupo profissional simbolizando um objeto cultural específico e também suas práticas. Embora essa performance diga respeito sobretudo aos jornalistas, não significa que, tanto por meio das edições especiais quanto das edições de rotina, um grupo mais amplo de pessoas não compartilhe a produção de certo sentido do jornalismo pela experiência de seu consumo.

É preciso pensar comemoração como uma resposta às necessidades do *homo rhythmicus*, ao fornecer marcos que indicam a passagem do tempo. Segundo Johnston (1991), o homem encontra diferentes formas de ditar ritmos ao cotidiano em diferentes momentos históricos, seja pela comemoração, pelos calendários religiosos, ou pelos relógios que ditam o ritmo da produção (CHESNEAUX, 1986). Sob essa perspectiva, as edições comemorativas já são parte do trabalho de ritmização do cotidiano, tendo o jornalismo como um dos instrumentos dessa temporalização. Qual o valor especial do jornalismo para que lhe seja franqueado papel mediador do tempo tão importante? E qual o valor da comemoração jornalística?

Johnston (1991) chama atenção para o destaque que as comemorações têm adquirido mais contemporaneamente. Muitas são produzidas especialmente para serem articuladas midiaticamente. Outras servem como pretexto para uma cobertura jornalística ampla, por exemplo, numa espécie de pacote para a abordagem de diferentes temas. E há ainda aquelas comemorações que celebram as origens da própria mídia, como as de um jornal impresso. Essas são oportunidades ímpares de promover esses veículos de comunicação num grande ritual que funciona como publicidade.

Comemorar constitui um gesto intimamente ligado à função temporalizante dos jornais, sobretudo devido a seu caráter periódico. Ela é também oportunidade de reformular a memória coletiva sobre algum tema – no caso, sobre as práticas jornalísticas. Segundo Bodnar (1994), além de produzir memória, a comemoração media conflitos do presente ao fornecer argumentos autorizados pelo passado. Ou seja, é sempre no presente que se fala, mas essas falas são autorizadas por um "outro" que são os mortos, ou um tempo outro, produzido no presente, mas regido pelo mundo do "como se" (RICOEUR, 1994) enquanto passado. Além disso, seguindo o raciocínio de Bodnar, o ritual comemorativo é bom para fazer pensar.

Não se trata apenas, como explica Bodnar (1994), de comemorar as origens, mas de formular versões válidas de passado (e consequentemente também de presente e futuro).

Considerando que a ação política se caracteriza pelo fornecimento de utopias (BOURDIEU, 2008, p. 118), as festas são também ações políticas ao proverem os homens tanto de visões de passado quanto de expectativas de futuro. Passado e futuro, como duas ausências, constituem assim duas formas de utopia em torno das quais os agentes sociais se articulam e para as quais os jornalistas tentam se tornar referência. Portanto, pode-se pensar na edição comemorativa, e mesmo na retrospectiva, como formas mais elaboradas de pretensão "midiográfica", ou seja, de uma historiografia midiática. (MENESES, 2008)

Pode-se pensar nas edições comemorativas como um esforço de garantir posição privilegiada como gestor do tempo, o que incluiria não somente o presente (ou melhor, o passado recente na forma notícia), mas também o "passado histórico". É como se, por meio dessas edições, o jornal reconhecesse que sua legitimidade depende, entre outros fatores, de sua capacidade de fornecer versões autorizadas de passado. Se os jornais são capazes de temporalizar a realidade sobre a qual falam, fornecendo noções de passado/presente e futuro, precisariam também criar marcações temporais para si próprios, de modo a permitir que o público os situe no contexto histórico e lhes atribua valor. Essas marcações, entre outras, são as edições comemorativas.

Essas marcações comemorativas são uma forma de classificação do tempo. Se, de acordo com Bourdieu (2008), classificamos as coisas do mundo social ao nomeá-las, não é difícil pensar nas nomeações temporais – passado, presente, futuro – também como forma de ordenar a realidade segundo aquelas representações que mais nos favorecem simbolicamente. Portanto, os jornais trabalham regularmente condensando e ampliando as fronteiras do que é passado, presente e futuro, do ponto de vista da percepção social.

Segundo Bodnar (1994), há ainda outras funções para essas comemorações – de certo modo derivadas da primeira, de ritmar o cotidiano: a) função pedagógica sobre o passado e o uso do jornal, o que inclui sua legitimação como forma documental; b) legitimação por continuidade em referência a uma origem; c) simbolização do jornal.

A função pedagógica é ampla. Essas edições especiais ensinam não somente sobre como o público deve perceber o passado do país, mas principalmente sobre o papel do jornalismo, ou seja, sobre como ele deve ser apropriado. Em segundo lugar, as comemorações promovem um efeito narrativo de continuidade em relação à origem do periódico, celebrando seus ancestrais – ao dedicar boa parte da edição a descrever antigos funcionários – e, no caso do *Jornal do Commercio*, no desejo de continuidade absoluta com seu fundador, Pierre Plancher. Os ideais de liberdade atribuídos a Plancher se mesclam a suas atividades comerciais, tendo o *Jornal do Commercio* como produto final e aperfeiçoado de seu trabalho. E, finalmente, a terceira função da comemoração nesses casos: a simbolização do jornal e do jornalismo num ritual de autoafirmação.

Segundo Ryan (2001), a forma como se comemora é uma particularidade histórica. No caso dos jornais, é bastante lógico que suas celebrações sejam materializadas na forma

jornal, como continuidade de seu sistema produtivo. Assim, a própria celebração se torna mercadoria. Mas ela funciona muito mais como documento das percepções que se tinham acerca do jornalismo em diferentes momentos e seus conflitos de valoração e de modos de uso. Ou seja, importa mais seu valor simbólico do que comercial.

Por outro lado, as edições comemorativas não são uma continuidade absoluta em relação à rotina produtiva. Elas foram apresentadas pelo *Jornal do Commercio* com marcações gráficas e editoriais explícitas, com chamada publicitária, evidenciando se tratarem de produtos diferenciados, dignos de serem arquivadas.

## Outras estruturas de representação do tempo

A análise das edições comemorativas permite interpretá-las segundo outras duas estruturas narrativas. Além da forma comemorativa, como monumentos e símbolos. Cada um desses modos de representação promove certa relação com o tempo. A estreita relação do *Jornal do Commercio* com o passado e sua monumentalidade já pode ser percebida na grafia arcaica, com dois "emes", e no esforço em produzir edições comemorativas gigantescas. A de cem anos possui mais de mil páginas, a de 160 não fica atrás, tendo sido lançada juntamente com um livro de 343 páginas, e a de 180 anos foi acompanhada pelo lançamento de um livro assinado pelo então jornalista e presidente da ABL, Cícero Sandroni. Ancorado em instituições representativas do bacharelismo ilustrado, como a ABI, o jornal usa o valor simbólico dessas instituições monumentais na construção de seu próprio valor.

No senso comum, associa-se monumento a estruturas arquitetônicas geralmente instaladas em praças e outros lugares públicos. O monumento constitui uma obra essencialmente pedagógica devido a sua visibilidade, criada a partir de um esforço de perpetuação de certos sentidos históricos. Segundo Salgueiro (2008), os monumentos são um modo particular de tornar uma herança atrativa e atualizada. Monumentalizar um tempo passado seria uma forma de lutar contra o esquecimento de certa trajetória. Os monumentos podem, por exemplo, representar a afirmação simbólica de um regime político, celebrando os "vencedores" de uma história.

No caso do *Jornal do Commercio*, suas edições comemorativas podem ser consideradas um esforço de luta contra o esquecimento de certo *status* adquirido pelo jornalismo, ou melhor, por sua atualização e consequente manutenção. Entretanto, os monumentos também se constituem em ícones em torno dos quais se disputarão memórias sociais de um povo, por exemplo, no caso dos monumentos cívicos. Ou seja, os sentidos dos monumentos também não são dados, mas serão permanentemente ressignificados no futuro. (SALGUEIRO, 2008)

Deste modo, as edições comemorativas representam a afirmação de um modo específico de jornalismo para o qual o *Jornal do Commercio* se apresentou como emblema. De maneira mais ampla, trata-se da afirmação de uma atividade social: a forma jornalística de

comunicação. A construção da exemplaridade do jornal por meio da invocação de "tempos idos" (que na verdade é efeito de sua configuração narrativa) significa não somente disputar um lugar de fala com outros periódicos, mas também com outros atores sociais, sobretudo com aqueles que desempenham atividades de representação e que delas extraem, assim como o jornalismo, seu poder (ou pelo menos parte dele). Por exemplo, a disputa com historiadores, literatos, dramaturgos, políticos, educadores, cineastas, cientistas políticos etc. Ainda que o jornalista tome emprestada autoridade de outros atores na composição de suas narrativas, ele ao mesmo tempo compete com e complementa todos eles, formando o complexo sistema de representação do mundo social.

Ao narrar seu passado, o *Jornal do Commercio* articulou narrativamente não somente uma herança jornalística celebrada, como também uma coerência política, ideológica e sobretudo jornalística, que necessariamente não houve. Também produziu silêncios sobre outros modelos jornalísticos não-hegemônicos.

Ao editar um número de mais de mil páginas contando sua história, não estaria o jornal dando forma material a algo tão abstrato como a percepção do tempo? Não seriam essas edições oportunidade de ver, pegar, sentir nas mãos a concretude do poder simbólico do jornal? Não seriam elas condensação de seus cem ou 180 anos, literalmente o peso da idade?

Essas edições constituem monumentos ao trabalho jornalístico e a seu poder. Inclusive como monumentos fúnebres. Pelas páginas dessas edições passeiam dezenas de mortos: conselheiros, redatores, diretores, gráficos e repórteres. Nesses sarcófagos de papel, encontram-se biografias de homens que trabalharam nos periódicos. O jornal se torna assim uma instituição monumental, povoada por "imortais". A obsessão por salvá-los do esquecimento é marcante. Ela diz respeito ao papel desempenhado pelos fundadores na narração. Esses homens são transformados em espécie de ícones do princípio.

As edições comemorativas são também símbolos. Funcionando processualmente (TURNER, 2008), eles são operados em dramas sociais e adquirem, portanto, múltiplos significados. Pode-se pensar na edição de um produto impresso especial como um ritual promovido por uma comunidade de profissionais e de pessoas em geral que compartilham certos valores, no caso, a importância do jornalismo e de um título em particular. Nesse ritual, utiliza-se e produz um símbolo: o próprio jornal. O intuito é que seu processo de simbolização em torno das "Luzes" e do "Progresso" se perpetue após a finalização daquele ritual. É preciso que, no dia seguinte ao aniversário, quando a edição voltar à forma rotineira, certos sentidos do jornalismo tenham se renovado, bem como o pacto com o leitor.

É marcante a simbolização do *Jornal do Commercio* como progresso e registro do tempo. No caderno especial dedicado à história na sua edição de 180 anos, o jornal traz a ilustração de uma ampulheta gigante. A alegoria aponta para a detenção do tempo e para o fato de ser o jornal a fazê-lo passar. É o jornal, representado pela ampulheta, que detém a areia do tempo que escorre por suas páginas. A íntima relação entre a idéia de história como

sinônimo de passagem do tempo cósmico e a idéia de jornalismo como registro dessa passagem é o que produz nessas narrativas o valor do periódico.

A ampulheta está para o jornal assim como o cetro que confere poder de fala em comunidades indígenas (ELIADE, 2002). Trata-se de um símbolo que confere poder de fala àquele que o porta. Para o jornal, a ampulheta é símbolo do poder de fazer o tempo passar.

A simbolização do jornal é, portanto, seu processo de atribuição de valor. Para o *Jornal do Commercio*, a imprensa "vem evoluindo com a própria evolução nacional" (JC, 01/10/1927, p.1). A imprensa aparece como símbolo de progresso, entendido não somente como acúmulo de riqueza material quanto como avanço tecnológico. Para a imprensa, esses avanços serão materializados nas inovações gráficas e nas reformas grafico-editoriais (1833, 1835, 1840, 1841). Mas também a noção de progresso será desenvolvida a partir de uma relação temporal, linear e orientada.

Há nessas edições uma íntima associação entre os ganhos científicos que o Brasil possa ter tido com a imprensa, e por derivação com o jornalismo. Nesse contexto, portanto, o *Jornal do Commercio* adquire importância na medida em que se apresenta como um dos primeiros atores e dos mais persistentes nesse esforço por "desenvolver" o país. O lugar que ocupa na história se torna, assim, extremamente relevante. Considerando que a tentativa de fixação desse sentido é uma forma de publicidade, é preciso levar em conta esse processo de valoração e entender as edições comemorativas também como forma de publicidade.

Appadurai (2008) explica que as coisas vivem estados de mercadoria. Interpretando Marx, ele afirma que é somente na troca que a coisa se efetiva como mercadoria, podendo ter outros usos sociais em outros momentos. O autor acrescenta que as coisas possuem vida social. Nesse sentido, é importante considerar não somente a dimensão mercadológica do jornal, mas também outros modos de sua existência.

Um exemplar diário costuma ser mercadoria por no máximo 24 horas, mas é possível tentar perpetuar o que o jornal significa. Ou seja, depois de seu prazo de validade, ele pode adquirir outra condição social, por exemplo, como registro histórico, como algo colecionável, como objeto de pesquisa etc. "Fonte primária para o estudo da História", diz o título de um texto comemorativo na edição de 180 anos (JC, 01/10/2007, pp. A10-11).

O consumo dos microfilmes na Biblioteca Nacional não caracteriza uma troca mercantil e as relações que esses exemplares microfilmados mediaram no passado não podem ser recuperadas ou revividas, apenas intuídas pelos vestígios que deixaram. Isso não significa que não se estabeleçam hoje em torno deles novas interações segundo diferentes parâmetros, como, por exemplo, os da pesquisa acadêmica.

Portanto, para além da "liquidez" de um exemplar de jornal no mercado, as edições comemorativas parecem ser uma tentativa de tornar *o título* mercadoria, não o exemplar, por meio de seu poder simbólico. É a estabilidade do jornal no tempo e o próprio tempo mercantilizado que são vendidos nessas edições.

O título do periódico deveria concentrar seu capital simbólico acumulado ao longo dos anos. Ao mesmo tempo, ao lançar mão da celebração, a empresa procurou estabelecer sua distinção frente a outros periódicos e principalmente frente a outras formas de comunicação social.

Seguindo Bourdieu (2008), compreende-se comemoração como um ato performativo de instituição de poder ou, mais precisamente, um ato de consagração. Não que os jornais não sejam legitimados diariamente ao serem comprados, lidos, comentados ou respondidos, mas a edição especial é a exibição desse capital acumulado. Ela celebra o poder de fala que lhe foi delegado e, ao celebrá-lo, ajuda o jornal a se repactuar com seu público.

Embora o valor do jornalismo seja apresentado nessas edições, a prática jornalística não se torna relevante pelo simples fato de os periódicos assim a enunciarem. A eficácia do jornalismo se deve a condições e disposições sociais mais amplas de delegar poder de fala aos homens que ocupam lugares sociais de fazer jornalismo. Para que exerçam esse ofício, portanto, é preciso que um grupo mais amplo participe de rituais de consumo jornalístico e que confira autoridade de fala aos jornais, além, é claro, da legitimidade necessária ao jornalista frente a seus pares para exercer o ofício. Ou seja, segundo Bourdieu (*ibidem*), é preciso que esse modo de representação faça parte do conjunto mais amplo e complexo de relações sociais, de onde obtém sustentação e que ajuda a sustentar.

Dessa forma, as edições não devem ser encaradas como produtoras de autoridade e legitimidade, mas como "testemunho da garantia de delegação de poder" do qual esses jornais, o jornalismo em geral e seus jornalistas estiveram investidos. (*Idem, ibidem*, p. 87) É somente como vestígio da legitimidade de que gozaram o jornal e o jornalismo (bem como de sua fragilidade) que podem ser entendidas as edições comemorativas.

Elas dão pistas das relações sociais, e, portanto, temporais, dos quais os jornais fizeram parte, contribuíram e nas quais se apoiaram. Em suma, nas temporalidades que lhes conferiram legitimidade. Nesse quadro, a história desempenharia certa função legitimadora.

# O tempo fabuloso do princípio

O jornalista viveria um trabalho ingrato e deveria, por isso, ser pelo menos reverenciado por seus iguais na posteridade. Essa é a idéia geral que atravessa a construção narrativa da edição centenária do *Jornal do Commercio*. Ele faria por seus profissionais aquilo que "a história" pode não ter feito: o reconhecimento. Que efeito tem o compartilhamento dessas histórias profissionais com o grande público? O que fazem pensar sobre o jornalismo?

Na sua edição centenária, o periódico dedica 41 páginas (32 a 73) à narração da vida e do trabalho de diretores, redatores, conselheiros, colaboradores, repórteres, gráficos, paginadores e taquígrafos, além de dedicar amplo espaço a seus fundadores. Essas narrativas, em que se listam nomes dos filhos, esposa, lugar de nascimento, quando chegou à capital, e

até o endereço, entre outros dados, são acompanhadas de fotografias às vezes emolduradas em formato oval, como as imagens encontradas nas lápides.

Se celebrar o aniversário do jornal pressupõe uma prosopopéia, na qual a empresa jornalística adquire uma biografia, a mão inversa também ocorre e essas personagens emprestam suas vidas à configuração da trajetória do jornal. Portanto, não é somente a história do Brasil que empresta relevância ao jornal, mas as histórias privadas também lhe conferem autoridade e efeito de verossimilhança. Essas vidas funcionam para o jornal como "capital de verdade".

O "tempo fabuloso do princípio", expressão de Eliade (1972), refere-se ao tempo mítico do início. Trata-se de um começo eterno, o tempo da fé, que não é governado pela lógica linear, que paira misticamente sobre as consciências e que é revivido em rituais. Trata-se de um tempo que pode ser experimentado performativamente, dentro, por exemplo, de calendários religiosos. É evidente que este não é o tempo racional do mundo escrito, nem o da organização capitalista, o "tempo-mundo" de que fala Chesneaux (1986), mas é impossível não perceber um início quase mítico elaborado pelo jornal a partir do exaustivo trabalho de recontar sua fundação.

Segundo Eliade (2002), esse tempo primordial é experimentado como "tempo verdadeiro", aquele que revela o sentido da vida, que transporta as pessoas para a experiência do sagrado. Sendo "verdadeiro", esse tempo traz lições para o presente, "revelando" a história. É nesse sentido que a origem dos jornais é celebrada, bem como a história de vida de seus fundadores e antigos funcionários. São eles, além da idade do jornal, que dão credibilidade ao título.

Na edição de cem anos, o *Jornal do Commercio* conta que o diretor, Félix Pacheco, teve o trabalho de desenvolver uma investigação criteriosa para esclarecer a genealogia do fundador, Pierre Plancher, já que, segundo o jornal, sua história era objeto de polêmica. Recuperar exatamente o passado é uma espécie de obsessão.

Então, o jornal narra que Plancher era mestre gráfico na França, filho de um homem de múltiplos talentos. Seu pai, Pierre Plancher de Valcour, tinha sido, segundo o jornal, ator, "comediographo" (sic), advogado e aprendiz de tipógrafo numa oficina em Paris de um homem chamado Gillé. Segundo o jornal, a família era liberal, contra a restauração bonapartista e Plancher chegou fugido ao Brasil em busca de liberdade de imprensa. Ele teria, segundo essa narrativa que procura estabelecer o ponto zero desta história, o desejo de ajudar a desenvolver as artes gráficas no Brasil e deu início a seu projeto ao fundar uma gráfica em 1821, depois o jornal *Spectador* em 1824, substituindo-o em seguida pelo *Jornal do Commercio* em 1827.

A importância conferida ao *Spectador*, devido à mesma "paternidade", é evidenciada no livro comemorativo de 160 anos do *Jornal do Commercio* (de 1987), que dedica 21 páginas a reproduções *fac simile* de edições do primeiro jornal de Plancher em território nacional. A

edição comemorativa reafirma a gênese do jornal: o seu início não se deu quando circulou o primeiro número, mas com a criação de um periódico anterior. O que liga os dois jornais é o nome do fundador. Portanto, é num discurso *a posteriori* e com intuito de construir uma história validada e reconhecida que se instaura a marca de continuidade entre o jornal de 1827 e o de 1824.

Do ponto de vista da compreensão e da explicação histórica, não importa tanto quando exatamente o jornal surgiu ou quem foi seu fundador, mas esses dados favorecem a construção de uma memória singular do jornalismo e dos jornalistas. Afinal, foi um jornalista "verdadeiro", que iniciara carreira como "verdadeiro" repórter, no caso o ex-diretor do jornal Felix Pacheco, o responsável por "aclarar" o passado e "recuperá-lo" em sua inteligibilidade. Na história construída posteriormente, destaca-se a construção memorável de uma fala emblemática do grupo que quer se constituir como responsável pela preservação do passado histórico e da própria memória-histórica do jornalismo brasileiro.

A construção de um jogo memorável contribuiu para a configuração de uma memória válida para o grupo. O sentido de coesão se constrói por um passado comum que, neste caso, deve incluir necessariamente o início mítico. Um francês desembarca no Brasil, trazendo todos os apetrechos indispensáveis para a publicação de um periódico, e se transforma, pouco tempo depois, ainda em 1824, em Impressor Imperial. Em pouco tempo, o antecessor do *Jornal do Commercio*, isto é, *O Spectador Brasileiro*, já se "distinguia dos outros jornais da época, caracterizados por um partidarismo extremado". Na história construída como recuperação verdadeira do passado, o jornal adquirira um caráter noticioso. Para isso, apresenta como "prova" a publicação do periódico reproduzindo os boletins médicos que antecederam a morte de dom João VI, em Lisboa. Assim, o jornal se transforma também em sua própria história.

Além disso, há que se considerar que ao comemorar suas datas marco-fundadoras, o jornal estabelece uma continuidade temporal entre o presente e o passado mais primordial. Constrói, dessa forma, uma história singular, marcada por rupturas, por momentos emblemáticos, por sínteses de luta, por vitórias e glórias de um passado exemplar. Comemorar é neste sentido trazer o passado mítico para o presente, que, dessa forma, também o ressignifica.

Por que, no instante da comemoração, é fundamental recontar a história construída de forma mítica? Ao fazer isso, os jornais validam seu papel na sociedade e imputam a si um lugar emblemático na história do país. Afinal, sua história se confunde com os fatos singulares que "registraram" ao longo do tempo. Mas, ao agir assim, revalidam os lugares de fala de seus funcionários frente à sociedade. Assim, produzindo um passado comum como síntese de seu lugar no presente, potencializam o poder simbólico de seus jornalistas. (BOURDIEU, 2008 e 2004) O passado "revelaria", assim, o sentimento de pertencimento a um mesmo universo simbólico, entre jornalistas e entre jornalistas e público em geral.

Além disso, há a tentativa de manter uma coerência com valores jornalísticos válidos posteriormente, tal como o princípio noticioso. Houve o esforço, por exemplo, de lançar mão da retórica da imparcialidade, na tentativa de configurar uma coerência entre valores de então e uma memória do trabalho jornalístico, a ponto de ter de dar conta do próprio *slogan* do jornal: "folha comercial e política." É evidente que esse depoimento de 1927 não é suficiente para se tomar conhecimento de como se produziu jornalismo ao longo de todo o século XIX, mas indica que entre práticas e representações pode haver uma enorme distância e que o ajustamento entre elas é fruto de permanente disputa.

O caderno especial "História", da edição de 180 anos (2007), remarca a tendência de valoração do dever de um empreendimento supostamente neutro. Com o título "Acima e além das paixões", o caderno recebeu tratamento editorial bastante diferente em relação ao impresso de 1927. Nele se usam ilustrações de fontes diversas, do acervo da Biblioteca Nacional ou do arquivo do jornal, mas não necessariamente que tenham sido impressas no diário em algum momento.

Nessa edição de 180 anos, a história de Plancher é bastante diferente. Conta-se que ele já era livreiro 26 anos antes de vir ao Brasil, perseguido na França por ser partidário de Napoleão I e não o contrário. O jornal informa ainda que as autoridades brasileiras foram avisadas pelas congêneres francesas da provável chegada de um "perigoso livreiro". Acrescenta que ele chegou ao Rio em 1824, enquanto a placa comemorativa da fundação de sua oficina gráfica na cidade reproduzida na edição de cem anos dizia que ela foi criada em 1921.

"Ao desembarcar, teve suas bagagens revistadas, caixas de livros e equipamentos de impressão apreendidos. A liberação do material demorou dez dias.

"A primeira empreitada jornalística começou pouco depois da chegada às terras brasileiras e encerrou-se três anos depois. Era o Spectador Brasileiro – que assinava com o pseudônimo 'Hum francês brasileiro'. A publicação começou em 28 de junho de 1824 e foi interrompida em 23 de maio de 1827. Ao Jornal do Commercio, entretanto, estava reservado destino bastante diferente". (JC, Caderno História, p. 2, 01/10/2007)

A dificuldade em se exercer a atividade impressora no Brasil e o caráter empreendedor de Plancher são destacados de modo a acentuar a identificação do leitor-comerciante-industrial. Como nas biografias pessoais, os aniversários marcam celebrações do surgimento do jornal. A genealogia tem três formas de inscrição nessas edições. A primeira diz respeito aos "pais" dos jornais, a segunda aparece na forma de seu "nascimento" e a terceira se refere às permanentes rupturas instauradas narrativamente no tempo histórico.

Evidentemente, a obsessão com o início não é prerrogativa exclusiva do jornalismo, mas o "ídolo das origens" que Bloch (2001) criticou na historiográfico parece ter adquirido função especial no jornalismo. Segundo Barbosa (2008), a idéia de gênese continua a marcar a historiografia do jornalismo. Essa atividade seria interpretada segundo uma dupla

tipologia, segundo um modelo "oficialesco" e outro "de combate", de acordo com a filiação do jornal a dois modelos originais: um ligado à *Gazeta do Rio de Janeiro* e o outro ligado ao *Correio Brasiliense*, de Hipólito da Costa.

A caracterização do jornal de acordo com sua filiação original aparece no jornal tanto na forma de seu "pai" Plancher quanto no caráter épico de sua fundação. Mas não só assim. O jornal trabalha também a idéia de múltiplas gêneses particulares, segundo seus diretores, suas reformas gráficas e, sobretudo, os diferentes regimes políticos pelos quais passou o Brasil.

A gênese do *Jornal do Commercio* está marcada pelo trabalho dos antepassados perpetuados nesta edição monumental: fotografia do antigo diretor Francisco Antônio Picot (p. 21), com datas de nascimento e morte; seus feitos privados e administrativos, como a reprodução integral (pp. 22-30) de correspondência entre "ele e o conselheiro Leonardo e o redator-chefe da folha conselheiro Souza Ferreira;" fotografia de Julio Constancio de Villeneuve (p. 14); a descrição do período de 1835 a 1841 como a plena pujança do jornal em função da nova direção dos Villeneuve (p. 13); na disputa e nos debates com outros periódicos, como a *Aurora Fluminense* (1827-1835), de Evaristo da Veiga.

A personalização da história do jornal é bastante suavizada em 80 anos. Na edição de 2007, os mortos têm bem menos espaço, com exceção "do iluminista francês Pierre Plancher", que recebe uma coluna de texto só sua. Ou seja, a influência dos grandes personagens nesse contar foi minimizada em 2007 em proveito da ação do jornal enquanto agente empresarial.

Por outro lado, outros personagens que não têm relação com o jornal são homenageados. Não exatamente *no* jornal, mas nele é anunciada, na página central do primeiro caderno (pp. A10-11), numa matéria de quase página inteira, a oferta do "Troféu 180 Anos" a 12 personalidades que, segundo o periódico, destacavam-se pela atuação no desenvolvimento do país." Todos os homenageados receberiam o prêmio numa cerimônia no Copacabana Palace com a presença do presidente Lula. Entre eles, empresários, banqueiros, *socialites* e outros.

# A coerência política e jornalística

Um dos efeitos da operação narrativa de filiação a certas origens é a produção da continuidade entre passado/presente e futuro. Essa é, de acordo com Bodnar (1994), uma das funções da comemoração. Assim, o *Jornal do Commercio* se torna o próprio lugar da tradição e forja para si uma coerência política e jornalística. "Somos um jornal antigo, mas sabemos ser modernos", diz o presidente Maurício Dinepi na edição de 180 anos. A história referenda o jornal assim como sua continuidade. "A constante preocupação dos dirigentes em modernizá-lo ao longo da história é que garante sua presença ininterrupta na história da imprensa brasileira e mundial por 180 anos", acrescenta o texto de apresentação.

Esse sentido de continuidade é explicitado, por exemplo, no subtítulo do livro comemorativo lançado em 2007 pelo jornal e assinado por Cícero Sandroni: "de D. Pedro I

a Luiz Inácio Lula da Silva," com ilustração e fotografia dos dois na capa. Como se a história do Brasil fosse uma incrível linha contínua cujos extremos seriam essas duas personalidades. E quem daria o "nó" entre uma ponta e outra seria o próprio periódico.

Sua circulação ininterrupta é celebrada como a mais longa trajetória de um veículo de imprensa na América Latina, o que não lhe confere pouca autoridade. Ela se constrói não somente em torno da longevidade, mas em respeito a uma coerência de natureza política e jornalística que ele força a história a referendar narrativamente. "Fidelidade aos fatos justifica importância do Jornal do Commercio e edição de livro comemorativo." (JC, 01/10/2007, pp. A10-11)

A coerência é elaborada em torno da imparcialidade e da "fidelidade aos registros históricos". O jornal diz que, mesmo quando era monarquista, cobriu a proclamação "como testemunha ocular, o Conselheiro Souza Ferreira, que também era chefe de redação, contou toda a história." Ou seja, a fidelidade ao princípio imparcial de noticiabilidade o teria permitido adotar posições políticas divergentes daquelas que prevaleceram, sem prejuízo para sua existência.

É preciso produzir uma continuidade entre a história e as opções políticas do jornal a qualquer custo, para fazer com que a história o justifique e referende. A idéia geral é que basta ao jornal se manter imparcial para ter garantido o sucesso, mesmo que suas posições políticas se tornem "obsoletas". Ou seja, não são reconhecidas as dificuldades por que passam um jornal quando os ideais de seus redatores e público são abalados por novas contradições do processo histórico.

A principal forma de ruptura apresentada pelo *Jornal do Commercio* é a gráfica. Aquilo que é qualificado como mudança nas práticas jornalísticas são mais frequentemente espacializadas nas reformas visuais: "Meses, anos e décadas de transformações" (180 anos, p. 4 – caderno História) ou "Com novo PROJETO GRÁFICO, mais dinamismo" (180 anos, p. A11, grifo original). Até mesmo quando narra crises internas no que se refere a suas posições políticas e editoriais, o jornal procura enfocar a continuidade e a firmeza no apoio aos diferentes governos.

A edição centenária é construída também como um grande épico. "Os grandes annaes do Brasil independente. 1827-1927 – um século de trabalho e glória". Sua manchete não só já estabelece o entrelaçamento entre a história do Brasil e a do jornal, ao localizar sua existência no período do Brasil independente, como anuncia a função documental a que o jornal vinha se pretendendo até aquela data: ser os anais do país. Valoriza, assim, a importância de outro uso social do jornal que não o noticioso: o de arquivo da história.

"(...) vemos, *nas nossas colleções*, á proporção que o nosso publico se alarga, que a publicidade augmenta com a riqueza do paiz, o formato, a composição e a impressão de alteram, de accôrdo com o progresso technico." (JC, 01/10/1927, p. 1, grifo nosso)

O trecho grifado marca a referencialidade do acervo da empresa para a construção das narrativas do próprio jornal e para qualquer pesquisa. Nesse caso, a quantidade de anúncios em suas páginas foi entendida como vestígio da riqueza do jornal e da prosperidade da economia brasileira na época. O caráter registrador da realidade é destacado como esforço de dar conta da totalidade dos acontecimentos, manifesto, inclusive, no tamanho da edição especial. Na página 19, por exemplo, o jornal lista todos os jornais que se publicavam no Rio entre os anos de 1839 e 1840. E lembra que, para produzir a genealogia de Plancher, Félix Pacheco "teve como pronto de partida sempre o testemunho de nossas próprias colleções".

A caracterização do jornal como coleção é fundamental para compreender o tipo de noção de história com a qual se está lidando. Além de apresentar a história como sucessão de acontecimentos, mais descontínuos do que encadeados, essa edição é apresentada como arquivo.

Há dois aspectos a serem destacados acerca do tratamento "colecionável" do jornal. O primeiro é que as coleções constituem suporte de memória (POMIAN, 1997), sendo um meio de comunicação com os ausentes (o passado), ou seja, mediando as lembranças e a consciência histórica. A segunda questão é que a coleção constitui um conjunto de objetos que podem ser guardados. Quais são os objetos colecionáveis do jornal?

Picot, Villeneuve, Plancher, dom Pedro I, dom Pedro II e tantos personagens são transformados em objeto de culto à história. Mas os próprios acontecimentos narrados ganham o estatuto de objetos que podem ser guardados. As edições comemorativas são o passado mercantilizado e, em seguida, guardado em casa ou numa biblioteca. Mas, nelas, o jornal ensina também que as edições diárias possuem valor de perenidade. A coleção de um jornal seria um conjunto de sínteses históricas, condensações periódicas dos tempos idos, e as edições comemorativas, nesse sentido, enormes sínteses, como se os jornalistas estivessem poupando o historiador e o público em geral de realizar esse trabalho. O jornalista possuiria a visão da integralidade da história.

Além disso, a reprodução de fatos e personagens do passado, atualizados na edição comemorativa, ou nas retrospectivas ou nos chamados "boxes de memória", produz uma sobreposição de tempos históricos. São imagens do passado atualizadas no presente (que para nós, hoje, pode ser outro passado). Ou seja, ao evocar os "tempos idos", o jornal não está "recuperando o passado", mas configurando narrativamente vários passados, várias camadas temporais, ainda que apresente esses múltiplos tempos de forma linear. Por mais que pareça linear unidirecional, o tempo social e histórico pode ser lido em toda sua complexidade nessas páginas.

# Considerações finais

Investigamos a comemoração como forma de instauração da exceção na rotina narrativa do mais antigo periódico em circulação do Rio de Janeiro, a partir do qual ele

produziu sínteses históricas. Nessas edições especiais, o *Jornal do Commercio* procurou se inscrever com valor documental, como colecionador de acontecimentos, articulando uma noção de história acontecimental e linear. Além disso, procurou fixar certos modelos jornalísticos construídos *a posteriori*, sobre o valor da imparcialidade.

Além disso, a atualização das fronteiras entre passado/ presente e futuro, marcações em permanente disputa, reafirma certos sentidos para as práticas jornalísticas e sua legitimidade. A partir dessa análise, percebemos que a percepção da história vem sendo instrumentalizada como "capital de verdade" para o jornalismo, como chancela de verossimilhança. Assim, o jornalismo procuraria validar suas narrativas como críveis a partir de uma "midiografia" escrita por ele próprio, ainda que em diálogo com outras formas de representação.

### Bibliografia

APPADURAI, Arjun. *A vida social das coisas*. As mercadorias sob uma perspectiva cultural. Niterói: EdUff, 2008, pp. 399.

BARBOSA, Marialva. "Reflexões sobre a imprensa no Brasil de 1808". *In: Estudos em Jornalismo e Mídia*, ano V, n. 2, pp. 91-109, jul/dez, 2008.

BLOCH, Marc. *Apologia da história*. Ou o ofício do historiador. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001, pp. 159.

BODNAR, John. *Remaking América*. Public memory, commemoration, and patriotism in the 20th century. USA (New Jersey): Princeton University Press, 1994, pp. 296.

BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas lingüísticas*. O que falar quer dizer. São Paulo: Edusp, 2008, pp.188.

BOURDIEU, Pierre. O poder simbólico. RJ: Bertrand Brasil, 2004, pp.311.

CHESNEAUX, Jean Marie. Habiter les temps. Paris: Bayard Éditons, 1986.

ELIADE, Mircea. *Imagens e símbolos*. Ensaio sobre o simbolismo mágico-religioso. São Paulo: Martins Fontes, 2002, pp. 178.

ELIADE, Mircea. Mito e Realidade. São Paulo: Editora Perspectiva S/A, 1972

JOHNSTON, William M. *Celebrations*: the cult of anniversaries in Europe and the United States today. USA: Transaction Pub, 1991.

MENESES, Sônia Maria de. *A operação midiográfica*. Lugares, fazeres e problemas na produção do conhecimento midiático. XIII Encontro de História – Anpuh-Rio Identidades, 2008. Disponível em: http://www.encontro2008.rj.anpuh.org/resources/content/anais/1212884750\_ARQUIVO\_AOPERACAOMidiograficacompleto.pdf. Acesso em: 12/03/09.

POMIAN, Krzysztof. "Colecções". In: Enciclopédia Einaudi, vol. 1, Memória-História, pp. 51-86.

RICOEUR, Paul. Tempo e narrativa. Tomo I. São Paulo: Perspectiva, 1994, pp. 327.

RYAN, Mary. "A parada norte-americana: representações da ordem social do século XIX." *In*: HUNT, Lynn. A nova história cultural. São Paulo: Martins Fontes, 2001, pp. 177-209.

SALGUEIRO, Valéria. *De pedra e bronze*. Um estudo sobre monumentos. O monumento a Benjamin Constant. Niterói: Eduff, 2008, pp. 204.

SIQUEIRA, Carla. "A imprensa comemora a República: memórias em luta no 15 de novembro de 1890." *In: Estudos Históricos*, vol. 7, nº 14, 1994, pp. 161-181. Disponível em: www.cpdoc.fgv.br/revista/arq/153.pdf. Acesso em: 26/11/08.

TURNER, Victor. *Dramas, campos e metáforas*. Ação simbólica na sociedade humana. Niterói: EdUff, 2008, pp. 278.

Qq

# A Gazeta e os sistemas de comunicação do Rio de Janeiro do início do século XIX

Marialva Carlos Barbosa

Doutora em História, Professora Titular da Universidade Federal Fluminense
e do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da UFF
mcb1@terra.com.br

#### **RESUMO**

O artigo procura remontar os sistemas de comunicação existentes na cidade do Rio de Janeiro no início do século XIX, a partir de um olhar interpretativo sobre o jornal Gazeta do Rio de Janeiro, considerado aqui como objeto de análise e fonte empírica. A partir da análise da publicação mostramos o circuito da comunicação que as notícias percorriam, passando do mundo oral, para o mundo manuscrito e, finalmente, para o mundo das letras impressas.

**Palavras-chave:** Gazeta do Rio de Janeiro, Imprensa, História

#### ABSTRACT

The article attempts to reconstruct the communication systems in the city of Rio de Janeiro at the beginning of the 19th century, through an interpretative view of the Gazeta do Rio de Janeiro newspaper, considered herein as our object of analysis and empirical source. The analysis of this publication shows the communication circuit over which news is transmitted, extending from the oral sphere to the written sphere and, finally, print.

**Key-words:** Gazeta do Rio de Janeiro, Press, History

n.3, 2009, p.125-138

objetivo desse artigo, que parte de uma pesquisa mais ampla, é mostrar que a partir da própria materialidade dos impressos pode-se remontar os sistemas de comunicação existentes no passado. Em segundo lugar, esse tipo de interpretação da história da imprensa procura destacar não os eventos ou acontecimentos que possibilitaram a criação de novos jornais ou a ação política desses periódicos. O que queremos com a história dos meios de comunicação que propomos é visualizá-los como sistema de comunicação e tentar descortinar, a partir desse olhar, os processos comunicacionais do passado.

Assim, discussões sobre qual teria sido o primeiro jornal brasileiro (se a *Gazeta* que passou a ser impressa no Rio de Janeiro em setembro de 1808 ou o *Correio Brasiliense* editado em Londres a partir de junho de 1808) ou as razões por que teria se implantado tardiamente a imprensa no Brasil absolutamente não nos interessa. Não estamos na busca de uma história por razões, nem da gênese da imprensa brasileira, ou seja, de uma história por emblemas fundadores.

A história é sempre uma interpretação feita a partir de quem, do presente, olha o passado. A história é sempre uma narrativa, algo que foi narrado no passado e que agora podemos re-narrar. Mas a história, visualizada a partir da centralidade dos processos comunicacionais, deve dar conta desses complexos sistemas de comunicação que referem à maneira como os homens de outrora se relacionavam com as letras impressas e com impressos que todas as semanas traziam as novidades do mundo.

Por outro lado, a aproximação do pesquisador com as fontes desmonta certezas apriorísticas sobre muitos temas da historiografia. Tem sido repetido uma centena de vezes, nas tradicionais descrições da história da imprensa, que a *Gazeta do Rio de Janeiro*, periódico cujo primeiro número saiu das Oficinas da Impressão Régia em 10 de setembro de 1808, era um jornal oficial, dando a impressão que, por ser publicada sob a égide da Impressão Régia, nada mais era do que um opúsculo de poucas folhas que editava exclusivamente fatos e informações do interesse da Coroa Portuguesa<sup>1</sup>.

Essas interpretações constroem, a partir de uma lógica do presente e não do passado, duas filiações ideológicas para o jornalismo brasileiro: de um lado, o jornalismo destemido, que circulava mesmo debaixo de todas as proibições, que tinha por "missão" a crítica, e de outro o jornal submetido ao poder público, que apenas repetia em suas páginas informações o que se mandava publicar. O *Correio Brasilienze*, nessas interpretações, representa a primeira filiação, enquanto a *Gazeta do Rio de Janeiro* a segunda.

Assim, sem olhar o impresso temos a impressão de que a *Gazeta* era fértil na publicação de decretos, avisos, editos e outros textos de interesse do Reino Português. Que nela não se publicavam outras informações. Mas olhando o periódico, saltam de suas páginas múltiplas fontes de informação, formando redes de notícias do início do século XIX, indicando também a forma como essas notícias passavam do mundo oral para o mundo do impresso. Mostra

também que, apesar de ser impressa sob a égide da Coroa Portuguesa, seus conteúdos eram diversificados e procuravam atender as demandas de um público que se formava.

Nos últimos tempos, uma pesquisa aqui outra ali procura dar uma interpretação mais esclarecedora a esse jornalismo dos tempos de outrora. Isso é o que faz, por exemplo, Messagi Jr. (2008) na sua tese de doutorado, exatamente sobre a *Gazeta do Rio de Janeiro*. Reconhecendo que a importância do periódico na história da imprensa no Brasil tem sido subestimada, o autor se preocupa em mostrar a importância do primeiro jornal impresso no Brasil também a partir da diversidade do que era publicado em suas páginas.

Nesse texto concentraremos nossa análise nas redes de notícias do início do século XIX, que existiam na cidade do Rio de Janeiro, fundamentais para a edição da *Gazeta*, formando o que qualificamos como um complexo sistema de comunicação.

## Um complexo sistema de comunicação

Essa rede de informações que possibilitava a inclusão de textos os mais variados na *Gazeta de Rio de Janeiro* era constituída, principalmente, de periódicos europeus que chegavam ao Cais Pharoux a bordo dos navios que aqui aportavam. Mas não era apenas essa a forma como as notícias eram recolhidas. Havia, sobretudo, uma ampla rede de transmissão da informação pelas práticas da oralidade, o que fazia com que boatos, coisas que se diziam, notícias que "andavam" e "corriam léguas" tivessem como destino final as páginas daquele jornal.

Cartas escritas a bordo dos navios, pedaços de jornais que foram recortados por outros leitores e, sobretudo, as informações orais eram fontes privilegiadas para a *Gazeta do Rio de Janeiro*. A sociedade desenvolvia múltiplas formas de se comunicar e a partir daí de buscar e reunir informações. Havia, portanto, um sistema de comunicação na cidade do Rio de Janeiro, nos idos de 1808, que possibilitava a impressão das notícias na *Gazeta*.

Esse sistema começava na então longínqua Europa. De lá, pessoas que embarcavam e aqui aportavam transbordavam, "por se ouvir dizer", de informações ouvidas a cidade. Pelos navios também chegavam cartas que, de manuscritos, eram transformadas em sínteses impressas a serem publicadas no periódico. Mas os navios traziam, principalmente, as folhas europeias cujas notícias eram recopiladas, sintetizadas e novamente publicadas na cidade do Rio de Janeiro. Os boatos se transformavam em fontes privilegiadas de informação.

O primeiro número da *Gazeta do Rio de Janeiro*, editado em uma coluna, com textos reagrupados em blocos de informação semelhantes – primeiro aqueles que tiveram origem em Londres no dia 12 de junho; depois os que lá foram publicados em 16 de junho; em seguida os que se originaram no Rio de Janeiro no dia da publicação daquele número; e, por último, informações sobre a venda do próprio periódico e uma nota sob a rubrica Notícia sobre o fato de estar no prelo a Memória Histórica da Invasão dos Franceses a Portugal em 1807 – é pródigo em exemplos que permite remontar esse sistema de comunicação.

n.3, 2009, p.125-138

Observando o periódico também se reconstrói a lógica das edições das notícias, ou seja, a forma como eram hierarquizadas e a partir de que critério. O tempo aprisionado nas páginas dos jornais segue a lógica decrescente não da produção do acontecimento, mas da publicação das notícias.

Assim, o que importava não eram as informações mais imediatas, mas sobretudo as que se referiam ao tema mais importante do momento: o conflito europeu, a guerra napoleônica. As notícias de um mundo em crise tinham primazia na publicação.

Parece claro, também, que era o mundo dos impressos que dava veracidade às informações que primeiro "corriam léguas" e "andavam de boca em boca". A transformação do mundo oral em mundo impresso e, mais do que isso, publicizado e divulgado fornecia uma espécie de chave para a inclusão da informação no jornal.

No primeiro número da *Gazeta* foram publicadas primeiro as notícias que chegaram "por via da França". Em seguida, as folhas de Hamburgo e de Altona, que já haviam se transformado em impressos vindos por Gottemburgo:

"Chegaram-nos esta manhã folhas de Hamburgo, de Altona até 17 do corrente. Estas últimas anunciam que os Janizaros em Constantinopla se declararam contra a França e a favor da Inglaterrra; porém que o tumulto tinha se apaziguado".

O texto seguinte indicava as pausas na leitura e a mudança de assunto marcadas graficamente por um travessão, para informar que

"Hamburgo está tão exaurido pela passagem de tropas que em muitas casas não se acha já uma côdea de pão, nem uma cama. Quase todo o Hannover se acha nesta deplorável situação."

Nova marcação de mudança de assunto e outra informação: "5000 homens de tropas francesas, que estão na Itália, tiveram ordem de marchar para Espanha" (*Gazeta*, nº 1, 10 set. 1808, p. 1).

Portanto, dos jornais já lidos e copilados que foram publicados em outras cidades europeias e que chegaram à Gotemburgo, lá se transformando em notícias, tornavam a sintetizar as informações e as republicavam, enfatizando primeiramente aquelas que diziam respeito ao conflito europeu desencadeado pelos franceses e as suas consequências maléficas para o mundo. Era assim que, graças à política expansionista francesa, Hamburgo vivia uma "deplorável situação". Chama a atenção, na síntese que realizavam, as notícias poderem ser divulgadas em poucas linhas e as indicações gráficas de marcação de mudança de assunto. Essas materialidades indicariam um modo de leitura de um público ainda pouco afeto às letras impressas?

O sistema de comunicação do início do século XIX fazia transbordar primeiramente pelo mundo notícias de múltiplos periódicos, como uma rede de textos, lidos e relidos para serem depois sintetizados em pequenas notas ou em grandes textos, dependendo do espaço e do interesse que se tinha naquela informação. O caminho começava no lugar de onde a informação provinha. Dali dava voltas em diversos países e oficinas se transformando em impressos que eram embarcados em navios que cruzavam os oceanos. Desses navios seguiam para outros países, onde em outras oficinas impressoras ganhavam novas formas para, finalmente, serem impressos e distribuídos há milhares de quilômetros de distância de onde a notícia tinha se originado. As notícias impressas no início século XIX eram quase sempre de quarta ou de quinta natureza.

Mas não eram apenas os jornais de outros países as fontes privilegiadas de informação. Podia se retirar as notícias de pedaços de cartas que também vinham ou eram escritas a bordo dos navios. No mesmo dia 10 de setembro, a *Gazeta* publica o "Extrato de uma carta escrita a bordo da Statira", em 16 de junho, que reproduzia uma informação oral transmitida a alguém que a transformou em letras manuscritas e, posteriormente, em impresso, para ser três meses depois retransformada em outro impresso, agora em terras ainda mais distante do lugar de onde se originara. O circuito da comunicação, que terminou com a publicação da informação pela *Gazeta* e, sobretudo, pela interpretação que dela fez os leitores, começara com uma informação oral de um oficial espanhol. Não importava o nome, apenas a informação que transmitira.

Essa informação se transforma em manuscrito: uma carta escrita a bordo de um navio. E em seguida se transmuta em notícia num jornal londrino. Como essa carta foi parar nas mãos do redator? Não sabemos e não saberemos. O tempo apagou essa informação. Mas, a carta, ou pelo menos a informação que dela extraiu o redator da *Gazeta*, chegou até nós sob a forma de letras impressas. O mundo oral está inscrito na maioria das informações impressas do século XIX.

"Londres a 16 de junho. Extrato de uma carta escrita a bordo da Statira. Segundo o que nos disse o oficial espanhol, que levamos a Lorde Gambier, o povo espanhol faz todo o possível para sacudir o jugo francês. As províncias de Asturias, Leão e outras adjacentes armaram 8 mil homens, em cujo número se compreendem vários mil de tropa regular tanto de pé, como de cavalo" (Gazeta, nº 1, 10 set. 1808, p. 1).

A rede de informações que permitia a proliferação das notícias na *Gazeta do Rio de Janeiro* percorria um circuito que, a maioria das vezes, começava no interior dos navios que aportavam no Cais Pharoux. Fossem as cartas que lá se escreviam, ou os periódicos que transportavam, ou ainda os fatos contados pelos que lá estavam. Uma fragata inglesa que entrara "neste Porto a 19 do passado", podia trazer "as importantes notícias que se seguem" (*Idem*, p. 4).

As conversas ao pé do ouvido e as informações passadas de uns para outros eram também fontes privilegiadas. Pessoas vindas de províncias distantes ou de países longíquos faziam "correr notícias" ou "correr vozes" de tal forma que davam a senha para a transformação do mundo oral em letras impressas publicizadas.

n.3, 2009, p.125-138

"Correu aqui notícia vinda por pedestres de Goiás; que os franceses haviam feito um desembarque no Pará com aparências de amizade, o Capitão General os rechacara completamente, ficando vivos só os prisioneiros: porém isso merece confirmação". (Gazeta, nº 1, 10 set. 1808, p. 4. Grifos nossos).

Como os "pedestres de Goiás" fizeram as notícias chegarem aos ouvidos do redator da *Gazeta*? Certamente por um circuito de comunicação que inclui formas de sociabilidade e que indicam a transmissão de uma informação a outro e a outros, numa rede infinita de transmissão oral. Quanto tempo levou essa notícia para vir na boca de pessoas que saíram a pé de Goiás e aportaram na Corte? Notícias que mesmo que ainda merecessem confirmação, mereceram a publicação. A lógica da produção noticiosa do início do século XIX, ainda longe da ideia de veracidade e fidedignidade, era a possibilidade de coletar as informações de múltiplas fontes. A multiplicidade de vozes do mundo oral se esparramava pelos impressos. As noticias corriam ou corriam as vozes que se transformavam em notícias.

"Igualmente correu voz que um corsário frances desembarcaria as 20 horas na Costa do Pará ou Maranhão para procurar a força mantimentos e que toda essa gente fora morta ou feita prisioneira; tendo feito-se a vela o Corsário desembaraçado do porto em que tocaria, pois Cayena se diz bloqueada por duas Fragatas inglesas" (Idem, p. 4. Grifos nossos).

O uso repetido do verbo correr indica uma predisposição para os fatos que passavam a ser de conhecimento de muitos. Quando alguma coisa estava na "boca de muitos", "correndo vozes", o impresso deveria ampliar essa corrida da informação. Assim, transformar as redes de informação oral, que já estavam nos ouvidos de muitos, em notícia era também cumprir com esse papel.

As notícias de um mundo distante tinham prevalência no noticiário. Na edição, primeiro eram publicadas aquelas que tiveram origem no continente europeu. Não importava a forma como chegara ao conhecimento do redator da *Gazeta*: se pelos jornais de longínquos países, se pelas cartas também escritas em outros lugares, se pelas informações orais. Depois, eram editadas as notícias mais próximas do ponto de vista espacial. Aquilo que ocorrera na cidade tinha menor importância. Não seria porque essas informações já haviam corrido por tantos ouvidos que já não eram mais nenhuma novidade?

Mas, os boatos, as redes de informação oral, tinham mais importância no fornecimento de novas informações do que as próprias letras impressas, já carregadas do sentido de fidedignidade por terem sido publicadas, como veremos a seguir. No burburinho continuado de vozes da cidade, dos gritos e sussurros das ruelas e praças, o que se ouvira dizer, as informações que "corriam léguas" e já "andavam de boca em boca" migravam para as páginas impressas. À medida que produziam informações que já eram do interesse de muitos, já que "corriam de boca em boca", os boatos recebiam a certificação para a publicação.

"Rio de Janeiro. Como anda de boca em boca e se acredita firmemente a declaração da guerra de Rússia contra a França, de mãos dadas com a Prussia, em socorro de Aústria, e também se fala de uma batalha de 11 e 12 de setembro entre os franceses e austríacos em que estes ficaram vencedores, tudo extraído, dizem, das folhas inglezas; nós, se bem não garantimos a verdade destas notícias, pois que não as achamos confirmadas, nem mesmo anunciadas em muitas folhas inglezas daquela data, que temos debaixo dos olhos; contudo nesse número transcrevemos palavra por palavra o folheto impresso, que veio de Lisboa, e que deu causa a a esta persuasão, fazendo os mais ardentes votos para que ele se verifique em toda a sua plenitude e ainda muito mais". (Gazeta, nº 136, 30 dez. 1809. Grifos nossos).

A notícia anterior fornece muitas informações não só sobre a forma como as notícias eram construídas – isto é, pela prevalência de duas ordens de informação, as que "andavam de boca em boca" e as que se confirmavam a partir da sua transformação em letras impressas. Assim, o simples "anúncio em muitas folhas inglezas" dava a autenticidade da confirmação, bem como o folheto impresso em Lisboa, razão pela qual transcreviam "palavra por palavra" aquilo que sob a forma de impresso possibilitava a entrada da informação no reino da veracidade. Por outro lado, também está expresso na notícia o cotidiano do redator daquelas publicações.

Lendo em profusão - "muitas folhas" estavam "debaixo de seus olhos" - tinha, evidentemente, particular interesse naquelas que eram do mundo aliado. A opção política dos periódicos era determinante na confirmação da veracidade da informação. Mas mesmo se não encontrasse a informação, o mundo da impressão fornecia uma espécie de senha para a entrada no mundo noticioso. É por essa razão que, mesmo sem achar confirmação da notícia nas folhas inglezas, a *Gazeta* transcreveria "palavra por palavra" o folheto impresso que veio de Lisboa.

Imaginamos esse mundo do início do século XIX como um lugar onde a informação e a novidade não tivesse nenhuma importância. Fazemos isso, ao lançar nossos valores a este mundo desconhecido e estranho. Mas observando os ecos que o passado deixou no presente, pode-se remontar a densa rede de comunicação que existia na cidade do Rio de Janeiro. Havia tantos modos de comunicação que remontar essa trama é semelhante a refazer um verdadeiro quebra-cabeça. Remontando-o, montamos o circuito de comunicação daquele longíquo 1808.

Esse circuito começa na produção da notícia, que, como vimos, se inicia na transformação do fato em algo digno de ser publicizado. Alguém falou, alguém escreveu, alguém publicou. Aqui o redator da publicação escutaria, leria, sintetizaria, escreveria e reimprimiria. Havia, portanto, um múltiplo jogo interpretativo em todas as notícias publicadas. Havia também uma seleção e uma hierarquização: habitualmente primeiro as notícias de terras distantes, depois as informações do Rio de Janeiro. Havia o mundo e a cidade que eram ofertados à apropriação crítica do público.

n.3, 2009, p.125-138

E desde o primeiro número a *Gazeta* se dirige a este leitor hoje anônimo: o público. Para ele informam com destaque que "a Gazeta do Rio de Janeiro deve sair todos os sábados pela manhã". Informam também onde se vende, quanto custa, como se faz para ser assinante, que esses assinantes a receberão em suas casas o jornal e que o jornal publicará anúncios.

"Faz-se saber ao público: que a Gazeta do Rio de Janeiro deve sair todos os sábados pela manhã: que se vende nesta Corte em Paulo Martin, Filho, Mercador de Livros no fim da Rua da Quitanda ao preço de 80 réis: Que as pessoas que quizerem ser assinantes deverão dar os seus nomes e moradas na sobredita casa, pagando logo os seis meses a 1:900 réis; e lhes serão remetidas as folhas as suas casas no sábado pela manhã: que na mesma Gazeta se porão quaisquer anúncios, que se queiram fazer; devendo estar na quarta feira no fim da tarde na Impressão Régia" (Idem, p. 4).

Os assinantes, assim, ao preço de um mil e novecentos réis poderiam receber na comodidade de suas casas o jornal todo o sábado pela manhã. Podiam também inserir no periódico anúncios, devendo encaminhá-los até quarta-feira no final da tarde. Essa simples informação mostra a demora nos processos de impressão, se comparado com as décadas seguintes. Era preciso pelo menos dois dias para o término da impressão da folha. Como o espaço para os anúncios ocupava sempre a última folha, sob a rubrica Avisos ou Anúncios, pode-se supor que começavam a produzi-la na segunda, deixando espaços em branco para os eventuais acréscimos. Ainda assim, se os anúncios chegassem depois do final do dia de quarta-feira ficariam para o próximo número.

A deficiência nos sistemas de transporte e a indicação de que os assinantes receberiam em casa o periódico fazem supor também que a maioria dos assinantes se concentrava no centro administrativo da Colônia. E os anúncios publicados nos números seguintes materializam os lugares onde habitavam os leitores: Rua dos Passos, Santa Rita, por detrás do Império da Lapa, Rua das Marrecas, Rua Direita, Rua da Quitanda e adjacências.

Os anunciantes são antes de tudo leitores, como também o era o redator de a *Gazeta* que lia em profusão as notícias publicadas pelos jornais europeus. Inicialmente proliferam os anúncios de venda de casas. Depois os de leilões, os do comércio em geral, mostrando claramente o crescimento da cidade. Quase ao mesmo tempo se multiplicam os anúncios dando conta da existência do cruel sistema de exploração escravista.

"Quem quiser comprar uma morada de casas de sobrado com frente para Santa Rita fale com Anna Joaquina da Silva, que mora nas mesmas casas, ou com o Capitão Francisco Pereira de Mesquita que tem ordem para as vender" (*Idem*, n. 2, 17 set. 1808, p. 4).

Podemos supor que Anna Joaquina da Silva, que morava naquelas casas, não soubesse ler e que o Capitão Francisco Pereira de Mesquista, leitor de a *Gazeta*, foi quem mandara incluir o anúncio no periódico. Mesmo sem ler ou escrever, Anna Joaquina era leitora por ouvir dizer. O Capitão certamente a informara sobre a venda das casas e que pessoas iriam

até lá para ver as moradas. Imagens e imaginação sobre um tempo que só pode ser recuperado como re-interpretação.

Outras moradas de casas são anunciadas nos números seguintes, bem como há a preocupação de avisar ao público a edição das chamadas Gazetas Extraordinárias, a primeira datada de 14 de setembro. "Avisa-se o público que segunda feira próxima haverá Gazeta extraordinária", informam novamente em 3 de dezembro de 1808.

A partir do número dois, de 17 de setembro de 1808, a *Gazeta* passa a ser bissemanal, saindo também às quartas-feira, razão pela qual os assinantes deverão "assistir com o dobro da primeira assinatura". E sempre que houvesse uma razão para publicar maior número de folhas uma edição extraordinária saia dos prelos da Impressão Régia. Só em 1808 publicaram 19 números extraordinários. Havia muita informação que "corria de boa em boca" e "a passos largos". Não apenas as notas oficiais, mas também notícias sobre um mundo distante que se fazia mais próximo. No número 24, de 3 de dezembro de 1808, informam que as notícias de Londres se originaram de uma "carta de Amsterdã datada de 28 do passado". Mas as informações também faziam o caminho inverso.

"Londres. 11 de agosto. Pelos navios ultimamente chegados do Brasil recebemos um manifesto publicado por ordem de Sua Alteza Real o Príncipe Regente motivado pelas circunstâncias que fizeram transferir o assento do Governo para a América" (Gazeta, nº 24, 3 dez. 1808, p. 1).

No decorrer de 1808 e ao longo de 1809 a diversidade dos anúncios indica o poder crescente de difusão do periódico. Ao lado dos tradicionais avisos de vendas de inúmeras mercadorias, de arrendamentos e de leilões, outros leitores diretos ou indiretos informavam a perda de objetos materiais ou humano tratados como mercadoria. Uma espingarda faltou a Bento José de Carvalho, o que o motivou o "morador ao pé do Trapiche da Cidade" (*Idem*, nº 32, 31 dez. 1808) a incluir no período o anúncio, mas podiam faltar também os escravos que fugiam cotidianamente. A todos se prometiam recompensas ou "alviçaras".

"Em 20 de agosto do ano próximo fugiu um escravo preto, por nome Matheus, com os seguintes sinais: rosto grande e redondo, com dois talhos, um por cima da sobrancelha esquerda e outro nas costas, olhos pequenos, estatura ordinária, mãos grandes, dedos grossos e curtos, pés grandes e o corpo grosso. Na Loja da Fazenda de Antonio José Mendes Salgado de Azevedo Guimarães na Rua da Quitanda, nº 61 receberá quem o entregar, além das despesas que tiver feito 12\$800 réis de alviçaras".

Descritos sempre por suas características físicas, nas quais se sobressaem as referências às marcas fincadas no corpo (talhos pelo rosto e pelas costas como lembranças fixas dos maus tratos impostos), os escravos eram para aqueles leitores/anunciantes objetos de grande valor. Por Matheus, caracterizado pelas partes do corpo que existiam como tais em função do seu trabalho braçal – mãos grandes, dedos grossos e curtos, pés grandes e o

n.3, 2009, p.125-138

corpo grosso – Antonio José Mendes, comerciante e cuja loja da fazenda ficava na Rua da Quitanda no centro da cidade e próxima ao Cais Pharoux, pagava 12\$800 réis, ou seja, quase sete vezes mais do que custava inicialmente a assinatura do períodico por um período de seis meses.

Certamente é quase impossível recuperar a forma como esses leitores liam essas notícias e que motivações os levavam a publicar tais anúncios. Esperavam, é certo, a partir dessa publicização ver recuperadas suas perdas. Antonio José Mendes quis dar publicidade à fuga do escravo e acreditava que algum outro leitor de a *Gazeta* tivesse visto Matheus e o trouxesse de volta. A leitura é sempre uma atividade que pressupõe dar sentido aos signos encaixando-os em estruturas.

Bento José e Antonio Mendes esperavam que a leitura de um outrem fosse positiva para eles: que descortinassem suas perdas para um mundo mais amplo. As interpretações do público, certamente, estavam envelopadas pelo sentido oral das palavras. Um mundo de ouvir dizer, de notícias que corriam, de informações que proliferavam pelas práticas da oralidade e se transmutavam em letras impressas com o mesmo sentido. Era assim que Bento e Antonio acreditavam que as letras impressas corressem léguas de ouvido em ouvido para trazer de volta o escravo que fugira ou a espingarda que sumira.

Como Robert Darnton (2005, p. 82) afirma, talvez não faça sentido separar a forma impressa dos modos de comunicação oral e manuscrito nesse mundo do início da impressão. Esse público, seja o assinante habitual da *Gazeta*, seja o que tomava conhecimento das notícias que ali se publicavam também por ouvir dizer, estava entrelaçado num sistema de múltiplos meios nos quais o mundo oral, o mundo dos manuscritos e dos impressos eram intercambiáveis. O que importava era a disseminação das mensagens, não interessando muito a forma como alcançava o público. Havia retroalimentação e convergência e não fluxo unidirecional e causalidade linear.

Ainda que pudéssemos pensar que essas notícias que deram início à impressão no Rio de Janeiro atingissem um público extremamente restrito, quando refletimos sobre as formas de vida e as sociabilidades existentes na cidade devemos pensar numa mistura de públicos que se cruzavam e andavam lado a lado por toda a parte. Devemos seguir o conselho de Darnton (*Idem*, p. 83) que enfatiza ser necessário, ao estudar a comunicação, procurar por misturas tanto de ambientes como de meios.

Um ano depois do início de sua publicação pouca coisa mudou na feição gráfica do jornal e também nas redes informacionais que permitiam a proliferação das notícias. As informações continuavam chegando pelas gazetas e cartas oriundas da Saxônia, da Inglaterra, da França, da Espanha, da Aústria e delas o redator retirava extratos. Pedaços de textos que ganhavam novas materialidades e significações. As notícias continuavam sendo originárias também de escritos os mais diversos: "das banholas escrevem ..." E mais adiante informavam: "agora consta que os franceses deixaram o posto de Vitória". Ou ainda: "outra

notícia que corre é ...". A imprecisão não tirava o valor da informação. Num mundo onde não se separava o oral do escrito e que era governado pela mistura, as formas da comunicação oral se transferiam para o mundo do impresso e eram apreendidas com a mesma clareza. "Os ingleses que se acham em Madrid receberam notícia" ou "Uma carta de um oficial do Regimento do Príncipe que se acha na Galícia diz que José Napoleão se dirigiu para Pamplona e que os seus oficiais estão cheios de medo". As cartas eram fontes privilegiadas para fazer as informações circularem, não importava quem tivesse escrito, bastava informar, por exemplo, "por uma carta escrita por pessoa do maior crédito".

No número 40, de 28 de janeiro de 1809 informavam que no dia 10 de março terminaria o prazo para subscritar a assinatura do jornal pelos primeiros seis meses. Aqueles que quisessem assiná-la deveriam dirigir-se não mais à Impressão Régia, mas a Loja da Gazeta, "onde farão saber os seus nomes e moradas e darão logo 9\$000, preço muito módico, por isso que deverão ter nesta nova assinatura todas as Gazetas assim Ordinárias como Extraordinárias". E acrescentavam: "As pessoas que quizerem fazer anúncios na Gazeta dirigir-se-ão daqui em diante à Loja da Gazeta, onde se lhes tomará a devida nota, como se praticava na Impressão Régia".

A mudança de endereço parece indicar a expansão do periódico, bem como o expressivo aumento do preço da assinatura. Será que público já esperava pelas Gazetas Ordinárias e pelas Extraordinárias?

Até 1815 algumas alterações são visíveis nas páginas do jornal. Agora traduzem notícias inteiras extraídas dos periódicos europeus e já produzem sínteses no início das notícias, como que fornecendo um guia de leitura. "Para formar uma ideia adequada da desgraçada condição dos espanhóis que gemem debaixo do acoite da brutalidade francesa, lancem os nossos leitores os olhos ao seguinte artigo de uma folha de Londres de 14 de novembro e que vem na Gazeta de Lisboa nº 159" (*Gazeta*, nº 18, 3 mar. 1810). Em 1810 passam a publicar as Notícias Marítimas, isto é, as informações do movimento de entrada e saída dos navios do porto.

Do ponto de vista gráfico, a principal mudança do jornal se dá em 1811. Passa a ser impresso em duas colunas, tornando-se mais largo, para poder incluir maior número de palavras. E com o término do conflito com a França precisam inundar as páginas de notícias com outro teor e que fossem de interesse do público. A rapidez do denserrolar da guerra europeia que obrigava a inclusão de notícias de última hora e que levava a proliferação das Gazetas Extraordinárias tinha ficado para trás.

"Lisboa, 19 de julho. Não queremos demorar ao público a notícia da conclusão da campanha pela capitulação de Paris, que nos trouxe hoje a Gazeta de Madrid de 15 do corrente; e que se publica do modo seguinte" (Gazeta, n. 75, 20 de setembro de 1815).

Sem os conflitos bélicos passam a mesclar as informações transcritas dos jornais da Corte com outras que falam da penúria dos deserdados ou das mortes violentas dos perdedores. Essas eram pródigas nas minúcias que materializavam emoções.

n.3, 2009, p.125-138

"Corunha. 12 de outubro. Depois da prisão do General Portier, em Santiago, onde foi metido na cadeia da Inquisição, foi trazido para aqui a 26 de setembro com alguns oficiais do seu partido e enforcado no Campo de la Honra. O defundo General Portier deixou ordem no seu testamento que o seu corpo fosse metido em um caixio, fechado com uma cheva e esta fosse entregue a sua mulher, com um lenço molhado com as suas últimas lágrimas, e que quando as circunstâncias o permitisem fosse posto um pantheon com a inscrição seguinte: aqui descansa as cinzas de D. Juan Dias Portier, General dos exércitos espanhóis e que foi feliz em tudo quanto empreendeu contra os inimigos de sua pátria e morreu vítima das dissensões civis. Almas sensíveis! Respeitai as cinzas de um infeliz" (Gazeta, nº 9, 31 jan. 1816).

Poderíamos afirmar que este tipo de notícia antecipava as técnicas que seriam desenvolvidas um século mais tarde pelo jornalismo de sensações? As batalhas eram reduzidas às mortes violentas. Mas não bastava informar que o General seria enforcado. Era preciso particularizar a informação com dados que despertassem emoção. Depois de morto no seu testamento, dava conta a notícia, estava expresso que o seu corpo seria fechado a chave num caixio e o lenço molhado com suas últimas lágrimas seria entregue como lembrança do seu sofrimento e e de sua dor a sua mulher. Para terminar reproduzem o dístico que deveria ser colocado na tumba do morto. "Almas sensíveis! Respeitai as cinzas de um infeliz". Após essa descrição pormenorizada, o jornal publica ainda a íntegra da carta do general à mulher.

Os anúncios de venda e outros proliferam. Publicam avisos sobre a venda de "uma boa casa com bastantes cômodos", um "sítio na Ilha de Paquetá, com porto de mar, lagoa, várias plantas e terras próprias", um leilão de livros em várias línguas entre outros objetos; a venda de uma loja de varejo na rua da Quitanda e de "rapé de superior qualidade" que estava sendo comercializado na rua das Violas. Davam conta também do aparecimento de "uma negrinha, que não sabe quem é seu senhor" numa chácara de Larangeiras.

A diversidade e o teor dos anúncios, agora sob a rubrica Avisos, fazem supor a ampliação do público, bem como a notícia de que alguns exemplares, em função da vendagem, tiveram que ser reimpressos. Agora os aluguéis de cavalos "por preço mais cômodo", de pólvora, de rapé e de outros gêneros mais populares figuram ao lado dos anúncios destinados aos abastados do Reino.

Os assinantes passam a ter direito além das Gazetas Ordinárias e as Extraordinárias, chamadas de Dobradas, a Lista de Despachos, além de um exemplar de "qualquer obra que se haja de distribuir gratuitamente". O mundo dos impressos se alargava paulatinamente (*Idem*, nº 104, 30 dez 1815).

As notícias continuam vindo de terras distantes. Zurique, São Petesburgo, Paris, Copenhagen, Berlin, Viena, Nápoles e Bruxelas entre dezenas de outras cidades europeias. Não há mais referência expressa às gazetas de onde retiram as notícias. Com isso dão a impressão de onipresença em todos os lugares.

Mas, a mudança mais significativa na materialidade de a *Gazeta* ocorre em janeiro de 1822: mudam o titulo para *Gazeta do Rio* e passam a editar o número e data do periódico numa única linha por extenso antes do nome do periódico. Outros ornamentos fazem parte do mesmo número: fios e flores ladeando o brasão dos Bragança impresso como símbolo do jornal. Nesse último ano de circulação quase todas as notícias são retiradas do *Diário do Governo*. As Ordens do Dia da Corte também proliferam ao lado das Sessões e Artigos Políticos retirados daquele diário. Por último, fechando o jornal as Notícias Marítimas e os Avisos. Em 14 de dezembro de 1822, no suplemento ao número 150 noticiam ao público a substituição do periódico pelo *Diário do Governo*<sup>2</sup>. Estava dada a senha para o a edição do último número do primeiro jornal impresso editado no Brasil.

"Tendo S.M.I sido servido permitir que em lugar da atual Gazeta se publique um Diário do Governo, anuncia-se que isso se executará em princípio de janeiro próximo por diante e com a imediata Gazeta se publicará o prospecto do mencionado Diário" (Gazeta. Suplemento do nº 150, 14 dez. 1822).

## Considerações finais

Procuramos mostrar que a partir de restos e rastros encontrados muitas vezes nos próprios periódicos, podemos remontar as práticas comunicacionais de outrora, percebendo a história dos meios de comunicação, não como o simples arrolar de periódicos que aparecem e desaparecem ou de personagens singulares que, pelos mais variados motivos, fazem emergir essas publicações. Uma história dos meios de comunicação, como sistema, deve tentar visualizar os processos comunicacionais.

É importante descortinar nessa análise, não apenas o conteúdo das publicações, mas o significado por detrás desses conteúdos. Conteúdos que podem revelar as práticas sociais existentes nessa sociedade, mas também as práticas profissionais de uma imprensa que, paulatinamente, passa a fazer parte do cotidiano de uma parcela da população.

Com uma circulação ainda restrita, a *Gazeta do Rio de Janeiro* passa a incluir, nos anos que se seguem ao primeiro número, outros conteúdos na certeza da ampliação de seu auditório. Ao lado, das informações que eram transformadas em letras impressas depois de "andar de boca em boca" e "correr léguas", editam as notícias que passam a interessar ao comércio (movimento dos portos), aos proprietários da Colônia (fuga de escravos, venda de produtos os mais variados, entre uma gama considerável de pequenos anúncios) e aos que querem informação de um mundo distante. Essas últimas, entretanto, devem vir revestidas de uma narrativa que, desde aqueles tempos, apelam às sensações do público. As descrições pormenorizadas das batalhas sangrentas, das agruras dos perdedores, dos sacrifícios dos vencidos produzem, nas narrativas, uma mistura entre real e ficcional, entre um universo de fatos e de sonho.

n.3, 2009, p.125-138

Até 1820, *Gazeta do Rio de Janeiro* será o único jornal (ao lado da *Idade d'Ouro do Brasil*, publicado na Bahia) a ter oficialmente licença para impressão. Com o abrandamento da censura, no ano seguinte, proliferam, não só, na cidade do Rio de Janeiro, mas em todas as províncias inúmeras publicações. Mas essa já é uma outra história.

#### Notas

- <sup>1</sup> Desde a obra pioneira de Nelson Werneck de Castro (1996), os pesquisadores não cessam de repetir esse caráter oficial da *Gazeta*.
- <sup>2</sup> A *Gazeta do Rio de Janeiro* foi publicada, sem interrupção durante 14 anos, de 10 de setembro de 1808 a 31 de dezembro de 1822. Inicialmente seria publicada apenas aos sábados, mas já no segundo número passa a sair também as quartas-feiras, além de publicar repetidamente as suas edições extras,

denominadas Gazetas Extraordinárias. A partir de julho de 1821, passa a sair regularmente as terças, quintas e sábados. Ao todo a coleção do jornal reúne 1571 edições regulares e 192 edições extraordinárias. Todos esses números encontram-se disponíveis on-line no site da Biblioteca Nacional (<a href="https://www.bn.br">www.bn.br</a>) Para maiores informações sobre o periódico cf. MESSAGI JR (2008).

## Bibliografia

BARBOSA, Marialva. História cultural da imprensa. 1808-1908. Rio de Janeiro: Mauad X (no prelo).

DARNTON, Robert. Os dentes falsos de George Washington. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

MESSAGI JR. Mário. *O texto jornalístico no centro de uma revisão da história da imprensa no Brasil.* (2008, 280 p). Tese de Doutorado defendida no Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação da UNISINOS. São Leopoldo: 5 de janeiro de 2009.

SODRÉ, Nelson Werneck Sodré. História da Imprensa no Brasil. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.

### Fontes Primárias

Gazeta do Rio de Janeiro – 10 de setembro de 1808 a 31 de dezembro de 1822.

# Em defesa da Nação: os membros do IHGB e a busca pela glória e dignidade para o Brasil

Rafael Cupello Peixoto Graduando de História da Universidade Federal Fluminense Bolsista de Iniciação Científica do Laboratório de História Oral e Imagem – LAHBOI - UFF rafael\_cupello@yahoo.com.br

#### **RESUMO**

O presente trabalho, partindo da criação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) e da composição social de seus membros, visa a analisar a edição da Revista da Instituição do ano de 1839. Nessa primeira edição, encontramos a proposta e as bases formadoras, assim como o Estatuto que regeria a Casa. Através dessas fontes, descobrem-se elementos que comprovam a preocupação dos seus membros fundadores em fomentar uma história nacional, repleta de glórias, e de inseri-la, juntamente com as histórias nacionais das demais nações, especificamente as europeias daquele período, no mesmo espaço de glória e dignidade que essas histórias nacionais conquistaram entre si. As influências da ilustração foram a mola propulsora dos intelectuais que se envolveram na criação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, enquanto "homens das Luzes", responsabilizaram-se em propagar os conhecimentos ilustrados aos demais indivíduos. Por isso, surgiu a preocupação em reunir, nos arquivos do IHGB, a documentação necessária sobre o Brasil, que comprovasse a grandeza da história da nação. Através da reunião dessa documentação e da publicação de estudos que fundamentassem a glória nacional, percorrendo a pluralidade cultural do Brasil em favor de um passado comum, os membros do IHGB desenvolveram uma identidade nacional. Esses elementos tornariam a Instituição guardiã da história nacional.

Palavras-chave: IHGB; ilustração; história nacional

#### ABSTRACT

The following article, taking as a starting point the constitution of the Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) and the social composition of its members, aims to analyze the first issue of the Revista da Instituição, in 1939, which establishes its premisses and foundations, as well as the Statute that would govern the House. These sources reveal elements that prove that the Institution's founding members were concerned with fostering a glorious national history, as well as placing it on equal footing with the national histories of other nations, more specifically the European nations at the time, in all their grandeur and dignity. The influences of the Enlightenment were the springboard for the intellectuals involved with the creation of the Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, while "enlighted men" were responsible for spreading knowledge to other individuals. That is why there was a concern for gathering the necessary documentation relating to Brazil in the IHGB files, so as to serve as proof of the nation's illustrious history. The members of the IHGB developed a national identity as they gathered this documentation and published the studies that would cement national glory by encompassing Brazil's cultural plurality to advance a common past. These elements would turn the Institution into the guardian of our national history.

**Keywords:** IHGB; Enlightenment; national history

a sessão do Conselho Administrativo da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional (SAIN) de 18 de agosto de 1838, membros desta Sociedade, particularmente o marechal Raimundo José da Cunha Matos e o cônego Januário da Cunha Barbosa, respectivamente primeiro-secretário e secretário adjunto da SAIN propuseram a criação de um Instituto Histórico e Geográfico. Em votação na sessão do dia seguinte a proposta foi aprovada em assembleia geral. No dia 21 de outubro de 1838 o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) era fundado, com 27 membros da Sociedade convidados para sócios fundadores.

A fundação desta instituição não pode ser compreendida como um fato isolado, no qual se partiu da curiosidade e do interesse de um grupo de indivíduos, reunidos em uma associação comercial, que resolveu estudar e pesquisar a história nacional. O IHGB fazia parte de um projeto imperial, desenvolvido por uma elite política, na qual os membros desta instituição estavam presentes. Grande parte dos membros fundadores estava diretamente associada ao Partido Restaurador, futuro Partido Conservador, e partilhava das manobras políticas comandadas pelo Regente Uno, Pedro de Araújo Lima. O seu projeto de restauração da ordem era primordial, pois, na visão deste grupo a ordem estava perdida deste a anarquia instalada pelos Liberais durante o conturbado período regencial.

Com o prenúncio do fim da Regência, urgia preparar o novo Estado e com ele os órgãos de assessoria. Inicia-se o estabelecimento destas instituições com a criação do Arquivo Nacional, em 2 de janeiro de 1838, depois com a criação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, e por fim com a fundação do Colégio Pedro II, em 2 de dezembro (aniversário de D. Pedro II) do mesmo ano; todos com a incumbência de formar a inteligência nacional para os tempos vindouros.

O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro detém um importante papel dentro da História do Brasil. Num momento político em que a grande questão girava em torno da construção do Brasil como nação independente, o Instituto Histórico foi sendo direcionado a constituir-se como referência autenticadora da oficialidade em buscas de narrativas historiográficas que legitimassem a nação, além de se comportar como uma importante instituição dentetora dos anseios civilizacionais brasileiros.

Para análise destes anseios, nos deteremos em analisar a primeira *Revista do IHGB* do ano de 1839. Nesta revista encontramos a proposta fundadora e as bases iniciais em que foi pensada a "Casa da Memória Nacional". Partindo destas bases de análise, juntamente com o discurso de abertura proferido por Januário da Cunha Barbosa, 1° Secretário perpétuo do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, procuraremos transpor os anseios destes membros fundadores, e comprovar que estes indivíduos procuravam a glória e a dignidade para o Brasil. Procuremos inserir nesta análise, a forma de processo e seleção de documentos que eram realizados pelos associados da Casa, procurando fazer uma associação entre o projeto de glória e dignidade para o Brasil e as fontes a serem selecionadas para este meio.

### Os membros do IHGB

Muitas análises já se realizaram acerca dos membros fundadores do IHGB, muitas delas, acabam por nos levar para uma interpretação de que estes indivíduos eram os claros representantes da aristocracia rural que dominava a política imperial brasileira. Outra visão, recorrente, é a de que estes associados entravam nos quadros da Casa a procura da glória individual procurando, com os títulos de sócios do IHGB, crescerem em prestígio e importância nas esferas da elite imperial. Ambas as perspectivas acerca destes letrados não poderiam estar mais equivocadas.

Arno Wehling em artigo intitulado "As origens do Instituo Histórico e Geográfico Brasileiro" (WEHLING, 1983, p.7-16) nos demonstra serem os membros fundadores do IHGB, a junção entre a elite política "moderada" e o grupo cafeeiro emergente do Rio de Janeiro. Complementando a análise de Wehling, Lúcia Maria Paschoal Guimarães em sua tese intitulada "Debaixo da imediata proteção imperial: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1838-1889)" destaca que predominavam entre os sócios, indivíduos pertencentes à elite urbana e não homens oriundos da aristocracia rural. Para a comprovação destas afirmativas, apresentaremos o quadro desenvolvido por Guimarães acerca do perfil sócio-profissional dos sócios fundadores da Casa:

Fundadores	Natural/ Nacional	Escolaridade	Formação	Ocupação	Titulação	Origem Sócio- econômica
Alexandre M. M. Sarmento	Portugal	N. Médio	Aulas Régias	Político	*	Pai: F.Público
Antônio A. da Silva Pinto	S/Inform.	N. Superior	Direito/ Coimbra	Advogado	*	S/Inform.
Antônio J.G.P. Andrade	S/Inform.	S/Inform.	S/Inform.	F.Público	*	S/Inform.
Aureliano de S.O.Coutinho	BR/RJ	N.Superior	Direito/ Coimbra	Político	*	Pai: Militar
Bento da Silva Lisboa	BR/BA	N.Médio	Aulas Régias	Político	*	Pai: F.Público
Caetano Maria Lopes Gama	BR/PE	N.Superior	Direito/ Coimbra	Político	*	Pai: F.Público
Cândido J. de Araújo Vianna	BR/MG	N.Superior	Direito/ Coimbra	Político	*	Pai: F.Público
Conrado Jacob Niemeyer	Portugal	N.Superior	Esc.Militar/ Lisboa	Militar	*	Pai: Militar
Emílio Joaquim da S.Maia	BR/RJ	N.Superior	Medicina/ Paris	Médico	*	S/Inform.
Francisco C. da S.T.Alvim	Portugal	N.Superior	A.Marinha/ Lisboa	Político	*	Pai: Militar

Fundadores	Natural/ Nacional	Escolaridade	Formação	Ocupação	Titulação	Origem Sócio- econômica
Francisco Gê de Acaiaba Montezuma	BR/BA	N.Superior	Direito/ Coimbra	Político	*	S.Inform.
Ignácio A. Pinto de Almeida	BR/BA	S/Inform.	S/Inform.	S/Inform.	*	S/Inform.
Januário da Cunha Barbosa	BR/RJ	N.Médio	Seminário RJ	Político	*	S/Inform.
João Fernandes Tavares	BR/RJ	N.Superior	Medicina/ Paris	Médico	*	Pai: F.Público
Joaquim Caetano da Silva	BR/RS	N.Superior	Medicina/ Mont- pelier	Professor	*	S/Inform.
Joaquim Francisco Vianna	BR/RJ	N.Superior	Matemática/ Coimbra	Político	*	S/Inform.
José Antônio Lisboa	BR/RJ	N.Superior	Matemática/ Coimbra	Político	*	Pai: Militar
José Antônio da Silva Maia	Portugal	N.Superior	Direito/ Coimbra	Político	*	S/Inform.
José Clemente Pereira	Portugal	N.Superior	Direito/ Coimbra	Político	*	S/Inform.
José Feliciano F.Pinheiro	BR/SP	N.Superior	Cânones/ Coimbra	Político	Visc. S. Leopoldo	Pai: Militar
José Lino de Moura	BR/MG	S/Inform.	Aulas Régias	F.Público	*	Pai: Juiz
José Marcelino R.Cabral	Portugal	N.Superior	Direito/ Coimbra	Advogado	*	S/Inform.
José Silvestre Rebello	Portugal	S.Inform.	S/Inform.	Comerciante	*	Comércio
Pedro de A.Belegarde	BR/RJ	N.Superior	A.Real Militar/RJ	Militar	*	Pai: Militar
Raymundo J. da Cunha Matos	Portugal	N.Superior	Esc.Militar/ Lisboa	Político	*	Pai: Militar
Rodrigo S. Silva Pontes	BR/BA	N.Superior	Direito/ Coimbra	Político	*	Pai: Militar
Tomé Maria da Fonseca	S/Inform.	S/Inform.	S/Inform.	F.Público	*	S/Inform.

Fonte: GUIMARÃES, Lúcia Maria Paschoal. "Debaixo da imediata proteção imperial: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1838-1889)" in: *RIHGB*, Rio de Janeiro, a.156, n.388, p.459-613, jul/set.1995. p.476-478.

Lucia Guimarães informa que quanto à origem social "registrou-se a vinculação do "fundador" e/ou de seu pai à propriedade da terra, ao comércio, ao funcionalismo público ou à carreira das armas" (GUIMARÃES, 1995 p.476). Sendo assim, podemos perceber que de fato a maioria dos fundadores, em que se encontram informações a respeito de sua origem sócio-econômica, advém do quadro urbano. Porém, isto não representava uma heterogeneidade funcional, como podemos perceber ao analisarmos a tabela acima. Encontramos entre as ocupações: funcionários públicos, políticos, médicos, advogados, militares, dentre outras, porém, como destaca Wehling:

"A heterogeneidade funcional era compensada pela unidade ideológica (...) Repetem-se no caso do IHGB, as características gerais da elite política imperial definidas por José Murilo de Carvalho: defesa da unidade nacional, consolidação do governo civil, redução do conflito a nível nacional, limitação da mobilidade social e da mobilização política(...)" (Wehling, 1983, p.10.)

É importante destacar, como a tabela evidencia que 15 destes membros fundadores eram homens que tinham como ocupação a política, o que comprova a participação destes indivíduos na elite política imperial, e do IHGB como mais um esforço desta elite em encaminhar politicamente o país. Os fundadores eram contrários ao liberalismo radical e ao republicanismo do período regencial, seus programas estavam constituídos na defesa da monarquia constitucional e seus pensamentos ideológicos estavam fundamentados no liberalismo, na grande propriedade, na escravidão, no padroado e no voto censitário (Idem, p.11). A "Casa da Memória Nacional" mesmo privilegiando as virtudes do intelecto, mantinha o poder decisório da instituição nas mãos do grupo fundador, realidade esta que se manterá ao longo do império:

"Conscientes de suas responsabilidades para com o Império, e do seu envolvimento pessoal com o soberano, eles tomaram todas as precauções para que a renovação do quadro social não escapasse do seu controle, processando-se lenta e gradualmente, segundo os 'desígnios da Providência', e sob as vistas do imperador". (Guimarães, 1995, p.487)

# A busca pela glória e dignidade para o Brasil

Os membros fundadores do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro eram movidos pelos sentimentos ilustrados, e através destes, procuravam se colocar como os principais responsáveis pela disseminação das luzes, tendo o papel central no caráter civilizatório brasileiro. O processo civilizatório se daria através dos conhecimentos das letras, e nisto a história, detinha um papel extremamente importante. Movidos pela compreensão da história como "mestra da vida", procuraram nela, os elementos comprobatórios das glórias nacionais. O passado nacional seria o responsável por tracejar o progresso da nação. No discurso de abertura, proclamado por Januário da Cunha Barbosa, 1° secretário perpétuo do IHGB, e publicado na *Revista do IHGB* de 1839, podemos encontrar tais elementos. A

partir desta busca por narrativas historiográficas que legitimassem a nação, encontramos também a preocupação em inserir o Brasil no mesmo patamar que as demais nações civilizadas, especificadamente as europeias, por compreendê-las como o centro das luzes, ou seja, da civilização.

A existência de uma vanguarda ilustrada responsável por expandir as luzes para as demais regiões do Brasil caracteriza a influência da ilustração nas ideias destes letrados. Esta vanguarda estaria representada pelos homens esclarecidos do IHGB, sendo estes, responsáveis por divulgar e fixar os conhecimentos iluministas:

"Os literatos de todo o Brasil saberão, pela leitura de nossos estatutos, que os sócios deste Instituto não só meditam **organizar um monumento de glória nacional**, aproveitando muitos rasgos históricos que dispersos escapam a voragem dos tempos, mas ainda **pretendem abrir um curso de história e geografia do Brasil**, além dos princípios gerais, **para que o conhecimento das coisas da pátria mais facilmente chegue à inteligência de todos os brasileiros.** Este ramo de estudo, tão necessário a civilização dos povos, faltava aos nossos patrícios". (Barbosa, 1839, p.16 - grifos meus)

Percebemos que os homens da Casa se colocavam como os representantes das luzes no Brasil, como os indivíduos capacitados a expandir os conhecimentos letrados a todos os brasileiros, prova disto, era intenção dos membros fundadores em abrirem cursos de história e geografia do Brasil. O IHGB seria o lugar responsável por orientar os brasileiros a encontrarem os caminhos da honra e da glória nacional:

"Só tem faltado quem os apresentasse em bem ordenada galeria, colocando-os segundo os tempos e os lugares, para que sejam melhor percebidos pelos que anelam seguir os seus passos nos caminhos da honra e da glória nacional". (Guimarães, 1995, p.487)

Elisabeth Badinter, no primeiro volume de sua obra, intitulada *As paixões intelectuais* (2007), defende que os intelectuais franceses estão à procura da glória e, na busca pela celebração de seus nomes e estudos, pertencerem à posteridade, antes mesmo de afirmarem sua intelectualidade, conquistando seus pares e a emergente opinião pública francesa do século XVIII. Como visto anteriormente, os letrados brasileiros, associados ao Instituto, não procuravam a glória individual e a celebração de seus nomes, pois, estes, por já se encontrarem nas esferas palacianas e por comporem parte da elite política imperial, não precisavam se inserir dentro da aristocracia intelectual e política, como os letrados franceses. Sendo assim, a preocupação destes homens era elevar o Brasil ao patamar de glórias das histórias nacionais das sociedades civilizadas, e inseri-lo dentro deste "clube". A preocupação dos letrados brasileiros era conquistar os pares europeus e suas opiniões públicas de que o Brasil era um representante das letras, e assim sendo, um país civilizado (GUIMARÃES, 1998, p.5-27). Recorrendo ao discurso de abertura proferido por Januário da Cunha Barbosa encontramos estas preocupações:

"Eis-nos hoje congregados para encetarmos os trabalhos do proposto Instituto Histórico e Geográfico do Brasil, e desta arte mostrarmos às nações cultas, que também prezamos a glória da pátria, propondo-nos a concentrar, em uma literária associação os diversos fatos da nossa história, e os esclarecimentos geográficos do país, para que possam ser oferecidos ao conhecimento do mundo, purificados dos erros e inexatidões que os mancham em muitos impressos, tanto nacionais como estrangeiros". (Barbosa, 1839, p.9 - grifos meus)

Podemos perceber que Januário da Cunha Barbosa detinha severas restrições aos estudos estrangeiros a respeito do Brasil. Poderíamos afirmar as restrições, por parte dos membros da Instituição, às publicações estrangeiras como xenofóbicas, porém, esta conclusão não poderia estar mais equivocada. Em seu Estatuto é permitido à entrada de estrangeiros como sócios correspondentes. Na verdade, a visão de Januário da Cunha Barbosa e dos demais letrados do IHGB era de que, ninguém melhor que os próprios brasileiros para escreverem a história do país, isto porque, estes, conhecem as "particularidades" que caracterizam a nação brasileira; "(...) E deixaremos sempre ao gênio especulador dos estrangeiros o escrever a nossa história, **sem aquele acerto que melhor pode conseguir um escrito nacional?**"(BARBOSA, 1839, p.15-16)

Para os letrados do IHGB defender a glória nacional não basta. Eles procuraram resguardar a dignidade do Brasil e a autonomia intelectual dos brasileiros perante os estrangeiros, por isto a defesa feroz de que a história nacional seja estudada e pesquisada pelos brasileiros. Outro fator que comprova a luta pela dignidade nacional são as críticas à antiga metrópole e o seu processo de repressão aos pensamentos ilustrados:

"(...) o Brasil é destinado a ser, não acidentalmente, mas de necessidade, um centro de luzes e civilização, e o árbitro da política do Novo Mundo. Havia a metrópole receado as conseqüências; traçou portanto, plano de repressão ou desenvolvimento dessas geniais faculdades: princípios, ideias, instituições anti-sociais, sufocadoras de qualquer progresso, predominavam; mandar despótico, e obedecer cegamente: eis o eixo do nosso governo colonial (...)"<sup>2</sup>

Na visão destes letrados, Portugal não apenas reprimia as luzes de se expandirem na antiga colônia, como também se apropriava dos escritos literários de letrados brasileiros, incorporando-os ao crédito literário da metrópole.

"Nos tempos da passada monarquia, os escritos brasileiros, que assim então se publicavam, punham a gloria de seus autores em comunhão com a dos portugueses, e como, por tantas dificuldades eram em muito menor número, ficaram absorvidos pelo crédito literário da metrópole, que bem pouco refletia sobre o Brasil." (Barbosa, op.cit, p.12 - grifos meus)

A preocupação dos membros do IHGB em defenderem a autonomia intelectual dos brasileiros, desde os tempos coloniais, tem como principal intenção afirmar a existência

das luzes, e de homens letrados brasileiros ao longo de todo o processo histórico da nação, procurando garantir ao Brasil o mesmo histórico de figuras ilustradas e letradas que se encontravam nas nações europeias.

No segundo volume de As paixões intelectuais, Banditer demonstra que depois de conquistada a glória, os letrados franceses exigem a dignidade de não submeterem a sua intelectualidade a mecenas que os sustentem em troca de dedicatórias à sua glória, o que não quer dizer que não existiram letrados que assim os fizeram. A dignidade estaria em deter uma autonomia intelectual e moral que permitiria construir seus pensamentos sem interferências de outros indivíduos. Com a conquista deste espaço de dignidade, dentro da sociedade francesa, estes intelectuais buscaram o poder, ou seja, a interferência direta de suas ideias e proposições nas ordens institucionais o que acarretou no questionamento da estrutura monárquica, levando à sua derrocada. O caso brasileiro, registrado no IHGB, é completamente oposto ao caminho seguido pelos letrados franceses, primeiramente, porque a dignidade que buscavam não era com relação à uma autonomia das estruturas sociais existentes no império brasileiro, pelo contrário, estes detinham a proteção do Imperador D.Pedro II e "(...) uma subvenção anual, no valor de dois contos de réis. Crédito que foi sendo ampliado sucessivamente." (GUIMARÃES, 1995, p.485). Em segundo lugar, a preocupação dos letrados brasileiros era com a autonomia intelectual e moral com relação às nações civilizadas, procurando inserir o Brasil dentro deste grupo. É importante frisar que estes homens, jamais pensarem em romper ou questionar alguma ordem estabelecida, pelo contrário, eram defensores da Monarquia Constitucional e admiravam a ilustração europeia.

## O processo de seleção dos documentos para os estudos do IHGB

No Artigo 1° do Estatuto do IHGB encontramos como principal papel da casa os processos de "(...) coligir, metodizar, publicar ou arquivar os documentos necessários para a história e geografia do império do Brasil (...)" (RIHGB n.1, 1839, p.18). O tratamento dado pelos membros da instituição, aos documentos e o papel da história na seleção dos mesmos, demonstra o quanto estes letrados tinham a preocupação real em criar uma roupagem que defendesse as suas convicções a respeito da gloriosa história nacional. Januário da Cunha Barbosa, no discurso de abertura do IHGB ao citar Cícero, evidencia o seu olhar para o função da história: "A história, (escreve aquele filósofo romano) é a testemunha dos tempos, a luz dos tempos, a luz da verdade, e **a escola da vida.**" (BARBOSA, 1839, p.10). A história na visão de Cunha Barbosa, e dos membros fundadores da instituição, era de que esta disciplina, juntamente com os estudos geográficos, seria a responsável pela ampliação e fomentação das luzes na sociedade brasileira, garantindo também a formando das gerações futuras de letrados brasileiros:

"E não oferecerá uma história verídica do nosso país essas lições, que tão profícuas podem ser aos cidadãos brasileiros no desempenho de seus importantes deveres? No período de pouco mais de três séculos, não terão aparecido, neste fértil continente, varões preclaros por diversas qualidades que mereçam os cuidados do circunspecto historiador, e que se possam oferecer as nascentes gerações como tipos de grandes virtudes?" (Barbosa, op.cit. p.15.)

Uma das principais justificativas para que nos programas históricos do IHGB encontremos a preocupação com a criação de biografias de "(...) brasileiros distintos por suas letras e virtudes, armas, serviços relevantes, ou por qualquer outra qualidade natural (...)" (RIHGB n.1, 1839, p.141) era a busca por narrativas históricas que legitimassem a nação, e constituísse a instituição como a referência autenticadora da oficialidade: "O IHGB é o representante das ideias de ilustração, que em diferentes épocas se manifestaram em nosso continente"<sup>3</sup>

Um dos mentores da fundação da instituição, o cônego Januário da Cunha Barbosa, escreveu em 17 de dezembro de 1838, um artigo, publicado na *Revista do IHGB* de 1839, intitulado "Lembrança do que devem procurar nas províncias os sócios do Instituto Histórico Brasileiro, para remeterem a sociedade central do Rio de Janeiro". Neste artigo, o autor em questão, lança seis objetivos a serem alcançados pelos sócios da casa, destacamse: a preocupação em encontrarem nas demais províncias notícias biográficas impressas, ou manuscritas de ilustres brasileiros; remissão de cópias autênticas de documentos "(...) interessantíssimos a nossa história, extratos de notícias, antigas e modernas, extraídas das secretarias, arquivos e cartórios, tanto civis, como eclesiástica; notícias sobre os costumes dos índios, "(...) sua catequese, civilização, aumento ou diminuição"; descrições do comércio interno e externo da província; notícias de "(...) fatos extraordinários (...) que mereçam menção histórica"(R.IHGB n.1, 1839, p.141) de meteoros, ou outros efeitos naturais; notícias de animais, peixes, aves, minerais, etc. Percebemos assim, a enorme preocupação destes homens em conhecerem o país, de desvendarem a nação que estavam legitimando.

A preocupação em remeterem cópias, não só de documentos das províncias do império brasileiro, como também, de documentos relacionados à história do Brasil encontrados em nações estrangeiras, evidencia o esforço dos letrados do IHGB em legitimar uma verdade histórica através dos acervos documentais. Análise esta, realizada, metodologicamente, de forma pragmática (esclarecedora dos homens e da sociedade), filosófica (conhecida por leis condicionadas das relações sociais e não mais pela ação provincial) e crítica (estabelecer uma verdade histórica através da análise documental) (WEHLING, op.cit.p.14-15.), pelos sócios da casa. "O fato histórico, ainda que resulte da escolha, de uma decisão do historiador, parece apresenta-se por si mesmo como prova histórica." (LE GOFF, J. 2003, p.526)

Esta ação realizada pelos ilustres membros do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro define o documento enquanto monumento. Seguindo a definição de Jacques Le

Goff que afirma que o documento é monumento no momento em que resulta do "(...) esforço das sociedades históricas para impor ao futuro – voluntaria ou involuntariamente – determinada imagem de si próprias."(LE GOFF, J. 2003, p.538), podemos afirmar que os letrados do IHGB procuraram de forma voluntária impor, frente as demais nações estrangeiras, e também às futuras gerações de brasileiros, a imagem de um Brasil centro das luzes no Novo Mundo e representante de um gloriosa história nacional.

#### Conclusão

Os membros fundadores do IHGB ao criarem a instituição como espaço responsável na divulgação das luzes e na referência autenticadora da oficialidade de legitimação da nação, procurou inserir, frente às demais nações estrangeiras, o Brasil no mesmo patamar de glórias e dignidades das narrativas historiográficas nacionais. Para conseguir alcançar este espaço, procurou encontrar e reunir a documentação necessária que legitimasse o país como um espaço letrado, desde os tempos coloniais. As biografias de ilustres brasileiros serviriam como elementos comprobatórios da capacidade ilustrada dos brasileiros, que nem mesmo a metrópole com suas ações repressoras conseguiram impedir, isto porque, o Brasil estava fadado ao progresso, "(...) destinado a ser, não acidentalmente, mas de necessidade, um centro de luzes e civilização, e o arbitro da política do Novo Mundo."(PINHEIRO, 1839. p.78).

#### Notas

IHGB é o representante das ideias de ilustração que em diferentes épocas se manisfestaram em nosso continente" in: *RIHGB*, op.cit, p.64. (grifo do autor)

#### **Bibliografia**

BADINTER, Elisabeth. *As paixões intelectuais – O desejo de glória (1735-1751)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. v.1.. 2007.

BARBOSA, Januário da Cunha. "Discurso" in: RIHGB, 1:1839

GUIMARÃES, Lúcia Maria Paschoal. "Debaixo da imediata proteção imperial: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1838-1889)." in: *RIHGB*, Rio de Janeiro, a.156, n.388, p.459-613, jul/set.1995.

GUIMARÃES, Manoel Luís Salgado. "Nação e Civilização nos Trópicos: O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o Projeto de uma História Nacional." in: *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro: FGV, n.1, 1998.

PINHEIRO, José Feliciano Fernandes. "O IHGB é o representante das idéias de ilustração que em diferentes épocas se manifestaram em nosso continente" in: *RIHGB*, 1:1839, p.64.

WEHLING, Arno. "As origens do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro" in: *RIHGB*, Rio de Janeiro, n.338, 1983.

<sup>&</sup>lt;sup>1</sup> Termo utilizado pela historiadora Lúcia Maria Paschoal Guimarães IN: GUIMARÃES, Lúcia Maria Paschoal. "Debaixo da imediata proteção imperial: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1838-1889)." in: *RIHGB*, Rio de Janeiro, a.156, n.388, p.459-613, jul/ set.1995. p.459.

<sup>&</sup>lt;sup>2</sup> Trecho retirado do Programa Histórico do IHGB escrito pelo Visconde de São Leopoldo. Ver PINHEIRO, José Feliciano Fernandes. "O

<sup>&</sup>lt;sup>3</sup> Título das bases do Programa Histórico proferido pelo Visconde de São Leopoldo. Ver PINHEIRO, op.cit, p.77..

# O Rio de Janeiro da Primeira República e a imigração portuguesa: panorama histórico<sup>1</sup>

Carla Mary S. Oliveira<sup>2</sup>

Historiadora, Doutora em Sociologia pela Universidade Federal da Paraíba. Professora Adjunta do Departamento de História e do Programa de Pós-Graduação em Históriada Universidade Federal da Paraíba.

#### **RESUMO**

O artigo traça um panorama da imigração portuguesa para o Rio de Janeiro entre fins do século XIX e as primeiras décadas do século XX, mostrando as relações entre a modernização da cidade e o afluxo de trabalhadores lusos à cidade, percebendo o bota-abaixo de Pereira Passos e as ações higienistas de Oswaldo Cruz como fatores que influíram decisivamente nas sociabilidades desses sujeitos, ao tornar o centro da cidade um palco da Belle Époque tropical, de inspiração totalmente haussmaniana, expulsando os cortiços e seus ocupantes para áreas então periféricas, como o bairro da Cidade Nova, criado a partir dos aterros sobre os mangues à oeste do Campo de Santana.

**Palavras chave:** Imigração Portuguesa; Rio de Janeiro; Primeira República.

#### ABSTRACT

This paper traces a briefly panorama of Portuguese immigration to Rio de Janeiro between ends of 19th century and the first decades of 20th century, showing the relations between the city modernization and the Lusitanian workers arrival to the city, perceiving the bota-abaixo de Pereira Passos and the hygienists actions of Oswaldo Cruz as factors that influenced decisively the sociabilities of these people, when transforming the center of the city into a stage of the tropical Belle Époque, with a profoundly Haussmann inspiration, banishing the tenement houses and its occupants for peripheral areas, such as the quarter of Cidade Nova, servant from the fens' embankment on west of the Campo de Santana.

**Key-words:** Portuguese Immigration; Rio de Janeiro; First Republic.

Rio de Janeiro, centro da cidade: Rua da Quitanda, esquina com Rua do Ouvidor, início da manhã de uma segunda-feira qualquer. A calçada fervilha com os ambulantes apregoando suas quinquilharias. O tráfego vai ficando mais intenso, a urbe vai se preparando para outra semana de trabalho, correrias, negócios...

A cena parece contemporânea. E pode também, ter acontecido nos primeiros dias da República no Brasil. O que poderia nos fazer diferenciar realidades tão distantes no tempo? Se fechássemos nossos olhos, que sons denunciariam a época que estamos a observar? O sotaque presente nas esquinas, com forte acento lusitano, talvez...

Cidade cheia de contradições, o Rio de Janeiro do início da Primeira República tinha, realmente, muito de português. Abria seus braços e o cais de seu porto para os imigrantes que fugiam da miséria na Europa, e mais especialmente para aqueles que deixavam para trás as margens do Tejo e do Douro. Foram tantos os portugueses que escolheram a cidade para viver que o Rio de Janeiro chegou a concentrar, na virada do século XIX para o século XX, bem mais da metade dos lusos que resolveram tentar a *fortuna* no Brasil, chegando este montante a decair para cerca de 40% dos portugueses residentes no país em 1920<sup>3</sup>.

Mas que cidade era o Rio das primeiras décadas da República? Podemos defini-la de várias formas: como o centro do poder oligárquico que se reinventava depois do fim da escravidão e da monarquia; como o núcleo urbano que concentrava praticamente a totalidade dos grandes investimentos econômicos do país; como um aglomerado de ruelas de traçado colonial e sobrados herdados do Império; como uma *babel tropical*, enfim.

Em outras palavras, a cidade do Rio de Janeiro tinha várias caras, o que a tornava um centro urbano extremamente peculiar na América Latina, pois conciliava o caos colonial com elementos da modernidade da *Belle Époque*.

Os primeiros 20 anos da República marcaram profundamente o cotidiano da antiga capital federal. José Murilo de Carvalho chega mesmo a considerar que a última década do século XIX se constituiu na fase mais turbulenta de sua história: "Grandes transformações de natureza econômica, social, política e cultural, que se gestavam há algum tempo, precipitaram-se com a mudança do regime político e lançaram a capital em febril agitação" (CARVALHO, 1999, p. 15).

Não se pode esquecer que essas grandes transformações que sacudiram o Rio de Janeiro no final do século XIX também lançaram seus tentáculos sobre a primeira década do século passado: a crise de desemprego e as conseqüências econômicas recessivas do Encilhamento<sup>4</sup>; a reurbanização da área central da cidade, com o *bota-abaixo* do prefeito Pereira Passos; as campanhas sanitaristas de Oswaldo Cruz, que levariam à Revolta da Vacina... Todos estes fatos históricos, cada um a seu modo, convulsionaram de forma marcante a cidade, deixando expostas suas mazelas sociais e a extrema desigualdade que sustentava a pujança da capital que se modernizava e ganhava ares de metrópole. Neste palco estavam também os imigrantes portugueses, (re)construindo sua identidade de estrangeiros numa nova terra e, por isso

mesmo, protagonizando os mais variados embates com a população local. Apesar de terem sido extremamente importantes para o crescimento econômico da cidade, os lusos – ou "galegos"<sup>5</sup>, como eram chamados pejorativamente – foram alvo de as mais diversas perseguições e preconceitos no Rio de Janeiro do final do século XIX e início do século XX.

### O final do século XIX: a invasão dos portugueses

A *invasão* portuguesa sobre a cidade do Rio de Janeiro em fins do século XIX e início do século XX não foi algo orquestrado previamente e, muito menos, um fato que teve raízes apenas na conjuntura brasileira. É claro que a cidade já possuía um *perfil lusitano* desde a instalação da Corte em 1808, quando até mesmo o falar local se alterou, ganhando os "sss" e seu chiado de acento luso, tal o número de portugueses que chegou, de chofre, ao porto carioca. O que dizer, então, das casas e prédios públicos construídos a partir de então, quase sempre remetendo ao estilo das edificações lisboetas ou portuenses?

No entanto, o grande impacto migratório lusitano sobre a cidade se deu especialmente nos primeiros vinte anos da República, coincidindo oportunamente com a demanda por braços que existia no Rio, já que a velha capital, agora federal, precisava urgentemente tornar-se moderna e adequada aos novos tempos republicanos.

Talvez o fato de ter sido um pólo de atração para os portugueses nos últimos quatorze anos da Colônia e nas primeiras décadas do Império justifique a predileção dos imigrantes lusos de *fin-de-siécle* pelo Rio de Janeiro. O que se pode afirmar é que os fatores que levaram tão elevado contingente à saída de Portugal estiveram, eminentemente, ligados à conjuntura interna daquele país.

Segundo Eulália Maria Lahmeyer Lobo (2001, p. 15-16), Portugal passava, desde meados do século XIX, por um profundo reordenamento econômico, baseado na implantação de relações de cunho capitalista no meio rural, privilegiando a instalação de grandes companhias para a exploração da agricultura comercial, aliada à introdução de uma extensa mecanização na produção, sob estímulo e beneplácito do Estado. Este contribuía para a instalação dessa nova conjuntura econômica através de inúmeras medidas legais que prejudicavam sobremaneira os pequenos proprietários rurais.

Para a portuguesa Miriam Halpern Pereira (1981, p. 7) foi esta distorção do desenvolvimento de um capitalismo dependente que promoveu o crescente aumento da emigração em Portugal. Já Eulália Lobo considera ainda que o estopim para a debandada foi a grande crise vinícola portuguesa de 1886-1888, que se concentrou ao norte daquele país. Desse modo, deixar as terras de Portugal tinha um novo e dramático significado a partir de então: "Esta [emigração] representava uma fuga à proletarização no país de origem, forçada pela crescente fragmentação e desaparecimento da pequena propriedade no norte" (LOBO, 2001, p. 16).

Além dessa conjuntura desfavorável em terras lusas, há de se considerar também o fato de que o Brasil "era visto no imaginário popular como terra de abundância e opor-



Fig. 1 - O imigrante, desenho de Raul Pederneiras, início do século XX.

Representação típica do imigrante português recém-chegado ao Rio de Janeiro em começos da República: as mãos calejadas e grossas, a barba por fazer, as botinas toscas pedindo engraxate. Na cintura, a larga faixa franjada, tecida pela mãe que ficara na aldeia. Na cabeça, o chapéu de feltro, com grandes abas recurvas. Sobre as costas, a trouxa remendada, trazendo os poucos pertences que cruzaram o Atlântico.

tunidades de enriquecimento" (LOBO, 2001, p. 16). Somando-se esta concepção de *Fortuna* fácil ao *perfil lusitano* do Rio de Janeiro, talvez se torne menos enigmática a preferência dos imigrantes portugueses pela cidade.

O certo é que os aventureiros d'além mar chegavam, aos borbotões, ao Cais Pharoux<sup>6</sup>. Depois, era preciso alojar-se, buscar uma ocupação. Sendo em sua grande maioria homens solteiros<sup>7</sup>, os portugueses que aportavam no Rio de Janeiro acabavam instalando-se por ali mesmo, no centro da cidade e suas cercanias, na Gamboa, na Saúde, no Castelo, e iam trabalhar, quase sempre, em funções que não necessitavam de qualificação prévia, como as de caixeiro<sup>8</sup> ou estivador, empregos que tinham os serviços mais pesados e a mais baixa remuneração (MENEZES, 1996, p. 67-68). Se considerarmos que a maior parte destas primeiras levas de imigrantes que chegavam à cidade era constituída por camponeses que fugiam da proletarização e do serviço militar obrigatório em Portugal, pode-se compreender os motivos que os levavam a aceitar tão facilmente ocupações que, à época, tinham como principal característica uma exploração degradante do trabalhador.

As condições de trabalho destes imigrantes chegavam mesmo a impressionar os cronistas cariocas, especialmente João do Rio, que denunciava a situação sub-humana em que eram mantidos os operários lusos na ilha da Conceição, à entrada da Baía da Guanabara, labutando no embarque de carvão mineral e manganês em grandes cargueiros:

São quase todos portugueses e espanhóis, que chegam da aldeia, ingênuos. (...) Só têm um instinto: juntar dinheiro, a ambição voraz que os arrebenta de encontro às pedras inutilmente. (...) Não têm nervos, têm molas; não têm cérebros, têm músculos hipertrofiados.

(...)

Eles vieram de uma vida de geórgicas paupérrimas. Têm a saudade das vinhas, dos prados suaves, o pavor de voltar pobres (...). (BARRETO, 1999, p. 270)

O que é significativo, no caso dos imigrantes portugueses, é que desde os primeiros anos da República se associou ao grupo, especialmente no imaginário popular carioca<sup>9</sup>, a ideia de que eram trabalhadores ignorantes e iletrados<sup>10</sup>, que ou se matavam de tanto labutar como empregados subalternos na estiva ou no comércio – e por isso mesmo não prosperavam, por não possuir melhor qualificação profissional – ou enriqueciam através de meios não muito louváveis, ao explorar seus próprios conterrâneos e também os brasileiros como empregados ou como inquilinos, já que se acreditava, então, que a maior parte das habitações populares da cidade – incluindo-se aí cortiços, casas de cômodos e hospedarias – pertenciam a comerciantes lusitanos<sup>11</sup>. Tal "perfil" se cristalizou exemplarmente na literatura realista de Aluísio Azevedo, no romance *O cortiço*, de 1890, onde afloram alguns dos estereótipos negativos atribuídos aos portugueses que moravam no Rio de Janeiro do início da República.

Para Vanessa Tavares Dias, em *O cortiço* "o ódio ao estrangeiro foi traduzido na figura do português materialista, explorador – que ora aproxima-se do colonizador (...), ora aparece como o imigrante desonesto – responsável por todos os problemas econômicos do país" (DIAS, 1996, p. 7). Entendo que a *visão negativa* sobre os portugueses que transparece em *O cortiço* nada mais é do que a tradução literária do antilusitanismo que grassava nas ruas do Rio de Janeiro desde antes mesmo do fim do Império. Tal sentimento se exacerbou grandemente a partir da fundação do jornal *O Jacobino*, em setembro de 1894, que passou a acusar, xenofobicamente, a imprensa carioca de ser financiada pelos comerciantes portugueses (LOBO, 2001, p. 27).

Mas que fator atraía, de modo contínuo, os portugueses para o Brasil, especialmente a partir de 1850? Para o português Joaquim da Costa Leite, teria sido elemento preponderante para tal fluxo a grande oferta de oportunidades no Brasil, tanto para jovens mancebos como para trabalhadores de mais idade:

Utilizando uma equivalência em libras (...) os salários no Rio de Janeiro podiam multiplicar por três ou quatro os salários portugueses. Mesmo considerando os gastos acrescidos de alojamento e alimentação, um trabalhador português que exercesse no Brasil a mesma profissão que tinha em Portugal podia, depois de pagas as suas despesas, obter uma poupança equivalente ao total do salário português. Essa elevada capacidade de poupança atraía muitos emigrantes portugueses, mesmo aqueles que, com trinta ou quarenta anos, dificilmente pensariam em mudar de profissão ou estabelecer seu próprio negócio. (LEITE, 2000, p. 187)

O certo é que muitos chegaram ao Rio em tal condição, ou seja, de tentar amealhar uma poupança considerável, que representasse ascensão social, no Brasil ou mesmo num possível retorno a Portugal. Mais certo ainda é que muitos tiveram sua sobrevivência condicionada pelo jogo de poderes políticos e interesses econômicos que se sedimentava na cidade na virada do século. O pior, contudo, estaria ainda por vir, com as marretas brandindo em uníssono sobre os cortiços e habitações populares do centro da cidade, sob a regência do prefeito Pereira Passos (1902-1906) e beneplácito do presidente Rodrigues Alves.

# Recriação dos espaços urbanos e exclusão social: o *bota-abaixo* de Pereira Passos

Talvez seja possível que uma das grandes características da civilização ocidental tenha sido a gradativa e contínua melhoria das condições de habitação disponíveis para o homem. Seria isto verdade realmente? Se hoje podemos constatar que populações gigantescas ainda convivem com condições deploráveis de moradia, não só no Ocidente, mas também no Oriente, que dizer então da cidade do Rio de Janeiro de um século atrás?

Se olhássemos para dentro de uma janela qualquer, numa noite escura qualquer, num dos muitos sobrados de fachada colonial do centro do Rio, por volta de 1900, teríamos

tanta certeza de estar num mundo "civilizado"? É possível mesmo que nos choquemos, hoje, com a descrição feita por João do Rio em uma de suas crônicas publicadas no jornal *Gazeta de Notícias* em 10 de junho de 1904, originalmente intitulada "O sono da miséria":

- (...) É perigoso entrar só nos covis horrendos, nos trágicos asilos da miséria. Íamos caminhando pela rua da Misericórdia, hesitantes ainda diante das lanternas com vidros vermelhos. (...) Havia casas de um pavimento só, de dois, de três; negras, fechadas, hermeticamente fechadas, pegadas umas às outras, fronteiras, confundindo a luz das lanternas e a sombra dos balcões. (...) Os prédios antigos pareciam ampararem-se mutuamente, com as fachadas esborcinadas, arrebentadas algumas. De repente uma porta abria, tragando, num som cavo, algum retardatário.
- (...) No alto, o céu era misericordiosamente estrelado e uma doce tranquilidade parecia escorrer do infinito.
- Há muitos desses covis espalhados pela cidade? indagou o advogado, abotoando o mac-farlane  $^{\rm 12}$ .
- Em todas as zonas, meu caro.
- Em cinco noites, visitando-os depressa, informou o agente, V.S. não dá cabo deles. É por aqui, pela Gamboa, nas ruas centrais, nos bairros pobres. Só na Cidade Nova, que quantidade! Isso não contando com as casas particulares, em que moram vinte e mais pessoas, e não querendo falar das hospedarias só de gatunos, os 'zungas'.
- 'Zungas'? fez o adido de legação, curioso.
- As hospedarias baratas têm esse nome... Dorme-se até por cem réis. Saiba V. S. que a vidinha dava para uma história.

Mas debaixo de uma das foices de luz, o delegado parara. Estancamos também.

O soldado bateu à porta com a mão espalmada. (...)

- Abra! É a polícia! Abra!

*(...)* 

- Abra já! É o dr. Delegado! Abra já!

A porta abriu-se. Barafustamos na meia-luz de um corredor com areia no soalho. (...)

- É o proprietário? indagou o delegado.
- Saiba V. S. que não. Sou o encarregado.
- Muita gente?
- Não há mais lugares.

*(...)* 

-Mostre-nos isso! - fez a autoridade (...).

O encarregado, trêmulo, seguiu à frente, erguendo o castiçal. Abriu uma porta de ferro, fechou-a de novo, após a nossa passagem, e começamos a ver o rés-do-chão, salas com camas enfileiradas como nos quartéis, tarimbas <sup>13</sup> com lençóis encardidos, em que dormiam de beiço aberto, babando, marinheiros, soldados, trabalhadores de face barbuda. (...)

Trepamos todos por uma escada íngreme. O mau cheiro aumentava. Parecia que o ar rareava, e, parando num instante, ouvimos a respiração de todo aquele mundo como o afastado resfolegar de uma grande máquina. Era a seção dos quartos reservados e a sala das esteiras. Os quartos estreitos, asfixiantes, com camas largas antigas e lençóis por onde corriam percevejos.

(...) Alguns desses quartos, as dormidas de luxo, tinham entrada pela sala das esteiras, em que se dorme por oitocentos réis, e essas quatro paredes impressionavam como um pesadelo.

Completamente nua, a sala podia conter trinta pessoas, à vontade, e tinha pelo menos oitenta nas velhas esteiras atiradas ao soalho.

Os fregueses dormiam todos - uns de barriga para o ar, outros de costas, com o lábio no chão negro, outros de lado, recurvados como arcos de pipa. Estavam alguns vestidos. A maioria inteiramente nua, fizera dos andrajos travesseiros. Erguendo a vela, o encarregado explicava que ali o pessoal estava muito bem, e no palor em halo da luz que ele erguia, eu via pés disformes, mão de dedos recurvos, troncos suarentos, cabeças numa estranha lassidão - galeria trágica de cabeças embrutecidas, congestas, bufando de boca aberta... De vez em quando um braço erguia-se no espaço, tombava; faces, em que mais de perto o raio de luz batia, tinham tremores súbitos - e todos roncavam, afogados em sono. (BARRETO, 1999, p. 279-284)

Embora a degradação descrita por João do Rio chegue mesmo a parecer algo fictício, exagerado, podemos afirmar que essa era a realidade de boa parte dos que habitavam a zona central do Rio de Janeiro do início da República. As ruas de traçado colonial do centro da cidade escondiam um cotidiano difícil e caótico, bem distante dos ideais de modernidade advindos com o novo regime. Paulo Marins chega mesmo a afirmar que os prédios disponíveis para as classes populares "restringiam-se a obedecer às poucas exigências possíveis diante da pobreza" (MARINS, 1998, p. 139).

O certo é que os cortiços, casas de cômodos e hospedarias populares grassaram no centro de cidade desde o incremento das atividades portuárias no Rio, ainda no início do século XIX. A ocupação do espaço urbano se fez de forma desordenada, com construções precárias, que muitas vezes conciliavam à função de habitação também atividades comerciais. O "projeto" comum era o do sobrado longilíneo, com um armazém funcionando no andar térreo e com os andares superiores ocupados por moradias dos mais diversos tipos. Também eram comuns os casarões coloniais adaptados para abrigar várias famílias e/ ou homens solteiros, muitas vezes imigrantes.

O que mais admirava os viajantes estrangeiros que passavam pelo Rio no início da República, e mesmo os imigrantes que chegavam ao Cais Pharoux, era a convivência quase promíscua de casas comerciais, habitações de classe alta ou média e, também, cortiços, estalagens e casas de cômodos, especialmente no centro da cidade (MARINS, 1998, p. 137-139).

Nas palavras de Sandra Lauderdale Graham, "o centro da cidade cresceu sobre si mesmo" (GRAHAM, 1992, p. 39). Enquanto os bairros aristocráticos e arejados da Zona Sul se espalhavam pelas praias de Botafogo e Flamengo, buscando atingir as ondas de Copacabana com seus casarões *Art Noveau*, a *patuleia* se comprimia nas áreas mais antigas da cidade, amontoando-se nas freguesias<sup>15</sup> de Santo Antônio, Santana, Santa Rita e Glória. Carruagens luxuosas misturavam-se aos bondes, bacharéis de fraque e cartola a ambulantes descalços, casas de pasto a finas confeitarias: o centro do Rio se constituía numa verdadeira babel tropical. Tal aglomeração crescente na zona central preocupava o poder público desde o final do Império, e a República tomou para si a tarefa de *desinfetar* e *remodelar* o que deveria vir a tornar-se uma metrópole da modernidade.

Não causa estranheza, portanto, que as principais reformas urbanísticas de inspiração haussmanniana<sup>16</sup> sofridas pela cidade tenham tido como palco especialmente a área mais densamente povoada do centro, delimitada pela Praça XV (antigo Largo do Paço), pelo Morro do Castelo, pelo Morro de Santo Antônio, pelo Largo de São Francisco e pelo Morro de São Bento. Ali, ricos e pobres conviviam diuturnamente, circulando em ruas estreitas que, em alguns casos, como o das ruas do Rosário e da Alfândega, chegavam a ter pouco menos de quatro metros de largura, de um lado a outro das soleiras das lojas (GRAHAM, 1992, p. 57).

Nicolau Sevcenko, em *Literatura como missão*, afirma que as transformações políticas e a modernização da cidade nas primeiras décadas do século XX foram vistas, pelos cronistas da época, como uma "regeneração":

Muito cedo ficou evidente (...) o anacronismo da velha estrutura urbana do Rio de Janeiro diante das demandas dos novos tempos. O antigo cais não permitia que atracassem os navios de maior calado que predominavam então, obrigando a um sistema lento e dispendioso de transbordo. As ruelas estreitas, recurvas e em declive, típicas de uma cidade colonial, dificultavam a conexão entre o terminal portuário, os troncos ferroviários e a rede de armazéns e estabelecimentos do comércio de atacado e varejo da cidade. (...) Era preciso pois findar com a imagem de cidade insalubre e insegura, com uma enorme população de gente rude plantada bem no seu âmago, vivendo no maior desconforto, imundície e promiscuidade e pronta para armar em barricadas as vielas estreitas do centro ao som do primeiro grito de motim. (SEVCENKO, 1983, p. 28-29)

Não se pode esquecer que essas mudanças representavam também uma significativa alteração no cotidiano dos moradores de baixa renda do centro da cidade, ou seja, na vida de grande parte dos imigrantes lusos que moravam naquela área. A ordenação do espaço urbano significava também a imposição de um novo controle e de uma disciplina "de Estado" sobre as ruas, sobre os indivíduos, sobre o comportamento em público.

A livre circulação pelas ruas, o parar nas esquinas para olhar a vida passar, despreocupadamente, o conversar à porta dos armazéns e bares populares, condutas amplamente

franqueadas a qualquer um antes da instalação do novo *projeto civilizador* na cidade, passaram a ser associadas ao mundo da contravenção, à vadiagem: tornaram-se empecilhos para a modernidade.

Se considerarmos que a rua também tinha a função de *moradia complementar* para a grande massa dos moradores dos cortiços, hospedarias e casas de cômodos mal ventilados e escuros da Cidade Velha - que praticamente só os utilizavam como local de repouso noturno - que trabalhavam como ambulantes, caixeiros, estivadores ou mesmo apenas perambulando pelas ruas durante o dia, tendo essas mesmas ruas como espaço de socialização e vivência, imaginemos o impacto que sua "interdição" ao livre tráfego teve sobre estes contingentes <sup>17</sup>. As artérias do centro da cidade não se prestavam a tal papel: deveriam ser apenas espaço ou de trabalho, ou de política, ou de cultura elitizada <sup>18</sup>, especialmente após as reformas do "bota-abaixo". Os pobres ou migraram para a Cidade Nova, indo encher os cortiços que lá surgiam sobre os aterros do Mangue, ou subiram os morros da área central, erguendo seus toscos casebres e criando as primeiras favelas da cidade: o *Zé Povo* <sup>19</sup> se contrapunha ao *panóptico às avessas* do "Haussmann tropical":

O espaço densamente povoado da Cidade Velha, formado por ruas estreitas, que do antigo cais avançavam para o Campo da Aclamação, entremeado de largos e pontilhado por becos, em pouco espaço de tempo cedeu lugar a quarteirões higiênicos e disciplinados, circundados por belas e largas avenidas, de fácil circulação. Este processo atingiu, de forma violenta, a população pobre que habitava o centro urbano, até então caracterizado pela perfeita conjugação entre os espaços destinados à moradia, ao trabalho e ao lazer. (MENEZES, 1996, p. 32)

A insatisfação popular com as reformas haussmannianas de Pereira Passos e a limpeza sanitarista de Oswaldo Cruz se manifestou de várias formas. Algumas violentas, como a Revolta da Vacina em 1904, outras no estilo bem debochado que marca, desde então, o jeito maroto do carioca. O sarcasmo popular se cristalizava preferencialmente na imprensa, e de um modo todo especial nas revistas semanais que circulavam na cidade, tais como *Fon-Fon!*, *Careta*, *O Malho* e *Revista da Semana*; além de jornais, como a *Gazeta de Notícias*. As charges sobre a violência da ação do poder público carioca sobre a vida privada dos habitantes do Rio de Janeiro, especialmente em sua área central, deram ensejo a críticas como essa.

Na verdade, o *bota-abaixo* representou não só um grande redimensionamento urbanístico da área central do Rio, mas - e principalmente - profundas mudanças também no mundo do trabalho. A configuração do espaço público da Cidade Velha permitia, até então, que os quase 50% da população carioca economicamente ativa que não tinham profissão definida sobrevivessem "de pequenos expedientes", vendendo nas ruas peças de artesanato e de pequena manufatura ou quitutes caseiros. De certa forma, o universo em que transitavam estes trabalhadores deixou, repentinamente, de existir, e toda essa revira-

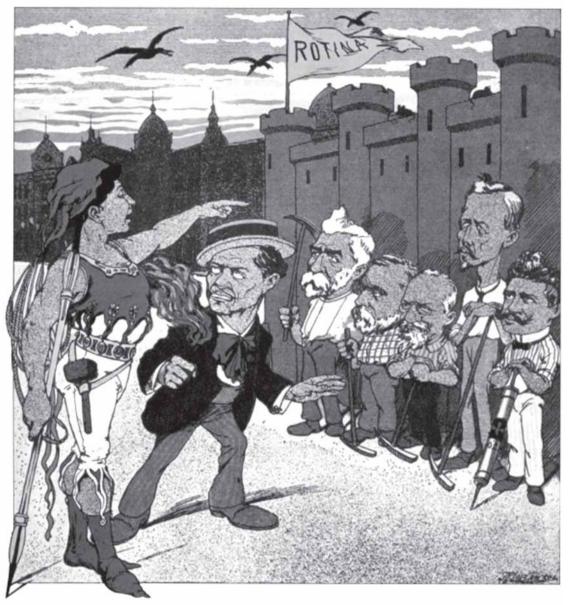


Fig. 2 – Charge publicada na capa da revista *O Malho* de 14 de julho de 1906, aludindo ao *bota-abaixo* de Pereira Passos (5° da direita p/ esquerda), à vacina obrigatória de Oswaldo Cruz (1° da direita p/ esquerda), e à anuência tácita do presidente da República, Rodrigues Alves (3° da direita p/ esquerda). Com o título de "O nosso 14 de julho", *O Malho* - sugestivamente lembrando as personificações da liberdade associadas à Revolução Francesa - incita o Zé Povo:

"O MALHO (solemne, para Zé Povo) - Zé! Apontando-te a Bastilha da Rotina celebro da melhor forma possivel a grande data da Revolução Franceza e a data do meu 2° [sic] centenario! Aquelles cinco cavouqueiros já demoliram muito, mas ainda ha muita cousa por fazer... Abaixo o resto do carrancismo!

Zé Povo - É commigo! Quero escolas! Quero casas para gente pobre! Quero um combate sem treguas contra a tuberculose! Toco fogo na cangica em tres tempos! Dinheiro haja! ...".

volta provocada pelos "cavouqueiros" lançou sua poeira também sobre os imigrantes lusos que moravam e labutavam na cidade.

# O mundo do trabalho no Rio de Janeiro da Primeira República e os imigrantes portugueses

Podemos afirmar que a imagem que se construiu do imigrante lusitano no imaginário nacional não foi das mais edificantes. Visto nos tempos coloniais como o explorador sem caráter, no Império o português era o atravessador sovina ou o especulador imobiliário dos cortiços cariocas. No início da República, ele vai transmudar-se no trabalhador bronco e despreparado que passa a engrossar as fileiras da enorme reserva de mão-de-obra que se apinhava nas ruelas estreitas do centro do Rio de Janeiro.

Sidney Chalhoub, em *Trabalho, lar e botequim*, considera que a redefinição do conceito de trabalho no Rio de Janeiro do início da República teve "como ponto de referência fundamental o problema do enquadramento dos elementos egressos da ordem escravista, isto é, os libertos" (CHALHOUB, 1986, p. 28). Contudo, há de se considerar que esta redefinição atingiu não somente os libertos, mas todos os trabalhadores pobres da cidade. E ali estavam também os imigrantes portugueses - e de outras nacionalidades - que sobreviviam duramente no mercado de trabalho carioca. Se a maior parte dos lusos que chegava ao porto da cidade estava obnubilada pelo sonho da *Fortuna*, certamente não era ela que o grosso deles encontrava:

Quantos conseguiam realizar o seu sonho? Em 1000 emigrantes, 10 enriqueciam, 100 eram remediados, os restantes sobreviviam, segundo uma estimativa do Rio de Janeiro, a principal zona de fixação dos emigrantes portugueses. (PEREIRA, 1981, p. 34)

O que significava, então, esta simples sobrevivência de praticamente 90% dos imigrantes portugueses que escolheram o Rio como porto de seus sonhos? O comércio era visto, em Portugal, como a grande chance de enriquecimento para os que emigravam (MENEZES, 2000, p. 166), e a zona urbana - e não a rural - é que parecia ter a capacidade de fazer frutificar os sonhos de *Fortuna* (RIBEIRO, 1990, p. 16). Não causa espanto, portanto, o fato de que a grande maioria dos que chegavam ao Cais Pharoux fosse trabalhar como caixeiro num dos inúmeros armazéns espalhados pela Cidade Velha ou, quando isso não era possível, sobreviver do pequeno comércio ambulante nas ruas, vendendo desde vassouras até aves vivas, ou mesmo trabalhando como estivador na zona portuária.

Um elemento marcante nas relações de trabalho que se estabeleciam entre os imigrantes portugueses era a de paternalismo. Não era incomum que os portugueses recém-chegados à cidade se colocassem sob os cuidados de outros patrícios, chegados há mais tempo e já estabelecidos no mercado de trabalho local como proprietários de armazéns de secos e molhados, padarias ou outros tipos semelhantes de empreendimentos comerciais. Na

verdade, segundo Gladys Sabina Ribeiro, "passavam a habitar debaixo do mesmo teto do patrão e a comer sua comida" (RIBEIRO, 1990, p. 21).

Outro fato a destacar-se, no que diz respeito ao trabalho dos imigrantes no Brasil da Primeira República, é que sua chegada ao país representava a tentativa estatal de dar um novo significado ao trabalho, retirando-lhe o sentido degradante e violento da escravidão e associando-o ao caráter edificante e positivo do enriquecimento moral e material. Essa postura vale não somente para a imigração portuguesa, mas também para a de italianos, alemães, japoneses, sírio-libaneses e tantas outras etnias que desde então se fixaram no Brasil.

Além do comércio, o setor produtivo que oferecia numerosos postos de trabalho no Rio de Janeiro era o de serviços. E essa também foi uma área ocupada grandemente por imigrantes portugueses. Empregavam-se como ferreiros, cocheiros, pedreiros, leiteiros, pescadores, padeiros, cozinheiros, motoristas, carvoeiros, jardineiros, sapateiros e em diversas outras atividades, que faziam fervilhar as ruas da cidade, num vaivém frenético que praticamente não tinha hora para acabar (RIBEIRO, 1990; MENEZES, 2000; NOGUEIRA, 2000; LOBO, 2001).

A disposição para o trabalho foi uma das características associadas, desde cedo, ao trabalho do imigrante português na cidade. O objetivo maior era acumular uma significativa poupança, para retornar à *terrinha*, e por isso a maior parte dos lusos se sujeitava a condições de trabalho impensáveis em nossos dias, bem descritas então pelo jornalista Luiz Edmundo:

Porque sofra, na terra mirrada e pobre onde nasceu, frio, descrença e fome, (...) trepa para um navio, saco às costas e, confiante e tranqüilo, deixa que ele o conduza e o encaminhe até nós.

Na hora de embarcar ouviu isto:

- Para com teu patrão, meu rico filho, muita submissão e respeito, que outro não será o que há de te dar, na falta de teu pai, a mesa, o ensino e o futuro.

*(...)* 

Chega à proa de um vapor, consignado a uma firma comercial qualquer (...). E como ele, chegam milhares.

(...)

Dorme o escravo branco, recém-chegado à terra, sobre uma tábua nua, pousada sobre dois caixotes.

(...) Cresce, engorda, assim mesmo. O pé já não entra na tamanca. Com a idade vai aprendendo a conhecer o mundo pela filosofia do patrão. (COSTA, 1957, v. 2, p. 358-362)

Dormir sobre caixotes, não ter dia de descanso remunerado, trabalhar por até 16 ou 17 horas, com pequenos intervalos para uma parca refeição: essa era a realidade da grande maioria dos que labutavam como caixeiros. Não difere muito de como viviam os escravos

nas senzalas, anos antes. Na verdade, era comum serem chamados de "escravos brancos", como o fez Luiz Edmundo.

Em outras atividades, muitas vezes o quadro não era muito diverso. João do Rio, em várias de suas crônicas, tais como "Os trabalhadores de estiva" e "A fome negra", denunciou a miséria em que vivia boa parte dos imigrantes portugueses (BARRETO, 1999). A incerteza da sobrevivência, o imediatismo do dia-a-dia, tudo isso justificava o aceite de condições tão duras de trabalho, mas talvez o que mais pesasse neste quadro fosse o medo do fracasso, o voltar à aldeia na *terrinha* de alforje roto e vazio. Por isso, quando apenas se sobrevivia, sem conseguir amealhar grandes economias, o melhor era continuar levando a vida nas ruas do Rio, conseguindo o pão de cada dia através de biscates ou de outro expediente que garantisse continuar *tocando o barco*. O problema é que muitas dessas atividades simplesmente viram seu espaço de existência desaparecer com o *bota-abaixo*. Torna-se significativa à alusão ao passado que deixou de existir nas ruas cariocas numa famosa charge de Raul Pederneiras:

A vida nas ruas do Rio antes da remodelação de Pereira Passos teve como um de seus símbolos o quiosque: módulo, geralmente de madeira, instalado nas ruas e praças, que inicialmente vendia loterias e jornais e que, com o tempo, passou a ser ponto de venda também de todo tipo de miudezas, inclusive alimentos e bebidas alcoólicas, e ao qual todo trabalhador recorria para tomar um trago ou saborear um petisco para enganar a fome. João do Rio mostra sua importância para o trabalhador pobre do início do século:

Às cinco da manhã ouvia-se um grito de máquina rasgando o ar. Já o cais, na claridade pálida da madrugada, regurgitava num vai-e-vem de carregadores, catraieiros, homens de bote e vagabundos maldormidos à beira dos quiosques. Abriam-se devagar os botequins ainda com os bicos de gás acesos; no interior os caixeiros, preguiçosos, erguiam os braços com bocejos largos. Das ruas que vazavam na calçada rebentada do cais, afluía gente, sem cessar, gente que surgia do nevoeiro, com a mão nos bolsos, tremendo, gente que se metia pelas bodegas e pára à beira do quiosque numa grande azáfama. (BARRETO, 1999, p. 256)

O comércio das ruas, os biscateiros e ambulantes, os carregadores, na verdade, fervilhavam em torno dos quiosques, o que para muitos intelectuais cariocas era motivo de verdadeira ojeriza:

Cada quiosque mostra, em torno, um tapete de terra úmida, um círculo de lama. Tudo aquilo é saliva. Antes do trago, o pé-rapado <u>cospe</u>. Depois, vira nas goelas o copázio e suspira um <u>ah!</u> que diz satisfação, gozo, conforto. Nova cusparada. E da grossa, da boa (...). (COSTA, 1938, v. 1, p. 118. Grifo do autor)

O mundo do trabalho dos imigrantes naqueles dias idos, contudo, não se restringia aos homens portugueses presentes na rua, no comércio ou na estiva, convivendo e vivendo em torno dos quiosques e dos tragos e cusparadas. Apesar de as mulheres terem representado

uma parte significativamente reduzida dos imigrantes portugueses chegados ao Brasil<sup>20</sup>, elas também disputavam um lugar ao sol neste mundo. Iam trabalhar como criadas nas casas mais abastadas, como lavadeiras autônomas, como quituteiras, como parteiras, como vendedoras de miudezas. Podiam se lançar à labuta pelos mais variados motivos: sustentar os filhos pequenos ou os pais depois de uma viuvez precoce; ajudar a reforçar as finanças familiares, mesmo quando ainda solteiras ou já casadas<sup>21</sup>.

O trabalho visto como forma de possível enriquecimento pelo imigrante, todavia, estava associado eminentemente ao trabalho masculino. Quando a *Fortuna* chegava, ela vinha através do trabalho diuturno e da poupança feita nos tempos de caixeiro ou, em raras ocasiões, pelo controle do negócio deixado pelo patrão que retornara à *terrinha*. O meio de enriquecimento era sempre o do comércio estabelecido, nunca o da estiva ou dos biscates de rua. Na verdade, era mais fácil remeter as economias para a família que ficara em Portugal, onde o câmbio extremamente favorável e os salários mais baixos faziam pequenas economias se multiplicarem *miraculosamente*, do que efetivamente melhorar de vida no Brasil.

Eulália Maria Lahmeyer Lobo, citando o jornalista lusófobo Antônio Torres, afirma que na cidade do Rio de Janeiro, em 1923, cerca de 85% das empresas comerciais pertenciam a portugueses, os quais Torres acusava de dar preferência "aos artigos importados da pátria" e ao "pessoal conterrâneo", remetendo os lucros para a terrinha e para lá retornando quando já enriquecidos (LOBO, 2001, p. 35).

O que se pode afirmar é que a classe média e média alta que iria se constituir em meio à colônia luso-carioca especialmente a partir da década de 10 tinha raízes deitadas no balcão dos armazéns da Cidade Velha: era o comércio, a grosso e a varejo, de produtos comuns ou sofisticados, nacionais ou importados, que lhe daria estofo e *status*.

#### Anexos

Tabela I Evolução da População Portuguesa na Cidade do Rio de Janeiro (1890/1920)

Ano	População Brasileira	População Total da Cidade do Rio de Janeiro	Portugueses na Cidade do Rio de Janeiro	% dos Portugueses Sobre População do Rio de Janeiro	Estrangeiros na Cidade do Rio de Janeiro	% dos Portugueses Sobre Estrangeiros no Rio de Janeiro
1890	14.333.915 <sup>A</sup>	522.651 <sup>E</sup>	106.461 <sup>E</sup>	20,37 %	155.202 <sup>E</sup>	68,60 %
1906	17.438.434 <sup>A</sup>	811.443 <sup>B</sup>	133.393 <sup>B</sup>	16,44 %	210.515 <sup>B</sup>	63,36 %
1920	30.635.605 <sup>A</sup>	1.157.873 <sup>c</sup>	172.338 <sup>D</sup>	14,88 %	239.129 <sup>E</sup>	72,07 %

FONTES: A - IBGE (1996); B - Chalhoub (1986, p. 24-26);

C - IBGE (1995); D - Pereira (1981, p. 253); E - Lobo (2001, p. 46).

Tabela II População Portuguesa no Brasil (1920)

HOMENS	MULHERES	TOTAL
117.604	54.734	172.338
101.915	65.283	167.198
21.398	7.263	28.661
13.412	4.816	18.228
11.257	2.954	14.211
7.249	2.075	9.324
5.726	1.889	7.615
3.757	1.052	4.809
2.602	743	3.345
1.402	406	1.808
1.323	405	1.728
1.096	214	1.310
544	87	631
544	81	625
413	93	506
227	77	304
230	66	296
181	56	237
106	25	131
95	30	125
64	17	81
53	13	66
291.198	142.379	433.577
	117.604 101.915 21.398 13.412 11.257 7.249 5.726 3.757 2.602 1.402 1.323 1.096 544 413 227 230 181 106 95 64 53	117.604       54.734         101.915       65.283         21.398       7.263         13.412       4.816         11.257       2.954         7.249       2.075         5.726       1.889         3.757       1.052         2.602       743         1.402       406         1.323       405         1.096       214         544       87         544       81         413       93         227       77         230       66         181       56         106       25         95       30         64       17         53       13

LEGENDA: \* - Cidade do Rio de Janeiro; \*\* - Estado do Rio de Janeiro. FONTE: Pereira (1981, p. 253).

Tabela III População Portuguesa no Brasil (1929)

ESTADO	TOTAL DE PORTUGUESES
Distrito Federal *	272.338
São Paulo	281.418
Rio de Janeiro **	31.527
Minas Gerais	20.050
Pará	15.631
Rio Grande do Sul	9.324
Amazonas	8.376
Pernambuco	5.289
Bahia	3.679
Paraná	1.998
Espírito Santo	1.900
Mato Grosso	1.572
Maranhão	687
Santa Catarina	556
Goiás	334
Ceará	325
Alagoas	260
Paraíba	144
Sergipe	137
Rio Grande do Norte	89
Piauí	72
TOTAL	655.706

LEGENDA: \* - Cidade do Rio de Janeiro; \*\* - Estado do Rio de Janeiro.

OBS.: os dados não incluem a população portuguesa residente no Território do Acre

FONTE: Simões (1934, p. 34).

Tabela IV Emigração Portuguesa: porcentagem por sexo e idade (1901/1921)

ANOS	Adultos	Crianças com 14 Anos ou Menos	Total Emigrados	% de Crianças sobre Total de Emigrados	Adultos de Sexo Masculino	% de Sexo Masculino sobre Total de Adultos	Adultos de Sexo Feminino	% de Sexo Feminino sobre Total de Adultos
1901/1905	128.400	26.214	154.614	16,95	94.396	73,52	34.004	26,48
1906/1910	197.809	34.805	232.614	14,96	152.827	77,26	44.982	22,74
1911/1915	271.225	57.837	329.062	17,58	185.614	68,44	85.611	31,56
1916/1920	153.634	22.330	175.964	12,69	101.946	96,36	51.688	33,64
1921	24.523	2.013	26.536	7,59	17.937	73,14	985.9	26,86
TOTAIS	775.591	143.199	918.790	15,58	552.720	71,26	222.871	28,74

FONTE: Lobo (2001, p. 140).

#### Notas

- <sup>1</sup> Este texto constitui o segundo capítulo da Tese de Doutorado intitulada Saudades d'alémmar: um estudo sobre a imigração portuguesa no Rio de Janeiro através da revista 'Lusitania' (1929-1934), apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal da Paraíba em julho de 2003. A versão aqui apresentada sofreu pequeníssimas modificações em relação à original.
- <sup>2</sup> Historiadora, Doutora em Sociologia pela Universidade Federal da Paraíba. Professora Adjunta do Departamento de História e do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal da Paraíba. E-Mail: <cms-oliveira@uol.com.br>. Sítio eletrônico: <http://cms-oliveira.sites.uol.com.br/>.
- <sup>3</sup> Ver *Anexos*, Tabelas I e II.
- <sup>4</sup> Período imediatamente posterior à instalação da República no Brasil (1889-1891) quando, como consequência da grande expansão do crédito para empresas industriais através da abertura de capitais e emissão de ações, surgiram numerosas sociedades anônimas e foi intensa a especulação com papéis no mercado financeiro, levando muitas destas indústrias à quebradeira. O termo "encilhamento" é uma alusão sarcástica ao turfe: trata-se do momento em que as montarias recebem as selas e se intensifica o número de apostas, imediatamente antes do início do páreo.
- O termo, originariamente, refere-se aos naturais da região espanhola da Galiza, no norte do país. No Brasil da Primeira República, contudo, passou a ser usado para designar depreciativamente os imigrantes portugueses, associando-os ao atraso econômico daquela região rural e pobre da Espanha. Existiram muitos outros termos depreciativos que foram usados pelos brasileiros para "nomear" os portugueses em fins do século XIX e início do século XX: abacaxi, bicudo, boaba ou boava. emboaba ou emboava, candango, caneludo, chumbinho, cotruco, cupé, cutruca, jaleco, japona, labrego, marabuto, marinheiro, maroto, marreta, mascate, matruco, mondrongo, novato, parrudo, pé-de-chumbo, portuga, puça, sapatão, talaveira.
- <sup>6</sup> O Cais Pharoux era o antigo local de desembarque de passageiros na zona portuária do Rio de Janeiro. Funcionava próximo à área onde hoje está o terminal das barcas que fazem o transporte de passageiros entre o Rio e Niterói, na Praça XV, antigo Largo do Paço. Ver *Anexos*, Mapa I.
- <sup>7</sup> Era enorme a desproporção entre homens e mulheres na comunidade de imigrantes lusos no início da República. O grande número de homens solteiros é explicado por uma série de fatores, dentre eles a fuga do serviço militar

- obrigatório em Portugal (o que fazia com que muitos emigrassem ainda rapazes, com menos de 14 anos de idade) e, também, a ideia corrente de que seria mais fácil fazer fortuna sozinho, trabalhando o máximo de horas possível e economizando até mesmo nos gastos com as necessidades básicas, a fim de amealhar um capital considerável e, depois, retornar a Portugal. Ver *Anexos*, Tabela IV.
- O termo designava o empregado do comércio que trabalhava tanto atendendo os clientes ao balcão como, também, aquele que exercia outras atividades nos estabelecimentos comerciais, como entrega de mercadorias a domicílio, controle de estoque, limpeza da loja, etc. Na verdade, os caixeiros do comércio carioca da Primeira República eram genuínos "faz-tudo". Muitas vezes dormiam no estabelecimento comercial em que eram empregados, sobre o próprio balcão de serviço, podendo o horário de labuta estenderse por até 17 ou 18 horas ininterruptas, indo das 6 ou 7 da manhã até a meia-noite (MENEZES, 2000, p. 176).
- <sup>9</sup> Talvez se origine daí a prática brasileira, ainda extremamente comum, de se criar e repetir jocosa e galhardamente as infames "piadas de português". Segundo Lená Medeiros de Menezes:
- "Os ex-colonizadores, responsabilizados pelo atraso, sofreram a discriminação e mesmo a perseguição em determinadas conjunturas. Seus hábitos tornaram-se alvos de desprezo e piadas, ironizados de formas variadas" (1996, p. 30).
- O conceito de que os imigrantes portugueses do início do século passado eram mais "broncos" e "ignorantes" do que os brasileiros foi definitivamente derrubado por Eulália Lobo (2001, p. 141-142), ao constatar que as taxas de analfabetismo entre os brasileiros, no Rio de Janeiro do início do século passado, eram ligeiramente mais elevadas (49%) do que entre os lusos que também moravam na cidade (42%) em 1912. Apenas seis anos antes, em 1906, esses números eram quase idênticos (44,3% para os portugueses e 48,67% para os brasileiros).
- Acredito que tal associação se sedimentou mais profundamente no imaginário brasileiro após a publicação de romances como *O cortiço*, além de crônicas tratando do tema em jornais cariocas daquele período.
- <sup>12</sup> Capote com pelerine e sem mangas.
- <sup>13</sup> Estrado de madeira onde dormem os soldados, nos quartéis e postos de guarda ou, por alusão, cama rude, dura, desconfortável.
- <sup>14</sup> Palidez.

<sup>15</sup> Conjunto de paroquianos ou habitantes de uma área administrativa delimitada por uma paróquia eclesiástica. As freguesias citadas delimitam as áreas do Largo da Carioca e da Praça Tiradentes (Santo Antônio); Praça de República (Santana); Morro de São Bento (Santa Rita) e Morro do Senado (Glória). Ver Mapa I e Mapa II, *Anexos*.

<sup>16</sup> O termo se refere a Georges Eugène Haussmann (1809-91), urbanista francês que extensivamente redesenhou Paris sob o reinado de Napoleão III (1852-70). Seus projetos incluíram a construção de novos e mais largos bulevares, a instalação da estação ferroviária fora da área central da cidade, e novos parques - em particular, o Bois de Boulogne, Grandes setores da Paris medieval foram varridos do mapa por sua reconstrução da cidade. As formas dominantes nos projetos de Haussmann eram as de largos e longos bulevares, pontuados por praças circulares, propiciando vistas soberbas dos principais monumentos parisienses, tais como a Ópera e o Arco do Triunfo. Suas inovações tiveram uma forte influência em muitos dos projetos de reurbanização do início do século XX efetivados na Europa, na América Latina (especialmente Brasil e Argentina), e em muitas colônias francesas então espalhadas pelo mundo.

<sup>17</sup> É possível considerar-se a urbanização de perfil haussmanniano do Rio de Janeiro no início do século XX, como um modelo alternativo de panóptico: ao invés de observar e controlar uma silhueta cativa numa jaula (FOUCAULT, 1977, p. 177), o poder público carioca passou a observar e controlar os espaços externos, a rua, a vida pública. A modernidade impôs novos padrões de consumo e comportamento que expulsaram para a periferia aqueles que não se ajustavam ao que então passou a ser considerado aceitável no novo tracado urbano da área central da cidade. Os que antes podiam ali circular livremente, como estivadores, carregadores, biscateiros e ambulantes em geral, passaram a ter locais e horários restritos de circulação. Ao ir morar na periferia, longe do local de trabalho, as camadas mais pobres da população se viram impedidas de permanecer nas ruas do centro até altas horas e de praticar a boêmia, restringindo drasticamente suas opções de

#### Bibliografia

BARRETO, João Paulo Emílio Cristóvão dos Santos Coelho (João do Rio). *A alma encantadora das ruas*. Organização e notas de Raúl Antelo. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

CARVALHO, José Murilo de. *Os bestializados:* o Rio de Janeiro e a República que não foi. 3. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1999 [1987].

CHALHOUB, Sydney. *Trabalho, lar e botequim:* o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da Belle Époque. São Paulo: Brasiliense, 1986.

COSTA, Luiz Edmundo. *O Rio de Janeiro do meu tempo*. 3 vols. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1938.

. O Rio de Janeiro do meu tempo. 2 vols. 2. ed. Rio de Janeiro: Conquista, 1957.

DIAS, Vanessa Tavares. O ideário imigrantista e a literatura de ficção: a imagem do imigrante português no Brasil. In: III Jornada de Pesquisadores em Ciências Humanas da UFRJ. *Anais*. Rio de Janeiro: IFCS-UFRJ, 1996. Disponível em: <a href="http://www.cfch.ufrj.br/jor\_pesq/lmigra/dias.html">http://www.cfch.ufrj.br/jor\_pesq/lmigra/dias.html</a>. Acesso em: 3 jan. 2000.

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir:* nascimento da prisão. Tradução de Lígia M. Pondé Vassallo. Petrópolis: Vozes. 1977.

GRAHAM, Sandra Lauderdale. *Proteção e obediência:* criadas e seus patrões no Rio de Janeiro (1860/1910). Tradução de Viviana Bosi. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Anuário estatístico do Brasil. Brasília: IBGE, 1995.

. Anuário estatístico do Brasil. Brasília: IBGE, 1996.

LEITE, Joaquim da Costa. O Brasil e a emigração portuguesa (1855-1914). *In:* FAUSTO, Boris (org.). *Fazer a América:* a imigração em massa para a América Latina. 2. ed. São Paulo: EDUSP, 2000, p. 177-200.

LOBO, Eulalia Maria Lahmeyer. Imigração portuguesa no Brasil. São Paulo: Hucitec, 2001.

Depois da inauguração do Teatro Municipal, em 14 de julho de 1909.

<sup>&</sup>lt;sup>19</sup> Tipo comum nas charges dos periódicos cariocas da Primeira República, representava genericamente a população de baixa renda da cidade.

<sup>&</sup>lt;sup>20</sup> Ver Tabelas II e IV. *Anexos*.

<sup>&</sup>lt;sup>21</sup> Sobre o trabalho feminino no Rio de Janeiro do final do século XIX e início do século XX, ver GRAHAM (1992).

MARINS, Paulo César Garcez. Habitação e vizinhança: limites da privacidade no surgimento das metrópoles brasileiras. In: NOVAIS, Fernando A. (coord.) & SEVCENKO, Nicolau (org.). *História da vida privada no Brasil - volume 3:* República - da Belle Époque à Era do Rádio. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p. 131-214.

MENEZES, Lená Medeiros de. *Os indesejáveis:* desclassificados da modernidade. Protesto, crime e expulsão na Capital Federal (1890-1930). Rio de Janeiro: EdUERJ, 1996.

\_\_\_\_\_\_. Jovens portugueses: histórias de trabalho, histórias de sucessos, histórias de fracassos. In: GOMES, Angela de Castro. (org.). *Histórias de imigrantes e de imigração no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2000, p. 164-182.

NOGUEIRA, Ana Maria de Moura. No ritmo da banda: histórias da comunidade lusa da Ponta D'Areia. In: GOMES, Angela de Castro. (org.). *Histórias de imigrantes e de imigração no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2000, p. 183-206.

PEREIRA, Mirian Halpern. *Política portuguesa de emigração* (1850 a 1930). Lisboa/ Porto: A Regra do Jogo, 1981.

RIBEIRO, Gladys Sabina. *Mata galegos*: os portugueses e os conflitos de trabalho na República Velha. São Paulo: Brasiliense, 1990 (Col. "Tudo é História", vol. 129).

SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como missão:* tensões sociais e criação cultural na Primeira República. São Paulo: Brasiliense, 1983.

SIMÕES, Nuno. *O Brasil e a emigração portuguesa:* notas para um estudo. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1934.

# Memórias religiosas no bairro carioca de Santa Teresa

João Marcus F. Assis – Doutor em Ciências Sociais. Docente e pesquisador da UNIRIO. Participa do Grupo de Pesquisa Memória e História de bairros do Rio de Janeiro vinculado ao Curso de História da UNIRIO. Coordenador de Pesquisa intitulada: Documentação Eclesial Católica: registros escritos e orais na constituição de memórias religiosas.

jmfassis@hotmail.com

Maria Evonilde Chaves – Psicóloga e Pedagoga, Especialista em Psicopedagogia e participante do Grupo de Pesquisa Memória e História de bairros do Rio de Janeiro vinculado ao Curso de História da UNIRIO.

evoassis@yahoo.com.br

#### **RESUMO**

O nostálgico bairro de Santa Teresa na cidade do Rio de Janeiro é por si só, um convite a recordações. Apesar de localizado na região central da cidade, pouco sofreu com modificações arquitetônicas, conservando antigos sobrados, templos, ruas estreitas sem calçadas, o bonde e uma aparência provinciana. Segundo seus moradores, pouca mudança tem ocorrido naquele lugar. Entre outras perspectivas nessa pesquisa sobre o bairro carioca, nosso enfoque é o caráter religioso presente nas memórias de seus moradores. Focamos nossa análise na construção de pertenças sociais possibilitadas pela experiência religiosa dos entrevistados. Nosso interesse encontra-se na abordagem sobre a inserção da experiência pessoal na constituição da memória sobre o bairro e como a vivência religiosa contribui para tal inserção.

**Palavras-chave:** Bairro de Santa Teresa. Memória Social. Identidade Religiosa.

#### ABSTRACT

The nostalgic district of Santa Teresa itself, in Rio de Janeiro City, invites to a voyage across memories. Despite of its geographical positions, placed in the center of the city, Santa Teresa hasn't suffered so much with the architectonic modifications along the time. Its old lofts are preserved as well as its temples, narrow streets without sidewalks and the streetcar, presenting a kind of provincial appearance. According to its inhabitants, very few changes may be observed in that space. Thus, among many aspects we will emphasize, in our research about Santa Teresa, the religious character that is very evident in the memories of the people that live there. We will also investigate the construction of social ties stimulated by the personal religious experience of each interviewed. Finally, we will concentrate in the importance of the personal experience for the construction of the memory of a certain district and how the religion experience may contributes to it.

**Key-words:** Santa Teresa. Social Memory. Religious Identity.

ste trabalho é resultado de pesquisa sobre a constituição de memórias em bairros da cidade do Rio de Janeiro, RJ.¹ No momento nos atemos ao bairro de Santa Teresa, localizado na região central da cidade. Tomamos como referência, moradores de um bairro carioca com especificidades ressaltadas por seu caráter bucólico e saudosista, o bairro de Santa Teresa.

Optamos pelo Método da História Oral como forma de coleta e análise de dados. Esta se adequa aos nossos propósitos de pesquisa, pois permite perceber a Memória como construção e reconstrução permanentes em meio ao jogo de forças da sedimentação e das transformações sociais. São atualizações constantes do processo identitário de sujeitos e coletividades que, ao mesmo tempo cedem a determinados critérios necessários de atualização às novas exigências do presente, pois é aí no presente que as memórias se constituem e se renovam, ao mesmo tempo em que apresentam elementos de reconhecimento social em substratos que resistem ao tempo.

Neste artigo visamos encaminhar nosso debate para a análise do processo de constituição de um ordenamento de trajetórias tanto em âmbito individual quanto coletivo tendo a religião como elo de vinculação ou de coesão frente à fragmentação das relações sociais na cidade moderna. Alguns elementos são fundamentais para compreendermos tal processo, como a função do espaço e do tempo na visão sobre a experiência pessoal e coletiva no bairro e na cidade, a cosmologia religiosa que embasa tal visão e o processo narrativo como con-textualizador da subjetividade contida nessas experiências.

## Cidade moderna e cosmologia religiosa

Na sociedade moderna, a cidade apresenta-se para as Ciências Sociais como um complexo e intrincado emaranhado de relações sociais. O espaço urbano amplia a possibilidade de pertenças e de adesão a valores identitários antes inimagináveis, sendo um dos elementos fundamentais para entendermos o mundo contemporâneo. Contribui ainda para transformar nossa experiência e visão sobre o espaço e o tempo. Não se encontra em jogo somente o entendimento tradicional sobre tais elementos, mas ampliam-se as referências a espaços e tempos imaginários e virtuais (BARROS, 2006).

No início do século XX, pesquisadores interessados no fenômeno social urbano se debruçaram sobre seus diversos aspectos. Para os sociólogos e antropólogos da denominada Escola de Chicago a cidade se constituía em um grande laboratório de pesquisa. Entretanto, o que é designado por tais pesquisadores como "fenômeno urbano", ultrapassa os próprios limites ou fronteiras da cidade, constituindo-se em verdadeiro modo de vida. Tal modo de vida exerce poder de influência para além do centro da cidade, congregando e interligando outras áreas, povos e atividades, mesmo remotas.

Na distinção do urbanismo como forma de vida, três elementos apresentam-se como relevantes, sendo eles o tamanho do agregado populacional, a densidade e a heterogeneidade.

(WIRTH, 1987). No que concerne ao primeiro elemento, podemos dizer que o aumento do número de indivíduos em um grupamento significa uma maior diferenciação entre eles e uma significativa variação de laços pessoais, ocupações, culturas e idéias. Os vínculos entre tais indivíduos sofrem também uma perda de coesão, podendo mesmo desaparecer, assim como acarretar a impossibilidade de grande número de relações pessoais diretas.

O segundo elemento, a densidade, significa a relevante concentração humana num espaço limitado, o que também ocasiona diferenciação e especialização. Fatores físicos como acessibilidade, salubridade, determinam o atrativo para certas áreas, enquanto fatores significantes como renda, características raciais e étnicas, preferências e preconceitos contribuem para se efetuar uma seleção na ocupação espacial. As formas de seleção e ocupação contribuem para gerar uma variação dentro do espaço urbano, destacando suas áreas pelas funções especializadas que lhes cabem. Em uma realidade onde os contatos físicos são estreitos, mas os contatos sociais distantes, privilegia-se o reconhecimento visual. Dessa forma, o uniforme, a vestimenta, os sinais, passam a orientar as relações.

Por fim, o terceiro elemento destacado por Wirth, a heterogeneidade, conduz à percepção de que a interação social em um universo variado, tende a complexificar a estruturação de classes devido a uma considerável mobilidade do indivíduo entre diversos grupos diferenciados. Isso conduz a um "status flutuante" (WIRTH, op. cit., p.104), o que acarreta a aceitação de uma instabilidade e insegurança. O indivíduo filia-se a diversos grupos sem que nenhum deles detenha sua fidelidade exclusiva. Cada grupo é uma referência a um segmento da personalidade individual. Como decorrência da circulação e da mobilidade social, ocorreria uma rápida e constante substituição dos membros dos grupos.

O desenvolvimento do transporte e da comunicação ampliou as oportunidades de associação e multiplicou os contatos, ao mesmo tempo tornadas transitórias e instáveis. Assim, as relações sociais são complexificadas e são constituídos tipos individuais novos e divergentes. As áreas denominadas de vizinhança, de contato e proximidade entre vizinhos vão perdendo em significância frente ao universo da cidade. Uma vez que ao indivíduo é possibilitado viver em diversos mundos diferentes, a permanência e a intimidade da vizinhança tendem a ser destituídas ou transformadas em seu significado.

A partir das contribuições desse teórico vinculado ao pensamento da Escola de Chicago, podemos entender que a vida urbana apresenta-se na busca do equilíbrio entre a liberdade e a segurança. O cotidiano urbano na contemporaneidade conduz a transformações no entendimento das noções espaciais e temporais sedimentadas pelas ciências até então. As práticas cotidianas impactadas pela introdução e institucionalização das inovações tecnológicas conduzem a novas experiências. Pode haver conflitos entre o "tempo social" e o "tempo local" onde se encontram ou pelos quais passam os indivíduos no decorrer de seu dia (GUMBRECHT, 1998).

Essa nova experiência contemporânea traz também a possibilidade de se inserir e interagir com uma multiplicidade de mundos. A televisão, a internet, os diversos meios de comunicação e informação. Embora a mutabilidade e variabilidade sejam evidentes, o tempo e o espaço na contemporaneidade se caracterizam pela continuidade amorfa provinda de um alongamento do tempo presente, uma protelação do tempo futuro e a convivência de uma multiplicidade de temporalidades vivenciadas simultaneamente.

A liberdade no mundo urbano contemporâneo estaria nas possibilidades de inúmeras pertenças. Cada usuário pode selecionar e combinar, individualmente a multiplicidade de mundos que lhe é apresentada. O espaço e o tempo encontrar-se-iam, portanto, submetidos à vontade individual. Entretanto tal liberdade ou autonomia conflita com a necessidade de segurança (BAUMAN, 2003). É possível, por isso, entendermos o reforço feito, em diversos ambientes, para uma recuperação do sentido do bairro, da vizinhança, das ações comunitárias e coletivas em nível local.

O autor citado acima demonstra que a liberdade e a segurança entram em conflito pela prevalência na vida do indivíduo. A busca por relações "comunitárias" seria o exemplo mais imediato de tal conflito. Buscamos gerar um circulo de pertença e de confiabilidade ao mesmo tempo em que limitamos nossas ações à aceitabilidade do grupo. É sempre um jogo de perdas de ganhos.

Como afirmamos no início desse artigo, a religião é um caminho para a segurança frente ao caos moderno. Não parece sem propósito que o reforço atual seja o de pertença a uma congregação, uma igreja ou a um grupo religioso. Tal evidência pode ser observada principalmente no universo cristão. O catolicismo, por exemplo, desde os anos de 1960 vêm buscando sedimentar tal forma de pensar e agir, impulsionando uma participação do fiel a partir da pertença a determinado grupo (ASSIS, 2008). Talvez o conflito maior esteja na impossibilidade de controle religioso sobre as várias pertenças individuais, o que não conseguiria garantir uma adesão religiosa única ou mesmo uma adesão decisiva à instituição religiosa.

Entretanto, não é essa nossa discussão nesse artigo. O que aqui nos interessa é pensar a religião como tentativa de inscrição em trajetórias pessoais e coletivas em um determinado bairro, o bairro carioca de Santa Teresa, sendo a constituição de subjetividades um processo relevante nesse projeto.

# Subjetividade, narração e memória

Quando nos perdemos nos meandros do esquecimento ou segundo Freud, do inconsciente, o que nos salva é a capacidade que temos de fazer memória, narrando o vivido, evocando o passado no presente. Muito embora os contextos sejam diferentes, passado e presente, ambos constituem nosso tempo histórico.

Por meio da narrativa as pessoas expressaram a compreensão que elas têm de si dentro do contexto a que se referem e o que apreendem desse contexto. Segundo Lane (1984), tratase de uma fala condicionada ao quanto se conhece do espaço focado.

Por sua vez, Benjamin (1994) entende a narrativa como forma artesanal de comunicação e ao mesmo tempo o meio facilitador capaz de refletir a experiência vivida pelo ser humano. Por sua característica oral a narrativa mantém as tradições e as transmite. Há espaço para livre interpretação da história narrada, dando ao episódio uma amplitude não contida na mais recente forma de comunicação que é a informação. Segundo ele, um acontecimento lembrado não tem limites, pois trata-se apenas de uma chave para tudo o que veio antes e depois. É um meio de intercambiar experiências. A narrativa torna o ouvinte em outro potencial narrador, como aproximação da experiência tal como ela foi vivida pelo narrador.

A modalidade da narrativa mantém os valores e percepções presentes na experiência narrada. Não tendo a preocupação de informar e sim de contar sobre o vivido. A experiência narrativa passa, portanto, pelo espaço da subjetividade.

Apoiada em Vigotsky, Gonçalves (2001) aponta a subjetividade como constitutiva da mediação nas relações sociais, onde o plano intersubjetivo converte-se em plano intrasubjetivo, mediada pela linguagem. Trata-se de um instrumento que internaliza, ao nível da categoria psicológica, a objetividade das relações sociais.

O homem moderno foi investido de disciplina capaz de configurar uma individualidade e uma interioridade, fabricadas por meio de mecanismos que visam circunscrevê-lo nos espaços habitados, no controle de suas atividades e na organização do seu tempo (Foucault, 1984).

Focalizando o pensamento de Guattari, Leite e Dimenstein (2002) apontam a subjetividade como capaz de descrever o conjunto das condições que torna possível que as instâncias individuais e/ou coletivas estejam em posição de emergir como território autoreferencial. Cabe ao modo de subjetivação expressar-se num plano coletivo, capaz de conectar o indivíduo ao processo grupal.

Por este motivo, a produção de subjetividade encontra-se inscrita nas esferas, conscientes, inconscientes, dos afetos e da memória. Não é difícil constatar tal assertiva, uma vez que a mídia associa determinados produtos lançados no mercado a um estilo de vida, a uma modalidade subjetiva. Isso se dá por meio das propagandas diversas como de cigarro, moda, alimentos, no cuidado com o corpo, nas literaturas descartáveis, entre outras. A subjetividade apresenta-se também como relevante na constituição de agentes sociais, como é nossa perspectiva de abordagem neste trabalho.

# O ordenamento religioso cristão no bairro de Santa Teresa

Nosso debate insere-se em um universo de pesquisa mais amplo que é o projeto de investigação sobre memória e história de bairros do Rio de Janeiro a partir de um grupo de pesquisadores envolvidos nos mais diversos aspectos do espaço social dos bairros. Na

etapa atual do projeto estamos abordando tal perspectiva a partir do bairro de Santa Teresa, sendo nosso interesse específico, dentre os interesses dos demais pesquisadores as instituições religiosas e seus agentes. Aqui nos utilizaremos da narrativa oral de três de nossos entrevistados, o pároco católico da Matriz de Santa Teresa, Dona Guiomar, fiel católica, antiga moradora do bairro e a Reverenda Inamar, pastora Anglicana da Catedral de São Paulo, localizada no bairro.

Santa Teresa apresenta aspectos interessantes quanto ao exposto acima, pois seus moradores, visitantes ou admiradores o identificam como um espaço atípico frente ao contexto geral da cidade.

Mas hoje eu aprecio Santa Teresa, eu gosto muito do bairro, porque é um bairro com o qual eu tenho muitas afinidades. A identidade bem demarcada que o bairro tem. Tudo me lembra um pouco as cidades do interior, pois Santa Teresa tem algo assim, então me lembra um pouco as minhas raízes, de algum modo, e também o fato de ser poeta.

Afirma Padre Silmar, morador do bairro há aproximadamente quatro anos. Em seus trabalhos religiosos havia morado anteriormente no bairro da Barra da Tijuca e identifica várias diferenças entre os dois bairros. Acostumado com o outro bairro, sua identificação com Santa Teresa parece ter se dado, ao menos pelo apresentado em sua narrativa, por aspectos relacionados com sua trajetória subjetiva, a infância em uma cidade do interior e a arte da poesia. Afirma que "Não há nenhum bairro no Rio tão poético como o de Santa Teresa e mais adequado para um poeta viver e também para um sacerdote, pois o bairro tem aquele silêncio, aquela solidão que favorecem à vida contemplativa." Nessa segunda referência ao bairro o aspecto religioso também é ressaltado. A vida contemplativa, ou seja, o aspecto da oração religiosa na vida do sacerdote é identificado aqui devido a uma tendência pessoal de Padre Silmar, o qual já havia passado por uma experiência religiosa contemplativa, monástica anteriormente.

Já para a Reverenda Inamar, Pastora Anglicana, a relação com o bairro se deu por sua admiração quanto à preservação do valor arquitetônico histórico e cultural dos prédios.

Todo mundo tem esse sentimento aqui, de que ela deve transparecer a história, preservar a história do Rio e uma das minhas primeiras impressões quando eu cheguei aqui foi algo que eu nunca tinha sentido na vida. Quando eu cheguei aqui eu pensei que queria ter vivido na década de 30 ou de 60 pra ver isso daqui pegando fogo! Ver os bailes acontecendo, as casas tinindo com a pintura novinha, sem infiltração, sem água, sem nada e queria... Eu nunca quis viver antes dos anos setenta porque eu nasci em 1970 e eu nunca quis viver, eu queria viver a minha época, mas foi a primeira vez que eu disse que queria ter vivido num tempo anterior da historia pra ter visto isso aqui no seu apogeu. Eu queria, me deu esse gosto.

Mesmo não morando no bairro por questões familiares referentes a locomoção dos filhos e do trabalho do marido, também pastor anglicano, Rev. Inamar ressalta ter se

admirado quanto à localização e à dinâmica interna de seus moradores. Segundo ela, é um bairro com intenso fluxo e movimento de pessoas, não um local monótono.

Porém, mesmo identificando-se com características que remetem a tempos passados, quando a cidade apresentava uma estruturação mais tranqüila, onde as pessoas cultivavam relações interpessoais diretas, o bairro passa por questões que recondicionam o entendimento sobre o espaço e o tempo. A própria coleta da narrativa oral de Dona Guiomar, uma senhora de mais de noventa anos, na varanda de sua casa em uma tarde fresca da primavera carioca remete a cenários de tempos passados. Suas lembranças vão buscar recuperar o tempo de infância, das brincadeiras com os irmãos e colegas, as festas religiosas do bairro, ainda chamadas de quermesses e da vida familiar. Seu pai, motorista particular foi morar no bairro quando ela ainda era um bebê de colo, para acompanhar o patrão que se mudara.

Entretanto, Dona Guiomar percebe claramente a mudança dos tempos e os impactos na vida do bairro.

O Morro da Coroa que agora é a favela mais próxima de nós, não tinha ninguém. Eu vou te contar uma coisa. Ele tinha, era um capinzal e em cima, ele se chama coroa porque em cima era sem nenhuma planta, porque os homens, os garotos, inclusive meu irmão, iam pra lá jogar futebol. Um dia que eu fui a pé para as Neves, que eu olhei o morro cheio de casa eu chorei de tristeza, que pra mim aquele morro era só capim e quando ventava como agora, o capim fazia as ondas e ia mudando de cor. Era muito bonito, era poético.

Suas lembranças vão buscar em personalidades políticas ou artísticas a identidade do bairro. Os nomes das ruas do bairro, relembrados por ela, vai demonstrando a entrada de tais personalidades na identificação física do bairro. É o imaginário se alocando no espaço. Assim a Rua do Aqueduto passa a se chamar Almirante Alexandrino depois da morte do Almirante, o Parque das Ruínas é a antiga casa de Laurinda Santos Lobo, mecenas de diversos artistas.

Assim também a religião mudou. Ela se lembra dos padres que passaram pela administração da Igreja Matriz, mas um é ressaltado não só por ela, como também por Pe. Silmar, Monsenhor Nabuco, filho de Joaquim Nabuco o abolicionista. Aquele era um padre bastante austero e rígido, figura que molda o imaginário católico dos fiéis mais velhos.

Há aspectos mais particulares, como esse que o Monsenhor Nabuco pegava o barrete dele e passava coleta na missa, ou quando encontrava um paroquiano que tinha faltado à missa ele ia atrás do mesmo na rua e dizia: - mas por que você faltou à missa? - coisas assim, todas consistentes em seu trabalho pastoral. Ele era um homem culto e refinado, até o Ibrahim Sued dizia que entre os homens mais elegantes da cidade estava o Monsenhor Nabuco. Já a Raquel de Queiroz dizia que ele era um típico austero inglês.

Porém, outros aspectos menos pitorescos da presença de Monsenhor Nabuco na memória do bairro são ressaltados pelo padre, como sua formação intelectual e suas atribuições na administração da Igreja Católica.

Monsenhor Nabuco, filho do político abolicionista e embaixador Joaquim Nabuco. Ele era um grande liturgista, tanto que participou ainda como perito do Concílio Vaticano II. Ele era um homem bastante culto, poliglota. Falava bem o latim, francês, inglês e, claro, o português. Foi Camareiro Supranumerário do Santo Padre, Prelado Doméstico e Protonotário Apostólico. Especializou-se em arquitetura eclesiástica, tendo por isto sido comissário de Sua eminência, o Sr. Cardeal Mota, para a nova construção da Basílica de N. Sra. Aparecida, Padroeira do Brasil. Foi jornalista inclusive com uma coluna no Jornal do Brasil. Era bibliófilo. Foi membro da comissão litúrgica preparatória para o Concílio do Vaticano II e Consultor da Sagrada Congregação do Cerimonial. Era um homem notável.

Aliás, a principal dificuldade encontrada por Pe. Silmar no contato com o bairro é sua vocação para a intelectualidade, assim como para a boemia. Segundo sua visão e a de Dona Guiomar, os intelectuais e artistas tendem ao ateísmo, ou ao menos a uma forma de adesão religiosa que não se vincula ou necessita da instituição. A vocação para a boemia e para o acolhimento de artistas e intelectuais é um elemento marcante na configuração atual do bairro. Movimentos culturais como o *Arte de Portas Abertas* visa, em meio a uma vasta programação artística e cultural, abrir os ateliês de artistas locais para visitação. Tal aspecto tem modificado a relação de visitantes e admiradores com o bairro. O carnaval, por exemplo, tem atraído um maior número de foliões a cada ano, o que apresenta-se como preocupação para alguns devido à fragilidade do bairro em termos de transporte e segurança para acolher um grande aglomerado de visitantes.

Na possível vinculação entre a religião e a arte encontra-se a preocupação dos entrevistados. A possibilidade de encontro entre ambos é uma expectativa. Dona Guiomar, por exemplo, professora de música e participante de corais, quando interrogada sobre o motivo de ser uma artista e crente ao mesmo tempo, primeiramente diz não se entender como artista, e que sempre foi muito criticada por manifestar sua fé. Segundo ela, todo artista, mesmo que manifeste alguma religiosidade, mantém-se como ateu, caracterizado pela não adesão a uma instituição religiosa.

Algumas atitudes têm sido desenvolvidas no sentido de uma aproximação. Exemplos disso são os filmes que eram exibidos no espaço do Templo Anglicano motivados pela Rev. Inamar.

Nós tivemos a parceria com o Cine Santa Teresa e passamos vários filmes aqui na igreja e um dos que mais evangelizou foi esse que você citou, Super Size-me. Foi o que mais evangelizou porque as pessoas que assistiram, se deram conta do quanto prejudicavam a sua saúde com essa comida fácil que parece que é barata, mas não é, sai muito cara pro

corpo e eu acho que ele... A parte cultural do nosso tempo, nosso mundo como parte cultural e da sociedade, o cinema serve pra fazer certas denuncias e chamados, que às vezes os trabalhos comunitários estão fazendo mas não têm apoio, não têm voz.

A tentativa era a de, a partir do espaço religioso do templo, abrir-se um canal de comunicação com outros agentes sociais por meio do trabalho de conscientização. Embora o Cine Santa Teresa tenha conseguido um espaço autônomo para exibição de filmes, a Reverenda ainda espera que se re-constitua a parceria entre Igreja e agentes sociais do bairro.

Pe. Silmar, por sua vez aposta também na abertura do espaço religioso para a manifestação artística. Para isso desenvolve parceria com agências públicas e, exemplo disso são os eventos musicais que ocorrem na Igreja Matriz². Além disso, há eventos promovidos pelo padre por solicitação de algum artista amigo ou conhecido pessoal dele. É um momento de presença de pessoas que não estão vinculadas diretamente à Igreja Católica. Outro exemplo é a Semana Santa com a procissão da Sexta-Feira da Paixão. É um evento religioso, ao mesmo tempo apoiado pela Prefeitura com a intenção do incentivo turístico.

Nesse ponto é possível verificar o que afirmou Pe. Silmar em um momento de sua entrevista, que "o profano se confunde com o sagrado". Entretanto, no pensamento dos entrevistados identificados nesse texto, de uma maneira geral, parece existir a expectativa do religioso como explicação e organização de experiências individuais e coletivas. Quando, por exemplo, Pe. Silmar, interrogado sobre a propagação de Igrejas Evangélicas Pentecostais afirma acionando o caráter identificatório de fundo católico: "Eu acho que o bairro tem uma identidade, embora eu já tenha falado isso para você, tem uma identidade católica que, mesmo que tenha se perdido de algum modo, não abriu espaço para essas igrejas, porque o pessoal aqui é boêmio, o pessoal gosta de ser mais livre". A "mineiralidade", como identifica o padre, referindo-se à característica dos mineiros de se manterem católicos mesmo que somente por tradição seria uma explicação para a base católica no imaginário do morador de Santa Teresa. "Aqui tem uma identidade católica que ainda se conserva, mas não como no passado. De algum modo isso ficou, e tem também esse outro dado, da boemia, dessa vida mais livre".

Enfim, as falas dos entrevistados apontam para o universo de aproximação mais do que de distanciamento entre o religioso e o social ou entre, na fala de Pe. Silmar, entre o sagrado e o profano.

## Considerações finais

A religião, na perspectiva de Weber (1974; 2003), contribui para moldar uma racionalidade moderna, servindo de base para um posicionamento diante da relações sócioeconômicas e culturais. Portanto, o universo religioso é pensado aqui como fundante para a organização social. Os aspectos "religiosos" da religião irão se manifestar na forma de

organização coletiva. Nesse processo a subjetividade parece-nos fundamental uma vez que ela contribui para constituir nosso estar, ser e ver o mundo.

O bairro não pode prescindir das características de seu surgimento e de sua denominação. Ele é nomeado a partir do estabelecimento do Monastério das Carmelitas Descalças, Ordem Religiosa que se alicerça na reforma efetuada por Santa Teresa de Jesus, definida pela Igreja Católica como patrona dos intelectuais.

Constantemente os campos religiosos e sociais se encontram, mesmo que caracterizados em manifestações culturais individuais ou coletivas. Algumas delas já foram apontadas anteriormente, outra é o encontro entre o carnaval, festa eminentemente "profana" e a vocação religiosa do bairro. O bloco das Carmelitas é um típico exemplo disso, onde se misturam, de forma bem humorada a "freira" que foge para brincar o carnaval e o desejo dos foliões em que o religioso também se manifeste na alegria da festa, talvez a confirmar a validade e a não dessacralização negativa dos folguedos³.

Talvez nesses espaços de abertura para o cultural, o artístico, o intelectual e o boêmio estejam as expectativas de respostas do religioso ao social no sentido de encontrar pontos de encontro e equilíbrio no ordenamento individual e coletivo da subjetividade humana.

#### **Notas**

#### Bibliografia

ASSIS, João Marcus Figueiredo. *Negociações para o convívio no catolicismo na Diocese de Nova Iguaçu – RJ.* (2008. 285p.). Tese (Doutorado) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais. Rio de Janeiro, RJ.2008.

BARROS, José D'Assunção. "História, Espaço e Tempo. Interações necessárias". *Varia História*, v.22, n. 36. jun/dez 2006. Belo Horizonte. P. 460-476.

BAUMAN, Zygmunt. *Comunidade*. A busca por segurança no mundo atual. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2003.

BENJAMIN, W. Obras escolhidas. Magia e técnica, arte e política. 7ª Ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

FOUCAULT, M. Vigiar e punir: história das violências nas prisões. Petrópolis: Vozes, 1984.

GONÇALVES, M. G. M. "A Psicologia como ciência do sujeito e da subjetividade: a historicidade como noção básica". In: A. M. B. Bock et al. (Orgs.), *Psicologia sócio-histórica*: uma perspectiva crítica em psicologia. São Paulo: Cortez. 2001.

GUMBRECHT. Hans Ulrich. "Espaços de tempo pós-moderno". In: \_\_\_\_\_. *Modernização dos Sentidos.* São Paulo: Editora34, 1998.

Projeto Memória e História de Bairros do Rio de Janeiro vinculado ao CCH da UNIRIO. Tem o apoio e colaboração da ONG Viva Santa, a qual atua no bairro de Santa Teresa, RJ. Uma versão modificada deste artigo foi apresentada no I Seminário Internacional do Núcleo de Estudos das Américas (NUCLEAS) da UERJ em 2007.

<sup>&</sup>lt;sup>2</sup> Projeto Musica nas Igrejas, patrocinado pela Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro.

Bloco carnavalesco que desfila pelas ruas de Santa Teresa desde 1991. O "enredo" do bloco conta que uma das freiras teria pulado o muro do convento de Santa Teresa no carnaval e se misturado aos foliões. O bloco faz dois desfiles, um no início dos festejos carnavalescos com uma boneca representando a freira que fugiu e outro no término do carnaval para "devolver a freira" ao Convento.

LANE, Silvia Tatiana Maurer. "Linguagem, pensamento e Representações Sociais". In: CODO, Wanderley. (org.) *Psicologia Social. O Homem em movimento.* São Paulo: Brasiliense, 1984. p.32-39.

LEITE, Jader F.; DIMENSTEIN, Magda. "Mal-estar na psicologia: a insurreição da subjetividade". *Revista Mal-estar e Subjetividade*, v. II, n. 2, set de 2002. Fortaleza. p. 09-26.

WEBER. Max. Ensaios de Sociologia. 3ª Ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1974.

\_\_\_\_\_. A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo. 2ª Ed. Rev. São Paulo: Pioneira Thomson Leraning, 2003.

WIRTH. Louis. O Urbanismo como modo de vida. In.: VELHO, G. (Org.) *O Fenômeno Urbano*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1987.

Qq

# Teatro João Caetano conta sua história

Arini Fernandes de Souza Graduada em História pela Universidade Gama Filho arinirj@hotmail.com

#### **RESUMO**

Em 1808, com a chegada da Família Real, o Rio de Janeiro sofreu inúmeras mudanças, e é dentro deste contexto de mudanças que o Real Theatro de São João irá ganhar força sendo frequentado pela Corte. Os acontecimentos no teatro mostram as características do sistema social e cultural carioca. São manifestações de sociabilidade e cultura do Rio de Janeiro, o primeiro caso podendo ser explicado no momento em que milhares de pessoas se reúnem em um espaço, abrindo margem para discussões públicas; enquanto no segundo temos a presença da cultura europeia para pessoas que até então não tinham conhecimento do que acontecia em outro lugar.

Palavras-chave: Cultura, Teatro, D. João VI

#### ABSTRACT

In 1808, due to the arrival of the Portuguese Royal Family, Rio de Janeiro underwent innumerable changes, and it is in this context that the Real Theatro de São João shall begin to gain importance, being frequented by the Court. Events at the theater show the characteristics of the Carioca social and cultural life. These represent manifestations of sociability and culture in Rio de Janeiro, in which the former can be explained by the fact that thousands of people congregate in a given space which allows for public debates, and the latter we have an example of European culture being disseminated to people who until then had no prior knowledge of happenings abroad.

Key-words: Culture, Theater, D. João VI

partir da década de 1730 iniciou-se a construção de teatros nas principais cidades brasileiras, chamados no período colonial de Casa de Óperas, e que eram destinados ao pequeno espetáculo que poderia vir acompanhado de música ou não. Com o anseio de profissionalizar o teatro brasileiro, em 1771 é publicado um alvará declarando que os teatros eram "escolas onde os povos aprendem as máximas sãs da política, da moral, do amor à pátria, do valor, do zelo e da fidelidade com que devem servir aos seus soberanos." Além disso, isentava a profissão de ator da infâmia e aconselhava a construção de teatros públicos.

A partir dos fins do século XVIII, essas Casas de Óperas foram substituídas por construções denominadas teatros, abrigando maior número de atores, instrumentistas e espectadores. O primeiro foi o teatro de Boaventura, criado em 1767 na antiga rua da Quitanda do Marisco (atual rua da Alfândega, no Rio de Janeiro); após o seu incêndio criase o teatro *O Ópera Nova*, de Manuel Luís, no Largo do Paço. Neste podíamos encontrar frequentadores da aristocracia, como o culto marquês do Lavradio.

O teatro de Manuel Luís, que se tornou de grande importância, funcionou até a vinda da Família Real, quando assumiu o nome de Teatro Régio, deixando de funcionar para servir de alojamento para os empregados do Paço, por ocasião da inauguração do *Real Theatro de São João* em 1813, este o primeiro teatro brasileiro de grande porte.

Quando a Família Real chegou ao Brasil, o Rio de Janeiro começou a passar por uma série de mudanças, e em poucos anos a capital colonial iria se tornar uma cidade de importância nacional. O ambiente cultural da colônia e do Brasil era bastante estagnado e provinciano, e o teatro apenas sobrevivia. As maiores distrações da população consistiam em raras corridas e festas religiosas.

O O Ópera Nova, situado no largo do Paço, revelou-se insuficiente para as pretensões dos artistas que se instalavam na cidade e foi fechado pouco tempo depois da chegada da Família Real. Logo a nova Corte ganharia um outro estabelecimento teatral, dessa vez de proporções bem mais avantajadas, já que deveria atender a uma nova classe política e intelectual, quase toda formada por membros das famílias nobres portuguesas, com músicos, atores e compositores que pretendiam encenar aqui os grandes musicais e espetáculos apresentados em Lisboa. Como o pequeno Teatro de Manuel Luiz não comportaria esse ambicioso propósito, cria-se então o *Real Theatro de São João* (hoje *Teatro João Caetano*) integrando-se a um dos mais importantes cenários da história política do país: a Praça Tiradentes, no Centro do Rio de Janeiro, antigo Largo do Rocio.

O teatro surgira como proposta de D. Fernando José de Portugal e Castro, Vice-Rei do Brasil a partir de 1801. Apaixonado pelo teatro, Fernando José de Almeida, cabeleireiro português que chegara ao Rio de Janeiro na comitiva do Vice-Rei Marquês de Aguiar e que enriqueceu rapidamente, conseguindo adquirir, com a ajuda de alguns comerciantes, terras

de D. Beatriz Anna de Vasconcellos, ofereceu-se para construção do novo teatro no terreno adquirido com ajuda de um grupo de acionistas.

O *Real Theatro de São João* foi criado através do Decreto baixado e assinado pelo Príncipe Regente Dom João VI, em 28 de maio de 1810, concedendo isenção alfandegária a todos os materiais necessários à ornamentação e aos costumes, além de autorizar seis loterias em benefício do teatro. Foi construído em terreno pantanoso onde em outros tempos havia uma feira de animais e na construção de seu alicerce foram utilizados materiais destinados à construção da nova Sé e à cantaria de um chafariz do Largo do Capim, como podemos observar no trecho do Decreto abaixo:

Fazendo-se absolutamente necessario nesta Capital que se erija um Theatro decente, e proporcionado á população, e ao maior gráo de elevação e grandeza em que hoje se acha pela minha residencia nella, e pela concurrencia de estrangeiros, e de outras pessoas que vêm das extensas Provincias de todos os meus Estados: fui servido encarregar ao Doutor Paulo Fernandes Vianna, do Meu Conselho e Intendente Geral da Policia, do cuidado e diligencia de promover todos os meios para elle se erigir, e conservar sem dispendio das rendas publicas, e sem ser por meio de alguma nova contribuição que grave mais os meus fieis vassallos, a quem antes desejo alliviar de todas ellas; e havendo-me proposto o mesmo Intendente que grande parte dos Meus vassallos residentes nesta Córte me haviam já feito conhecer que por ser esta obra do meu real agrado, e de notoria necessidade, se prestavam de boa vontade e dar-me mais uma prova de seu amor, e distincta fidelidade, concorrendo por meio de acções a fazer o fundo conveniente, principalmente si eu houvesse por bem de tomar o dito Theatro debaixo de minha protecção, e de permittir que com relação ao meu real nome se denominasse Real Theatro de S. João..." "...se dê livre de todos os direitos nas Alfandegas, onde os deve pagar; que se possa servir da pedra de cantaria que existe no resalto, ou muralha do edificio publico que fica contiguo a elle, e que de muitos annos se não tem concluido; e que, depois que entrar a trabalhar, para seu maior aceio, e mais perfeita conservação, se lhe permittirão seis loterias...<sup>2</sup>

Por mais de um século a volumetria do teatro constituiria um marco simbólico do Largo do Rocio, dominando a paisagem e enobrecendo o espaço.

Em 12 de outubro de 1813, data natalícia do herdeiro ao trono, D. Pedro de Alcântara, a nova sala de espetáculo foi inaugurada com a presença da Família Real e de toda a Corte.

Terça 12 do corrente, dia felicissimo por ser o natalicio do Serenissimo Senhor D PEDRO DE ALCANTARA, principe da Beira, se fez a primeira representação no Real Thetro de S. João, a qual S. A. R. Foi servido honrar com Sua Real Presença, e a sua Augusta Familia...<sup>3</sup>

Em sua arquitetura, o *Real Theatro de São João* assemelhava-se ao Teatro de São Carlos de Lisboa, com traçado em estilo neoclássico atribuído ao engenheiro militar Marechal de Campo João Manoel da Silva.

Sua vista frontal dispunha de único andar e no friso via-se escrito a data de 1813 com caracteres romanos. Na frente do edifício havia uma varanda que servira de palco para importantes acontecimentos, foi nela que o público aguardou ansioso a estreia das duas grandes estrelas do teatro europeu em 1885: Eleonora Duse e Sarah Bernhardt, que encenaram respectivamente as peças Fedora e De Sardou. Esta mesma varanda foi utilizada por D. Pedro I para importantes pronunciamentos políticos, como em 28 de fevereiro de 1821, quando correu na cidade um boato de que D. João VI não queria confirmar o que dispunha a Carta Constitucional e o povo foi às ruas para protestar. D. Pedro foi ao Largo da Rocio e leu na varanda do Teatro Real o decreto ratificando a carta magna.

...Convocada prontamente a Camara á Salla Grande do Real Theatro de S. João, que offerecia melhor opportunidade, appareceu Sua Alteza Real o Principe Real do Reino Unido de Portugal, e do Brazil e Algarves, na baranda contígua, e leu em voz alta, segundo as Ordens de SUA MAGESTADE, o Decreto de 24 de Fevereiro, pelo qual o Mesmo Benignissimo Senhor Segurava a Seus ditosos Vassalos do Brazil a Sancção da Constituição, que ora se faz em Portugal, e a sua admissão neste vastissimo Continente, como se vê do Decreto, que do melhor gradocopiamos...<sup>4</sup>

Durante muito tempo o Real Theatro de São João foi o maior teatro do Brasil.

Seu primeiro nome foi em homenagem ao príncipe regente, e desde então, o teatro recebeu vários nomes: *Imperial Theatro São Pedro de Alcântara*, em 1826 e em 1839; *Theatro Constitucional*, em 1831; e, finalmente, *Teatro João Caetano*, a partir de 1923. No decorrer de sua história podemos encontrar tragédias e reformas até que, em 26 de junho de 1930 foi inaugurado o prédio atual reconstruído em estilo a*rt déco* (arquitetura de linhas retas e volumes elementares).

Durante a maior parte do período joanino (1808-1821), espetáculos agitavam o cotidiano da capital do Império Português, transformando-a no centro nervoso da vida social carioca. Espetáculos de qualidade passaram pela praça Tiradentes e seus teatros foram e ainda são de grande importância para a cidade do Rio de Janeiro. No palco do teatro apresentou-se a grande Companhia de Paschoal Segreto, e era lá também que importantes eventos políticos eram realizados, como nos mostra o jornal *A Gazeta do Rio de Janeiro*:

Um dos Dias mais plausiveis para o Brazil se hade representar depois de se cantar o Hynno Imperial e Nacional, a apparatosa Peça Maria Thereza. Terminando com o baile: Narcizo Namorado de si mesmo. <sup>5</sup>

Pela descrição que nos faz Henrique Marinho, podemos avaliar a decoração do *Real Theatro de São João*:

nos dias de gala comparecia toda a família real ao teatro, que se mostrava ornado de sedas, de flores e iluminado com arandelas e lustres. Logo que se abriam as cortinas

encarnadas com franjas de ouro, que fechavam a tribuna, aparecia o príncipe regente acompanhado de toda a sua família. Os camarotes, principalmente os de segunda ordem, eram ocupados pelos fidalgos, que se apresentavam com fardas encarnadas bordadas de ouro e cobertas de condecorações, e as damas com altos toucados, onde resplandeciam pérolas e pedras preciosas. Cortinas de seda, ramos, grinaldas de flores enfeitavam os camarotes... Havia dois panos, um talar e outro de boca: aquele representava a entrada da família real na barra do Rio de Janeiro, as embarcações e fortalezas a salvarem e grande quantidade de botes, canoas e faluas. <sup>6</sup>

O *Real Theatro de São João* comportava 1200 poltronas, e contava com quatro ordens de camarotes, com 30 camarotes na primeira ordem, 28 na segunda, 28 na terceira e 26 na quarta. Tinha o pano de boca pintado por José Leandro da Costa, representando a esquadra da Família Real entrando na Baía de Guanabara. As pinturas dos tetos eram de João Francisco Muzzi, José Leandro e Francisco Pedro do Amaral e Manuel da Costa.

O primeiro espetáculo realizado no *Real Theatro de São João* foi um drama lírico intitulado *O Juramento dos Numes*, da autoria de D. Gastão Fausto da Câmara Coutinho. A música foi composta por Bernardo José de Sousa e Queirós, compositor do *Real Theatro*, e nos intervalos executavam-se danças. No fim foi apresentada uma peça, *Combate de Vimeiro*.

O drama em questão era o de Sua Alteza Real, D. João, e do povo lusitano. "Numes" eram as divindades mitológicas, como Vênus e Vulcano, que prestavam juramento ao príncipe ameaçado em suas fronteiras pelas "hostes francesas" – o exército de Napoleão, que invadira Portugal em 1807. Recorrendo à Antiguidade clássica, o escritor criou um poema lírico em que os deuses gregos dialogavam sobre os motivos para defender o rei português e seu novo Império nos trópicos, região que ainda viria a ser a "atalaia e farol do mundo inteiro".

A peça gerou intensos debates e novidade para a população que não estava acostumada a debater em público através da imprensa. A crítica inicial feita pelo redator do jornal *O Patriota*, Manuel Araújo Ferreira afirmava que: "Este trabalho vem mesmo a ser inútil!" O artigo de duas páginas, que saiu na edição de outubro de 1813 do Patriota, terminava de forma ácida: "Não mais entreteremos o leitor sobre um drama, que as artes se empenharão em avultar".

Ao ser exibida a peça, outros jornais da época saudaram o espetáculo definindo-o como magnífico. Segundo o jornal *A Gazeta do Rio de Janeiro* 

"A illuminação exterior do theatro, ordenada com exquisito gosto, realçava o esplendor do espetaculo. Ella representava as letras J. P. R. Alusivas ao Augusto Nome do PRÍNCIPE REGENTE NOSSO SENHOR, cuja Mão Liberal protege as Artes, como fontes perennes da riqueza e da civilização das Nações".8

No ano seguinte, o redator do jornal *O Patriota*, Manoel Araújo Ferreira, defende-se quanto ao artigo em que criticou a peça de inauguração do teatro, alegando que

O Poeta affirma que eu disse ser inutil o trabalho, que tomou na composição do seu Drama. Lea-se o segundo parágrafo da minha censura, e ver-se-ha que este trabalho não pode referir-se senão a fixarmos nossa atenção no seu desempenho, e nenhumamente (aproveitemos este novo adverbio) á composição do Drama, a qual não posso chamar o trabalho de inútil, porque ignoro quaes fossem os seus fins, e quaes as suas vantagens.<sup>9</sup>

Duas companhias ocuparam o *Real Theatro*: uma de canto (sob a direção de Ruscolli) e outra de baile (dirigida por Lacombe). Assiduamente frequentado pela Família Real, foi palco de peças, óperas e danças. Voltado para todas as classes sociais com espetáculos de gala:

Espetáculo em grande gala. Companhia dramática representará o novo drama portuguez: GIRALDO SEM SABOR ou uma Noite de Santo Antônio na Praça da Figueira. Acabando a orquestra executará a valsa e depois as Hamadrias.<sup>10</sup>

Posterior à chegada da Corte no Rio de Janeiro, o movimento operístico conhece uma expansão sendo utilizado na comemoração de fatos políticos e sociais importantes e também nos eventos ligados à Família Real.

Pelos anúncios do jornal *Gazeta do Rio de Janeiro* observa-se que as sessões teatrais eram sempre constantes e muito variadas, com peças dramáticas, música, danças, entre outros. A ópera também estava presente, com a *Cenerentola*, de Rossini, e a *Caçada de Henrique IV*, de Puccitta, e quando não havia óperas no espaço teatral, a *Gazeta do Rio de Janeiro* punha um comunicado à sociedade.<sup>11</sup>

Embora os espetáculos realizados no teatro fossem grandiosos, era nas datas memoráveis relacionadas à Família Real que os cuidados eram maiores. O casamento de D. Pedro com D. Leopoldina foi festejado com o "drama por música" *Coriolano* e, nos intervalos deste, um baile. O pintor Jean-Baptiste Debret fez um quadro alusivo aos desposórios.

Em 25 de março de 1824, após o juramento da primeira Constituição, realizada com a presença de D. Pedro I e da Imperatriz Leopoldina, e o término da representação do drama sacro *Vida de Santo Hermenegildo*, o teatro incendiou-se. O ator Antonio da Bahia, que havia feito o papel do santo, ao tentar saltar do balancim em que estava erguido para o tablado, impeliu-se de encontro a um pano pintado com aguarrás; o pano encostou-se às luzes ocorrendo um incêndio. O fogo alastrou-se por todo o edifício e o teatro ficou reduzido a quatro paredes com ruínas no centro de onde saíam labaredas.

O incêndio do teatro fez com que a população acreditasse ser um castigo divino por terem sido usadas as pedras de cantarias destinadas às obras da Igreja da Sé: "como a Catedral prevista jamais se concretizou naquele local, o povo atribuiu o incêndio ao desvio do material de construção de uso sagrado para outro profano".

Seu proprietário, Fernando José de Almeida. conseguiu um empréstimo com o Banco do Brasil, estabelecendo acionistas de camarotes e obtendo a concessão de algumas loterias para fazer a reconstrução do teatro. Em 15 de setembro de 1824 Fernando José de Almeida consegue permissão de D. Pedro para mudar o nome do teatro que passa a se chamar *Theatro de São Pedro de Alcântara*.

...Attendendo ao que Me representou o coronel Fernado Jose de almeida, pedindo-me a permissão de dar ao Theatro, de que é proprietario, e que actualmente esta reedificando, o titulo de Imperial Theatro de S. Pedro de Alcantara: Hei por bem concede-lhe a referida permissão para que tenha o mesmo Theatro d'ora em diante o referido titulo...<sup>13</sup>

A reinauguração, com o nome de *Theatro de São Pedro de Alcântara*, ocorreu em 26 de janeiro de 1826 com a comédia *Roberto cheffe de ladrões*, para festejar a data natalícia da Imperatriz D. Leopoldina, sendo fechado em seguida para finalização da reforma. Foi reaberto em 04 de abril do mesmo ano.

Durante as obras de reconstrução do teatro, foi preparado em um salão da frente, junto à varanda, o *Theatrinho Constitucional*, inaugurado em 01 de dezembro de 1824 com a festa de coroação e a sagração de D. Pedro I. O espaço se transformou em salão de concertos líricos. Constava de um pequeno palco, 24 camarotes distribuídos em duas ordens e uma plateia para 160 pessoas.

O *Imperial Theatro de São Pedro de Alcântara* conservou todas as características do *Real Theatro de São João*. O teatro possuía 100 camarotes, distribuídos em quatro ordens, com capacidade para umas 300 pessoas, separadas por um gradil dourado da plateia que acomodava aproximadamente 600 espectadores. Ao centro ficava o camarote imperial, ornado com o brasão do império. A iluminação era feita por 220 velas de cera, resguardadas em mangas de vidro, e no camarote imperial, havia um grande lustre e várias arandelas, enquanto do teto não pendia nenhum candelabro. O edifício era bastante arejado, atendendo aos rigores do clima. À entrada havia um *buffet*.

A partir de 1826, o teatro fora hipotecado ao Banco do Brasil. Em 1829, após a morte de Fernando José de Almeida (o primeiro proprietário do *Real Theatro de São João*) e na qualidade de seu maior credor, o Banco do Brasil requereu e obteve o prédio em pagamento das dívidas contraídas pelo falecido. Para liquidação total da dívida, o Banco do Brasil, em 1838, levou o imóvel à praça, sendo arrematado por Manuel Maria Bregaro e Joaquim Valério Tavares, que formaram uma sociedade de ações, composta por 40 acionistas, um dos quais, o ator João Caetano dos Santos.

A casa de espetáculos em 03 de maio de 1831, passou a chamar-se *Theatro Constitucional Fluminense*. Em setembro de 1831, o *Theatro Constitucional Fluminense* foi fechado sendo reaberto em 02 de dezembro desse mesmo ano, com a representação do drama em cinco atos "O aldeão magistrado", para a comemoração do sexto aniversário de Pedro II.

Segundo Silvia Garcia em sua obra, o fechamento ocorreu devido a um motim, no teatro, na hora de um espetáculo, quando da plateia se ouviu um "Viva a República", logo

seguido por "Viva D Pedro II" gritado por todos. O teatro naquele momento tornou-se motivo de inquietação para os poderes instituídos.

O fechamento foi por consequência deste evento e em 29 de novembro de 1831 baixouse um decreto determinando que

...ninguém deste teatro poderá dirigir em vozes altas palavras ou gritos a quem quer que for, exceto aos atores os de bravo caput ou fora, e neste mesmo caso poderá o juiz impor silêncio quando seja perturbada a tranquilidade do espetáculo os infratores serão multados em 6 a 10 \$000, penas impostas no art. 7° da lei de 26 de outubro do corrente, contra os que fizerem motim, assuada ou tumulto quando a desordem chegar a tomar esse caráter. 14

Em outubro de 1838, o *Theatro Constitucional Fluminense* é novamente fechado para ser reformado e pintado, reabrindo em 7 de setembro do ano seguinte, novamente com o nome *Theatro de São Pedro de Alcântara*, apresentando a peça *Olgiato*, de Domingos José Gonçalves de Magalhães, Visconde de Araguaia.

Todas as peças apresentadas no teatro deveriam ser supervisionadas por uma comissão técnica do Conservatório Dramático Brasileiro antes de serem ensaiadas e encenadas; no dia 7 de novembro de 1839 o Conselheiro Cândido José de Araújo Viana, Visconde de Sapucaí, recebeu uma carta que lhe fora enviada do Paço Imperial para fazer parte desta comissão fiscalizadora,

...a fim de que não apareçam em cena assuntos, nem mesmo expressões menos conformes com o decoro, os costumes e as atenções, que em todas as ocasiões devem guardar, e maiormente naquelas em que a Imperial Família honrar, com sua presença o espetáculo: o regente em nome do Imperador o Sr D. Pedro II, Há por bem estabelecer a referida comissão, a qual é composta de V. Exa e do Cônego Januario da Cunha Barbosa, esperando do patriotismo de V. Exa que não hexitará em concorrer, por mais esta ocasião, com suas luzes para a civilização do País, prestando-se ao serviço que fica indicado. 15

Essa fiscalização já vinha acontecendo desde 1824 e quem ficava encarregado deste assunto era o Intendente de Policia.

Em 1843, o teatro foi arrendado por João Caetano dos Santos, que passou a dar seus espetáculos ali, tornando-se a mais importante figura do teatro brasileiro do século XIX. Foi um ator brilhante em tempos em que os espetáculos brasileiros eram traduzidos de peças teatrais portuguesas. Em 1833, João Caetano montou uma Companhia de atores nacionais, e cinco anos depois recebeu medalha de bronze consagrando-o como o 'talma brasileiro', equiparando-o a um ator de linhagem clássica.

"O São Pedro lhe foi cedido, junto a uma subvenção de primeiro, dois contos de réis ao mês, depois três, mais tarde quatro" Ali reinou sobre uma plateia numerosa e de alta classe.

João Caetano trouxe aos palcos do teatro peças nacionais em tempos em que as críticas teatrais eram em tons de lamentos por uma dramaturgia nacional.

...Não há teatro brasileiro, nenhuma peça nacional se escreve, raríssima peça nacional se apresenta. As cenas teatrais deste país viveram sempre de tradições, o que não quer dizer que não admitissem alguma obra nacional quando aparecia. Hoje, que o gosto público tocou o último grau de decadência e perversão, nenhuma esperança teria quem se sentisse com vocação para compor obras severas de arte. Quem lhas recebera se o que domina é a cantiga burlesca ou obscena, o cancã, a mágica aparatosa, tudo o que fala aos sentidos e aos instintos inferiores.<sup>17</sup>

Machado de Assis escreveu esta crítica no momento em que ocorreu a explosão do teatro brasileiro no Rio de Janeiro.

No período do Segundo Reinado (1850-1889), o teatro continuou a ser um dos mais frequentados com variados espetáculos, como nos mostra o *Diário do Rio de Janeiro* no dia 28 de agosto de 1852 "...Amanhã quinta-feira 26 do corrente havera n'este theatro uma variedade de espetáculo que será annunciada pelos jornais e cartazes do dia..." As novidades eram logo introduzidas no principal teatro da cidade, além das peças teatrais a sociedade era beneficiada com grandes festas em benefício de alguns artistas.

Na madrugada de 9 de agosto de 1851, após a peça *O Captivo de Fez*, o prédio sofreu o segundo incêndio. Este incêndio foi noticiado pelos jornais da época com tom de lamento.

Pela segunda vez que lamentar a desgraça do Teatro de S. Pedro de Alcantâra. Na madrugada de hontem, a do corrente foi esse edifício em poucas horas reduzido a cinzas, e com tal rapidez o fogo lavrou que nada se pôde salvar.

Terminada a representação na noite anterior, que durou até uma hora, q quando já todos haviam se retirado e fechado as portas, descobrio a sentinella da guarda do thesouro, pelas três horas da madrugada, que no theatro havia fogo, e passando logo a dar o alarme, que foi seguido pelos sinos das diferentes igrejas... <sup>19</sup>

Após o incêndio, ator João Caetano resolveu reconstruir o teatro com características nacionais, estabelecendo acionistas de camarotes e cadeiras por 400 récitas a fim de obter fundos para as obras.

Depois de grandes despesas de trabalhos, reabriu o *Theatro de São Pedro de Alcântara* em 18 de agosto de 1852 com grande festa, levando à cena o drama *O livro negro*, de Leon Gazlan: "Hoje quarta-feira, 18 de agosto de 1852, terá lugar a abertura do theatro, com o espetáculo anunciado de SS. MM. N – O Livro Negro."

O teatro foi ornado pelos artistas Olivier e Hosxe, tendo-se encarregado da pintura o cenógrafo Joaquim Lopes de Barros Cabral. Modificações visíveis poderiam ser vistas no teatro; nas duas ordens superiores dos camarotes ocorreu um recuo dando forma de anfiteatro, facultando a vista de alto a baixo. Tinham uma varanda arqueada com molduras douradas forradas nos encostos de veludo carmesim. A decoração da sala era feita em branco e ouro. O arco do proscênio foi estreitado. A tribuna imperial ganhara espelhos e foi forrada de damasco, além de ser rica em ouro. Na sala havia um lustre e oito candelabros laterais.

Em 1855 o teatro se torna propriedade do Banco Industrial. Mais tarde passou para as mãos do Conde de Santa Marinha, em virtude do ajuste feito com o Governo Federal.

No ano de 1856, um crítico do jornal o *Diário do Rio de Janeiro* faz uma crítica à peça *A Casa Maldita*:

O theatro de S. Pedro de Alcantâra não está tão maldito pelos praguementos, que não nos tenha podido dar; (atravez de sacrifícios e embaraços) duas peças novas em menos de um mez. No domingo teve a representação do drama 'A Casa Maldita'. O drama agradou e muito.<sup>21</sup>

No dia 26 de janeiro do mesmo ano foi apresentado o espetáculo em benefício da atriz Isabel Maria Nunes, com a representação do drama de Mendes Leal, "D. Maria de Alencastro" e a "reentrada do actor Martinho Correa Vasques em seu ultimo espetaculo antes do carnaval: O fantasma Ba(borão)o."<sup>22</sup>

Na madrugada do dia seguinte, quatro anos depois do segundo incêndio e após tanta despesa e trabalho, quando já estavam quase findas as récitas dos acionistas, novo incêndio consumiu o São Pedro de Alcântara, só restando de pé as laterais do teatro.

Pela terceira vez caba de ser consumido pelas chamas Theatro de S. Pedro de Alcantara. Esse lindo theatro, que com a elegancia do bom gosto havia, quasi por um milagre, renascido como a Phenix do incendio que o devorára em Agosto de 1851, mal estando satisfeitos ainda os empenhos contrabidos para sua reconstrução, foi de novo victima igual fatalidade. Dele existem apenas as suas denegridas paredes...<sup>23</sup>

## Henrique Marinho também nos faz um relato deste incêndio:

às 3 e meia da manhã a sentinela do tesouro viu fogo no teatro de São Pedro e imediatamente deu rebate. O incêndio começou a lavrar com violência. Quando a igreja de Santa Ana deu o sinal, que sucessivamente foi repetido por todas as igrejas, já as labaredas do abrado teatro iluminavam a cidade. O clarão era tão intenso que poucos deixaram de assustar-se supondo o incêndio a poucos passos de si. Era um clarão sinistro. Apesar da chuva que começara a cair desde as 4 horas, toda a cidade ergueu-se e a Praça da Constituição e as ruas adjacentes ao malfadado edifício ficaram cheias de povo.<sup>24</sup>

... Acudiram ao incêndio o Sr. Ministro de estrangeiros (que, como se sabe, tem estudos de engenharia e marinha), e com S. Ex.os Srs. Chefe de policia, comandante de permanentes, inspecto de arsenal de marinha, director de guerra, almirantes francez e inglez, com as bombas e a parte da guarnição dos seus navios; apresentou-se igualmente uma força de duzentos imperiaes marinheiros, e grande concurso de espectadores...<sup>25</sup>

Não foi possível debelar o incêndio, que reduziu o teatro a quatro paredes coberta de cinzas.

A população ficou aterrorizada com aquele espetáculo que, no espaço de 32 anos, se repetia pela terceira vez - seria um incêndio, um castigo, uma fatalidade, um atentado, um

crime? Ninguém sabia. O *Jornal do Commercio* em seu artigo sobre o incêndio faz alusão à maldição que corria na boca do povo: "Malfadada há de ser o teatro que tomou para si as pedras do Santíssimo".<sup>26</sup>

Desapareceram os dramas de Camões, D. João de Marana e Milagres de Santo Antônio, no valor de mais de 26.000\$. Todos os cenários ficaram reduzidos a pó.

Como consequência desta tragédia, o governo cria o Corpo Provisório de Bombeiros, muito precário mais que atendia aos constantes incêndios que aconteciam na cidade.

A fatalidade não conseguiu abater o ânimo de João Caetano, que resolveu reedificar o teatro. Empenhando seus trabalhos por doze anos, conseguiu acionistas com o gozo de camarotes por aquele tempo.

Iniciadas as obras, o ator José Romualdo foi encarregado de administrar o trabalho e em nove meses o teatro ressurgia mais uma vez.

No dia 03 de janeiro de 1857, apresentando novas modificações, o *Theatro de São Pedro de Alcântara* apresentou o drama *Affonso Pietro* e o vaudeville *Ketly ou A volta à Suiça*.

A propósito da reconstrução do teatro, o Jornal do Commercio comentava em 1857:

...o teatro com efeito corresponde à expectação de todos. Ornado com simplicidade e elegância, todo branco com flores de ouro, forrados os seus camarotes de papel azul e branco fabricado no país, apresenta algumas inovações muito bem entendidas. O fundo dos camarotes tem a forma circular aconselhada pelas leis da acústica; a quarta ordem apresenta um avarandado de muito bom gosto, a abóbada do forro em vez de começar na linha em que terminam os camarotes, começa na linha em que estes principiam, e assim erguendo-se o forro, dá a essa quarta ordem uma elevação que perfeitamente contrasta com o acachapado das nossas torrinhas. Reduzindo a menores proporções a tribuna imperial, o construtor do teatro ganhou espaço para mais dois camarotes em cada ordem, ao mesmo tempo que estabelecendo a orquestra no vão por baixo do arco do proscênio, deu mais extensão ao espaço destinado às cadeiras.<sup>27</sup>

Desde sua criação, o teatro *São Pedro* passou por inúmeras reformas. Em janeiro de 1885 registra-se a troca de iluminação, passando a ser iluminado a gás. Esta troca foi dirigida por um funcionário da Companhia do Gás, e três meses depois um colunista do jornal *O Paíz* relata que

a impressão recebida pelo público foi a mais favorável, e realmente, nas suas atuais condições, o Teatro São Pedro de Alcântara poucos rivais ou superiores encontrará na Europa... Em resumo, o Teatro São Pedro de Alcântara, externa e internamente, constitui hoje um monumento de arte digno desta capital, pelo que ainda uma vez felicitamos aos dignos diretores do Banco Industrial e Mercantil, a quem coube a iniciativa desse melhoramento nacional.".28

A arquitetura do teatro era bastante elogiada, no entanto em se tratando de condições técnicas, a acústica do teatro era muito criticada, "a ressonância é nula e o teto – horizontal,

sem ventilação – torna o teatro dentro de poucos minutos, pelo efeito de rarefação do ar, tão surdo quanto deve ser uma sala em que presidiram, na construção, as regras estabelecidas pela ciência moderna".<sup>29</sup>

Também eram alvo de críticas as pinturas do teto do teatro, noticiadas nos jornais da época.

E de todas as obras decorativas sentimos ter de analisar uma só exceção referente ao teto e à sua pintura, que realmente não guardam harmonia com o resto das decorações.<sup>30</sup>

Hão de dizer que tudo quanto se pode fazer não em obra nova, mas em prédio que se reforma, foi feito no teatro; que as escadarias são largas e cômodas; que os dois panos de boca, devidos a Rossi são admiráveis, mas não dirão, isso nunca, que é excelente a pintura com que tanto se honra o Sr. L. De Wilde. O melhor é fazer coisa nova. Um pouco de esponja embebida em água, e está tudo acabado.<sup>31</sup>

Também em 1885 foi criado um salão de concertos. O jornal *O Paíz* nos mostra que as condições da nova sala deixaram muito a desejar, sendo a audição muito ruim tanto pela má disposição do salão quanto pela passagem de bondes que transitavam pela praça Tiradentes.

No São Pedro de Alcântara estrearam as principais peças de Martins Pena, o primeiro autor brasileiro a escrever sobre situações e personagens tipicamente nacionais.

Em 1894, um circo estreava no principal teatro da cidade do Rio de Janeiro e foi assim anunciado pelo jornal *O Paiz*: "O teatro S. Pedro de Alcântara transformar-se-á …em circo". A estreia foi mencionada por Arthur Azevedo, que, mesmo não tendo assistido, escreveu na primeira página do jornal: "Espero que a companhia equestre do S. Pedro de Alcântara venha consolar definitivamente o Zé-povinho, que é doido por peloticas, e dá mais apreço a Rosita de La Plata que à própria Sarah Bernhardt".

No dia seguinte Arthur Azevedo, sob o pseudônimo de Gavroche, escreve um artigo sobre o comportamento do público ao assistir o espetáculo: "No S. Pedro, Tal vozeria, Me ensurdecia, Que parecia, Que aquela gente indômita e bravia, Não assistia, A estreia de uma equestre, companhia, Mas alguma comédia via e ouvia!"<sup>33</sup>

Os artistas circenses aliavam acrobacia com representação teatral, dança, música ao vivo, tecnologias que mexiam com a cenografia, coreografia, figurinos, maquiagens e iluminação. Os atores eram vistos por todos os lados, ocupando todos os espaços cênicos.

A Companhia circense foi tão aplaudida por toda sociedade carioca que quatro anos mais tarde Arthur Azevedo relatava que

no velho São Pedro, transformado de novo em circo de cavalinhos, está uma companhia equestre dirigida pelo popular Frank Brown e da qual faz parte a famosa Rosita de La Plata. Ainda lá não fui. Pelo que tenho ouvido, as opiniões dividem-se: dizem uns que a companhia é muito boa e outros que não presta para nada. Não sei. O leitor vá ao São Pedro julgar por si.<sup>34</sup>

Seis meses depois, um novo circo ocupou o teatro *São Pedro*. Tratava-se do Circo Sulamericano, sob direção de Anchyses Pery. A recepção da imprensa foi mais calorosa por ser "organizada quase exclusivamente com elementos nacionais, agradou mais e promete uma série de representações mais frutuosas que as últimas companhias estrangeiras que têm funcionado naquele teatro". O Circo Sulamericano trazia grandes novidades para a programação com números executados como os equestres, saltos e acrobacias. Nos intervalos, tocando no saguão do teatro, bandas de música do corpo de Infantaria da Marinha e do 1º Batalhão de Infantaria do Exército.

A atração de maior destaque do Circo Sulamericano eram as pantomimas. Foi a pantomima aquática, apresentada pela primeira vez no *Teatro São Pedro de Alcântara*, que mexeu com a atenção da crônica e do público, provocando mudanças em todo o palco do São Pedro, exigindo uma montagem e instalação de cenário e iluminação, além de uma produção mais elaborada dos figurinos e músicas. No dia seguinte à estreia da pantomima aquática, a coluna Artes e Artista, forneceu detalhes da montagem e da atração do público:

Anteontem foi uma verdadeira maravilha a, aliás, conhecidíssima pantomima aquática, tal o efeito deslumbrante produzido pela quantidade de lâmpadas de variadas cores, que iluminaram a ponte colocada em toda a largura. Não menos contribuiu para o alto brilho de execução técnica o fogo de artifício e, sendo tudo uma deliciosa surpresa, os espectadores não prodigalizaram aplausos aos artistas e especialmente a Anchyses Pery, que não olhou o sacrifício para levar à cena a célebre pantomima (...).<sup>36</sup>

Mais uma vez o *João Caetano* se mostra de modo diversificado, desta vez, como palco do teatro realiza um pregão em maio de 1890. O Banco Bradesco realizou um leilão com mais de 150 imóveis, e devido à grande procura o leiloeiro realizou o pregão no *Teatro João Caetano*, na época o único com lugar para 1.500 pessoas sentadas.

Em 14 de junho de 1898, por escritura pública passada no Cartório do Tabelião Evaristo, o Banco do Brasil, mais uma vez, passou a ser o proprietário do imóvel, por permuta feita com o Conde de Santa Marinha, Comendador Antônio Teixeira Rodrigues, e sua esposa.

O *Theatro de São Pedro de Alcântara* foi remodelado em dezembro de 1916, custando mais de 300 contos ao Banco do Brasil, obra executada sob a direção do Dr. Silveira da Mota, engenheiro daquela instituição de crédito. Encarregaram-se das obras a firma construtora Andrade Lima & Cia.; da decoração, os Irmãos Timóteo; da iluminação e dos aparelhos elétricos, F. R. Moreira & Cia. Neste mesmo ano foi levada para a porta do teatro uma estátua de João Caetano (criada em 3 de maio de 1891 e posta em frente à Academia de Belas artes). A estátua representa uma cena de *Oscar, Filho de Ossian* encenado pelo ator, que marcou para sempre sua trajetória.

Em 22 de dezembro de 1920, um século após sua inauguração, a Prefeitura do Distrito Federal compra o *Teatro São Pedro* do Banco do Brasil, com escritura lavrada em Notas do 18°. Ofício, Cartório do Tabelião Álvaro Borgerth Teixeira, no Livro n°. 23, folhas 2.

O *Teatro São Pedro* possuía então amplos camarotes, sala espaçosa e acolhedora e dependências internas magníficas, com acústica perfeita.

Em 24 de agosto de 1923, por Decreto nº.1891 do Prefeito Alaor Prata, mudou o nome para *Teatro João Caetano*.

O último espetáculo do "velho" teatro foi produzido pela Companhia Margarida Max, em 15 de junho de 1928.

Em 1928, o São Pedro necessitava de reformas de conservação. Foi então que o Prefeito do Distrito Federal, Antônio Prado Junior, contratou a empresa Gusmão, Dourado & Baldassini para a execução das obras e, confiado na alta sabedoria dos seus engenheiros de obras, determinou a demolição do São Pedro.

A inauguração do novo prédio deu-se no dia 26 de junho de 1930 com o nome de *Teatro João Caetano* com o espetáculo *Rose-Marie*, opereta de O. Hammerstein e Rudolf Friml pertencente a uma companhia francesa.

O teatro comportava 1.800 pessoas; 3 tribunas – para o Presidente da República, Prefeito e Conselho Municipal –, 28 frisas, 26 camarotes, 650 poltronas, 260 balcões, 480 galerias, e 200 lugares para espectadores.

A nova arquitetura do teatro sofreu inúmeras críticas por ter sido um dos marcos da cultura carioca, ademais o novo espaço teatral sofreu uma redução não comportando o número de espectadores de antes. Entretanto, a população se encontrava dividida entre a fachada do teatro dos tempos de D. João e a atual. O antigo *São João* ainda se encontrava muito presente no imaginário social.

Nas décadas de 40 e 50, o *João Caetano* abrigou espetáculos populares do teatro de revista, com grandes vedetes da época. No palco do teatro também passou a grandiosa atriz Carmem Miranda na década de 30 com o espetáculo *Vai dar o que falar*. Na década de 50 realizavam-se no *Teatro João Caetano* concursos de músicas carnavalescas, com participação de todos os monstros sagrados da música popular da época, com o prêmio sendo entregue pelo Prefeito da Cidade em pessoa; o Programa César de Alencar, da Rádio Nacional, era transmitido ao vivo do *Teatro João Caetano*, além das festas que eram realizadas para comemorar o aniversário de Emilinha Borba.

Foi no *Teatro João Caetano*, que aconteceram grandes montagens de musicais como *My fair Lady*, em 1962, com Bibi Ferreira e Paulo Autran, e *Hello Dolly* com a mesma dupla em 1965.

O teatro passou por nova remodelação em maio 1978 se mantendo fechado por um período de 10 meses. Dessa reforma participaram o arquiteto Rafael Peres, responsável pelo atual projeto do prédio; Fernando Pamplona, na parte cênica de iluminação e mecânica do palco; o engenheiro Roberto Thompson, instalando o sistema acústico; e a supervisão do engenheiro Carlos Lafayette, diretor técnico da Fundação Estadual de teatros do Rio de Janeiro (Funterj).

Em 11 de março de 1979 foi reinaugurado com a comédia musical *O Rei de Ramos*, de Dias Gomes, com Paulo Gracindo.

Após a reforma, pode-se ver a fachada externa revestida de mármore e vidro fumê. Na época de sua reforma, o teatro passou a ser um dos mais modernos com instalação acústica e sistema de iluminação de tecnologia avançada. Possuía 1.222 lugares distribuídos por plateia e dois balcões, o *hall* de entrada ganhou piso de mármore e paredes revestidas de aço com espelhos, na plateia as poltronas foram forradas de napa bege e as paredes recobertas de madeira. No *foyer* do segundo andar se encontram dois painéis de Di Cavalcanti.

Sucessos como *Campeões do Mundo* em 1980; *Vidigal* em 1981; *Evita* em 1982; *Bente* em 1983; *Vargas*, com Paulo Gracindo e Grande Otelo, em 1984; *O Corsário do Rei*, um musical de Augusto Boal, em 1986, também fazem parte da história do *Teatro João Caetano*.

Em 1992, o teatro sofreu novas reformas sendo reinaugurado com o espetáculo *A Floresta Amazônica em Sonho de uma noite de Verão*, baseado na peça de Shakespeare e dirigido pelo alemão Werner Herzog, estrelado e produzido pela atriz Lucélia Santos.

Em 1993, Fernanda Montenegro encena o espetáculo *Gilda*. No ano seguinte é realizado o espetáculo *As Primícias*; em 1995 e 1996 *Bibi in Concert I e II*, respectivamente; em 1997, *Péricles, Príncipe do Tiro* e *Roque Santeiro*; em 1998, *Abre Alas*, peça em homenagem aos 150 anos de Chiquinha Gonzaga, com Rosamaria Murtinho.

Apresentações de *ballets* internacionais, como Stomp, Bill T. Jones e nacionais, como Déborah Colker, também puderam ser vistas no palco do João Caetano.

Grandes nomes da música popular contemporânea como: Titas, Milton Nascimento, Roberto Carlos, Rita Lee, Gilberto Gil, Paulinho da Viola e Luiz Gonzaga, cantaram no teatro. Damos destaque também para os humoristas como Chico Anysio, Jô Soares, Costinha, Colé, Grande Otelo e Ary Toledo que representaram no Teatro João Caetano.

Como projeto social damos destaque ao Projeto Seis e Meia, que teve seu início em 1976, apresentando de segunda a sexta-feira, às 18:30h, grandes eventos a preços populares. O espaço apresentou também a reformulação da série musical dos anos 1980. A Secretaria de Cultura utilizou o monumento para promover o "Quartas Cariocas", que contou com a participação de grandes compositores e cantores da música popular brasileira.

Pelo palco do *Teatro João Caetano*, o mais antigo do Rio de Janeiro, têm sido encenados os mais variados gêneros de espetáculos demonstrando o aspecto cultural e político de toda sociedade.

Em sua última reforma, feita em 2008, o teatro *João Caetano* ficou com suas portas fechadas durante dois meses; a casa de espetáculos ganhou cara nova, poltronas e carpete foram trocados, a iluminação destaca dois painéis pintados por Di Cavalcanti. O *Teatro João Caetano* reabre ao público com o espetáculo *Um conto de Natal*, um presente dos bailarinos do *Teatro Municipal* do Rio aos cariocas, nesse fim de ano.

No dia 13 de outubro de 2009, o *Teatro João Caetano*, criado pelo Príncipe D. João VI, completa 196 anos de espetáculos grandiosos, e sendo considerado até os dias atuais um dos maiores teatros do Rio de Janeiro, marco da praça Tiradentes.

### **Notas**

- <sup>1</sup> Alvará de 17 de julho de 1771
- <sup>2</sup> Decreto de 28 de maio de 1810
- <sup>3</sup> Gazeta do Rio de Janeiro. 16 de outubro de 1813
- <sup>4</sup> Gazeta do Rio de Janeiro. 28 de fevereiro de 1821
- <sup>5</sup> A Gazeta do Rio de Janeiro. 9 de janeiro de 1824.
- <sup>6</sup> MARINHO, Henrique. *O teatro brasileiro;* alguns apontamentos para sua história. P. 20
- <sup>7</sup> Jornal O Patriota. Outubro de 1813. P. 92
- <sup>8</sup> A Gazeta do Rio de Janeiro. 16 de outubro de 1813.
- <sup>9</sup> Jornal O Patriota. Janeiro e Fevereiro de 1814. P. 65
- $^{10}$  O Diário de Rio de Janeiro. 3 de setembro de 1852.
- <sup>11</sup> A Gazeta do Rio de Janeiro. 10 de junho de 1821.
- <sup>12</sup> Lima, Evelyn Furquim Werneck. *Arquitetura do espetáculo*. P. 52
- <sup>13</sup> Decreto de 15 de setembro de 1824
- <sup>14</sup> SOUZA, Silvia Cristina Martins de. *As noites do ginásio. P. 50*
- <sup>15</sup> SOUZA, Silvia Cristina Martins de. *As noites do ginásio. P. 139*
- <sup>16</sup> O Teatro através da História. P. 74
- <sup>17</sup> SOUZA, Silvia Cristina Martins de. *As noites do ginásio*. P. 21

- <sup>18</sup> Jornal O Paiz. Quinta-feira, 30 de agosto de 1893. P. 6
- <sup>19</sup> Jornal O Diário do Rio de janeiro, 11 de agosto de 1851. P. 3
- <sup>20</sup> Jornal O Diário do Rio de janeiro, 18 de agosto de 1852. P. 4
- <sup>21</sup> Jornal O Diário do Rio de Janeiro. 17 de janeiro de 1856. P. 2
- <sup>22</sup> Jornal do Commércio. 26 de janeiro de 1856. P. 6
- <sup>23</sup> Jornal do Commércio. 27 de janeiro de 1856. P 1
- <sup>24</sup> MARINHO, Henrique. *O teatro brasileiro;* alguns apontamentos para a sua história. P. 63
- <sup>25</sup> Jornal do Commércio. 27 de janeiro de 1856. P. 1
- <sup>26</sup> Jornal do Commércio. 27 de janeiro de 1856. P. 1
- <sup>27</sup> Jornal do Commércio. 3 de março de 1857. P. 3
- <sup>28</sup> Jornal O Paíz. 26 de abril de 1888. P. 2
- Jornal O Paíz. 12 de dezembro de 1885. P. 1
- <sup>30</sup> Jornal O Paíz. 18 de dezembro de 1884. P. 2
- <sup>31</sup> Gazeta da Tarde. 19 de fevereiro de 1885. P. 3
  - <sup>32</sup> Jornal O Paíz. 28 de abril de 1894. P. 1
  - <sup>3</sup> Jornal O Paíz. 29 de abril de 1894. P.1
- <sup>34</sup> Jornal A Notícia. 30 de junho de 1898. P. 1
- <sup>35</sup> Jornal O Paíz. 4 de dezembro de 1899. P. 1
- <sup>36</sup> Jornal O Paíz. 24 de dezembro de 1899.

# Bibliografia

AUGUSTO, Maurício. *Meu velho Rio.* Rio de Janeiro: Prefeitura do Distrito Federal, Secretaria Geral de Educação e Cultura.

BARROS, Orlando de. "A cultura no Brasil imperial, panorama e interpretação". in: Cadernos do departamento de história, nº 1. Rio de Janeiro: Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 1997.

BITTENCOURT, José Neves. "Iluminando a colônia para a corte". in: *Anais do seminário internacional D. João VI: um rei aclamado na América.* Rio de Janeiro: Museu Histórico Nacional, 2000.

CAVALCANTI, Nireu. O Rio de Janeiro setecentista. A vida e a construção da cidade – da invasão francesa até a chegada da corte. Rio de Janeiro: Jorge Zaghar Editor, 2004

CARVALHO, Gabriela. LACOMBE, Claúdia. *A aventura do concreto no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: SNIC, 2003.

EDMUNDO, Luís. O Rio de Janeiro no tempo dos Vice-Reis. Brasília: Senado Federal, 2000.

FAZENDA, José Vieira. Antigualhas e memórias do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1921.

FREIRE, Vanda Lima Bellard. *A música no tempo de d. João VI.* In Anais do seminário internacional "D. João VI: um rei aclamado na América." Rio de Janeiro: Museu Histórico Nacional. 2000.

GARCIA, Silvania. Odisseia do teatro brasileiro. Rio de Janeiro: Senac, 2002

HESSEL, Lothar e RAEDERS, Georges. *O teatro no Brasil da colônia à regência*. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1974.

LIMA, Evelyn F. W. *Arquitetura do espetáculo*. Rio de Janeiro: Editora Universidade federal do Rio de Janeiro, 2000

MAGALDI, Sábato. Panorama do teatro brasileiro. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1996.

MARINHO, Henrique. *O teatro brasileiro*, alguns apontamentos para a sua história. Paris/Rio de Janeiro: H. Garnier, 1904.

OLIVEIRA, Roberta. Praça Tiradentes, "não te esqueças de mim". Rio de Janeiro: Relume, 2000.

PEREIRA, Sonia Gomes. *A arquitetura na cidade do Rio de Janeiro no tempo de d. João VI*. In Anais do seminário internacional "D. João VI: um rei aclamado na América." Rio de Janeiro: Museu Histórico Nacional. 2000.

PRADO, Décio de Almeida. História Concisa do Teatro Brasileiro. São Paulo: EDUSP, 2003.

SOUZA, J. Galante de. O Teatro no Brasil. Tomo I. Rio de Janeiro. Instituto Nacional do Livro, 1960.

SOUZA, Silvia Cristina Martins de. *As noites do ginásio*. Teatro e tensões culturais na corte. Rio de Janeiro: Unicamp, 2000.

Qq